

Lisandro Rodrigues de Almeida Braga

REPRESSÃO ESTATAL E CAPITAL COMUNICACIONAL
O Bloco Dominante e a Criminalização do Movimento Piqueteiro
na Argentina

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

REPRESSÃO ESTATAL E CAPITAL COMUNICACIONAL
O Bloco Dominante e a Criminalização do Movimento Piqueteiro
na Argentina

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia. Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura.

Goiânia

2016

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer especialmente meu orientador pelas inúmeras contribuições teóricas e metodológicas presentes ao longo de todo esse trabalho, minha querida esposa por ter suportado do meu lado a barra nesse período tão sobrecarregado que foi o da escrita da tese, meu co-orientador (não oficial) Matías Artese pela paciência em fornecer informações e caminhos para acessá-las na Argentina, ao Programa de Investigação sobre o Movimento da Sociedade Argentina (PIMSA) pelo fornecimento de materiais importantíssimos para o desenvolvimento dessa pesquisa, ao companheiro Orlando Agüero pelas diversas orientações vindas do campo militante (Frente Popular Darío Santillán), aos companheiros da Coordenadora Contra Repressão Policial e Institucional (CORREPI) e diversos outros camaradas argentinos e brasileiros que de uma forma ou de outra contribuíram com o desenvolvimento do nosso trabalho.

Sumário

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 01	9
Luta de Classes e Repressão Estatal na Contemporaneidade	9
1.1– A Teoria Marxista das Classes Sociais	9
1.2 - Regime de Acumulação e Luta de Classes	24
1.2.1 – Estado Neoliberal e Escalada Repressiva	38
1.2.1.1 – O Estado-Centauro Estadunidense	44
1.2.1.2 – O Estado Policial Europeu	57
1.3 – Capital Comunicacional, Discurso e Poder	64
CAPÍTULO 02	87
A Expansão do Lumpemproletariado na Argentina Contemporânea	87
2.1 - Regularização Neoliberal e Acumulação Integral na Argentina	87
2.2 – A Ressignificação do Lumpemproletariado na Teoria Marxista	117
2.3 - O Processo de Lumpemproletarização na Argentina	127
2.3.1 - Conurbano Bonaerense: um Território Lumpemproletarizado	140
CAPÍTULO 03	148
O Bloco Dominante Diante da Contestação Lumpemproletária	148
3.1.2 - Cutral-Có e Plaza Huicul (1996-1997) – Violentos, Delinquentes e Subversivos	173
3.2 – As Organizações Piqueteiras da Grande Buenos Aires	229
3.2.1. – Crise de Acumulação e Contestação Social Generalizada	247
3.2.2 – O Massacre de Avellaneda (GBA, 2002) – Violência Insurgente e o Complô para a Tomada do Poder	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS	292
Referências Bibliográficas	295

INTRODUÇÃO

A história da sociedade capitalista equivale à história da sucessão dos regimes de acumulação que são, em cada época, de acordo com o desenvolvimento da luta de classes em sua totalidade, constituídos pela forma assumida pelo processo de valorização (taylorismo, fordismo, toyotismo etc.), por sua forma fundamental de regularização das relações sociais (estado absolutista, estado liberal, estado integracionista, estado neoliberal etc.) e pela forma como foi e é organizada as relações internacionais entre os países (colonialismo, imperialismo, neoimperialismo etc.). Em linhas gerais, o regime de acumulação integral (contemporaneidade - de 1980 aos dias atuais) é composto pelo toyotismo como forma organizacional do trabalho, que é marcada pela imensa precarização e intensificação do trabalho, do sofrimento físico e psíquico do proletariado e outras classes exploradas, por toda a mais-violência derivada das relações de trabalho etc. Tal forma se apresenta como uma ofensiva da burguesia contra o proletariado na disputa pelo controle do tempo de trabalho na produção (mais-valor).

Um dos resultados essenciais da luta entre as duas classes fundamentais do capitalismo contemporâneo se revela no crescimento extraordinário de uma classe social marginalizada (o lumpemproletariado), por tempo indeterminado, da divisão social do trabalho e por toda uma série de condições sociais deploráveis, derivadas de tal condição marginal: desemprego, isolamento social via processo de periferização urbana, fome, frio, enfermidade, desassistência social, expansão da violência urbana (roubos, sequestros, execuções policiais, trânsito, disputas entre gangues etc.), das tensões sociais e, como já se esperava, do acirramento da luta de classes.

A esse quadro se soma e o alimentam diversas outras características típicas desse regime de acumulação, tais como o processo de deslocamento industrial (as empresas transnacionais abrem e fecham suas portas em diversos países e continentes segundo, único e exclusivamente, seus interesses capitalistas) a privatização de empresas públicas e a submissão, no caso dos países de capitalismo subordinado, aos ditames dos órgãos internacionais a serviço do neoimperialismo (outra forma constituinte do regime de acumulação integral) que são, em seu conjunto, responsáveis pela expulsão de milhares de pessoas da divisão social do trabalho, ou seja, pela expansão do lumpemproletariado na contemporaneidade.

O estado neoliberal é outra parte constituinte do regime de acumulação integral. Para resolver suas crises de acumulação o capitalismo se reorganiza, mas sempre realimentando sua essência fundamental: o antagonismo de classes - que apesar da hegemonia burguesa, também tende a se radicalizar em determinados contextos, apontando para possíveis avanços na direção da transformação social. Esta é a marcha da ambulante contradição capitalista. Tal marcha na contemporaneidade conta com o estado capitalista, na sua forma neoliberal, para garantir a regularização das assombrosas relações sociais que melhor interessa à burguesia e seu regime de acumulação integral.

A partir dessa constatação surgem alguns questionamentos importantes para todo o desenvolvimento desse trabalho: Para que se torne regular, que medidas, custos e condições sociais o regime de acumulação integral impõe às classes exploradas? De que maneira o bloco dominante vem lidando com o lumpemproletariado e os riscos individuais e políticos gerados por suas ações (mendicância, roubo, tráfico de drogas, ocupação de terras, prédios urbanos, espaços públicos etc.), em busca de seus interesses imediatos, e pela postura política contestadora e, conseqüentemente, ameaçadora que essa classe tende a adquirir nesse período histórico? Para respondermos essas questões é de fundamental importância compreender a constituição do estado neoliberal, suas principais características e ações a favor da classe que ele expressa (burguesia) e contra as classes que ele ataca (proletariado, lumpemproletariado, campesinato etc.). Portanto, nesse trabalho a relação estabelecida entre estado capitalista e essa *classe em farrapos* é encarada sob o prisma da teoria marxista das classes sociais, logo uma relação (ora marcada pela cooptação, ora marcada pelo enfrentamento) entre burocracia (em auxílio à burguesia e em nome dos seus interesses de classes) e o lumpemproletariado na Argentina, entre os anos de 1996 e 2002.

O estado capitalista é um aparelho privado da burguesia na luta pela garantia das melhores condições regularizadoras da exploração do trabalho. Ele é parte constituinte da luta de classes e se posiciona impetuosamente a serviço das ordens do capital, portanto a burocracia, classe social que lhe dá vida, é a principal classe responsável por, na prática, tornar regular o capitalismo. Legislar sobre o trabalho a partir dos interesses da burguesia, garantir a propriedade privada e a ordem pública (espaço de produção e reprodução do capitalismo em sua totalidade), essas são suas verdadeiras tarefas de classe, as outras funções do estado (garantia da segurança, saúde, educação, moradia

trabalho etc.) são, para as classes exploradas, ilusórias, visto que, apesar de existirem, atendem muito precariamente aos interesses e necessidades dessas classes. Uma análise pormenorizada das constituições capitalistas nos permite perceber que direitos humanos básicos (direito a vida, moradia, alimentação, educação, segurança, trabalho, terra etc.) e participação política efetiva garantidos pelo Estado é uma ficção. As ações do estado devem ser encaradas como elas realmente são: ações da burguesia mediada pela burocracia, visando à reprodução do capitalismo em condições históricas e sociais variáveis. Reconhecemos que a burocracia possui autonomia de classe, no entanto tal autonomia é relativa, pois sua existência enquanto classe é determinada pelo modo de produção e dele depende para existir.

Nesse sentido estão claras as razões pelas quais o estado deve ser o detentor legítimo do uso da violência, pois sua existência enquanto aparelho privado do capital está fundamentada na violência de classe, na exploração de uma classe sobre a outra. E como deveríamos estar cansados de saber, nenhuma relação de exploração pode se manter sem o uso exclusivo da violência no ato de heterogerir as relações sociais e reprimir as ações não desejadas de outras classes sociais, que podem representar ameaça à ordem burguesa. Por isso é que o estado é essencialmente violento. No entanto, o grau de violência utilizado na repressão estatal é condicionado pela dinâmica da luta de classes. Sendo assim, duas questões nos instigam. A primeira de ordem geral e a segunda mais ligada ao nosso tema de investigação: 1- Que dinâmica e tendências a luta de classes apresenta e que relações essa possui com a escalada da repressão estatal no regime de acumulação integral? 2- Quais foram as singularidades dessa dinâmica e tendência na luta de classes na Argentina, entre os anos de 1996 e 2002, e qual foi o papel político do lumpemproletariado nessas lutas?

Com o objetivo de melhor desenvolver essa investigação e propondo encontrar respostas para as problemáticas levantadas aqui, esse trabalho será dividido em 03 capítulos. No primeiro capítulo buscamos compreender a dinâmica da luta de classes e da repressão estatal no regime de acumulação integral. Para isso discutiremos a teoria marxista das classes sociais, essencial para a compreensão da dinâmica da luta de classes na contemporaneidade, as determinações que levaram a emergência do regime de acumulação integral, a repressão preventiva ao lumpemproletariado nos EUA e a repressão contrainssurgente na Europa e o papel do capital comunicacional na dinâmica da luta de classes e na promoção do discurso do poder. No segundo capítulo,

discutiremos as particularidades da acumulação integral argentina, sua forma estatal de regularização (hegemonia menemista) da acumulação integral, assim como outras formas de regularizações sociais e suas conseqüências para o proletariado e, especialmente, para o lumpemproletariado argentino, a dinâmica do processo de lumpemproletarização e a formação de um imenso território lumpemproletarizado na região metropolitana de Buenos Aires (Conurbano Bonaerense) etc. No capítulo 03, discutiremos a postura política do lumpemproletariado argentino, seus movimentos de contestação social e a nova dinâmica da luta de classes, na qual o lumpemproletariado adquire significativa centralidade e potencialidade contestadora, bem como as estratégias do bloco dominante para criminalizar através do capital comunicacional e seus discursos jornalísticos, com o objetivo de legitimar a repressão brutal ao movimento piqueteiro (lumpemproletário), especialmente contra seus setores radicalizados.

CAPÍTULO 01

Luta de Classes e Repressão Estatal na Contemporaneidade

1.1- A Teoria Marxista das Classes Sociais

De imediato a principal questão que nos apresenta é: existe uma concepção de classes sociais na gigantesca produção teórica de Karl Marx? Sabemos que não há em toda a sua obra uma sistematização teórica pronta e acabada das classes sociais, nem nas sociedades pré-capitalistas, nem no capitalismo. O que há é um esboço teórico dessas e no caso do capitalismo uma teoria incompleta e com lacunas (VIANA, 2012). Então, de que maneira proceder para buscar uma concepção teórica das classes sociais na obra de Karl Marx?

Nessa busca trilharemos os árduos, porém necessários, caminhos apontados pela elucidativa análise de Nildo Viana, presente na obra *A teoria das classes sociais em Karl Marx* (2012), ou seja, juntando as peças do quebra-cabeça e reconstruindo um esboço da teoria das classes sociais em Karl Marx¹ em todas as sociedades classistas analisadas por esse intelectual engajado. Isso significa dizer que:

É necessário realizar uma leitura rigorosa das obras de Marx, focalizando aquelas em que desenvolveu mais a sua abordagem das classes e estando atento para as análises e complementos em outras obras, não perdendo de vista o processo de desenvolvimento das teses do autor, que não são estáticas, embora também não sejam a cada período radicalmente diferente umas das outras. Também é preciso estar atento ao período em que Marx viveu, os autores que o inspiraram, as problemáticas da época, as ideologias e concepções existentes, a coerência interna de seu discurso, a sociedade de sua época, entre outros elementos, visando entender o que ele quis dizer ao invés de atribuir a ele o que pensamos, como os maus intérpretes fazem. Assim, observar o contexto histórico, cultural e discursivo da obra é fundamental para evitar as deformações e interpretações equivocadas (VIANA, 2012, p. 08).

Sendo assim, será de extrema necessidade metodológica, como o próprio Marx apontava, e também o faz Viana, encontrar um fio condutor coerente e bem fundamentado que perceba as questões fundamentais expostas por Karl Marx em suas obras e que permita uma análise e interpretação/consciência correta da realidade, isto é,

¹ Para isso utilizaremos de diversas citações das obras de tais autores (Marx e Engels).

de sua teoria das classes sociais. Nesse sentido, faremos aquilo que Karl Korsch (2008) alertava para melhor compreender o pensamento de Marx e o próprio marxismo: aplicá-lo a si mesmo.

A primeira abordagem teórica de Marx sobre as classes sociais foi realizada na obra *A Ideologia Alemã* (1984) e, por conseguinte, é com essa obra que iniciaremos nosso percurso. Nessa obra, outros conceitos se apresentam como sendo de suma importância para responder à pergunta: o que é uma classe social? Trata-se dos conceitos de divisão (social) do trabalho e modo de produção da vida. Segundo Marx:

As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho são outras tantas formas diferentes de propriedade; ou seja, cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si no que respeita ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (1984, p. 17).

Aqui é possível perceber a importância fundamental do conceito de divisão social do trabalho visto que este equivale a diferentes formas de propriedade determinando as relações entre os indivíduos no processo de produção. Seguindo o raciocínio de Marx, percebe-se que o conceito de modo de produção da vida, também, é essencial (primeiro ato histórico), pois amplia a compreensão da relação existente entre divisão social do trabalho e classes sociais. Vejamos como ele coloca essa questão:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, surge agora imediatamente como dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social – social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstância for e não importa de que modo e com que fim. Daqui resulta que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo da cooperação, ou fase social, e este modo da cooperação é ele próprio uma *força produtiva*; e que a quantidade das forças acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e, portanto a *história da humanidade* tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca (MARX e ENGELS, 1984, p. 32-33).

Apesar do conceito de modo de produção ainda não se encontrar completamente desenvolvido nessa obra, já é possível visualizar a importância do mesmo na compreensão de toda essa discussão, pois este possui no seu interior um determinado modo de cooperação equivalente à determinada configuração da divisão social do trabalho, uma força produtiva. A análise de Marx demonstrará que divisão social do trabalho e propriedade são expressões idênticas, já que “[...] numa enuncia-se em relação à atividade o mesmo que na outra se enuncia relativamente ao produto da atividade [...]” (1984, p. 37). Precedendo essa citação encontra-se uma “uma das passagens mais importantes de toda a obra de Marx, que, curiosamente, caiu no

esquecimento ou não foi devidamente considerada em sua importância” (VIANA, 2012, p. 26), pois ela aponta elementos importantíssimos na compreensão segundo a qual a divisão social do trabalho é essencial (a chave) para a compreensão do processo de exploração (de uma classe sobre outra):

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas estas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição desigual tanto quantitativa como qualitativa, do trabalho e dos seus produtos, e, portanto a propriedade, a qual já tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor de força de trabalho alheia” (MARX e ENGELS, 1984, p. 36 e 37).

Com a divisão social do trabalho está dada a contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo, em outras palavras, a contradição entre o interesse do proprietário e o interesse do não proprietário. É exatamente por conta dessa contradição que o interesse comum “assume uma forma autônoma como Estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória [...]” (MARX e ENGELS, 1984, p. 37). Aqui, uma vez mais, Marx apresenta elementos que apontam para a conclusão segundo a qual é a divisão social do trabalho quem gera o antagonismo entre interesses sociais diversos, que coage a classe proprietária a se apropriar do poder político da sociedade através da regularização das relações sociais pelo Estado e esse, como não poderia deixar de ser, é composto, também por indivíduos interessados e que compõem outra classe social engendrada pela divisão social do trabalho. No capitalismo, trata-se da burocracia estatal. Mais adiante realizaremos uma discussão sobre essa classe social que é de extrema importância para compreendermos a repressão estatal (na contemporaneidade) e a totalidade dos interesses de classes que a envolvem.

A divisão social do trabalho constrange os indivíduos a exercerem atividades que não foram escolhidas por eles mesmos e, portanto se apresenta como uma força estranha, opositora e sobrepujante que escapa ao próprio domínio do indivíduo. Portanto:

Assim que o trabalho começa a ser distribuído, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; será caçador, pescador ou pastor ou crítico crítico, e terá de continuar a sê-lo se não quiser perder os meios de subsistência [...] Esta fixação da atividade social, esta consolidação de nosso próprio produto como força objetiva acima de nós que escapa ao nosso controle, contraria as nossas

expectativas e aniquila os nossos cálculos, é um dos fatores principais no desenvolvimento histórico até os nossos dias (MARX e ENGELS, 1984, p. 39).

A partir dessa passagem nossa compreensão começa a se ampliar, pois nela, mais do que nunca, está claro que é a divisão social do trabalho, a fixação do indivíduo em uma atividade que suscita o pertencimento de classe e esse ocasiona o conflito de interesses, inclusive, de interesses de classes antagônicas (VIANA, 2012). A expansão da divisão social do trabalho promove o surgimento das classes sociais e assim tende a continuar ocorrendo. No entanto, ainda nos resta responder o que Marx compreende como sendo uma classe social? O que é uma classe social na teoria marxista?

Segundo Marx (1984), a primeira e grande divisão social do trabalho (separação entre trabalho material e trabalho intelectual) foi promovida pela separação entre cidade e campo. Na primeira emerge a necessidade da administração, controle, repressão, cobrança de tributos, da organização municipal, em suma da política em geral.

Aqui se revelou primeiro a divisão da população em duas grandes classes, a qual assenta diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é já a realidade da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo torna patente precisamente a realidade oposta, o isolamento e a solidão. O antagonismo entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada (MARX e ENGELS, 1984, p. 64).

Nessa obra Marx já apresenta três condições para a constituição do pertencimento de classe e que nos permite sacar sua concepção de classe social: possuir um modo de vida comum (*modo de vida da classe*), interesses comuns (*interesses de classe*), e o estabelecimento de enfrentamento/aliança (*enfrentamento/aliança entre classes*) com outras classes sociais.

Aplicando estes elementos na compreensão da nascente burguesia como classe social, Marx apresenta de forma extremamente elucidativa sua concepção:

Os burgueses de todas as cidades eram obrigados, na Idade Média, a unir-se contra a nobreza rural para salvarem a pele; a expansão do comércio, o estabelecimento de comunicações, levou as diferentes cidades a conhecer outras cidades, as quais tinham afirmado os *mesmos interesses* na luta contra o *mesmo contrário*. Das muitas corporações locais de burgueses tornaram-se, ao mesmo tempo, pelo antagonismo contra as relações vigentes, e pelo tipo de trabalho por aquelas condicionado, condições que a todos eles eram *comuns* e independentes de cada um deles. Os burgueses tinham criado estas condições na medida em que haviam cortado com o vínculo feudal, e foram por elas criados na medida em que foram condicionados pelo seu antagonismo contra a feudalidade que já encontravam vigente. Com o estabelecimento da ligação entre as diferentes cidades, estas *condições comuns* desenvolveram-se e tornaram-se *condições de classe*. As *mesmas condições*, o *mesmo contrário*, os *mesmos interesses*, tinham também de dar

origem, por toda a parte e dum modo geral, a *costumes iguais* [...] Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma *luta comum contra uma outra classe*; de resto, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, em concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, por seu turno, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes indicada pela classe a sua posição na vida – e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal -, estão subsumidos na classe (MARX e ENGELS, 1984, p. 82-83).

Dessa forma, a concepção de classe social esboçada por Marx nessa obra aponta para a conclusão segundo a qual é a divisão social do trabalho, derivada do modo de produção dominante, a responsável por gerar as classes sociais que passam a ser compostas por indivíduos que possuem modo de vida comum, determinadas por um conjunto de atividades fixadas socialmente, e que começam a deter interesses comuns e enfrentamentos a outras classes sociais (VIANA, 2012; MAIA, 2013). Juntamente com essa conclusão, constata-se, também, que:

Uma classe social significa que os indivíduos que a compõem possuem o mesmo modo de vida, já que suas condições de vida, oposição a outras classes, interesses, costumes e representações são compartilhados por todos os seus componentes. Daí se percebe que as classes sociais não são “construções arbitrárias” da mente humana e sim uma determinada relação social que é manifestação da vida de indivíduos reais. Também se percebe que o conceito de classes em Marx é relacional, uma classe só existe em relação com outras classes sociais, através da oposição e da luta. Esse modo de vida comum gera também costumes e representações semelhantes (VIANA, 2012, p. 30).

Vale ressaltar um aspecto de extrema importância na compreensão de Karl Marx sobre as classes sociais e seu papel na conservação ou transformação radical de um modo de produção. Trata-se do papel de destaque no qual o proletariado assume no modo de produção capitalista. Nessa obra, ele resgata alguns elementos que já estavam presentes na *Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel*, isto é, a de que o proletariado é o agente da transformação social e emancipação humana geral:

Para alcançar esta posição libertadora e a direção política de todas as esferas da sociedade, não bastam a energia e a consciência revolucionárias. Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam, para que uma classe represente o todo da sociedade, outra classe tem de concentrar em si todos os males da sociedade, uma classe particular deve encarnar e representar um obstáculo e uma limitação geral. Uma esfera social particular terá de surgir como o crime notório de toda a sociedade, a fim de que a emancipação de semelhante esfera surja como uma emancipação geral. Para que uma classe seja classe libertadora por excelência, é necessário que outra classe se revele abertamente como a classe opressora (MARX, 2008, p. 18).

Em que classe social e porque razões se encontraria então a potencialidade da emancipação? Marx responde:

Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de uma classe que seja a dissolução de todas as classes, de uma esfera que possua carácter universal porque os seus sofrimentos são universais, e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não se pode emancipar a si mesma nem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade sem as emancipar a todas – o que é, em suma, a perda total do homem, portanto, só pode redimir-se a si mesma mediante uma redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado (MARX, 2008, p. 20).

A tese segundo a qual a emancipação do proletariado representa a emancipação de toda a humanidade foi inicialmente esboçada na introdução dessa obra, mas também aparece em diversas outras como, por exemplo, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) que assim a expressava:

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (MARX, 2004, p. 88-89).

É comum nos depararmos com a absurda afirmação segundo a qual Marx só visualizava a existência de duas classes sociais na sociedade capitalista. Tal absurdo se deve à existência de milhares de mal-leitores e até mesmo não-leitores de Marx, dispostos a se posicionarem como aqueles que sabem realmente o que ele “disse ou não disse” e não, pelo contrário, interpretar e analisar de forma aprofundada a imensa análise realizada por esse autor. Nesse verdadeiro processo de simplificação e cristalização ideológica se “passa por cima de inúmeros textos, inúmeras afirmações, passa por cima da complexidade e até sobre a autoridade do próprio autor (onde os textos deixam de ter validade para fundamentar a interpretação) [...]” (VIANA, 2012, p. 38). Em diversas obras, Marx apresenta uma grande quantidade de distintas classes sociais tanto no período pré-capitalista, quanto no próprio capitalismo, porém, para mal-leitores e não-leitores, identificar isso é um trabalho quase impossível, quando não evitado propositalmente. Uma simplificação que, no mundo de inversões, se torna uma arma (de plástico) contra uma suposta análise simplificadora.

A título de exemplificação que contraria tais análises, nos contentaremos em apresentar brevemente diversas outras classes sociais, além das classes fundamentais, tão-somente na obra *O capital* de 1867². Conforme já havia constatado Marx, a história da humanidade é a história da luta de classes, tal constatação foi mencionada em obras anteriores a *O capital*, contudo, é nessa obra que ele dedica uma análise pormenorizada sobre o processo de exploração de uma classe social sobre outra no capitalismo, sobre a luta de classes entre suas classes fundamentais (burguesia e proletariado), suas implicações na formação de outras classes (por exemplo, o lumpemproletariado), suas tendências e contra tendências, suas possibilidades, tal como a da construção concreta do comunismo etc. Em linhas gerais, é a partir dessa obra que se torna possível a visualização do seu esboço de uma teoria das classes sociais no capitalismo.

No primeiro prefácio de *O capital*, escrito por Marx em Londres, no dia 25 de julho de 1867, e equivalente à primeira edição dessa obra, é possível extrairmos alguns elementos importantíssimos, todavia não suficiente, para seguirmos juntando as peças do quebra-cabeça. Nesse, Marx assim se expressava:

Para evitar possíveis erros de entendimento, ainda uma palavra. Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas (1985, p. 13).

Aqui, conforme já nos alerta Maia em sua obra *As classes sociais em O capital* (2011), é possível apreendermos algumas questões importantíssimas, quais sejam: toda pessoa/indivíduo anuncia determinadas categorias econômicas, expressam relações de classe específicas logo, portam determinados interesses. E mais, tal pessoa se encontra envolvida em relações de classe, quer queira quer não, sendo condicionada socialmente pelas mesmas, quer tenha ou não consciência disso, e não pode ser compreendida fora da totalidade dessas relações sociais. Buscaremos, a partir dessas constatações, apreender algumas das classes sociais apresentadas em *O capital* (1985).

Sendo leal à própria tese segundo a qual é na produção material da vida (determinação fundamental) que devem ser buscadas as múltiplas determinações das diversas relações sociais existentes em uma dada sociedade é que Marx terá como ponto

² Para constatar a existência de diversas classes sociais na obra de Karl Marx Cf. (MARX, 1985; MARX, 2007; MARX, 1997; MARX, 2008; MARX & ENGELS, 1998; MARX & ENGELS, 1984; VIANA, 2012).

de partida nessa obra a análise da produção capitalista de mercadorias, ou seja, das relações sociais envolvidas no processo de produção de mais-valor. Aquela força estranha impetuosa que escapa ao controle dos produtores e que é utilizada objetivamente pela classe proprietária dos meios de produção. Por conseguinte, é sobre a *relação-capital* que iniciaremos nossa análise sobre as classes no capitalismo. Porém, não realizaremos aqui uma análise detalhada sobre as classes fundamentais³ no capitalismo, pois esta tarefa já foi laborada em outro momento (BRAGA, 2013), mas apenas apresentaremos seus traços gerais.

Toda e qualquer sociedade deve, para continuar existindo, produzir suas condições materiais de existência e, no caso da sociedade capitalista, essa é garantida através da produção de mercadorias que possuem valor de uso e de troca. Essa atividade produtiva equivale ao fundamento (base, alicerce) da divisão social do trabalho dessa sociedade. Portanto, a produção de mercadorias é realizada através das relações sociais de produção estabelecidas entre as classes sociais diretamente envolvidas nessa atividade fundamental, isto é, entre a classe produtora e a classe não produtora e expropriadora. Em outras palavras, entre o proletariado e a burguesia.

Sendo assim, compreender o processo de produção de mercadorias equivale a buscar compreender quem são e como se relacionam as classes sociais fundamentais dessa divisão social do trabalho capitalista. Para isso, precisamos esclarecer a singularidade da produção de mercadorias no capitalismo, isto é, ser produtora de mais-valor. Mas, antes mesmo de compreendermos o que é o mais-valor, precisamos, primeiramente, questionar: O que determina o valor de uma mercadoria? Responder a essa questão foi um dos propósitos fundamentais do desenvolvimento da obra *O Capital*

³Nossa compreensão do que vem a serem as classes fundamentais de um modo de produção (feudal, capitalista etc.) se fundamenta na definição segundo a qual “as classes sociais fundamentais são aquelas que são constituídas pelo modo de produção dominante, tal como Marx deixou claro em várias passagens. Outras classes sociais são aquelas ligadas às demais relações de produção ou às relações de produção anteriores. Estes casos manifestam determinada divisão social do trabalho, na qual as atividades produtivas e de apropriação estão presentes e distinguem as classes sociais. Porém, isto não esgota a divisão social do trabalho. Esta se estende para outras relações sociais, promovendo atividades específicas voltadas para a reprodução das relações de produção. Sendo assim, as demais classes são derivadas das relações de produção e se incluem no que Marx denominou “superestrutura”, tal como o Estado, as formas “ideológicas”, etc. formando as classes sociais improdutivas. Marx desenvolve isso de forma mais profunda no caso do capitalismo, mas faz algumas breves referências a outros modos de produção onde existiriam tais classes. No caso do capitalismo, as referências são mais abundantes. Porém, resta saber o que determina a existência dessas classes, já que não formam uma única classe social. Isto vai depender de sua relação com o modo de produção dominante” (VIANA 2012, p. 67-68).

(1867) de Karl Marx. Para esse autor, a resposta a essa questão passa, necessariamente, pela constatação segundo a qual toda mercadoria é produto do trabalho humano e que o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção possui relação direta com a determinação do seu valor.

A mercadoria possui valor de uso e valor de troca. Como valor de uso ela se caracteriza por ter utilidade, por servir para determinadas finalidades e como valor de troca ela equivale a produto destinado a ser comercializado no mercado, trocado por dinheiro. Toda mercadoria ao expressar seu valor de uso mostra o que a distingue de outras mercadorias. Portanto,

No processo de troca, uma mercadoria possui um valor equivalente ao de outras mercadorias. Uma casa pode valer 03 carros, 50 bicicletas, e assim por diante. Isto quer dizer que 50 bicicletas vale o mesmo que 01 casa e 03 carros e 03 carros valem 50 bicicletas e 01 casa. O que se deduz daí é que essas três mercadorias diferentes expressam algo que é igual. Há algo comum e da mesma grandeza entre as três mercadorias e não é o valor de uso, pois são mercadorias bem diferentes uma da outra, com utilidades distintas. O que existe em comum entre estas três coisas é uma terceira coisa, que não é o valor de uso e nem o valor de troca. Como valores de uso, são objetos diferentes, com diferentes utilidades, o que significa que são diferenças qualitativas. Como valores de troca, possuem – enquanto unidade – valores diferentes, que é uma diferença quantitativa. Essa terceira coisa é o trabalho humano. As mercadorias são produtos do trabalho humano e essa é sua “propriedade comum” (Marx, 1988c) [...] (VIANA, 2012, p. 98-99).

Nessa trajetória verifica-se que o que existe em comum em todas as mercadorias é serem produtos do trabalho humano e, portanto contêm determinada quantia de trabalho humano materializado, calculado em tempo de trabalho gasto na sua produção e que define seu valor de troca. Contudo, não se trata aqui de tempo de “trabalho concreto” despendido por trabalhadores individualmente, mas sim tempo de “trabalho abstrato”, isto é, trabalho social médio, pois,

o trabalho que é medido dessa maneira, isto é, pelo tempo, aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho. Ou seja, o trabalho, tal como se apresenta em valores de troca, poderia expressar-se como trabalho humano geral. Essa abstração do trabalho humano geral existe no trabalho médio, que qualquer indivíduo médio de uma sociedade pode executar; um gasto produtivo determinado de músculos, nervos, cérebro etc. É trabalho simples, ao qual qualquer indivíduo médio pode ser adestrado, e que deve executar de uma ou de outra forma. O caráter desse trabalho médio é, ele próprio, diferente em diferentes países e épocas culturais, contudo aparece como dado em uma determinada sociedade (MARX, 1982, p. 33).

Dessa maneira, no capitalismo todas as mercadorias possuem em comum o fato de conterem em seu valor acréscimo de mais-valor materializado e que pode ser medido pelo tempo de trabalho dispendido na sua produção. No entanto, tal acréscimo de valor não é perceptível na aparência da mercadoria, mas sim na sua essência que consiste em ser expressão de trabalho social e que só se realiza e se revela na relação social entre mercadorias. O valor de uma mercadoria conseqüentemente é determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la (MARX, 1985; VIANA, 2012). Resta agora sabermos de que jeito o trabalho acrescenta mais-valor à mercadoria. Na tentativa de respondermos a essa questão é que nos deparamos com a forma como as classes fundamentais do capitalismo se relacionam. Vejamos.

Ao longo do processo produtivo de mercadorias os custos gerados pela aquisição de matérias-primas, ferramentas, maquinaria etc. (trabalho morto) devem ser repassados, visto que o propósito essencial dessa produção é o lucro. No entanto, tais elementos constituintes do trabalho morto não geram valor, pois somente o trabalho vivo, a força de trabalho (mercadoria) é que, no ato do seu consumo materializa o mais-valor, isto é acrescenta mais-valor no processo produtivo. Aqui consiste a singularidade do modo de produção capitalista de mercadorias. Nesse, o valor da força de trabalho também é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua (re)produção e manutenção, ou seja, na garantia dos meios de sobrevivência necessários para a reprodução do indivíduo e da sua força de trabalho. Todavia, a burguesia não está interessada em uma produção que apenas repasse os custos do trabalho morto e gere o necessário para o pagamento de salários, pois dessa forma não há produção de capital, seu desígnio fundamental. A classe burguesa só se interessa nessa reprodução da força de trabalho porque nessa contêm o segredo da produção capitalista: ser mercadoria que ao se consumir acrescenta mais-valor na produção. Logo, o processo de produção capitalista de mercadorias equivale a um processo de expropriação de horas de trabalho não remunerada, pois o montante do tempo de trabalho que não o utilizado para tais repasses consiste em tempo para a produção de mais-valor (exploração do trabalho).

Por ser marcado necessariamente pela exploração do trabalho e por conta das contradições derivadas da própria acumulação (concentração/centralização de capital, concorrência entre capitais, ampliação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, tendência decrescente da taxa de lucro, maior disputa em torno do tempo de

trabalho entre burguesia e proletariado etc.)⁴ é que a produção capitalista é marcada pela luta de classes entre suas classes fundamentais. Das necessidades derivadas de todo esse processo (maior controle do proletariado, gerência e administração burocrática da fábrica, legislações favoráveis à acumulação, repressão das lutas operárias etc.) e da própria dinâmica da luta de classes (a questão do desemprego e do lumpemproletariado, por exemplo) surge a crescente tendência de formação de novas classes sociais.

Sendo o propósito fundamental desse trabalho compreender as múltiplas determinações da repressão estatal contra as diversas classes sociais em luta contra a ordem estabelecida, com destaque para a repressão contra o lumpemproletariado organizado, autodenominado de movimento piqueteiro, na Argentina, torna-se essencial realizar uma discussão teórica sobre essas duas classes sociais – burocracia estatal e lumpemproletariado – e suas ofensivas e enfrentamentos na contemporaneidade⁵.

A burocracia é uma classe social que surge com o capitalismo, mas que no primeiro regime de acumulação (o regime de acumulação extensivo) ela ainda se apresentava de forma incipiente, numericamente reduzida e com papel político pouco influente. Em algumas passagens da obra *O 18 Brumário* (1997) já é possível notar que Marx estava atento a isso e percebia a expansão da burocracia estatal francesa, “esse poder executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do estado, abrangendo amplas camadas com um *exército de funcionários* totalizando meio milhão” (1997, p. 125. Itálicos meus). No entanto, essa percepção ainda se apresentava de forma incipiente como não poderia deixar de ser. Todavia, analisando a história do capitalismo a partir da sucessão dos regimes de acumulação⁶ nota-se um avanço numérico dessa classe social, o surgimento de suas frações de classe (burocracia partidária, sindical etc.), da sua força política, assim como de suas ideologias (VIANA, 2012).

Sendo uma classe social a burocracia possui um modo de vida comum, interesses derivados desse modo de vida que ora entram em aliança, ora entram em conflito com interesses de outras classes sociais. Mas a que se vincula o modo de vida de um burocrata?

⁴ Para uma melhor compreensão da dinâmica da produção capitalista de mercadorias, suas tendências e contra tendências, contradições, possibilidades etc. conferir a totalidade da obra *O capital* de Karl Marx.

⁵ Nesse trabalho a contemporaneidade se restringe ao período de vigência do regime de acumulação integral (1970 aos dias atuais). Sobre esse regime de acumulação Cf. (VIANA, 2009).

⁶ Sobre a história do capitalismo como uma sucessão dos regimes de acumulação Cf. (VIANA, 2009).

O modo de vida de um burocrata está intimamente ligado ao processo de controle, gestão, domínio, direção e este é realizado diretamente ou via mediação de regulamentos, regimentos, ofícios, formulários, tecnicismo, especialização, culto à autoridade, conformismo, planificação, identificação com a organização/empresa/instituição, reuniões, hierarquias, formalismo, sigilo burocrático, etc. Este é o seu papel na divisão social do trabalho da sociedade capitalista (VIANA, 2012, p. 246).

No caso da burocracia estatal seu modo de vida tem a especificidade de estar vinculado com a função que exerce o estado na sociedade capitalista, assim como seus interesses e enfrentamentos com outras classes derivam dessa função. Portanto, para seguirmos é essencial uma discussão sobre o papel do Estado na sociedade capitalista e para isso é importante não nos iludirmos com toda uma tradição interpretativa no campo do “marxismo” que acabou por transformar o par-conceitual “infra-estrutura e superestrutura” em uma espécie de “esquema básico” do suposto materialismo histórico que, ao invés de contribuir para a compreensão totalizante da sociedade, acaba por impedir tal compreensão (KORSCH, 2008; VIANA, 2007a).

Pouquíssimas vezes Marx recorreu a esse par conceitual e quando o fez no prefácio à *Contribuição para a crítica da economia política* (1977) tratou de explicitar que suas observações não passavam de uma “conclusão geral resumida” e que servia apenas como “fio condutor”. Ao que tudo indica e aponta Althusser (1983), Marx utilizou esse par-conceitual apenas para fins de “interesse teórico-pedagógico”.

O capítulo intitulado *Para uma teoria das formas de regularização das relações sociais*, presente na obra *A consciência da história – ensaios sobre o materialismo histórico dialético* (2007a), de Nildo Viana apresenta uma discussão importantíssima sobre toda essa problemática e que ilustra de forma suficiente “a construção do texto de Marx” e a presença das “relações existentes entre” “infra-estrutura e super-estrutura”:

[...] elevação, constituição, correspondência, condicionamento, determinação, contradição, alteração etc., e outras no interior delas: correspondência, desenvolvimento, contradição, transformação etc. Isto comprova a existência de uma relação concreta entre as duas noções, mas estas não são conceitos e sim noções ou construtos que não manifestam nenhuma realidade, apenas ilustram uma relação entre elementos desta (VIANA, 2007a, p. 71).

A proposta de Viana nesse capítulo vem preencher essa lacuna existente na teoria marxista da sociedade, na qual o estado é parte integrante, dando conta de toda a totalidade pretendida e expressa por Marx nas relações entre esse par-conceitual. Tal proposta se realiza no desenvolvimento do conceito *Formas de Regularização das Relações Sociais*. Assim como em Marx, tais formas englobam desde o estado (a forma de regularização das relações sociais fundamental de toda sociedade classista) e suas

instituições estatais, passando pelas instituições privadas (escolas, igrejas, partidos, sindicatos etc.), pelos regulamentos legais e o direito, até a sociabilidade, as ideologias e a cultura em geral. No fundo não existe nenhuma esfera social na qual o estado não exerça seu domínio. Ele é a expressão máxima de toda alienação/heterogestão social. Assim, as formas de regularização das relações sociais regularizam desde as relações de produção até todo o conjunto das relações sociais derivadas do modo de produção (VIANA, 2007a). Nessas sociedades, o estado é a principal forma de regularização das relações sociais, pois ele deve e busca controlar todas as formas privadas de regularização das relações sociais, visando influenciar no seu funcionamento e no conjunto das relações de produção. Tudo isso com o propósito fundamental de garantir a reprodução das relações sociais capitalistas, ele procura regularizar a produção de capital e todas as demais formas de regularização das relações sociais.

O Estado realiza toda essa complexa e totalizante tarefa a partir de seres humanos reais: os funcionários das formas de regularização das relações sociais (VIANA, 2007a). Essas também sofrem uma divisão social do trabalho improdutivo (que não produz mais-valor) e assim gera um conjunto diverso de funcionários que darão sustentação real a tais formas, ocupando e desenvolvendo da melhor forma possível as instituições burguesas. Portanto, esses compõem novas classes sociais, nas quais a burocracia (estatal, partidária, sindical, universitária etc.) cumpre o papel de dirigente nessas instituições.

Resumindo, as formas de regularização são determinadas relações sociais reais realizadas por indivíduos reais que utilizam determinados meios materiais com o objetivo de reproduzir as relações de produção dominantes e que são engendradas pelo modo de produção dominante. Acontece que as contradições de classe do modo de produção se reproduzem nestas formas de regularização. Estas também são responsáveis pela formação de novas classes sociais que se envolvem na luta das classes fundamentais (assim como nas lutas do lumpemproletariado, como veremos mais adiante) e assim torna mais complexa a luta de classes (VIANA, 2007a, p. 76 – parênteses nossos).

O conceito de formas de regularização das relações sociais promove uma maior elucidação das relações sociais que se estabelecem entre o modo de produção capitalista e as demais formas de regularização das relações sociais capitalistas. Está claro, portanto, que é a partir dele que buscaremos compreender a dinâmica da luta de classes no capitalismo contemporâneo. Ao nos referirmos ao estado capitalista estamos, portanto nos referindo a essa principal forma de regularização das relações sociais que se

concretiza no trabalho dirigente da burocracia estatal. Vejamos, portanto qual a finalidade fundamental desse trabalho dirigente.

O estado capitalista deve ser compreendido como um instrumento complexo no qual contém desde sua origem um propósito fundamental, uma finalidade determinada. Tal finalidade foi apresentada diversas vezes na teoria marxista do estado, a partir da constatação segundo a qual o estado é um estado de classe, expressão dos interesses da classe dominante e conseqüentemente não poderá servir aos interesses do proletariado, classe antagônica à burguesia e a essa forma de regularização das relações sociais (VIANA, 2003; POGREBINSCHI, 2009). Segundo Marx,

a burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou, para si própria, no estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O poder executivo do estado moderno não passa de um comitê para gerir os assuntos comuns de toda a burguesia (MARX e ENGELS, 1997, p. 12).

O caráter de classe de um Estado se define pela sua determinação fundamental, isto é pelo modo de produção de determinada sociedade. Portanto, no caso do modo de produção capitalista o estado só pode ser um estado capitalista. As relações de produção dominantes que são relações de classe é que formam o estado e “é a dominação de classe na esfera da produção que constitui o estado e lhe determina [...] as relações de produção capitalistas envolvem e subordinam o estado” (VIANA, 2003, p. 28-29).

Nesse sentido é que devemos entender o estado capitalista, ou conforme definiu Engels “o capitalista coletivo ideal”, pois desde sua constituição em estado absolutista ele interfere nas relações de produção e distribuição buscando garantir as condições de reprodução das relações de produção capitalistas. É o estado o responsável por garantir infraestrutura (estradas, ferrovias, hidrelétricas, parques industriais etc.), por garantir empréstimos a alguns empresários, por adotar uma política tributária favorável aos capitalistas e seus negócios, por salvar os banqueiros transnacionais em períodos de recessão econômica, é ele o responsável por transferir na contemporaneidade boa parte das empresas estatais altamente lucrativas para a iniciativa capitalista privada, assim como é ele quem garante a manutenção da propriedade privada e da sociabilidade capitalista, evitando o avanço e radicalização das lutas sociais, a partir do controle e ordenação dos aparatos repressivos do estado e sua ferocidade, que costuma bloquear qualquer tentativa de luta auto-organizada e, fundamentalmente, as lutas com tendências anticapitalistas.

A questão da repressão estatal também foi um dos temas frequentes em diversas passagens da obra de Marx e que reforça o caráter burguês do estado capitalista. Sobre essa questão,

realmente, Marx, em *A luta de classes na França*, referiu-se à república burguesa de 1848 como: “ela não pode ser mais do que o domínio aperfeiçoado e mais puramente desenvolvido de toda a classe burguesa... a síntese da Restauração e da monarquia de julho. Tema também frequente nos escritos de Marx sobre o assunto é o ponto em que essa forma de Estado chega a ser repressiva e brutal tão logo seus sustentadores e beneficiários se sentem ameaçados pelo proletariado. Com os dias de junho em Paris, a República, escreveu Marx no mesmo texto, “surgia em sua forma pura, como o Estado cujo propósito confesso é perpetuar o domínio do capital e a escravidão do trabalho”; e “domínio burguês, isento de todas as amarras, era transformado, ao mesmo tempo, inevitavelmente, em terrorismo burguês”. No mesmo tom, Marx escreveu em *A guerra civil na França*, 20 anos depois, que o tratamento dispensado aos *communards* pelo governo de Thiers mostrava o que queria dizer “a vitória da ordem, justiça e civilização”: “A civilização e a justiça da ordem burguesa surgem à luz do dia sempre que os escravos e trabalhadores dessa ordem se levantam contra seus senhores. É então que essa civilização e justiça revelam-se como indisfarçável selvageria e implacável vingança” (MILIBAND, 1979, p. 74).

A repressão é uma das principais formas de ação do Estado visando conter a luta das classes exploradas para impedir a ruína das relações sociais burguesas. Nesse sentido, o Estado é em si mesmo expressão da luta de classes, demonstrando seu caráter burguês, bem como o papel da burocracia como classe auxiliar da burguesia no processo de dominação. É no estado capitalista que se revela o poder de classe da burguesia mediado pela burocracia estatal. No regime de acumulação integral, essa classe se apresenta como uma das classes mais poderosas e perigosas para o proletariado, o lumpemproletariado e suas lutas mais radicalizadas, visto que ela tem a “possibilidade de usurpar revoluções proletárias ou proporcionar novo fôlego para o capitalismo, ou, ainda, instituir uma nova forma de dominação de classe” (VIANA, 2012, p. 256). A partir de agora direcionaremos nossa análise à compreensão da emergência do Estado neoliberal, desde a década de 1980 até os dias atuais, privilegiando uma de suas principais características: sua face penal (WACQUANT, 2001, 2003, 2005 e 2008; DAVIS, 2001; GOLDBERG e EVANS, 2001; HOUBEN, 2002; JESPER, 2002; JINKINGS, 2007; POLIKEIT, 2002; ROBLES, 2010/11; CALVEIRO, 2012; CANAL 06 DE JULIO e PROMEDIOS, 2006 etc.).

Faremos isso partindo do pressuposto teórico segundo o qual o crescimento da repressão estatal é uma tendência crescente desde a crise do regime de acumulação conjugado e já prevista como condição essencial para a manutenção da sociabilidade

burguesa no regime de acumulação integral, revelando o principal poder da burocracia estatal na contemporaneidade: sua capacidade de impedir, com níveis elevadíssimos de repressão brutal, a emergência e avanço da luta de classes e da contestação social⁷ que ameaça a manutenção da sociabilidade burguesa. Em outras palavras, garantir aquilo que lhe cabe enquanto classe social, isto é, as condições mais apropriadas para a reprodução capitalista.

1.2 - Regime de Acumulação e Luta de Classes

A história do capitalismo equivale à história da sucessão dos regimes de acumulação, isto é, em cada fase do desenvolvimento histórico desse modo de produção, preponderou um regime de acumulação específico, composto por três formas fundamentais, ou seja, uma determinada forma de *processo de valorização* (taylorismo, fordismo, toyotismo e similares), por determinada *forma estatal* (estado absolutista, estado liberal, estado liberal-democrático, estado integracionista e estado neoliberal) e determinadas *formas de exploração internacional* (colonialismo, neocolonialismo, imperialismo – oligopolista e transnacional -, neoimperialismo). Por conseguinte, o estado neoliberal equivale à forma estatal própria do regime de acumulação integral e, somente assim poderemos compreender suas finalidades, uma vez que é, fundamentalmente, a acumulação capitalista, que determina a forma estatal (VIANA, 2009).

A emergência do regime de acumulação integral só foi possível devido à crise do regime de acumulação que o antecedia, isto é, a crise do regime de acumulação conjugado. Portanto, para avançarmos na compreensão sobre o estado neoliberal é fundamental buscarmos respostas para as seguintes perguntas: Em que consistiu a crise do regime de acumulação conjugado? Que alternativa o regime de acumulação integral, no qual o estado neoliberal é parte constituinte, representa? E que obstáculos ele busca

⁷ Nossa compreensão sobre o conceito de contestação social, e que será utilizado ao longo desse trabalho, acompanha a definição de Viana (2015), que deixa claro: “o conceito de contestação social nos leva a pensar em relações sociais que produzem contestação, em indivíduos e grupos contestadores, e nos próprios atos e formas de contestação. Desta forma, podemos definir contestação social como uma relação social marcada pela recusa por parte de alguns indivíduos ou grupos das relações sociais estabelecidas. Assim, contestação pressupõe descontentamento com determinadas relações sociais e motivos para isso, tal como exploração, dominação, opressão, marginalização, violência etc. A contestação pressupõe o que é contestado, que é o que é dominante, estabelecido, hegemônico etc.” (VIANA, 2015, p. 98).

combater para atingir seus fins? Sabemos que o motor de todas as transformações nos processos de valorização, assim como nas políticas-institucionais, nas suas formas estatais e nas relações de exploração internacional é a luta de classes, portanto é a partir dela que buscaremos compreender a transição do regime de acumulação conjugado para o regime de acumulação integral (VIANA, 2003; 2009).

A luta de classes perpassa todas as relações sociais da sociedade capitalista, ela está presente tanto no modo de produção, quanto na sociedade civil⁸, nas relações de exploração internacionais e no estado, isto é, nas formas estatais de regularização das relações sociais capitalistas. No entanto, as formas fundamentais da luta de classes no capitalismo são encadeadas no modo de produção e na sociedade civil. No caso da primeira, trata-se da luta travada no processo produtivo, que no capitalismo equivale à produção capitalista de mercadorias, produção de mais-valor. Nessa luta, o que está em jogo é o controle sobre o tempo de trabalho, pois à burguesia interessa ampliar o tempo de trabalho destinado à produção de mais-valor, enquanto para o proletariado interessa a diminuição desse tempo, que é o mesmo que ampliar o tempo de trabalho destinado ao seu salário, à melhoria do seu consumo, à sua qualidade de vida etc.

No fundo trata-se de interesses inconciliáveis, pois se de imediato interessa ao proletariado apenas melhorar sua condição de existência, diminuindo a quantidade de sangue sugada pelo vampiro capitalista, em outros diversos momentos dessa história seu interesse apontou para a superação dessas relações sociais, visto que essas classes se enfrentaram violentamente em distintas ocasiões, e tal enfrentamento gerou e gera alterações, tanto no âmbito da produção, quanto no das formas de regularização das relações sociais. Em momentos de radicalidade, esse enfrentamento ameaçou concretamente a sociabilidade burguesa que se viu suplantada, em alguns espaços sociais (fábricas, universidades, bairros, cidades etc.), por novas formas de regularização social típicas de uma nova sociabilidade, nascida da luta de classes: os conselhos operários e sua prática autogestionária. Essa é uma tendência histórica

⁸ A sociedade civil é entendida aqui como o “conjunto das formas privadas de regularização das relações sociais. Em outras palavras, além do modo de produção dominante e dos modos de produção subordinados, temos as formas de regularização das relações sociais (“superestrutura”), que podem ser divididas em formas estatais e privadas. As formas estatais são constituídas pelo estado, pelas instituições estatais (fundações, autarquias etc.), pelos seus aparelhos (jurídico, policial etc.) por suas ideologias etc. enquanto que as formas privadas são a cultura, a sociabilidade, as instituições civis (igrejas, partidos, associações, escolas, hospitais etc.)” (VIANA, 2003, p. 82).

revolucionária presente em todos os regimes de acumulação, inclusive no regime de acumulação integral, que veremos mais adiante.

Na sociedade civil a luta de classes se expressa nas lutas culturais no interior das instituições burguesas, tais como na universidade, nos movimentos estudantis em geral, nos bairros, na vida cotidiana das cidades e do campo, nos movimentos sociais, nos coletivos políticos revolucionários etc. Tais lutas não se restringem às lutas políticas institucionais e majoritariamente não se direcionam a conquista do poder do estado e nem por isso deixam de expressar a luta de classes na sociedade civil. A insistência da esquerda tradicional em dirigir a partir das instituições burguesas, tais como os partidos políticos, essas lutas culturais na direção do estado revela que a mesma é “expressão dos interesses de classes que a anima. Daí sua concepção de partido e consciência exterior (leninismo, social-democracia), revelando sua vocação dirigista e burocrática, expressão dos interesses de classe da burocracia” (VIANA, 2003, p. 66). A totalidade da luta de classes na produção e na sociedade civil são as fontes de alterações nos regimes de acumulação.

O regime de acumulação conjugado insurge no período pós-guerra e se sustenta até a década de 1980. Foi composto pelo fordismo (processo de valorização), pelo estado integracionista (forma estatal) e pelo imperialismo transnacional (forma de exploração internacional). Enquanto o taylorismo expressou uma reação burguesa à tendência declinante da taxa de lucro através da racionalização científica (maior controle) do processo de trabalho, o fordismo foi expressão do aprimoramento de algumas tendências tecnológicas e organizacionais, assim como um aprofundamento do processo de racionalização do trabalho inaugurado por Taylor, e uma busca de extração de mais-valor relativo via uso de tecnologia. Deste modo,

enquanto Taylor buscava aumentar a produtividade via organização (controle e gerência) do processo de trabalho, Ford ia além e buscava aumentar a produtividade com o uso de novas tecnologias que determinam o ritmo e a intensidade do trabalho. Isto, sem dúvida, não só proporcionava e incentivava a produção em massa, como exigia ela e não tinha aplicabilidade fora dela, pois aumentava os custos de produção (derivado do uso de novas tecnologias) e a tecnologia aplicada proporcionava a produção em massa, o que inviabilizava seu uso em produção de pequena escala. A ampliação das empresas oligopolistas era pré-condição para generalização do fordismo (VIANA, 2003, p. 71).

Concretamente, não existem diferenças fundamentais entre o taylorismo e as demais formas de organização do trabalho (fordismo, toyotismo e similares), pois o que ocorre é que essa foi a primeira estratégia do capital na batalha em torno do tempo de

trabalho produtor de mais-valor relativo e que serviu de fundamento para todas as demais formas de organização do trabalho posteriores. Portanto, de acordo com Neto

o fordismo caracteriza o que poderíamos chamar de socialização da proposta de Taylor, pois enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o fordismo realiza isto de forma coletiva, ou seja, a administração pelo capital da forma de execução das tarefas individuais se dá de uma forma coletiva, pela via da esteira (1989, p. 36).

Essa forma organizacional do trabalho intensificava os ritmos da produção e, por conseguinte, da exploração do proletariado, abrindo brechas para uma maior mobilização, contestação e resistência dessa classe social, e é por isso que ela precisou vir acompanhada de artimanhas para impedir esses riscos no ambiente de trabalho. Para cumprir esse propósito foi criado um sistema compensatório, com aumento salarial por aumento de produtividade que garantia a estabilidade na fábrica e servia de “incentivo material” aos demais operários. A ampliação dos gastos com salários e tecnologia era uma necessidade do fordismo que exigia alterações nas relações de exploração internacional. Tais alterações foram fornecidas pelos resultados da 2ª guerra mundial: o imperialismo transnacional estadunidense (VIANA, 2003). A partir daí, os EUA passaram a se comportar

como banqueiro do mundo em troca de abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder (HARVEY, 2008a, 131-132).

Em concordância com as conclusões de Viana,

aqui temos a razão de ser da expansão do fordismo: a produção capitalista após 1945 visa conter suas contradições, buscando integrar a classe operária no capitalismo e aumentando a produção dos meios de consumo. A partir dessa época, os investimentos são crescentemente investidos na produção de meios de consumo em detrimento da produção de meios de produção (o que não significa, de forma alguma, que tenha diminuído os investimentos na produção de meios de produção, mas sim que houve um deslocamento de investimento para a produção de meios de consumo, o que significou um aumento proporcional deste em relação à produção de meios de produção, que, caso não ocorresse, geraria um ritmo ainda mais acelerado de desenvolvimento tecnológico que aumentaria excessivamente a composição orgânica do capital (2003, p. 71-72).

Apesar da “integração” da classe operária ao consumo, a contestação social da totalidade da acumulação conjugada tendeu à ampliação e formação de um forte movimento político-cultural de caráter internacional que, juntamente com a dificuldade de conter as contradições essenciais do capitalismo, levou à crise desse regime de acumulação⁹. No final da década de 1960 e início da década de 1970, tal regime de acumulação já apresentava sérios sinais de esgotamento que foram ainda mais intensificados pela radicalização da luta de classes que atingiu diversos países, com destaque para o *Mai de 68* francês.

Deste modo, não tardou muito para que a luta de classes viesse a desgastar e comprometer a manutenção do regime de acumulação conjugado em sua totalidade. Se, por um lado, para manter-se esse regime de acumulação se viu obrigado a integrar parcela da classe operária no mundo do consumo através de melhores salários, conquistados a partir de um maior poder de barganha sindical, maior estabilidade no emprego, seguridade social etc., por outro, uma parcela expressiva da classe operária se via excluída de tais melhorias e passava a alimentar grandes descontentamentos sociais (BIHR, 2010). Como evidencia Harvey (2008a), apenas certos setores da economia e de certos países, imperialistas, diga-se de passagem, se beneficiavam dos frutos da negociação fordista, outros vários setores se viam excluídos e estavam submetidos a atividades de alto risco, baixos salários, pouca garantia de estabilidade no emprego e quase nenhum “benefício fordista”. Criava-se, portanto, uma “fórmula segura para produzir insatisfação”:

as desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos – movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso a emprego privilegiado. Essas desigualdades eram particularmente difíceis de manter diante do aumento das expectativas, alimentadas em parte por todos os artifícios aplicados à criação de necessidades e à produção de um novo tipo de sociedade de consumo. Sem acesso ao trabalho privilegiado da produção de massa, amplos segmentos da força de trabalho também não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa [...] O movimento dos direitos civis nos Estados Unidos se tornou uma raiva revolucionária que abalou as grandes cidades. O surgimento de mulheres como assalariadas mal-remuneradas foi acompanhado por um movimento feminista igualmente vigoroso. E o choque da descoberta de uma terrível pobreza em meio à crescente afluência [...] gerou fortes contramovimentos de descontentamento com os supostos benefícios do fordismo (HARVEY, 2008a, p. 132).

⁹ Para maiores detalhes da crise do regime de acumulação conjugado (para alguns, regime de acumulação fordista) Cf. VIANA, 2009; HARVEY, 2008a; BIHR, 2007; 2010.

As transformações nas relações de trabalho impostas pela organização fordista do trabalho acarretou uma divisão na classe operária, pois de um lado encontrava-se a camada de operários qualificados, que compunha uma espécie de “aristocracia operária”, formada pela burocracia sindical, integrada às concessões fordistas e que representava apenas seus interesses de classe, do outro lado estava o crescente contingente operário composto pelos trabalhadores desqualificados, obrigados a suportarem toda a exploração da produção capitalista, praticamente excluídos das políticas integracionistas e que, portanto não era representado pela burocracia sindical¹⁰. Percebe-se, portanto, que, aproximadamente entre 1945 a 1968, nos ciclos de constituição e consolidação do regime de acumulação conjugado, as políticas de integração do proletariado ao consumo, aliadas a integração dos partidos e sindicatos, juntamente com essas divisões da classe operária, promoveu o recuo do movimento operário revolucionário. No entanto, a partir do final da década de 1960 tal regime de acumulação ingressa no seu ciclo de dissolução, experimentando diversas crises que, aliadas com o retorno das lutas operárias e de outros grupos sociais com tendências radicais, culminara com seu esgotamento e substituição pelo regime de acumulação integral (VIANA, 2014).

O regime de acumulação conjugado vivenciou os três estágios das lutas operárias, assim como de outras lutas sociais, conforme compreendeu Karl Jensen em seu artigo intitulado *A luta operária e os limites do autonomismo* (2014). Segundo esse autor, as lutas operárias e de outros grupos sociais tendem a percorrer três estágios: o das lutas espontâneas, das lutas autônomas e das lutas autogestionárias (revolucionárias).

No caso das lutas operárias, as lutas espontâneas são aquelas praticadas cotidianamente no ambiente de trabalho e revelam uma recusa do capital. Essas se manifestaram em diversas ações em toda a história do capitalismo e no regime de

¹⁰ Segundo Pannekoek, e com nossa concordância, “[...] o seu novo modo de vida tende a enfraquecer neles (nos burocratas sindicais – LB) essa tradição ancestral. No plano econômico, já não podem ser considerados como proletários. Eles caminham ao lado dos capitalistas, negociam com eles os salários e as horas de trabalho, cada parte fazendo valer os seus próprios interesses, rivalizando do mesmo modo que duas empresas capitalistas. Aprendem a conhecer o ponto de vista dos capitalistas tão bem como o dos trabalhadores; preocupam-se com os ‘interesses da indústria’; procuram agir como mediadores. Pode haver exceções ao nível dos indivíduos, mas regra geral, não podem ter esse sentimento de pertencerem a uma classe como têm os operários, pois que estes não procuram compreender nem tomar em consideração os interesses dos capitalista, mas lutam pelos seus próprios interesses. Por conseguinte os sindicalistas entram necessariamente em conflito com os operários (1936, s/p).

acumulação conjugado não foi distinto. As formas de valorização fordistas são caracterizadas por uma arrebatadora alienação do trabalho que tendem a fazer com que o operário negue sempre quando pode essa exploração através do trabalho moroso, do absenteísmo, da sabotagem etc. e passa a investir contra as mercadorias produzidas, contra as ferramentas e maquinaria envolvida nesse processo exploratório, vendo nisso uma reação a tal condição. Analisando esse período, Bihl revela que

esse tipo de revolta toma formas fundamentalmente individuais (e mesmo individualista) e de algum modo defensivas, cujo denominador comum é a fuga do trabalho e da produção: absenteísmo e *turn-over*¹¹ crescentes, busca de “pequenos trabalhos” ocasionais, e até mesmo ruptura com a condição de assalariado e volta às formas pré-capitalistas de produção (pequena produção mercantil, artesanal e/ou agrícola). As reivindicações dominantes são então as de autonomia individual e pelo fim do trabalho (2010, p. 60-61).

Nesse estágio das lutas a recusa ao capital é realizada sem uma consciência revolucionária, se restringindo a uma luta individual e cotidiana contra o capital (JENSEN, 2014). No entanto, as lutas operárias desse período não se limitaram apenas a esse estágio, pelo contrário percorreram todos os outros. Passada a euforia com as vantagens das concessões típicas desse período, a classe operária, formada sob a vigência dos processos de valorização fordistas, se rebela e uma onda de lutas operárias se desencadeia questionando toda a brutal alienação do trabalho (heterogestão), expressa pelas relações de produção capitalistas:

formada no quadro do próprio fordismo, esta não estava disposta a ‘perder sua vida para ganha-la’: a trocar um trabalho e uma existência desprovidos de sentido pelo simples crescimento de seu ‘poder de compra’, a privação de ser por um excedente em ter. Em poucas palavras, a se satisfazer com os termos do compromisso fordista¹² concluído por sua antecessora (BIHL, 2010, p. 60).

¹¹ Trata-se de um termo da língua inglesa que se traduz em “renovação”, “troca”, “reversão” e que na linguagem administrativa da burocracia dos recursos humanos (RH) de uma empresa representa a rotatividade de funcionários na empresa ou em determinados setores da empresa, geralmente marcados por um trabalho extremamente precário, como é o caso, por exemplo, dos trabalhadores de *call centers* e que revela a luta espontânea e individual contra o trabalho alienado.

¹² Destacamos que não há concordância da nossa parte com tal termo visto que para nós o mesmo é ideológico (falsa ideia sistematizada sobre a realidade), uma vez que não houve em momento algum qualquer “compromisso” ou “pacto” entre a classe operária e a burguesia e/ou a burocracia estatal/sindical/partidária. Pelo contrário, o que houve foi uma luta entre essas classes na qual a burguesia, auxiliada pela burocracia sindical, impõe à classe operária as regras desse novo regime de acumulação. No entanto, tais regras vieram acompanhadas de algumas concessões ao proletariado com o intuito de evitar maiores radicalização das suas lutas. Concessões essas, diga-se de passagem, que em nada alterou a relação de exploração da burguesia sob o proletariado que se fundamenta na extração de mais-valor, independente de aumentos salariais e políticas sociais em geral. Sintetizando, o regime de acumulação conjugado revelou, assim como os demais regimes de acumulação capitalista, uma contraofensiva da burguesia que, nesse caso, contou com apoio dos sindicatos que naquela conjuntura já eram instituições integralmente capitalistas.

Juntamente com isso, o capitalismo passa a experimentar sua inevitável crise de acumulação provocada pela queda da taxa de lucro¹³. Queda essa que constrange o estado capitalista a tomar uma série de medidas com o intuito de combatê-la, o que remete ao aprofundamento dos processos de valorização (intensificação da tecnologia na produção, maior disciplinamento da força de trabalho, perda absoluta do proletariado sob o controle do seu trabalho, execução torturante de tarefas cotidianas extremamente repetitivas etc.) e à redução dos investimentos estatais, principalmente em políticas sociais e serviços públicos. Não obstante, a efetivação de tais políticas - manifestação das contra tendências capitalistas - consequentemente amplia o descontentamento social do proletariado e, também, de outros grupos sociais que entram na luta. Esse é o caso do movimento estudantil que, aliado ao proletariado, também protagonizara episódios de grande radicalidade nas lutas sociais em alguns países europeus, com destaque para a França.

A partir do final da década de 1960 as lutas operárias ingressaram no seu segundo estágio, o das lutas autônomas. Duas características essenciais dessas lutas são a ação coletiva (reuniões, assembleias, panfletagem, piquetes, greves etc.) e a recusa da (falsa) representatividade da burocracia partidária/sindical e suas práticas reformistas e vanguardistas (leninistas). Nesse estágio

a consciência de classe, apesar de suas contradições, já sabe que sua ação é uma recusa e a associação operária se forma. Devido a isto, as lutas operárias autônomas significam uma prática coletiva e contestadora que assume um nível de radicalidade elevado. Daí a reação burguesa e burocrática, bem como o conflito e luta encarnizada, ou seja, a radicalização da luta de classes (JENSEN, 2014, p. 07).

A greve geral¹⁴ que assola a França nos meses de maio/junho de 1968 e toda a dinâmica que as lutas operárias assumem nesse contexto é uma expressão significativa desse estágio das lutas e de sua imensa radicalidade. No entanto, é necessário

¹³ De acordo com Bühr, “a obtenção constante de ganhos de produtividade tem como condição uma elevação da composição técnica do capital: da relação entre a massa do trabalho morto (matérias-primas e meios de trabalho) e a do trabalho vivo que ela mobiliza. Ora, se todas as outras coisas permanecem iguais, qualquer elevação da composição técnica do capital tende a provocar uma elevação da composição orgânica (da relação entre a massa do capital consumido e o valor criado pelo trabalho vivo), mas também um aumento do capital fixo em relação ao capital circulante e, portanto, uma diminuição da rotação do capital, dois fatores que diminuem inevitavelmente a taxa de lucro” (2010 p. 70).

¹⁴ Segundo Thomas, “durante as semanas que se seguem a França estará completamente paralisada por um movimento de 5 a 7 milhões de grevistas. Calcula-se que no dia 17 (maio/1968) à noite 200.000 trabalhadores estão em greve. Ao meio dia do dia seguinte são um milhão, o dobro pela noite, 4 milhões na segunda-feira dia 20 e mais de 04 milhões a partir de quarta-feira” (2008, p. 56-57).

compreendê-la inserida na totalidade da luta de classes desse período, visto que a radicalidade das lutas operárias foi, em determinada medida, impulsionadas pela radicalidade do movimento estudantil e pela influência de suas lutas culturais¹⁵ revolucionárias, junto a setores do proletariado francês:

Para muitos os dias de maio de Paris devem ter sido um acontecimento essencialmente noturno: batalhas noturnas com a CRS (Companhia Republicana de Segurança – LB), barricadas noturnas, debates noturnos nos grandes anfiteatros. Mas este era apenas um lado da moeda. Enquanto alguns discutiam até tarde da noite na Sorbonne, outros iam cedo pra cama, para poderem distribuir panfletos pela manhã nos portões de fábrica e na periferia. Panfletos esses que tinham que ser planejados, datilografados, reproduzidos, e cuja distribuição tinha que ser cuidadosamente organizada [...] E não foi pequena a sua contribuição para dar uma forma articulada à nova consciência revolucionária [...] A ideia geral era estabelecer laços com grupos de trabalhadores, por menores que fossem, que compartilhassem a visão revolucionária-libertária desse grupo de estudantes. Após estabelecido contato, trabalhadores e estudantes cooperaram na formulação conjunta dos panfletos[...] Produzido um panfleto, ele seria então distribuído conjuntamente pelos trabalhadores e estudantes do lado de fora da fábrica [...] O que era preciso, nesse exato momento, era um rápido e autônomo desenvolvimento da classe trabalhadora, a organização de comitês de greves eleitos que fizessem a ligação entre os sindicalizados e não sindicalizados em todas as empresas e indústrias em greve, reuniões regulares dos grevistas de modo que as decisões fundamentais permanecessem nas mãos do trabalhador comum, comitês de defesa dos trabalhadores para defender os piquetes das intimidações da polícia (relação comum entre piqueteiros explorados e a repressão estatal), um diálogo constante com os estudantes revolucionários com o objetivo de restituir à própria classe trabalhadora sua própria tradição de democracia direta e sua própria aspiração à autogestão, que foi usurpada pelos burocratas dos sindicatos e partidos políticos” (BRINTON, 2003, p. 63-66; parênteses meu).

Uma multiplicidade de determinações possibilita apreender as razões para a emergência de um movimento estudantil com tendências radicais na França (assim como em diversos outros países¹⁶) durante a vigência do regime de acumulação

¹⁵ Isso comprova a tese de Viana segundo a qual “cabe aos revolucionários não se omitirem e atuarem no sentido de reforçar a luta do proletariado. Para fazer isso, existem as mais variadas formas, desde a produção e divulgação de ideias revolucionárias; produção teórica e artística; ações políticas práticas, busca de organização e trabalho coletivo visando constituir elementos para apoiar a luta proletária, etc. Assim, um dos elementos fundamentais é a luta cultural visando corroer a hegemonia burguesa e acelerar o processo de desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, efetivando a passagem da consciência concreta para uma consciência revolucionária, mesmo que em círculos mais restritos, e buscando sua expansão para círculos mais amplos. É neste contexto que se coloca a questão da propaganda revolucionária e da propaganda generalizada” (2007, p. 07).

¹⁶ Esse é também o caso do movimento estudantil estadunidense: Como afirma Bottomore, “não admira que as ideias radicais tenham sido discutidas mais intensamente no movimento estudantil e, uma vez que as organizações estudantis desempenharam um papel ativo nos direitos civis, na luta contra a pobreza e no movimento pacifista, suas ideias foram amplamente divulgadas [...] A revolta em Berkeley, no outono de 1964, chamou a atenção para o movimento. Começou com as reivindicações estudantis relativas à liberdade de expressão no *campus*, mas logo incorporou problemas muito mais amplos – a natureza da moderna universidade e suas relações com a sociedade, bem como o lugar dos estudantes

conjugado. Um conjunto de acontecimentos históricos promoveu uma maior conscientização do movimento estudantil em todo o mundo, dentre eles se destacam as guerras imperialistas (Vietnã e outras ocupações na África), as lutas armadas contra as ditaduras militares na América Latina, a luta dos negros pelos direitos civis nos EUA, a revolução cultural na China etc. Juntamente com a consciência derivada desses acontecimentos, os estudantes passaram a perceber a quem serve a educação universitária, visto que o regime de acumulação conjugado exigia uma forma educacional adequada tão somente aos desígnios da acumulação de capital e suas formas de regularização, e por isso trataram de realizar uma crítica radical a essa “sinistra conspiração”¹⁷.

O estado integracionista francês havia promovido uma expansão¹⁸ do ensino superior em todo o país objetivando proporcionar quadros especializados de mão-de-obra adequada para a acumulação conjugada, isto é, um modelo de ensino cada vez mais

na universidade – tendo-se comunicado agora, consideravelmente, a outras universidades nos Estados Unidos, no Canadá e até mesmo na Europa. A ideia de universidade que os estudantes atacaram e a que se opuseram foi a de ‘fábricas de conhecimentos’, na qual os estudantes são trabalhados tão eficientemente quanto possível com o fito de ocuparem carreiras na ordem social estabelecida externa à universidade [...] O segundo problema levantado bastante insistentemente pelo movimento estudantil foi o da organização e direção da universidade [...] Uma universidade é, ou deve ser, uma comunidade de universitários. Como tal, deveria ser auto-dirigida; e não governada de fora, pelos políticos, burocratas ou empresários” (1970, 82-84).

¹⁷ “Não é acidental que a ‘revolução’ tenha começado nas faculdades de sociologia e psicologia de Nanterre. Os estudantes viram que a sociologia que lhes era ensinada era um meio de controle e manipulação da sociedade, e não um meio de compreendê-la de modo a transformá-la. No decorrer eles descobriram a sociologia revolucionária. Rejeitaram o nicho reservado para eles na grande pirâmide da burocracia, o de ‘especialistas’ a serviço do poder tecnocrático, especialistas do ‘fator humano’ na equação industrial moderna” (BRINTON, 2003, p. 18-19). O texto de João Bernardo intitulado *Estudantes e trabalhadores no Maio de 68*, disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/2.pdf, traz uma grande quantidade de panfletos produzidos pelos estudantes radicais, nos quais alguns destacam essa enérgica crítica ao modelo educacional capitalista francês e que vale a pena citar o trecho de um longo panfleto dirigido aos trabalhadores: “No ensino superior existem 10% de filhos de operários. Será que nós lutamos para aumentar este número [...]? Seria melhor, mas não é isso o mais importante. [...] Que um filho de operário possa tornar-se director, não é esse o nosso programa. Queremos suprimir a separação entre trabalhadores e operários dirigentes [...] Recusamo-nos a ser utilizados em benefício da classe dirigente. Queremos suprimir a separação entre trabalho de execução e trabalho de reflexão e de organização. Queremos construir uma sociedade sem classes, e o sentido da vossa luta é o mesmo. [...] A forma da vossa luta oferece-nos, a nós estudantes, o modelo da actividade realmente socialista: a apropriação dos meios de produção e do poder de decisão pelos trabalhadores. A vossa luta e a nossa luta são convergentes” (BERNARDO, 2008, p. 25).

¹⁸ “Tom Nairn diz que de fins da década de 1950 aos fatos da comuna estudantil de maio de 1968 o número de estudantes universitários franceses saltara de 170 mil para mais de seiscentos mil, crescimento esse que não teve o mesmo acompanhamento na construção de novos prédios e outras instalações que pudessem acomodar esse crescimento numérico de estudantes. Só em Paris, essa massa estudantil chegava a 182 mil pessoas. Nairn conclui que como corolário desse crescimento esses estudantes praticamente ficavam impedidos de ter acesso a condições de estudo e manutenção adequada de sua sobrevivência” (PINTO, 2008, p. 03).

tecnicista e burocrático. No entanto, com a crise da acumulação conjugada, a universidade francesa se vê atacada por uma série de reformas, com destaque para o plano Fouchet e o V plano, que visavam à redução de custos e, conseqüentemente, provocaram uma maior precarização da condição estudantil, tais como perda de bolsas de estudo, falta de moradia universitária, restrição de acesso via vestibular, redução do tempo para graduação, especialização tecnicista etc. Aliado a essa condição estudantil precária, os jovens estudantes ainda tinham que se preocupar com a ameaça do desemprego, o receio de não se inserirem no mercado de trabalho, uma ressocialização e perspectiva de futuro comprometida etc. (VIANA, 2014; 2015). Em síntese, motivos para a contestação social juvenil/estudantil é o que não faltava.

Outra determinação de ordem cultural foi decisiva para o avanço e radicalização das lutas estudantis e, posteriormente, operárias. Trata-se da cultura contestadora já existente na sociedade francesa e que foi amplamente recuperada e divulgada nesse contexto de contestação radical da sociedade capitalista:

as teses de Socialismo ou Barbárie, da Internacional Situacionista (especialmente a crítica do cotidiano e da sociedade espetacular, a ideia de revolução total e dos conselhos operários), de Henri Lefebvre (crítico da “sociedade burocrática de consumo dirigido”), além das obras de Daniel Guérin, André Gorz, Jean-Paul Sartre (este com grande influência direta no movimento estudantil), entre outros, inclusive que mais tarde serão adicionados no bojo do próprio movimento (como é o caso de Marcuse e da retomada dos pensadores anarquistas e comunistas de conselhos, bem como o maoísmo com ares esquerdistas da época, devido influência da revolução cultural chinesa), formam uma cultura contestadora que irá fornecer armas para um grande contingente de estudantes radicalizados deste período. Dentro dessa cultura contestadora, a ideia de autogestão estava presente em várias de suas tendências, não só nos grupos políticos e suas produções culturais citadas, mas em autores como Guérin, que buscava unir marxismo e anarquismo, André Gorz, que inclusive previu em 1967 a rebelião estudantil no ano seguinte (GORZ, 1969) e outros que pregavam a revolução total (LEFEBVRE, 1992; MARCUSE, 1999; DEBORD, 1997) [...] (VIANA, 2015, p. 118).

A aliança estudantil/operária realizada com vigor pelos setores mais radicais, tanto do movimento estudantil quanto do movimento operário, veio acompanhada por uma dura oposição de classe: tanto a burocracia sindical da CGT (Central Geral dos Trabalhadores) quanto a burocracia partidária do PCF (Partido Comunista Francês) não via com bons olhos o desenvolvimento de um movimento operário autônomo. É claro que isso se deve ao fato, como já mencionamos anteriormente, de os interesses de classe do proletariado revolucionário não coincidirem com os interesses de classe da burocracia sindical/partidária (frações das classes auxiliares da burguesia) e por isso tal

classe social não mediu esforços para tentar barrar¹⁹ essa aliança ameaçadora (BRINTON, 2003). A análise realizada por Thomas deixa claro o papel conservador da burocracia (CGT e PCF):

entre maio e junho de 1968 o poder burguês francês sofreu uma das maiores contestações de sua história: 10 milhões de operários, a grande maioria da força de trabalho da França aderiu à greve geral e o movimento estudantil enfrentava o regime nas ruas [...] O principal aliado de De Gaulle na crise aberta com a insurgência operária e estudantil foi nada menos que o Partido Comunista Francês e a CGT, que se bem havia perdido toda autoridade no movimento estudantil, conservava a direção dos principais batalhões do movimento operário (THOMAS, 2008, p. 69).

A percepção de que a burocracia é uma classe auxiliar da burguesia, aliada ao avanço da consciência revolucionária, possibilitou uma radical contestação dessas instituições burocráticas e abriu caminho para a busca de uma alternativa, isto é, as lutas autogestionárias e sua utopia concreta: a autogestão social (VIANA, 2014; 2015). Esse é o último estágio das lutas operárias, estágio no qual o proletariado não apenas contesta e recusa a burguesia e a burocracia como classe dirigente da sociedade capitalista, como também assume o controle revolucionário da fábrica e da sociedade como um todo. Nesse estágio se encontra presente a consciência e a ação revolucionária em direção à construção da sociedade autogerida (o reino da liberdade) e nele

a recusa do capital e da burocracia vem acompanhada pela associação coletiva que passa a autogerir as relações de trabalho e o conjunto das relações sociais. O combate ao capital e ao estado é acompanhado da consciência de que eles devem ser destruídos e que em seu lugar somente a autogestão pode garantir novas relações sociais, igualitárias. Nasce a consciência de um objetivo: a revolução social, o que pressupõe uma visão da totalidade das relações sociais e da articulação do movimento operário no sentido de generalizar o processo autogestionário. É imprescindível a percepção disto, pois o comunismo, tal como colocou Marx, não surge da mesma forma que o capitalismo, através do desenvolvimento da propriedade, e sim do domínio consciente dos seres humanos sobre sua vida social, ou seja, sem consciência revolucionária não é possível uma sociedade autogerida (JENSEN, 2014, p. 08).

¹⁹ Vale a pena conferir a obra *Paris: Maio de 68* de Maurice Brinton, pois está repleta de relatos sobre as estratégias medíocres da burocracia do Partido Comunista Francês e da burocracia da Central Geral dos Trabalhadores que revelam seu conservadorismo e reacionarismo burguês. A seguir, uma dessas passagens: “O respeito pelos fatos me obriga a admitir que muitos grupos seguiram as ordens da burocracia sindical. As repetidas calúnias ditas pelos líderes da CGT e do Partido Comunista produziram seu efeito. Os estudantes eram chamados de ‘agitadores’, ‘aventureiros’, ‘elementos suspeitos’. A ação proposta por eles ‘levaria apenas uma a uma intervenção violenta da CRS’ (que se manteve totalmente fora de vista durante toda a tarde). ‘Isso era apenas uma manifestação, não um prelúdio à Revolução’. Agindo cruelmente na parte mais ao fundo da multidão, e atacando fisicamente a parte mais à frente, os ajudantes de burocratas da CGT conseguem fazer com que a maior parte dos manifestantes dispersem, muitas vezes sob protesto. Milhares foram ao Champs de Mars. Mas centenas de milhares foram para casa. Os stalinistas ganharam, mas as discussões iniciadas certamente irão repercutir nos meses seguintes” (BRINTON, 2003, p. 41-42).

Está claro para nós que o movimento operário, bem como o movimento estudantil francês não é um todo homogêneo, visto que somente alguns dos seus setores avançaram em direção à consciência e prática revolucionária e não a sua totalidade. Contudo, tais setores atingiram o estágio das lutas revolucionárias, visto que milhares de universidades e fábricas estiveram sob o controle dos conselhos estudantis/operários, a ideia de autogestão social ganhou terreno e suscitou um projeto autogestionário de sociedade: “a contestação total gerou um projeto de transformação total” (VIANA, 2015). Confirmou-se, assim, a tendência histórica do surgimento de experiências comunistas embrionárias no regime de acumulação conjugado, pois a França, mais uma vez, assim como na Comuna de Paris de 1871, esteve assombrada e ameaçada pelo espectro da autogestão social (comunismo). De acordo com o historiador João Alberto da Costa Pinto,

nunca uma potência capitalista estivera sob ameaça tão grave de destruição de suas instituições políticas. Estudantes e trabalhadores em voz uníssona recusaram-se durante mais de um mês a qualquer diálogo com as representações políticas tradicionais nas negociações entre capital e trabalho no capitalismo. Estudantes e trabalhadores generalizaram aquilo que Karl Marx definia como o “poder social”, com a grande recusa do movimento social as instituições capitalistas desabavam a olhos vistos na sua completa vacuidade de sentido histórico. Nem partidos, nem sindicatos, nem o parlamento ou qualquer outra agência governamental podia assumir-se como porta-voz da colossal manifestação social que varria as ruas do país. Da comuna de estudantes e trabalhadores definiram-se práticas sociais de novo tipo, de uma solidariedade radical nunca antes vista nessa proporção e magnitude na história das lutas anticapitalistas do século XX [...] O Maio de 1968 representa fundamentalmente as possibilidades societárias da autogestão generalizada. Representa, portanto, a luta pela supressão das práticas institucionais do modo de produção capitalista pela organização social de práticas institucionais de novo tipo, centradas na solidariedade dos trabalhadores, o poder político de novo tipo nascido nessas práticas de recusa definindo-se como poder social. O Maio de 1968 apontou como realidade concreta a sociedade comunista. Esse é o real sentido histórico do Maio de 1968, não uma manifestação estudantil que explodia contra as expressões formais da imaginação e da consciência alienada de estudantes e trabalhadores na sociedade capitalista. Não foi apenas uma “recusa” ou o “é proibido proibir” reclamado contra as instituições da repressão social, o efetivo sentido histórico dos acontecimentos do Maio de 1968 deu-se pelas práticas cotidianas da auto-organização dos trabalhadores e estudantes franceses como a negação absoluta do capitalismo e a afirmação da materialidade concreta da ordem comunista (PINTO, 2008, p. 01-02).

Sabemos que o avanço da tendência revolucionária depende de uma série de fatores, dentre eles o essencial é a generalização da autogestão social, o que depende da correlação de forças nos enfrentamentos entre classes antagônicas, alianças duradouras entre classes e grupos revolucionários etc. A contratendência é um fator importante e que explica a dificuldade para generalizar a luta revolucionária, visto que a ação de

outras classes sociais, principalmente a repressão estatal, emperra o avanço de tais lutas que, ao não se concretizarem, tendem a retrocederem para os estágios anteriores (JENSEN, 2015). Foi isso o que ocorreu em diversas experiências autogestionárias históricas, inclusive no Maio de 68 na França, pois, do contrário, se as lutas operárias como um todo estivessem atingido o estágio autogestionário, a Europa teria experimentado uma revolução proletária, mas infelizmente ainda não foi o caso.

Uma série de medidas foi tomada pela burocracia estatal em aliança com a burocracia partidária/sindical (PCF e CGT, principalmente), dentre elas a que mais surtiu efeito foi a de promover uma divisão do movimento operário para posteriormente reprimir duramente seus setores mais radicalizados. Os primeiros dias de junho de 1968 experimentaram verdadeiras batalhas campais nas ruas e nas fábricas ocupadas e controladas pelos operários. A pujante resistência proletária, que mesmo após sofrerem a desocupação das fábricas, por diversas vezes voltavam a ser ocupada e auto-organizada pelos próprios operários auxiliados pelos estudantes, foi derrotada com o uso de um verdadeiro aparato de guerra, contando com o uso de fuzis e granadas, visto que a repressão já não obtinha resultado apenas com balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio. Muitos foram os operários e estudantes que ficaram feridos, tiveram partes do corpo, como mãos, pernas e pés arrancados pela explosão de granadas e vários outros assassinados a tiros e houve até mesmo os que morreram afogados na tentativa de fugir da vandálica repressão policial.

Naqueles dias é que foram assassinados pelas mãos da polícia e das forças de repressão Gilles Tautin, secundarista, que se afoga no Rio Siene, próximo da fábrica Renault de Flins enquanto tentava escapar da polícia, Philippe Mathérieron que morre em uma barricada do Bairro Latino e Pierre Beylot e Henrin Blanchet, operários da Peugeot em Sochaux. As jornadas do dia 11 e 12 são extremamente violentas, tanto nas fábricas ainda em greve como no interior (THOMAS, 2008, p. 66).

Após o esmagamento do movimento operário/estudantil francês o capitalismo retorna a sua normalidade e um novo ciclo de refluxo da luta de classes se instala. Nesse primeiro momento após o refluxo, houve um reforço da dominação capitalista que articulou o surgimento de diversas iniciativas, visando combater a crise de acumulação. Esse foi o caso da Comissão Trilateral (trilateralismo) e suas recomendações. Essas representavam um esforço tanto político-econômico quanto ideológico objetivando ofuscar as verdadeiras pretensões dessa nova ofensiva capitalista, que estava por vir, e suas previsíveis consequências para as classes exploradas de todo o mundo. Contudo, é interessante perceber que o conjunto de recomendações e medidas almejadas pela

Comissão Trilateral já continha os germes do que viria a constituir as formas do regime de acumulação integral. Dentre muitas, as que mais se destacam, e são centrais para nossa análise, é a que prevê o aumento expressivo do lumpemproletariado (principalmente nos países de capitalismo subordinado) e a necessidade de um estado policial repressor²⁰:

Quanto mais a erradicação da pobreza for relegada a um futuro indefinidamente longínquo, mais se considerará a repressão política como uma tarefa de longo prazo. Porque só a repressão política é que permite uma longa convivência com a pobreza. O Estado-Nação anterior é assim substituído pelo Estado autoritário policial [...] Por conseguinte, começa-se a falar de uma “nova democracia”, que é simplesmente a declaração sistemática do fim da democracia liberal. A nova democracia é o estado policial (HINKELAMMERT, 1979, p. 103).

Parece-nos que a Comissão Trilateral estava mais certa da necessidade desse estado policial nos países de capitalismo subordinado²¹, no entanto a acumulação integral representaria também um aumento da exploração e precarização do trabalho, da expansão do lumpemproletariado acompanhada da miséria que lhe é inerente e, portanto, das tensões sociais, inclusive, nos países imperialistas. A percepção posterior disso fez soar o alerta das autoridades dos países imperialistas que, juntamente com o espectro da autogestão social que recentemente assombrou a Europa (final da década de 1960 e início dos anos 70), passou a fortalecer seus aparatos repressivos, transformando-os em estados policiais violentíssimos. Eis aqui uma prefiguração do estado neoliberal que passaremos a discutir adiante.

1.2.1 – Estado Neoliberal e Escalada Repressiva

Nosso ponto de partida para pensar o estado neoliberal está na busca por respostas a algumas interrogações fundamentais, já levantadas anteriormente: que relações sociais concretas o estado neoliberal busca tornar regular? Que obstáculos sabe que deverá combater para garantir tal regularização e de que maneira? Indubitavelmente, as relações sociais que compõe o regime de acumulação integral, e

²⁰ Para Andrew Young, ideólogo da Comissão Trilateral, isso estava muito claro, pois segundo ele “o desemprego e a repressão política são, certamente, parte de um mesmo problema social” (Apud HINKELAMMERT, 1979, p. 103).

²¹ Nos países latino-americanos a construção do estado policial se deu através da instalação do terrorismo de estado pelas ditaduras burguesas e representou uma gradual transição para os posteriores estados neoliberais que, após o fim das ditaduras, mantiveram-se como verdadeiros estados policiais repressores e terroristas. Esses foram e continuam sendo os casos do Chile, Argentina, Brasil, Uruguai e vários outros.

que o estado neoliberal visa tornar regular, podem ser expressas na frase de Bourdieu, segundo a qual o neoliberalismo equivale a um mundo de “uma exploração sem limites” (1998). Isso é ainda mais correto para pensar a realidade dos países de capitalismo subordinado (como o argentino) singularmente regularizados por estados neoliberais subordinados.

Após a profunda recessão do início da década de 1970, a totalidade da vida social (relação de produção, mercado, o espaço público e sua sociabilidade, a cultura, finanças, as instituições de forma geral etc.) sofre uma radical reestruturação que marca a transição do regime de acumulação conjugado para o regime de acumulação integral. A radicalidade dessa reestruturação fundamentou-se na construção de condições estruturais mundiais garantidoras de uma maior extração de mais-valor (absoluto e relativo) em escala planetária. Para isso necessitou elaborar de forma sistemática uma dura ofensiva essencialmente contra o proletariado, mas também, contra toda e qualquer classe social que pudesse representar um obstáculo à efetivação da acumulação integral, tal como setores do lumpemproletariado na Argentina contemporânea.

Uma das tarefas mais urgentes que se impunha à burguesia internacional era a de enfraquecer o movimento operário e de outras classes sociais organizadas e detentoras de significativo poder político, como exemplo podemos citar o PATCO – sindicato dos controladores de voo nos EUA que impôs uma dura resistência aos ajustes neoliberais propostos pelo governo de Ronald Reagan, durante uma longa e combativa greve no ano de 1981, mas que ao final foi derrotada pela ofensiva neoliberal engendrada nesse país e em quase todos os países capitalistas.

Nas décadas de 1960 e 1970, em diversas nações do mundo, o movimento operário representou o principal obstáculo à consolidação da acumulação ampliada de capital e, conseqüentemente, da consolidação do poder de classe da burguesia. Portanto, tornara-se fundamental articular diversas estratégias para enfraquecer a classe operária organizada e impor a acumulação integral. Logo adiante veremos que em toda essa articulação o estado neoliberal foi a principal instituição regularizadora dessa ofensiva.

Com a finalidade declarada de enfraquecer o movimento operário estadunidense e europeu, a burguesia mediada pela burocracia estatal utilizou de diversas estratégias, dentre elas a de recorrer a fontes de trabalho mais dóceis e significativamente mais baratas como, por exemplo, as que costumam ser ofertadas pelo trabalho imigrante. De acordo com Harvey,

houve uma série de maneiras para fazer isso. Uma delas foi estimular a imigração. O Ato de Imigração e Nacionalidade de 1965, que aboliu as cotas de origem nacional, permitiu o acesso ao capital dos EUA à população excedente global (antes apenas europeus e caucasianos eram privilegiados). No fim dos anos 1960, o governo francês começou a subvencionar a importação de mão de obra da África do Norte, os alemães transportaram os turcos, os suecos trouxeram os iugoslavos, e os britânicos valeram-se dos habitantes do seu antigo império (HARVEY, 2011, p. 20).

Outra opção que existia para a burguesia, que poderia contar com os vultosos subsídios estatais, era a de levar o capital até tais fontes de trabalho dóceis e extremamente baratas, através do deslocamento industrial, que em muitos casos expressou um movimento de mão-dupla, quer dizer, de um lado do país ou do globo terrestre houve desindustrialização, porém do outro lado, o que ocorreu foi um significativo processo de industrialização, visto que diversas empresas e seus capitais se deslocaram para outras regiões (nacionais ou internacionais) em busca de melhores condições para extração de mais-valor. Nessas novas regiões (Brasil, México, África do Sul, Coréia do Sul e outros mais), o capital não precisava se preocupar, pelo menos nas primeiras décadas, com a tradição de um movimento operário combativo, pois esse era praticamente inexistente, podia contar com uma repressão estatal violentíssima aos movimentos de contestação, já que em alguns países (latino americanos) a transição para a acumulação integral foi realizada por ditaduras burguesas, além de já contar com baixos salários ainda contava com um expressivo “exército industrial de reserva”, composto pelo lumpemproletariado e que pressionava ainda mais os salários para baixo, dividia a classe operária e a mantinha disciplinada (HARVEY, 2008a; SILVER 2005).

Nos países e regiões que sofreram a desindustrialização, também houve uma expansão do lumpemproletariado que contribuiu para disciplinar a força de trabalho (ativa e excedente), uma vez que o processo de desindustrialização promoveu uma expansão do desemprego e esse, por sua vez, possibilitou à burguesia impor ao conjunto da classe operária - sob o temor da lumpemproletarização - as relações de trabalho marcadas pela exploração integral. O regime de acumulação integral expressa a contemporaneidade²², o estágio da história capitalista mais avançado no que diz respeito à ofensiva burguesa contra o proletariado, o lumpemproletariado e outras classes sociais exploradas, já que tal período intensifica e expande a já existente precariedade laboral, o subemprego, a superexploração do trabalho e seus resultados para o proletariado, isto é, suas doenças físicas e psíquicas, a expansão monstruosa do lumpemproletariado, a

²² Cf. (VIANA, 2014a).

favelização do mundo, a militarização da vida cotidiana de milhares de bairros pobres espalhados pelo globo terrestre e uma lista assombrosa de outras barbaridades cometidas contra as classes exploradas. Todo esse horror em nome do monsenhor capital e do seu regime de acumulação contemporâneo.

Portanto, para promover a acumulação integral de capital, a burguesia tratou de encontrar formas mais eficazes de valorização marcadas, como não podia deixar de ser, pela imposição de novas relações de trabalho superexploratórias, como o toyotismo e outras formas similares de valorização capitalista. Incontestavelmente, o que se verifica por todos os lados é que a acumulação integral fundamenta-se em uma exploração integral da força de trabalho, pois

objetivada pelo modelo toyotista busca extrair mais-valor de forma intensiva e extensiva e para isso promove uma intensificação do processo de trabalho e um controle rigoroso sobre todo o tempo de trabalho, gerando *mais-violência* para o trabalhador [...] O caráter central do trabalho na contemporaneidade é a superexploração marcada pela intensificação do trabalho, pelo assédio moral, pela pressão psicológica, pelo desenvolvimento da síndrome da culpa, síndrome do pânico, pelo estresse, depressão, medo e várias outras formas de mais-violência derivadas do trabalho. Nesse sentido, o que denominamos aqui de *mais-violência* caracteriza-se por uma *sobreviolência intensificada no trabalho* e que atinge o operário tanto fisicamente quanto psiquicamente, podendo levá-lo à morte (BRAGA, 2009. P. 09).

O estado capitalista é a forma fundamental de regularização das relações sociais capitalistas, no entanto, suas formas são históricas, quer dizer sofrem mudanças, rupturas, avanços, retrocessos etc., de acordo com as necessidades da acumulação de capital (VIANA, 2003; 2009). Portanto, o neoliberalismo deve ser entendido como a forma estatal exigida para a retomada da acumulação capitalista após a crise da década de 1970. Nesse sentido, concordamos com a afirmação de Harvey segundo a qual o neoliberalismo

se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal (2011, p. 16).

O neoliberalismo compõe uma das formas desse projeto burguês que em sua totalidade expressa o regime de acumulação integral, pois após o fracasso do trilateralismo em tentar salvar o capitalismo ainda no regime de acumulação conjugado, se apresentou como alternativa concreta à crise de acumulação: uma mudança severa nas *formas* necessárias para garantir a permanência da sociedade capitalista (VIANA,

2009). Deste modo, o neoliberalismo é a forma estatal responsável para regularizar as relações sociais necessárias à acumulação integral de capital. O estado neoliberal foi se constituindo e forjou ferramentas para garantir a retomada da acumulação capitalista que, principalmente em momentos de crise, equivale à criação de melhores condições de exploração e disciplinamento da força de trabalho internacional, ou seja, a segurança da reprodução ampliada de capital.

Outra estratégia realizada pelo estado neoliberal visando regularizar a acumulação integral de capital foi o deslocamento de diversas empresas estatais altamente lucrativas para as mãos da iniciativa privada (e burguesa), através do processo de privatização, que contou com toda uma retórica ideológica que se “validava” a partir da ineficiência do estado em gerir o capital:

numa tentativa desesperada de encontrar mais locais para colocar o excedente de capital, uma vasta onda de privatização varreu o mundo, tendo sido realizada sob a alegação dogmática de que empresas estatais são ineficientes e desengajadas por definição, e a única maneira de melhorar seu desempenho é passá-las ao setor privado. O dogma não resiste a qualquer análise pormenorizada. Algumas empresas estatais são de fato ineficientes, mas outras não são. Basta viajar pela rede ferroviária francesa e compará-las aos sistemas pateticamente privatizados dos EUA e Inglaterra. E nada poderia ser mais ineficiente e perdulário do que o sistema de saúde privado nos Estados Unidos (o Medicare, o segmento estadual, tem custos de manutenção muito menores). Não importa. Indústrias administradas pelo estado, assim seguiu o mantra, tiveram de ser abertas para as bênçãos da iniciativa privada e a economia de mercado. Em alguns casos pode ter havido ganhos de eficiência, mas em outros não. O que se tornou evidente, no entanto, foi que os empresários que compraram esses bens públicos, em geral com bons descontos, rapidamente se tornaram bilionários. O mexicano Carlos Slim Helú, classificado como o terceiro homem mais rico do mundo pela revista *Forbes* em 2009, teve seu grande êxito com a privatização das telecomunicações do México no início dos anos 1990. A onda de privatizações num país marcado por sua pobreza catapultou vários mexicanos para a lista de mais ricos da *Forbes* em um curto prazo. A terapia de choque de mercado na Rússia pôs sete oligarcas no controle de quase metade da economia dentro de alguns anos (HARVEY, 2011, p. 32).

Todas essas estratégias, assim como várias outras, exigiram uma série de alterações nas formas de regularização das relações sociais de forma geral - na totalidade da legislação de diversos países em todo o mundo, na totalidade das regras do sistema financeiro mundial, na totalidade da política econômica, na totalidade das políticas sociais que abandonaram de forma cruel as classes mais necessitadas, na política estatal repressiva etc. -, enfim, ocorre uma alteração estrutural na forma estatal, que deixa de ser integracionista para tornar-se neoliberal, adequando-se e fazendo outras classes sociais se adequarem, inclusive à base de uma repressão semifascista, às

exigências dessa nova ofensiva burguesa e, por conseguinte, assegurando as melhores condições reprodutoras do capitalismo em escala mundial²³.

A prioridade máxima do estado neoliberal é a de garantir um *clima favorável para os negócios*, mesmo que para isso tenha que impor um *mal-estar social* generalizado através das suas formas de regularização social que, em linhas gerais representou um violento ataque a diversos direitos trabalhistas e sociais de forma geral, um solapamento de toda e qualquer política social, uma nova regularização do mercado caracterizada por uma imensa liberdade ao capital para explorar sem limites, uma enorme abertura dos mercados internacionais à livre e intensa exploração neoimperialista etc. Vale lembrar que um dos complementos essenciais para garantir tal *clima favorável* precisou contar com profundas mudanças nas relações de exploração internacional, com vistas a garantir uma maior transferência de mais-valor dos países de capitalismo subordinado aos países neoimperialistas. Para isso, “a restauração do poder de uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural” (HARVEY, 2008, p. 38).

Para efetivar todas essas novas regularizações extremamente sinistras para as classes exploradas, o estado neoliberal precisou contar com sua *mão dura* autoritária e penal. Não é de se estranhar que uma ideologia como a neoliberal, que se afirma discursivamente na mais ampla garantia das liberdades individuais, mas que na realidade representou em todo o mundo uma maior concentração de riqueza nas mãos da burguesia e uma explosão gigantesca da pobreza via expansão da lumpemproletarização, assim como uma imensa precarização das relações de trabalho, acompanhadas de sua intensificação etc., só consiga se concretizar com práticas políticas profundamente autoritárias, pois para tornar regular a acumulação integral de capital o estado neoliberal tende cada vez mais a centralizar as decisões políticas nas mãos do poder executivo e judiciário, afastando qualquer risco que a intervenção das classes desprivilegiadas etc. possa vir a representar. Nesse sentido, toda e qualquer resolução dos conflitos sociais devem se restringir à ordem constitucional, mediada pelos tribunais e conforme o direito burguês, isto é, a única “contestação” aceitável é

²³ Para uma análise mais detalhada acerca da totalidade das características do estado neoliberal Cf. (HARVEY, 2008).

aquela que percorre passivamente os canais institucionais (brigas judiciais, disputas eleitorais, o voto consciente e outras farsas mais) domesticados para não comprometerem o fluxo da acumulação integral e a sociabilidade burguesa necessária para ela. A já prevista contestação social e resistência insurgente vinda das ruas e das fábricas contra essa nova ofensiva burguesa são encaradas pelo estado neoliberal como um problema a ser resolvido (reprimido) pelo aparato repressivo estatal, que como veremos a seguir, tende a se agigantar no regime de acumulação integral e adquirir particularidades semifascistas, através de duas modalidades essenciais de repressão: a repressão preventiva e a repressão contra insurgente. A seguir apresentaremos com essa tendência se manifesta nos EUA (repressão preventiva) e no continente europeu (repressão contra insurgente) na contemporaneidade.

1.2.1.1 – O Estado-Centauro Estadunidense

O termo *Estado-Centauro*²⁴ é utilizado pelo professor de sociologia da Universidade da Califórnia, Loïc Wacquant, em sua obra *Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos EUA* (2003), para designar a nova forma de estado (neoliberal) estadunidense, que se tornou realidade a partir da década de 1980. Trata-se de um estado que não é

nem “protetor” no sentido que o termo assume nos países do Velho Mundo, nem “mínimo” e não-intervencionista como sonham os turiferários do mercado. Seu lado social e os benefícios que distribui são cada vez mais monopolizados pelos privilegiados; sua vocação disciplinar se afirma principalmente na direção das classes inferiores e das categorias étnicas dominadas. Este Estado-Centauro, guiado por uma cabeça liberal montada sobre um corpo autoritarista, aplica a doutrina do “*laissez faire, laissez passer*” a montante em relação às desigualdades sociais, mas mostra-se

²⁴ Os Centauros “eram seres fabulosos da mitologia grega, metade homem e metade cavalo, que habitavam as regiões da Arcádia (Peloponeso Central) e Tessália (sul da Macedônia). De acordo com a crença, teriam surgido de uma união proibida entre Íxion, rei da Tessália, e a deusa Hera, mulher de Zeus. Não há consenso sobre a formação do mito, mas é provável que tenha sido inspirado em tribos selvagens das regiões mais agrestes da Grécia ou mesmo em cavalarias nômades da Ásia Central (hunos, turcos, citas, cimérios ou sarmátios). A receita inclui, seguramente, o fascínio que os cavalos, viris e velozes, exercem sobre o ser humano desde a antiguidade. “A história dos centauros está quase sempre associada a episódios de barbárie”, diz o historiador e mitólogo Cid Vasques, da PUC de São Paulo. Um dos qüiproquós atribuídos aos centauros aconteceu no casamento de Pirítoo, rei dos lápitas, quando, embaladas pela fartura de vinho, as bestas tentaram raptar ninguém menos que a noiva” Em: website Mundo estranho – www.mundoestranho.com.br/materia/quem-eram-os-centauros Acessado em: 16/07/2014

brutalmente paternalista a jusante no momento em que se trata de administrar suas consequências (WACQUANT, 2003, p. 20-21).

De acordo com Wacquant (2003), o estado estadunidense funciona como uma rede descentralizada de administrações sem muita coordenação, na qual os poderes se veem bastante limitados pelos procedimentos burocráticos, assim como pelo privilégio que é concedido via tratamento diferenciado aos estados que são mais pujantes. A divisa das cargas tributárias e das imputações entre as competências federais, estaduais e municipais são motivos de constantes divergências e aberrações. Assim como todo estado, o dos EUA é fonte de todo tipo de corrupção e privilégios que norteiam suas práticas políticas através do *power of money* e dos favores eleitoreiros.

Desde os anos 1930 com o *New Deal*, os programas de assistência sociais são divididos em duas modalidades profundamente distintas, devido à composição e peso político de suas “clientelas” e à sua validade ideológica. A primeira modalidade, denominada *Segurança Social* é responsável pela administração coletiva dos riscos de vida dos trabalhadores assalariados, doença, desemprego e aposentadoria. Dela participa todo trabalhador estável de forma plena e usufruindo de vantagens tais como a justa contraposição de suas contribuições. A segunda modalidade é pejorativamente denominada de *Maldito Bem-Estar* e cobre aquelas pessoas que necessitam de assistência social por não possuírem nenhuma renda e àqueles que se encontram na pobreza absoluta. Esta última modalidade impõe verdadeiras medidas draconianas, essencialmente rígidas e severas em relação à renda, matrimônio, família, residência etc. Além disso, tais medidas geram uma percepção bastante negativa dos seus beneficiários que passam a ser vistos como parasitas sociais que recebem assistência do estado sem a devida contribuição ao mesmo. Trata-se da percepção burguesa sobre o lumpemproletariado e suas frações de classe: são o que são porque negam e ameaçam a *ética do trabalho*. No fundo, sabemos que se trata apenas do discurso burguês, pois na realidade o que existe por trás de tal discurso é a concepção burguesa contrária a essa classe social, pois essa além de não produzir mais-valor geram custos para o estado, isto é, além de não produzir, geram custos.

Para alguns autores o estado americano é o arquétipo do *estado providência residual* (TITMUS apud WACQUANT, 2003) que só se manifesta em condições de muita miséria e dependência social, interferindo em situações extremas, tais como nos casos de mãe solteiras sem condições materiais de existência, deficientes,

subempregados e trabalhadores precários, desempregados, inválidos etc. No fundo o que iremos perceber é que o estado capitalista estadunidense nunca deixou de intervir socialmente, a questão é que a partir da década de 1980 ele passou a restringir absurdamente as verbas para assistência às frações de classe do lumpemproletariado (desempregados de longa data, sem-teto, subempregados etc.), do proletariado e de outras classes genericamente intitulada de classe trabalhadora, enquanto decuplicou seus investimentos em áreas de interesse dos capitalistas e de algumas de suas frações da classe burocrática, tais como a militar, a carcerária, a sindical-carcerária etc.

Os programas destinados aos mais pobres que já eram fonte de toda prática estigmatizadora dos seus beneficiários, encarados como subclasse²⁵, que já sofriam com todo tipo de “enrolação” institucional gerada pelos diversos trâmites e entraves burocráticos no recebimento da assistência, assim como pelo preconceito racial e pela péssima visibilidade que os negros (maioria dos beneficiados) adquiriram após as grandes manifestações e lutas por direitos civis na década de 1960. Sendo assim, foram os primeiros a sofrerem com a ofensiva conservadora neoliberal, após a chegada de Ronald Reagan à presidência da república em 1980. A partir de 1977, na gestão presidencial de Jimmy Carter, as tentativas de reduzir a participação do estado em políticas sociais já haviam se convertido em um verdadeiro “campo de batalha”. Outra estratégia praticada pela burocracia estatal para vencer essa *guerra contras os pobres* (GANS, 1995) consistia em tornar o acesso à assistência social uma verdadeira odisséia burocrática:

acumular os obstáculos e pré-requisitos burocráticos impostos aos postulantes, de modo a desencorajá-los ou a eliminá-los (mesmo que temporariamente) das listas de beneficiários. Sob o pretexto de identificar abusos e dificultar a vida dos “fraudadores”, as agências de ajuda social multiplicaram os formulários a preencher, o número de documentos a fornecer, a frequência dos controles e os critérios de reavaliação de dossiê.

²⁵ Segundo Wacquant, “podemos reagrupar sumariamente os diversos usos da palavra ‘*underclass*’ em três grandes famílias, segundo eles destaquem a estrutura do mercado de trabalho, a conduta e os traços pessoais dos indivíduos incriminados ou as características sociais do bairro e do seu habitat. Dessa três acepções, estrutural, comportamental e ecológica, é a segunda, cuja carga semântica é carregada de associações infames, que se coloca no prosaetrio da cena intelectual e política (Kelso, 1994). Ela usufrui hoje de uma hegemonia mal-empregada pelos defensores de uma leitura de tipo ecológico preocupada em sintetizar fatores estruturais, espaciais e individuais. É por isso que pesquisadores dentre os mais renomados acabaram por se distanciar de um termo ‘irremediavelmente poluído’ (Gans, 1991), cujo principal efeito terá sido satanizar os habitantes do gueto negro de forma a justificar a política de abandono urbano do Estado norte-americano, que é a maior causa de sua extrema penúria (Wacquant, 1992) [...] (WACQUANT, 2005, p. 97).

Entre 1972 e 1984, o número de “recusas administrativas” por “incidente de procedimento” aumentou em cerca de um milhão, dos quais dois terços abusivamente opostas contra famílias que estavam perfeitamente em seu direito (PIVEN e CLOWARD apud WACQUANT, 2003, p. 24-25).

A partir da década de 1970 o Estado americano solapou suas políticas sociais. No ano de 1975, por exemplo, o seguro-desemprego assistia 81% dos trabalhadores assalariados que perderam seus empregos, contudo em razão das restrições administrativas aprovadas pelos estados e da propagação de subempregos temporários, em 1990 esta percentualidade caiu para 25%. As políticas sociais para os inválidos e para moradia também sofreu uma queda brusca nos investimentos, visto que a taxa de cobertura caiu de 7,1 assalariados em mil no ano de 1975 para 4,5 em mil no ano de 1991. Segundo estatísticas oficiais, no ano de 1991 em cada três famílias americanas uma era composta por *housing poor* (que vivem em moradias miseráveis) incapazes de garantir seu próprio sustento e sua moradia. Os EUA vêm sofrendo desde as últimas 04 décadas uma expansão absurda da lumpemproletarização²⁶. Acredita-se que no mesmo ano de 1991 registravam-se entre 600 mil e 4 milhões o número oficial de sem-tetos no país. Enquanto isso, os recursos federais destinados à moradia passava de 32 bilhões de dólares em 1978 a menos de 10 bilhões uma década depois.

Tanto o governo federal quanto os municipais perseguiram os investimentos em políticas de planejamento urbano²⁷ e desenvolvimento dos bairros mais pobres e quase os eliminaram por completo. Os programas destinados à inserção laboral e combate ao desemprego também estavam sob a mira do estado e foram atingidos: “quando o programa *Ceta* (*Comprehensive Education and Training Act*) foi suprimido, em 1984, desapareceram mais de 400 mil empregos públicos acessíveis para as pessoas sem qualificação” (WACQUANT, 2003, p. 26). No plano municipal, a ofensiva contra os bairros pobres foi duríssima. Em quase todas as metrópoles estadunidenses os investimentos foram massacrados, praticamente todo serviço público desapareceu: infra-estrutura, moradia, transporte, segurança, educação, saúde etc. Por outro lado, os recursos foram destinados aos detentores de capital, comerciantes, empresas, projetos habitacionais para os ricos etc.

As transformações experimentadas pelo gueto norte-americano são reveladoras das drásticas consequências urbanas geradas pelo regime de acumulação integral. Tal

²⁶ Sobre a expansão do lumpemproletariado nos EUA Cf. (BRAGA, 2010).

²⁷ Para maiores detalhes sobre tais políticas de planejamento urbano Cf. (DAVIS, 1993).

regime de acumulação tem como algumas de suas características significativas a promoção de um amplo processo de deslocamento industrial nacional e/ou transnacional²⁸, o crescimento generalizado do desemprego via lumpemproletarização, maior precarização das relações de trabalho, exigências de poucos operários pluriespecializados, intensificação das relações de trabalho, aumento das patologias do trabalho, crescimento do setor de serviços em detrimento da produção industrial em algumas regiões etc. Acompanhando tais consequências temos também a emergência de bairros extremamente miseráveis nas grandes cidades, expansão do tráfico e uso de drogas, violência urbana, criminalidade etc. Portanto, assim como em qualquer periferia, favela, barrio bajo, villas misérias etc. o gueto norte-americano, a partir da década de 1970, passou a experimentar tudo isso.

Com o intuito de combater a tendência declinante da taxa de lucro diversas empresas se contraem ou encerram suas atividades na região da Grande Chicago, se transferem para regiões onde os custos da mão-de-obra e dos impostos, assim como a falta de tradição de luta operária são mais atraentes. Estima-se que entre 1977 e 1981 2/3 dos 203.700 empregos fabris desapareceram. Essa imensa redução do emprego fabril já vinha atravessando décadas. De 1967 a 1982 desapareceram 269 mil vagas de trabalho. Por comporem a maioria do proletariado fabril até o final dos anos 1970 e por se ocuparem nos postos mais precarizados do emprego industrial, os negros foram os mais atingidos por todas essas mudanças estruturais, principalmente pelo fenômeno do deslocamento industrial:

um total de 43% dos moradores do gueto, entrevistados pelo Projeto Pobreza Urbana em 1987, relatou que vários, ou a maioria, de seus amigos haviam ficado desempregados devido ao fechamento de uma fábrica nos últimos anos (contra 31% nos bairros negros periféricos). Uma mulher de 32 anos, mãe de três filhos, demitida, há 10 anos, de seu emprego como operária de linha de montagem, relata: “Simplesmente não há suficientes [empregos]. Antigamente havia... havia a indústria do aço e tudo mais. Mas ela foi fechada. Reagan fechou-a e levou-a para outros estados” [...] A redistribuição espacial dos empregos, correlacionada à desaglomeração da economia urbana, também reduziu as opções do mercado de trabalho para as minorias das zonas centrais, à medida que as empresas se mudaram das cidades

²⁸ Optamos por utilizar o termo *deslocamento industrial* ao invés de *desindustrialização*, visto que o segundo carrega uma carga semântica ideológica pós-estruturalista e que em geral não explica que, se por um lado existe desindustrialização em algumas regiões, por outro lado, com o deslocamento industrial, emerge em outras regiões a industrialização: “De fato, o argumento implícito na produção acadêmica ligada à ‘nova divisão internacional do trabalho’ é que a industrialização em áreas de baixos salários e a desindustrialização nas áreas de alta remuneração são dois lados da mesma moeda” (SILVER, 2005, p. 41).

centrais em busca de redução de impostos e de mão-de-obra mais barata. Só em 1980, enquanto seus subúrbios ganhavam empregos em todas as categorias ocupacionais, adicionando meio milhão de posições a sua folha de pagamentos, a cidade de Chicago apresentou a perda líquida de aproximadamente 90 mil empregos de escritório e vendas e 119 mil ocupações *blue-collar* (proletariado fabril e da construção). As únicas categorias que mostraram crescimento foram as de gerentes, de profissionais, técnicos e pessoa de apoio administrativo, ou seja, empregos que exigem ao menos algum grau de instrução superior [...] e que, portanto, estão fora do alcance dos moradores da zona central, insuficientemente preparados por um sistema de ensino público esfacelado. A mudança geográfica do emprego para os subúrbios e regiões semi-rurais também afetou mais fortemente os guetos negros devido às graves deficiências do transporte público. Os negros de Chicago têm duas vezes mais probabilidade de usar o transporte porque o custo de possuir e conduzir um automóvel está além de seus meios. Mas a rede pública de trens e ônibus, dotada de poucos recursos orçamentários, foi planejada de tal modo que isola os subúrbios da zona central, de maneira que “para todos os fins práticos, os empregos nas áreas suburbanas externas não são acessíveis por transporte público [aos moradores] da área com alto nível de desemprego [...] (WACQUANT, 2005, p. 72).

Outro elemento importante e de merecido destaque é a divisão racial/nacional do trabalho gerada e apropriada pelo capitalismo em prol do seu interesse fundamental: maior extração de mais-valor. Esse é um dos elementos mais importantes para se pensar a questão racial no capitalismo, ou seja, na possibilidade da apropriação da cultura racista para legitimar níveis salariais diferenciados, assim como pela destinação dos latinos e negros para trabalhos mais precarizados, para os subempregos que geram salários infinitamente baixos e abaixo da linha da pobreza. Isso sem contar com os imigrantes que desde a década de 1960 aumentam consideravelmente o contingente de mão-de-obra barata, “dócil e não qualificada” “disposta” a serem exploradas. Que perfeita divisão social/racial/nacional do trabalho para os interesses da burguesia! Esse aumento considerável da oferta de mão-de-obra precária e de sua concorrência no mercado de trabalho tem obrigado os negros a se deslocarem das zonas centrais em busca de outros empregos, no entanto o signo negativo que eles carregam como negros e moradores do gueto não os ajudam a encontrar muitas chances. Dessa forma, milhares de negros (sua maioria jovens) acabam caindo na *economia informal ilegal* (tráfico de drogas, roubo a mão armada, pequenos furtos etc.) do gueto e, conseqüentemente, se tornam as maiores vítimas do *estado penal* estadunidense (WACQUANT, 2001, 2003 e 2005).

Juntamente com essa ofensiva da burguesia, mediada pela burocracia estatal, setores neoliberais da intelectualidade²⁹ também deram seu empurrãozinho. Foram diversas as vozes intelectuais que vociferaram contra a imoralidade da própria existência de inúmeras assistências sociais para os pobres. Suas ideologias combatem esse assistencialismo estatal alegando ser o mesmo a origem de todas as mazelas que pervertem a ética do trabalho, que alimentam o ócio e o desejo pelo crime, e defendem a necessidade de combater esse mal forçando o proletariado a aceitar o trabalho precarizado, frações do lumpemproletariado a se submeterem a toda espécie imoral de subemprego e seus míseros salários e combatendo penalmente aqueles que desviarem desse caminho e ousarem no mundo da criminalidade e da mendicância. Estamos diante de uma ofensiva neoliberal neoconservadora articulada pelo bloco dominante³⁰ e em nome das estratégias de classe da burguesia, no regime de acumulação integral.

Em torno da construção do *estado penal* estadunidense e do consenso ideológico que legitima sua construção existe toda uma trama de interesses de classes diversas, na qual o estado se apresenta como o grande agente articulador e regularizador dessa nova doxa nacional que se afirma em menos estado para obstaculizar a liberdade de exploração de mão-de-obra superprecarizada e mais estado para controlar o avanço de ações que ameacem a estabilidade social, mais estado (penal) para aqueles que se negam a aceitar as consequências sociais derivadas da acumulação integral que ele busca regularizar. À procura de tal consenso diversos ideólogos³¹ foram promovidos da noite para o dia, com apoio e toda pompa fornecida pela burocracia estatal. Um caso

²⁹ “A atividade da intelectualidade, devido ao papel que ela ocupa na divisão social do trabalho, produz um modo de vida que lhe é comum, típico daqueles que a exercem cotidianamente. Esse modo de vida coage ao cumprimento de certas regras e normas burocráticas específicas, gera necessidades próprias, se organiza de forma corporativista, estabelece ligação com outras instituições, tais como editoras, centros de pesquisa e financiamento de pesquisas, em muitos casos estabelece vínculos com sindicatos, partidos políticos e com o próprio Estado. Essas ligações aliadas às necessidades da intelectualidade acabam por padronizar um modo de vida, um conjunto de valores e representações típicas dos indivíduos que ocupam essa função na sociedade. E para galgar os degraus superiores desses espaços de sociabilidade intelectual uma postura política moderada, conservadora e reacionária é uma exigência incondicional” (BRAGA, 2014, p. 16-17).

³⁰ O bloco dominante expressa determinada cristalização da luta de classes, que em determinado regime de acumulação (nesse caso o regime de acumulação integral) representa as melhores estratégias da burguesia para garantir a produção e reprodução do capitalismo e, para isso, conta sempre com o auxílio de diversas outras classes sociais (burocracia estatal), frações de classes (os estratos superiores da intelectualidade, outras frações da burocracia etc.) e setores de outras classes e frações de classe influenciadas pela hegemonia burguesa.

³¹ Na Europa essa realidade não foi distinta, pois por lá não faltaram ideólogos eufóricos por aprenderem essa “receita progressista” que vinha do novo continente.

exemplar de como o Estado, em conjunto com seus *think tanks*, promovem seus ideólogos, é o de Charles Murray, autor da obra *Losing Ground* (2008):

Segundo esse livro, oportunamente publicado para dar um aval pseudo-erudito à enérgica política de desengajamento social implementada pelo governo republicano (com o assentimento do Congresso de maioria democrata), a excessiva generosidade das políticas de ajuda aos mais pobres seria responsável pela escalada da pobreza nos Estados Unidos: ela recompensa a inatividade e induz à degenerescência moral das classes populares, sobretudo essas uniões “ilegítimas” que são a causa última de todos os males das sociedades modernas – entre os quais a “violência urbana”. Charles Murray era um politólogo ocioso de reputação medíocre. O Manhattan Institute lhe ofereceu 30.000 dólares e dois anos de tranquilidade para escrever *Losing Ground: American Social Policy, 1950-1980*. Depois ele organizou, com seus aliados nos campos jornalístico e burocrático, um alarido midiático sem precedentes em torno do livro. Um especialista em relações públicas foi contratado para promovê-lo; um milhão de cópias foi enviado a título de gentileza a jornalistas, eleitos e pesquisadores cuidadosamente peneirados. Murray foi “colocado” no circuito dos *talk shows* e das conferências universitárias, e encontros foram organizados com diretores e comentaristas da imprensa. O Manhattan Institute chegou a empreender um grande simpósio em torno de *Losing Ground*, pelo qual os participantes, jornalistas, especialistas em políticas públicas e em ciências sociais, fizeram jus a “honorários” que chegavam a 1.500 dólares afora hospedagem grátis num hotel de luxo no coração de Nova York (WACQUANT, 2001, p. 22-23).

Os intelectuais neoliberais, conservadores e sicofantas do capital, criava o alibi que tanto a burocracia estatal necessitava, principalmente a que compõe os aparatos repressivos do Estado e suas respectivas instituições. Daí por diante uma verdadeira guerra contra os pobres foi declarada nos EUA. Tal guerra tinha como propósito principal servir de aceno às classes auxiliares consumidoras e eleitoras que a partir da década de 1970, passou a sofrer com o sentimento de insegurança e medo da criminalidade e das intervenções constantes do lumpemproletariado nos espaços públicos (ruas, praças, estacionamentos de supermercados, restaurantes, sinais de trânsito etc.):

“Em Nova York sabemos onde está o inimigo”, declarava Bratton por ocasião de uma conferência na Heritage Foundation, outro grande *think tank* neoconservador aliado ao Manhattan Institute na campanha de penalização da pobreza: os “squeegee men”, esses sem-teto que acossam os motoristas nos sinais de trânsito para lhes propor lavar seu para-brisa em troca de uns trocados (o novo prefeito Rudolph Giuliani fez deles o símbolo amaldiçoado da decadência social e moral da cidade, e a imprensa popular os assimila abertamente à epidemia: “squeegee pests”), “os pequenos passadores de droga, as prostitutas, os mendigos, os vagabundos e os pichadores”. Em suma, o subproletariado que suja e ameaça. É nele que se centra prioritariamente a política de “tolerância zero” visando restabelecer a “qualidade de vida” dos nova-iorquinos que, ao contrário, sabem se comportar em público (WACQUANT, 2001, p. 26-27).

A primeira experiência do endurecimento penal através da política de “tolerância zero” foi adotada na cidade de Nova York no início da década de 1990, pelo então prefeito Rudolph Giuliani. Tal experiência exigiu mudanças operatórias, novas formas administrativas, tecnologia de ponta para controle social, arquivos digitais, monitoramento, tecnologia virtual de uso em tempo imediato. Em suma um aprimoramento das técnicas e tecnologias apropriadas para uma maior eficácia penal. Um dos objetivos primários dessas mudanças foi a de superar os entraves burocráticos herdados de gestões anteriores e agilizar o aparelho penal para dar conta dos frutos dessa guerra contra a pobreza. Em suma, trata-se de aplicar as regras administrativas industriais à instituição policial, tornando-a mais efetiva.

Outra exigência imediata dessas mudanças foi a de promover uma expansão dos recursos municipais destinados ao controle social e estabilidade da ordem. Em apenas 05 anos de política de “tolerância zero”, os recursos para as instituições policiais sofreram um aumento de significativos 40%, atingindo as cifras de 2,6 bilhões de dólares: o equivalente a 04 vezes mais os recursos destinados aos hospitais públicos. O crescimento do número de policiais foi enorme, enquanto os demais serviços sociais das cidades sofreram cortes na fração de um terço (WACQUANT, 2001).

Sem sombra de dúvidas a prisão se apresenta como a principal resposta social do estado capitalista estadunidense às consequências sociais da acumulação integral. A explosão carcerária que vem ocorrendo nesse país desde a década de 1970 é aterrorizante e não há indícios de que isso possa ser revertido, pelo contrário, pois a população carcerária vem crescendo em ritmo vertiginoso: “dobra em dez anos e quadruplica em vinte”. Carter revela que

de acordo com o relatório intitulado “Prisioneiros em 2005”, havia 2.193.789 pessoas encarceradas nos Estados Unidos até dezembro de 2005. Mais 4,1 milhões estavam presos temporariamente e cerca de 800.000 em liberdade condicional. Estes números totalizam mais de 7 milhões de pessoas—o que representa 1 em cada 32 norte-americanos adultos—que estariam sob algum tipo de supervisão do sistema carcerário dos EUA, em dezembro do ano passado [...] Desde que o governo decidiu tornar-se “duro contra o crime”, a população carcerária dos EUA cresceu rapidamente. O maior crescimento ocorreu durante os governos Clinton e Bush, que cortaram programas sociais aos pobres e impostos para os ricos e passaram a idolatrar o mercado. A crise social, a polarização e o desaparecimento de oportunidades econômicas, enfim, todos estes fatores foram acompanhados por um crescimento no número de crimes menores e no do uso de drogas. Este último foi combatido ostensivamente pelo governo através da expansão do sistema carcerário e do aumento da imposição de sentenças obrigatórias para crimes não-violentos, como o porte de drogas, transformando um mero “portador” num criminoso

em potencial. Hoje, os EUA possuem a taxa de encarceramento mais alta do mundo. De acordo com o relatório do BJS, de cada 100.000 pessoas que vivem nos EUA, 737 estavam presas no final de 2005—mais do que os 725 do ano anterior e do que os 605 em 1995. Em outras palavras, um em cada 136 homens, mulheres e crianças nos EUA estão atrás das grades (2014).

Curioso é que, ao contrário do discurso ideológico que visa justificar essa explosão demográfica a partir do crescimento das classes perigosas e seus crimes, os índices de crescimento da população carcerária jamais cessaram mesmo em períodos de nítidos recuos na taxa de criminalidade. No fundo, o crescimento fenomenal da população carcerária se deve

pela extensão do recurso à prisão para uma gama de crimes e delitos que até então não incorriam em condenação à reclusão, a começar pelas infrações menores à legislação sobre estupefacientes e os atentados à ordem pública. A partir da metade dos anos 70, e mais ainda depois de 1986, data em que governo federal engaja-se ruidosamente na “guerra à droga”, o encarceramento se aplica com frequência e uma severidade crescente ao conjunto dos contraventores, sejam eles criminosos profissionais ou malfeitores de ocasião, grandes bandidos ou pequenos delinquentes, violentos ou não violentos. Como prova, o aumento rápido e contínuo do número de prisioneiros condenados a penas superiores a um ano, reportado no volume dos crimes cometidos durante o ano correspondente: este indicador de “punitividade” passa de 21 detentos por 1 mil em 1985, antes de empoleirar-se em torno de 75 por 1 mil na metade dos anos 90 [...] O fato de que o crescimento desse indicador seja nitidamente mais forte do que o do índice de encarceramento relacionado apenas dos crimes violentos (257% contra 150%) confirma que a maior punitividade do Estado americano visa antes os pequenos delinquentes. (MELOSSI Apud WACQUANT, 2003, p. 64-65).

Percebe-se então que o que mudou no regime de acumulação integral estadunidense não foi, exatamente e apenas, a criminalidade, mas a maneira pela qual a burocracia estatal passou a lidar com o lumpemproletariado, principalmente seu grupo etário juvenil, que representa seu alvo principal. A explosão demográfica carcerária se alimenta do crescimento simultâneo de dois fatores, a saber: o tempo de permanência no cárcere e a dimensão dos condenados à detenção. A recorrência sistemática aos aparelhos punitivos estatais como forma de combater toda uma gama de ações do lumpemproletariado, que põe em risco a propriedade privada e a segurança dos indivíduos (furtos e roubos), assim como geram mal-estar por sua presença cada vez maior nos espaços públicos (praças, estacionamentos, banheiros públicos, becos e ruas das grandes e médias cidades, nas portas e fundos de estabelecimentos comerciais etc.), aliada à necessidade da burocracia partidária de oferecer respostas cada vez mais duras a tais práticas, pois do contrário perderá os votos de determinados setores das classes auxiliares em geral, é que explica a razão pela qual as prisões estadunidenses estão

repletas não de “predadores violentos” e sim de pequenos delinquentes (desordem pública, embriaguez ao volante, pequenos furtos em casas e automóveis, usos de entorpecentes etc.).

Acreditamos que a “coincidência” existente entre o afastamento do Estado das políticas sociais voltadas para as classes pobres, tal como o lumpemproletariado e suas diversas frações (mendigos, sem-teto, subempregados etc.) e seus grupos etários (jovens desempregados e com pouquíssimas chances de ingressar na divisão social do trabalho etc.), e o agigantamento das políticas repressivas pode ser explicado pelo caráter *preventivo* da repressão estatal. Ou seja, prevendo que tal afastamento geraria um quadro social muito favorável para o incremento de ações que comprometam a propriedade privada individual e o bem-estar das classes dominante e auxiliares é que a burguesia mediada pela burocracia estatal amplia o controle e a punição social. Isto é, sabendo que a regularização da acumulação integral promoveria uma deterioração das condições de vida dessa classe esfarrapada é que a burocracia estatal amplia seus investimentos em políticas de controle social e repressão para prevenir as possíveis ações que tal classe seria coagida a colocar em prática devido às novas condições materiais de existência, seu atual modo de vida marginal.

A construção desse *Estado-Centauro* tem promovido um crescimento fantástico dos gastos públicos necessários à manutenção dessa *repressão preventiva* em um período de franco abandono das políticas sociais destinadas às classes mais pobres:

Desde 1984 mais de vinte novas prisões abriram na Califórnia, enquanto só um novo *campus* foi acrescentado ao sistema da Universidade Estadual da Califórnia e nenhum ao da Universidade da Califórnia. Em 1996-97, a educação superior recebeu apenas 8,7 por cento de orçamento geral do Estado, enquanto as instituições prisionais receberam 9,6 por cento (DAVIS, 2001, p. 73-74).

Vários outros exemplos desse contraste entre redução/ampliação dos gastos públicos é percebido quando uma das principais assistências sociais destinadas às mães solteiras cai 47% entre as décadas de 70 e 90 do século passado, assim como a taxa de cobertura desaba para metade da população lumpemproletária. Seguindo esse mesmo caminho a porcentagem de desempregados cobertos pelo seguro-desemprego despenca de 76% em 1975 para 36% em 1995, numa média anual. Os custos com programas de formação e emprego regressam de 18 bilhões de dólares em 1980 para 6,7 bilhões treze anos mais tarde. Enquanto isso os orçamentos para o aparelho repressivo atinge cifras colossais:

os gastos do governo dos EUA com a segurança doméstica cresceram 570% entre 1982 e 2005. As esferas federal, estadual, os condados e os municípios juntos gastaram 36 bilhões de dólares em 1982, valor que sobe para 204 bilhões em 2005. Destes, em 2005, US\$94 bilhões foram destinados à polícia, US\$45 bi foram alocados no judiciário e US\$65 bi foram gastos no sistema penitenciário, sendo que somente o orçamento deste último cresceu 722% no período considerado. [...] É interessante notar que mesmo considerados proporcionalmente em relação ao total da população, os valores indicam um crescimento estrondoso. Entre 1982 e 2003 o crescimento do total de gastos *per capita* do aparato coercitivo estatal foi de mais de 400%, passando de US\$157 para US\$638. Também neste caso os valores destinados ao sistema prisional foram os que apresentaram maior crescimento no período analisado, de quase 540% (JINKINGS, 2007, p. 155).

Um aspecto importante, existente no interior dessa totalidade social envolta na construção do *Estado-Centauro* estadunidense, que nos ajuda a compreender o papel das classes auxiliares nesse processo, é o que remete ao papel de algumas das frações da burocracia. Estamos falando da burocracia estatal e sindical penitenciária do Estado da Califórnia. Este estado, assim como outros, destina, desde o início da década de 1990, cifras superiores a 01 bilhão de dólares para o complexo carcerário. Segundo o *Bureau of de Census* de 1993, esse estado recebeu a quantia de 3,2 bilhões de recursos destinados ao sistema penitenciário. Da década de 1980 até os primeiros anos do século XXI, estima-se que o crescimento do orçamento da administração penitenciária californiana elevou-se abruptamente de 300 milhões para extraordinários 4 bilhões. Nesse mesmo período o complexo prisional *Golden State* passou de dez penitenciárias para 32, com exceção dos centros de detenção juvenil. Cada nova penitenciária emprega uma média de 1.000 funcionários que passam a integrar a “elite dos guardas carcerários” estadunidenses por pertencerem a um sindicato poderosíssimo e, conseqüentemente, serem muito bem remunerados.

Tal complexo prisional está submetido à administração do *Departamento de Correções e Reabilitação da Califórnia*³² que é composto por umas das frações da burocracia estatal mais influente desse estado. Tal fração de classe administra um orçamento de 04 bilhões de dólares, empregando 42 mil funcionários e gerencia as 32 prisões e os 38 campos de detenção de jovens que compõe seu mega complexo prisional. A quantidade impressionante de cem projetos de lei, votados no ano de 1994, na Assembleia Legislativa de Sacramento, capital da Califórnia, e que visavam ampliar

³² Maiores informações e detalhes sobre esse departamento estatal encontram-se em seu site institucional: http://www.cdcr.ca.gov/Facilities_Locator/Community_Correctional_Facilities.html

o uso da prisão ou da ampliação das penas, é reveladora do poder de pressão dessa fração de classe:

Republicanos e democratas se encontraram para votar em uníssono (85%) o projeto de lei 971, dito “Three strikes and you’re out”³³ (perpetuidade automática no terceiro crime), medida reforçada por via referendária em novembro de 1994 graças ao assentimento de 72% dos eleitores do *Golden State*. Uma lei irmã, apelidada “*Three Strikes and you’re in*”, instaura a prisão perpétua para certos crimes sexuais e estipula uma compressão importante da escala de reduções de pena por bom comportamento. Desde 1977, data na qual a população penitenciária do Estado era de 19 mil detentos, a assembléia da Califórnia votou mais de mil leis estendendo e endurecendo o uso do encarceramento (WACQUANT, 2003, p. 83).

O sindicato dos funcionários penitenciários da Califórnia (California Correctional Peace Officers Association – CCPOA) é indubitavelmente o sindicato mais poderoso dos EUA nesse setor. Em uma década seus efetivos sindicalizados saltaram de 4 mil a 24 mil membros. Dispondo de uma cifra de 8 milhões de dólares geradas por suas cotas nas bolsas de valores, o CCPOA representa um dos maiores financiadores de campanhas eleitorais no estado. Geralmente, os políticos locais que se prontificam a apoiar a expansão das prisões costumam receber desse sindicato a “singela” quantia de 01 milhão de dólares a cada campanha eleitoral. Dessa forma, a burocracia sindical garante a reprodução dos quadros da burocracia estatal favoráveis aos seus negócios milionários. Encontramos aqui uma aliança de frações da burocracia com o objetivo de garantir e reproduzir seus interesses classistas. Além de garantir apoio a políticos ultraconservadores que defendem a política da “mão dura”, a CCPOA apoia e financia associações de defesas dos direitos das vítimas ampliando ainda mais seu leque de apoio e garantindo mais partidários favoráveis à sua política de expansão penal. Em contrapartida,

o apoio que o sindicato penitenciário dá aos políticos estabelecidos permite que seus membros gozem [...] de condições de emprego, de aposentadoria e de remuneração particularmente vantajosas: o salário médio de um carcereiro californiano era de 14.400 dólares por ano em 1980; eleva-se hoje a 55 mil dólares, ou seja, 60% mais que a média nacional dos guardas americanos e um terço mais que um professor assistente na Universidade da Califórnia, embora exija seis semanas de formação, além do diploma de fim dos estudos secundários (WACQUANT, 2003, p. 84).

Portanto, podemos constatar que a construção do Estado-Centauro estadunidense objetiva garantir interesses de classes poderosíssimas, assim como

³³ Em uma possível referência às regras do baseball no qual cada rebatedor possui 03 chances para tentar acertar a bola, pois do contrário não há nenhuma pontuação e ele perde a vez para o rebatedor da outra equipe. O recado está claro: 03 delitos cometidos (independente de serem pequenos delitos) e o indivíduo pega prisão perpétua automática.

fortalecer suas alianças e armas no combate à suas classes inimigas, garantido uma política repressiva preventiva. É a partir dessa perspectiva classista que devemos compreender a expansão e fortalecimento dessa barbárie. Com a finalidade de melhor constatar essa tendência do crescimento de um estado policial no regime de acumulação integral, a partir de agora demonstraremos que a Europa não ficou para trás nesse processo.

1.2.1.2 – O Estado Policial Europeu

A última década do século XX, bem como a primeira do século XXI registrou recordes absolutos de encarceramento também em diversos países europeus, assim como índices bárbaros de repressão violenta utilizada contra diversas classes sociais (camponeses, proletários, lumpemproletários etc.) e diversos movimentos sociais (movimento estudantil, movimento dos sem-teto, movimento de desempregados, movimentos por melhorias no transporte coletivo urbano, movimento antiglobalização etc.) em todo o globo. O que se percebe é que a acumulação integral de capital necessita de um aparelho repressivo que lhe seja correspondente e esse adquire uma centralidade impressionante na contemporaneidade.

Em todos os confins em que tal acumulação se fez presente, a burocracia estatal se tornou cada vez mais autoritária e programou ações e reações com fortes traços fascistas. Os aparatos repressivos tornaram-se a principal resposta dessa classe social às ações e contestações de diversas outras classes antagônicas à acumulação integral, da mesma forma a prisão tornou-se uma instituição fundamental para a regularização da ordem social burguesa. Tudo isso, vale destacar, tem ocorrido em um período em que o número de pessoas marginalizadas no interior da divisão social do trabalho, submetida ao trabalho extremamente precário e a todo tipo de subemprego, bem como às condições de vida extremamente miseráveis e contrárias às exigências mínimas de salubridade simplesmente se agiganta. E é claro que esses formaram parte da clientela favorita da prisão (DAVIS, 2006; BRAGA, 2013; WACQUANT, 2001; 2003; 2005; 2008).

Sem tardar praticamente todos os países membros da União Europeia (UE) viram sua criminalidade avançar e seus índices de encarceramento registraram um aumento rápido e contínuo. Mesmo a França que registrou uma redução de 25% de sua

população carcerária entre os anos de 1968 a 1975, a partir da década de 1980 experimentara índices de crescimento:

os 26.032 reclusos de 1975 tornam-se 42.937 em 1985, depois 51.623 em 1995 (apenas para a metrópole). O índice de encarceramento francês passa assim de 50 detentos para cada 100.000 habitantes, no momento em que Valéry Giscard d'Estaing entra no Eliseu, para 71 para cada 100.000 mil, quando Mitterrand lhe sucede, atingindo 95 para cada 100.000 quando este último cede por sua vez o lugar a Jacques Chirac (WACQUANT, 2001, p. 103-104).

Até aproximadamente o ano de 1991, as alianças e cooperações entre países que formam a UE se resumiam a ações essencialmente econômicas. No entanto, a partir dessa data, com o Tratado de Maastricht, tais alianças e cooperações passaram a ocorrer também no campo militar e policial. Juntamente com o pilar econômico da UE se somaram dois outros pilares: um exército europeu e uma política externa unificada, assim como uma polícia e justiça europeia. Ou seja, acompanhando as alterações econômicas que a Europa veio sofrendo tornou-se necessária algumas alterações nas formas de regularização das relações sociais, pois toda “infra-estrutura” necessita de uma “super-estrutura” apropriada:

O crescente poderio econômico da UE “precisa” de um braço armado capaz de concretizar as ambições imperialistas da Europa (segundo pilar). E para melhor organizar o controle da população e a eventual repressão, a Europa centraliza e aperfeiçoa as suas forças de repressão (terceiro pilar) (JESPER, 2002, p. 64).

Hoje praticamente todas as principais decisões tomadas nos países membros da UE são decididas na UE. O parlamento europeu como único órgão eleito dentre as instituições europeias quase não possui poder algum, nem legislativo, nem executivo. Tratando-se de questões relativas ao segundo e terceiro pilar da UE tal parlamento não decide exatamente nada. As decisões relativas às políticas de segurança, judiciária e policial se concentram nas mãos do Conselho dos Ministros do Interior e da Justiça dos 15 membros da UE. Portanto, são os burocratas e tecnocratas desse Conselho que deliberam acerca de toda política repressiva europeia. Todas as decisões em matéria de repressão policial e controle social são deliberadas autoritariamente por ele sob a supervisão do COREPER (Comitê de Representantes Permanentes da União Europeia) e sob sigilo absoluto. O que encontramos aqui é uma característica central do estado neoliberal, isto é, sua face extremamente autoritária. Não é à toa que para diversos autores, e não somente Wacquant (2003), tal estado é nomeado como um *Estado-Centauro*. Mais adiante veremos essa caracterização também na obra de Bonnet (2011).

A aparente democracia burguesa europeia e seus parlamentos caem por terra diante da concentração de poder nas mãos desses comitês intimamente ligados aos quadros superiores políticos, econômicos, militares e policiais da Europa. A UE sempre foi um espaço de deliberação das grandes empresas e bancos europeus. O que está em jogo na construção do *terceiro pilar* da UE é a elaboração também de uma política repressiva preventiva que se intensifica após os supostos atentados terroristas contra os EUA em 2001. No interior da UE liberdade nada mais significa que livre circulação de mercadorias e capitais, enquanto segurança é sinônimo de luta contra a “criminalidade organizada” e maior controle e vigilância sobre as pessoas, assim como o papel da justiça equivale a “facilitar o acesso dos cidadãos aos tribunais”.

A partir do Acordo de Schengen, que supostamente foi criado para abolir as fronteiras internas da comunidade europeia e assim permitir a livre circulação dos indivíduos pertencentes aos países membros, tem se construído uma imensa base de dados pessoais denominada *Sistema de Informações Schengen* (SIS). No fundo o SIS constitui uma extraordinária ferramenta de controle social que visa prevenir a UE de qualquer ameaça interna e externa, visto que manipula milhares de informações sobre estrangeiros e indivíduos pertencentes a países membros da UE.

A abstrata e genérica denominação de “crime organizado” se tornou desde a década de 1990 a principal justificativa para reforçar os aparatos repressivos europeus. Em 1997 a UE aprovou o *Programa de Ação relativo à Criminalidade Organizada* que argumenta a necessidade de fortalecer os Estados no combate às ameaças criminosas. No entanto, por detrás dessa justificativa se encontra outro objetivo, talvez mais importante para a manutenção da sociabilidade burguesa do que o combate ao crime. Trata-se de combater aqueles que lutam por transformação social. O projeto de lei belga de 18 de fevereiro de 1997, sobre as organizações criminosas, ilustra claramente esse duplo objetivo da repressão, isto é, perseguir criminosos e ativistas políticos radicais, pois sua finalidade é combater a influência de determinadas organizações que possam exercer “influência sobre o funcionamento das autoridades públicas ou sobre o funcionamento da economia”:

Na apresentação dos motivos que acompanha este projeto de lei, o ministro belga da justiça esclarecia que se tem em vista “igualmente os grupos extremistas e as organizações de caráter terrorista que visam esse objetivo com uma finalidade política”. Extremismo político e terrorismo eram colocados no mesmo pé (JESPERS, 2002, p. 71).

O tratamento penal se expande por todo o continente europeu e vai desde medidas para restabelecer o bom funcionamento e a segurança das instituições burguesas (escolas, empresas, espaços públicos, bairros e cidades inteiras etc.) passando pelos decretos municipais para limitar e proibir a mendicância, assim como a perseguição policial constante de mendigos nos espaços públicos, a criação de toques de recolher para adolescentes das periferias degradadas, a expansão de verdadeiros *Big Brothers* do espaço urbano (ruas e avenidas, praças públicas, pontos de ônibus, estação de metrô) etc.

Sem sombra de dúvidas todo esse quadro é reflexo da regularização das relações sociais favoráveis à acumulação integral que passa pela redução do estado neoliberal na Europa, isto é, ao se contrair em relação às demandas e garantia dos direitos sociais e trabalhistas, esse mesmo Estado se vê obrigado a se agigantar no que diz respeito ao controle e punição social das populações lumpemproletarizadas.

Diante da necessidade de controlar e vigiar um reserva populacional imensa, e que a cada dia que passa se vê obrigada a adquirir outros meios alternativos para a garantia da sobrevivência que não os derivados do mercado de trabalho forçou a UE a desenvolver instrumentos repressivos cada vez mais eficazes. Formam esses novos instrumentos a Europol, o exército de intervenção europeu e a Eurojust.

A Europol compõe uma espécie de serviço policial europeu unificado que tem por objetivo promover uma maior unificação e cooperação policial entre os países membros da UE. A necessidade de um aparato policial desse tipo é percebida desde o Tratado de Trevi de 1976. Tal Tratado buscava uma maior cooperação policial europeia no combate ao terrorismo, imigração ilegal e ao crime organizado. No entanto, sua tarefa não equivale a um sistema operacional policial do tipo clássico, mas tão somente desenvolver e gerir um sistema informatizado de dados a respeito do crime organizado em todos os países sede da UE. Hoje ela possui autonomia absoluta para armazenar e gerir milhares de dados pessoais que acabam por facilitar também um combate mais eficaz a qualquer organização de caráter político que tenha como pretensão criticar e combater a sociedade capitalista, visto que a concepção elástica da UE acerca das organizações terroristas lhe permite abarcar também diversas organizações e movimentos sociais anticapitalistas. Os atentados cometidos contra os EUA no ano de 2001 promoveram uma aceleração na eficácia da Europol que

deve tornar-se mais plenamente uma verdadeira força de polícia, capaz de intervir no terreno, em todo o espaço da União Européia. “Operacional” eis a palavra-chave. A cimeira européia de Tampere (outubro de 1999) declarou que até 30 de abril de 2004, o mais tardar, a Europol deverá estar em condições de coordenar e conduzir as suas atividades de investigação na totalidade do território da UE e que poderia, além disso, obrigar os Estados a levar a cabo certas investigações e por em seguida os resultados de peritagens à disposição dos Estados membros (JESPERS, 2002, p. 79).

A suposta emergência do terrorismo e do extremismo político como uma bravata à genérica sociedade ocidental tem servido de pretexto para a burocracia estatal europeia ampliar e aperfeiçoar suas práticas de controle social e a utilizar com maior frequência e violência a repressão estatal contra outra ameaça potencialmente mais preocupante: o crescimento de movimentos sociais com tendências anticapitalistas em toda a Europa. Os enfrentamentos ocorridos na *Batalha de Gênova* em 2001 são um exemplo claro dessa realidade e representa um nítido sinal de como o fantasma das revoltas estudantis anticapitalistas em aliança com o movimento operário, que tanto amedrontou a Europa no ano de 1968, ecoa e se faz presente nas práticas contemporâneas de diversos movimentos sociais anticapitalistas.

Desde o início da década de 1990 têm surgido diversos movimentos de protestos e lutas de caráter anticapitalista em diversos encontros do G8. Alguns grupos do movimento antiglobalização em Seattle é um exemplo típico, assim como do Movimento Black Block e suas táticas de enfrentamento à repressão. Tais movimentos são compostos majoritariamente por jovens estudantes que lutam contra as consequências sociais derivadas da acumulação capitalista e que afeta diversas classes sociais em todo o mundo. A principal consequência social que atinge diretamente a juventude europeia é o processo de lumpemproletarização. De acordo com Beck, em sua obra *Uma Europa Alemana*:

quase um de cada quatro europeus menores de 25 anos não encontra trabalho, e muitos outros continuam com contratos temporários de baixo custo. Na Irlanda ou Itália, segundo dados oficiais, um terço dos jovens menores de 25 anos está desempregado, na Grécia e na Espanha a taxa de desemprego juvenil em junho de 2012 ascende aos 53%. Na Grã-Bretanha, desde a explosão da crise financeira de 2008, a taxa tem ascendido de 15 a 22%. Em Tottenham, onde no ano de 2011 começaram as revoltas, se apresentavam 57 candidatos para um só posto de trabalho (2012, p. 19-20).

A *Batalha de Gênova* foi um desses momentos de enfrentamento entre a juventude com tendências anticapitalistas e a repressão estatal italiana. Entre os dias 19 e 20 de julho de 2001 em Gênova, mais de 200 mil pessoas marcharam pelas ruas dessa cidade em protesto contra o desrespeito aos direitos dos imigrantes que vivem na

Europa, contra a lumpemproletarização (juvenil principalmente) e toda a forma de alienação humana e destruição ambiental promovida pelo capitalismo. A repressão estatal foi extremamente brutal, apresentando traços nitidamente fascistas e revelando-se como “indisfarçável selvageria e implacável vingança” que resultou em um saldo de 120 pessoas presas, aproximadamente 500 pessoas feridas e um manifestante assassinado (Carlo Giuliani) a tiros pelas tropas policiais. Sem sombra de dúvidas essa verdadeira batalha urbana instituiu o auge de uma escalada repressiva em toda a União Europeia. E tal escalada revela as intenções preventivas da repressão estatal europeia, visto que os movimentos anticapitalistas estão cada vez mais próximos de estabelecerem uma aliança com setores do proletariado europeu. Tudo que o bloco dominante europeu teme e não deseja é experimentar outro *Maio de 1968*:

em um texto dos serviços secretos suíços, datado de julho de 2001, explica-se em linguagem clara que, a partir dos serviços policiais, convém desenvolver em primeiro lugar uma estratégia para impedir aquilo que se designa como a “Nova Esquerda” e os marxistas, activos no decurso dos anos 70 e que reaparecem em cena, de tomar o controle do conjunto do movimento e de o orientar numa direção anticapitalista (JESPERS, 2002, p. 102).

A possibilidade de uma aliança revolucionária entre a juventude com tendências anticapitalistas e o movimento operário europeu representa o verdadeiro pavor do bloco dominante europeu e sua missão de tornar regular as relações sociais burguesas. Contra essa ameaça a UE tem endurecido extraordinariamente sua repressão preventiva e contra insurgente:

na essência, a estratégia dos serviços europeus de polícia, de informações e de segurança inspira-se nas diretivas elaboradas pelo coronel britânico Frank Kitson em 1975, na sua obra *Low intensity operations, subversion, insurgency & peacekeeping*. Trata-se de um manual destinado ao exército e à polícia, com o objetivo de combater, no quadro da OTAN, o famoso inimigo interno. Eis o seu ponto de partida: “Quando se manifesta um descontentamento legítimo e grave, por exemplo, devido a uma forte baixa do nível de vida, todos os que distribuem as suas forças por um grande leque de ações estarão em condições de criar uma situação que escapa ao controle da polícia”. Para Kitson, “há poucas razões para acreditar que a subversão e a revolta não continuem a aumentar”. “As insurreições urbanas de amplitude limitada, combinadas com a propaganda e com a pressão econômica, constituirão provavelmente a forma de ação mais generalizada do futuro”. Kitson elabora uma estratégia visando permitir aos representantes da ordem responder “à desordem, à subversão e à revolta. Considera “desordem” as ações de protesto contra as instituições não governamentais ou as ações de solidariedade com grupos ou acontecimentos que tenha lugar em outro país”. A subversão “significa” qualquer ação ou atividade não violenta visando derrubar o governo ou forçar este a adotar medidas não desejadas”. A “revolta” é qualquer atividade em que se faça uso de armas” [...] Desde meados dos anos 90, o que Kitson chama a subversão passou a ser designado como extremismo [...] No extremismo cabem “as concepções ou pontos de vista racistas, xenófobos, anarquistas, nacionalistas, autoritários ou

totalitários, quer sejam de caráter político, ideológico, confessional ou filosófico, contrários, na teoria e na prática, aos princípios da democracia e dos direitos humanos, ao bom funcionamento das instituições democráticas ou a outros fundamentos do Estado de direito”. É óbvio que qualquer crítica progressista ou qualquer protesto anticapitalista que vá contra, por exemplo, “o bom funcionamento da União Européia” cabe nesta definição (JESPERS, 2002, p. 91-93).

Após os enfrentamentos entre a juventude com tendências anticapitalistas e as forças repressivas europeias em junho de 2001 em Gotemburgo e julho de 2001 em Gênova, o cerco estatal contra os contestadores sociais se aprofundou e acelerou. Os ministros europeus do interior decidiram estabelecer uma cooperação mútua mais estreita com o propósito de criminalizar e reprimir eficazmente a contestação social em toda a Europa. Ministros de diversos países europeus propuseram a construção de um esquadrão policial europeu antimotim responsável por intervir em “situações de urgência de grande amplitude”. A forma como o bloco dominante encara os protestos a contestação social nos adverte acerca do tratamento similar fornecido às organizações terroristas e coletivos políticos anticapitalistas.

No fundo estamos diante de uma política repressiva preventiva na qual o bloco dominante europeu se fortalece, melhor auxilia a burguesia e amplia a capacidade da repressão estatal, revelando um contexto de pré-crise³⁴ capitalista e da capacidade do estado em fazer frente ao avanço da luta de classes em todos os países em que vigora o regime de acumulação integral. Trata-se do Estado-Centauro combatendo com requintes de barbaridade semifascista suas classes inimigas organizadas ou em vias de organização. Por essa razão, é que a dinâmica da repressão na contemporaneidade está perpassada por duas características centrais: ser preventiva e seletiva. Isto é, prevenir-se das possíveis ações que determinadas classes podem efetuar, colocando em risco a

³⁴ “Pré-crise significa uma situação onde a luta de classes ainda não assumiu a radicalidade suficiente para marcar o surgimento de um novo período revolucionário, mas que apresenta como tendência mais forte uma radicalização nesse sentido. Nestes momentos históricos, a burguesia e suas expressões ideológicas e políticas avançam e se organizam (basta vermos os exemplos da ascensão do neofascismo, neo-nazismo etc., que representam a extrema direita, juntamente com suas correntes mais “moderadas”, embora contendo certas semelhanças, tal como o neoliberalismo) antes que a classe operária e suas expressões se organizem (podemos já vislumbrar um crescimento das forças de extrema-esquerda, representada hoje pelo anarquismo revolucionário, pelo marxismo autogestionário etc., e também um processo político interior à classe operária que aponta para a sua autonomização e, por conseguinte, sua ruptura com as instituições burguesas e burocráticas). Claro que aqui se trata de uma pré-crise do capital, e não de outras formas de crise, que é um conceito universal [...] Obviamente que uma crise do atual regime de acumulação pode se tornar uma crise do capitalismo, desde que as lutas sociais assumam a radicalidade de questionar as relações de produção capitalistas (VIANA, 2009b, p. 29-30).

ordem burguesa, assim como combater de forma seletiva os setores organizados e combativos das classes sociais exploradas e interessadas em superar essa ordem social.

A gigantesca escalada repressiva necessária para tornar regular a acumulação integral precisou legitimar-se criando uma *corrente predominante de opinião*³⁵, ou seja, necessitou da criação de discursos que justificassem a repressão, da construção de um consenso social em torno dela etc. Para que isso ocorra é necessário que a dinâmica da realidade concreta da acumulação integral fosse apresentada de forma ideológica (fragmentos de ideologia, no sentido marxista) pelo capital comunicacional. E como as ideias dominantes em uma sociedade de classes são as ideias da classe dominante, torna-se necessária a compreensão de como tais opiniões e discursos legitimadores da repressão são construídos, que veículos são utilizados para a construção e divulgação de discursos legitimadores da repressão e criminalizadores da constestação social, bem como o rol classista que eles cumprem na regularização da acumulação de capital etc. Portanto, é sobre o capital comunicacional, os discursos ideológicos que ele veicula, sua relação com o poder etc. que passaremos a discutir a seguir.

1.3 – Capital Comunicacional, Discurso e Poder

O conceito *capital comunicacional*, desenvolvido por Nildo Viana (2007c), é parte da tentativa desse autor em apresentar uma teoria do modo de comunicação na sociedade capitalista, mas que ainda se encontra inconclusa. Porém, tal conceito já apresenta grandes avanços na compreensão sobre tal modo de comunicação, que supera os construtos predominantes nas principais discussões sobre o tema: comunicação de massas, cultura de massas, indústria cultural etc.

Essa proposta está contida no seu capítulo *Para além da crítica dos meios de comunicação* (2007c), na obra *Indústria cultural e cultura mercantil* (2007), no qual

³⁵ “As correntes de opinião são dinâmicas: elas surgem, se espalham e perecem. As correntes de opinião são relativas a acontecimentos, processos sociais e políticos, questões polêmicas, produções culturais e ideológicas demandas sociais. Elas influenciam a formação de opiniões momentâneas, simuladas e resistentes em determinada conjuntura e por isso são conjunturais [...] Em cada sociedade, época e conjuntura existem certas correntes de opinião que podem ser assim divididas: predominantes, vigentes, marginais. As correntes predominantes de opinião são as que dominam em determinado momento; as vigentes são fortes e presentes, mas são secundárias e menos influentes que as anteriores e podem ser divergentes delas ou variações com diferenças secundárias; as marginais são, como diz o nome, minoritárias e geralmente em antagonismo ou pelo menos oposição em relação às demais, especialmente as predominantes (VIANA, 2015b, p. 11-12).

resgataremos seus principais argumentos e suas contribuições para pensarmos os interesses de classe por detrás do capital comunicacional, excepcionalmente na sua forma jornalística impressa (e também digital), a relação com os discursos e correntes de opinião que ela produz (seleciona, recorta, destaca, oculta etc.) e veicula, principalmente em contextos de maior radicalidade da luta de classes.

A busca pela compreensão da realidade concreta exige um conceito que expresse adequadamente essa realidade, pois o conceito depende da realidade que busca expressar e não o contrário, visto que é a realidade social que o torna necessário e se expressa através dele. Portanto, se a realidade concreta é multifacetada e complexa, o conceito que busca expressá-la também deve ser: “se o conceito é expressão da realidade, as suas características são as mesmas desta” (VIANA, 2007b). Partindo dessa constatação, o autor contesta os construtos (sistematização de uma noção falsa da realidade), meios de comunicação de massa, cultura de massas, indústria cultural etc., pois esses carecem de um referencial teórico-metodológico mais apropriado e, por conseguinte, obscurecem mais do que expressam a realidade. Para o autor,

as concepções de indústria cultural, meios de comunicação de massa, cultura de massas, entre outras, padecem da falta de uma base metodológica e conceitual adequada. Apesar da influência do marxismo em muitas elaborações sobre a indústria cultural, as análises, na verdade, não utilizam o método dialético e acabam caindo em posições antidialéticas, mesmo utilizando a palavra dialética ou dizendo adotar tal método. Por outro lado, e mais grave, uma vez produzidas tais concepções, elas acabam se tornando referências obrigatórias e criam uma armadura linguística que dificulta o avanço intelectual sobre o fenômeno da comunicação na sociedade capitalista. O problema da linguagem é fundamental, pois a consciência a usa como elemento mediador para se desenvolver, e, quando a linguagem é coisificada, isto acaba efetuando uma coisificação da consciência. Tendo em vista que vivemos numa sociedade na qual a consciência coisificada predomina, então ela e a linguagem coisificada se reforça mutuamente (VIANA, 2007c, p. 08).

Seguindo sua análise, as teses da sociedade de massas e da cultura de massas, no qual os meios de comunicação (de massa) se inserem, são ideológicas. Primeiramente, o foco fundamental da discussão sobre a comunicação não deve residir nos *meios* de comunicação, mas sim no *modo* de comunicação, pois do contrário a mesma focaria fundamentalmente na questão tecnológica ou industrial. No fundo, a ideia de meios de comunicação remete aos “grandes meios de comunicação” (TV, rádio, impressa) e esses não são homogêneos como nos faz entender tais teses. Pelo contrário, existe uma heterogeneidade de meios (empresas oligopólicas, pequenas empresas etc.), que funcionam de formas distintas, mas que, no entanto, também possuem semelhanças

entre eles. A questão é que as semelhanças não se encontram nos meios, mas sim no modo de comunicação instituído na sociedade capitalista.

A outra homogeneização que não corresponde com a realidade é a promovida pelo construto “massas”. Esse tal como o construto “povo” é uma abstração metafísica que “a tudo responde sem nada responder”, “aquela palavra mágica, refrão a que todos se apegam, fórmula para todos os problemas, sésamo para todas as portas, não tem limitações, contornos, características” (SODRÉ apud VIANA, 2007c, p. 10). Esse construto ofusca a realidade concreta, pois restringe a heterogeneidade da população, que é dividida em classes sociais antagônicas, com interesses distintos e em oposição umas às outras, à “massa”. No fundo, oculta que o modo de comunicação é capitalista e, portanto, interessado na reprodução das relações de exploração e na sociabilidade que nela se fundamenta. A obtenção de êxito nessa tarefa exige a posse dos meios de dominação (obscurecimento) comunicacional, quer dizer, a posse do capital comunicacional.

Nesse aspecto, a análise de Adorno e Horkheimer contém avanços e limites. Avança no sentido de apresentar as insuficiências e o caráter ideológico do termo *meios de comunicação de massa*, mas se limita a isso, pois não consegue ultrapassar as barreiras da linguagem fetichizada, se aprisionando em outro construto: *indústria cultural*. Sendo assim como os outros, esse construto também precisa ser ultrapassado “efetivamente, não apenas através da crítica, mas também através da explicação do fenômeno que tal ideologia oculta”. E esse é o propósito fundamental de Viana (2007c), qual seja, apresentar um conceito que dê conta dessa realidade concreta e que ultrapasse os limites ideológicos desses construtos.

Apesar do avanço da explicação dos autores frankfurtianos em relação às teses dos *meios de comunicação de massa*, apesar dos seus momentos de verdade, o construto *indústria cultural* apresenta uma grande limitação explicativa e isso se deve, significativamente, aos limites da compreensão, explicação e crítica ao capitalismo, fornecida pela Escola de Frankfurt. A falta do uso do método dialético, conseqüentemente a ausência de uma teoria ampla e profunda do capitalismo, bem como a falta da perspectiva proletária³⁶ permitiu a esses autores apresentarem uma

³⁶ O termo perspectiva aqui aponta para a questão do *ponto de vista*, do *modo de ver*, isto é, existe o que é visto (sociedade capitalista) e sob que ponto de vista se vê (perspectiva burguesa e perspectiva proletária, fundamentalmente). Por isso, podemos falar de *visão de classe*, *ponto de vista de classe*, que “é perpassado por uma mentalidade e é facilitado e incentivado pelo processo histórico real, bem como

concepção não dialética do modo de comunicação capitalista (a indústria cultural) e, portanto, sem a percepção das contradições, da luta de classes e do potencial revolucionário do proletariado. Afinal de contas, alguns autores dessa escola estavam enfeitiçados pela crença da integração do proletariado ao capitalismo, tal como defendia Marcuse e outros. A não percepção da totalidade capitalista, da existência de um bloco capitalista subordinado, do imperialismo que lhe dá vida e a temporária estabilidade adquirida no bloco imperialista graças à sua superexploração etc. aponta para a principal fragilidade dessa compreensão, ou seja, a não percepção de que a estabilidade era relativa, temporária e não eterna.

Na verdade, a realidade concreta que o construto *indústria cultural* pretende sem grandes êxitos explicar, tem a ver com as características do emergente regime de acumulação conjugado, sua dinâmica etc. A acumulação conjugada (1945-1980), nasce do caminho aberto pela segunda guerra mundial, pois com a destruição massivas das forças produtivas criou-se uma situação generalizada extremamente favorável para a acumulação de capital, em um contexto de grande capacidade tecnológica/produtiva existente. No entanto, como todo regime de acumulação, o conjugado precisou lidar com suas contradições e para isso, como vimos anteriormente, buscou “integrar a classe operária ao capitalismo”, isto é, promover melhores condições para o consumo dessa classe social, aumentando a produção dos meios de consumo, desviando parte dos meios de produção para ele (VIANA, 1996; 2003).

Aqueles que denunciaram a integração da classe operária no capitalismo devido ao aumento do seu nível de renda viram apenas um lado da questão. Na verdade, tal integração ocorreu graças à instauração de um modo de vida capitalista também no interior da classe operária. O que explica isso é o desenvolvimento capitalista. Este é um desenvolvimento contraditório: ao mesmo tempo precisa “revolucionar” constantemente os meios de produção, ele necessita barrar este desenvolvimento [...] A partir das crises do capitalismo mundial que provocaram as duas guerras mundiais, a classe dominante buscou superar esta tendência através da intervenção estatal na produção-distribuição-circulação, da expansão transnacional e da expansão da produção dos meios de consumo e do setor de serviços (VIANA, 1996, p. 14).

pela posição que o indivíduo ocupa nessa sociedade. A posição que um indivíduo ocupa numa dada sociedade se refere à qual classe ele pertence ou a partir de qual perspectiva ele se coloca. Embora seja raro, é possível um indivíduo de uma classe partir da perspectiva de outra, o que não o livra da possibilidade de mesclar perspectivas diferentes, ameaçando, assim, no caso do proletariado, a possibilidade de uma visão correta da realidade em sua totalidade. A perspectiva do proletariado, então, é a perspectiva de uma classe social determinada e que expressa como ela vê a sociedade a partir de sua relação com ela. Essa perspectiva, segundo Marx, *marcaria a unidade entre o que é visto e a forma como se vê*. A perspectiva de Marx *busca ser essa perspectiva de classe* e é nesse sentido que se pode compreender sua obra” (VIANA, 2007, p. 74-75).

Nesse processo de produção de meios de consumo e de serviços, duas características são fundamentalmente marcantes: a burocratização e mercantilização da vida³⁷. Aqui, mencionaremos apenas o processo de mercantilização. A acumulação de capital ampliada exige a transformação de tudo em mercadoria e a produção de meios de consumo se apresenta como uma estratégia para combater a tendência declinante da taxa de lucro, pois cria e fortalece certos setores do capital. É nesse contexto, e visando tais fins, que o capitalismo oligopolista transnacional produz diversas necessidades de consumo, tais como os aparelhos domésticos (televisão, rádio etc.),

bens descartáveis e de obsolescência planejada, assim como é instaurada uma nova moral: em que, segundo Baudrillard: despesa, prazer e não-cálculo substituem os valores antigos de poupança, trabalho e patrimônio. Os indivíduos são compelidos a consumir como efetivação de seu dever de cidadãos. É o que o referido autor chamou de *Fun-morality*: “imperativo de se divertir e de explorar tudo a fundo todas as possibilidades de se fazer vibrar, gozar ou gratificar” [...] (ÓRIO, 2016, p. 08-09).

A transformação de tudo em mercadoria se expande, fortalecendo setores já existentes (capital comercial e outros) e dando origem a “novos” nichos de acumulação, tais como o de serviço (capital dos serviços) e o comunicacional (capital comunicacional). Por conseguinte,

o capital comunicacional é aquele voltado para o investimento capitalista nas empresas de comunicação, cada vez mais oligopolistas. É um novo setor do capital, que já existia de forma embrionária no regime de acumulação anterior, mas que se torna mais forte e vai produzindo um processo de concentração e centralização crescente. Assim, ao invés de indústria, um termo relativamente neutro e pouco preciso, *trata-se de capital, que expressa relações sociais de exploração e acumulação*, em contraposição a um mero processo de produção não definido linguisticamente, tal como indústria ou empresa. É o *domínio do capital nas empresas de comunicação*, formando *empresas capitalistas de comunicação* que se tornam, com o passar do tempo, oligopolistas. O capital comunicacional não produz cultura, arte. Ele produz mensagens, divulgação, comunicação das obras artísticas, culturais ou de informação. Os seus funcionários são assalariados, os demais, que não possuem vínculo empregatício são remunerados através de direitos autorais, pagamento por prestação de serviços, etc. [...] Assim, o conceito de indústria cultural é impreciso e eufemístico, enquanto que o conceito de capital comunicacional é preciso e nem um pouco eufemístico: expressa a *dominação capitalista no processo de comunicação via meios tecnológicos* (VIANA, 2007c, p. 14 – itálicos nossos).

Como todo capital, o comunicacional tende a se expandir de forma concentrada e centralizada, formando grandes oligopólios comunicacionais, concentrado nas mãos de um pequeno grupo, que passa a controlar um poderosíssimo meio de dominação social: a dominação comunicacional. Com isso, o caráter autoritário e vertical da

³⁷ Cf. (VIANA, 1996).

comunicação, presente em toda sociedade fundada na exploração de uma classe social sobre outra, se amplia significativamente, constituindo, dessa maneira, o modo dominante e autoritário de comunicação capitalista. Por serem empresas capitalistas de comunicação produzem mercadorias (mensagens, informação, discursos etc.) que visam o lucro. A comunicação torna-se, além de autoritária e vertical, mercantil e lucrativa.

O pouco que apresentamos sobre o conceito de *capital comunicacional* e a realidade que ele concretamente expressa são suficientes para percebermos a centralidade que ele adquire em nosso trabalho; a partir desse conceito estabelecemos, como ponto de partida fundamental dessa investigação, que os discursos e correntes de opinião, produzidos e veiculados por algumas empresas capitalistas de comunicação³⁸ com o intuito de estigmatizar e criminalizar a contestação social etc. são encarados aqui como uma estratégia do bloco dominante para criar um consenso em torno da criminalização da contestação social e dos contestadores sociais, assim como a necessidade de reprimi-los violentamente e ocultar tal violência ou “torna-la” legítima perante a sociedade. Ou seja, tais ações são expressão da luta de classes no plano discursivo (cultural) e dos interesses de classe que se encontram por detrás do capital comunicacional, quer dizer, os interesses do bloco dominante que lhe determina. Chegamos aqui em um aspecto crucial desse debate, a relação entre capital comunicacional, discurso jornalístico e interesses de classes.

O capital editorial, um setor do capital comunicacional, através das suas empresas, buscam dois objetivos fundamentais. O primeiro consiste na busca pelo lucro, tanto o fornecido pela produção da *mercadoria jornal* quanto aquele oriundo da propaganda comercial que ele veicula etc.; o segundo interesse caracteriza-se pela busca de melhores condições ideológicas que garantam a regularização da sociabilidade (modo de vida) burguesa.

O capital comunicacional não apenas se utiliza da alta tecnologia dos meios de emissão de comunicação/informação, como o faz de determinado modo. Para garantir a regularização das relações sociais existentes, o conteúdo discursivo jornalístico deve ser

³⁸ Nesse trabalho contamos com aproximadamente 507 declarações (discursos) extraídas de jornais de diversas empresas capitalistas de comunicação (jornal Clarín, La Nación, Página 12, La Mañana del Sur, Río Negro, El Tribuno etc.), emitidas por diversos sujeitos sociais (contestadores, burocratas governamentais/partidários/sindicais/militares, membros do aparato repressivo estatal, advogados, membros da classe subalterna, leitores, moradores da região onde ocorreram a contestação social, docentes e vários outros) entre os anos de 1996/1997/2000/2001 e 2002, nas províncias de Neuquén, Salta e Buenos Aires.

ideologêmico e axiológico, deve apontar para a naturalização da realidade e para a reprodução das representações cotidianas e ilusórias, que expressam predominantemente o imaginário social, bem como para a formação de uma consciência coisificada e não contestadora. Em síntese, o conteúdo discursivo jornalístico não deve apontar para além da aparência dos fenômenos sociais, tal como a perspectiva da burguesia comunicacional não pode ultrapassar os limites da sociabilidade burguesa (VIANA, 2013; 2007d; 2008a).

O discurso jornalístico tem como propósito fundamental realizar a propaganda, isso é a transmissão de determinadas ideias ou acontecimentos e/ou determinadas ideias sobre determinados acontecimentos. Existem, basicamente, duas modalidades de propaganda, a propaganda comercial e a *propaganda ideologêmica*. Essa última é a que nos interessa. A complexidade e maior sistematização exigida para a produção e propagação de uma ideologia são incompatíveis com o formato discursivo exigido pelo jornalismo (mesmo impresso). Esse precisa de uma linguagem simples, objetiva e de fácil acesso ao grande público, no entanto a qualidade dessa linguagem deve ser ideologêmica, quer dizer sua representação sobre os fenômenos sociais deve se fundamentar em fragmentos de ideologia (sistema de pensamento ilusório), numa representação cotidiana³⁹ da realidade, marcada pela naturalização das relações sociais e pelos padrões dominantes dos valores na sociedade (axiologia⁴⁰). O discurso jornalístico, portanto, equivale a uma das formas em que o capital comunicacional transmite sua perspectiva, que é determinada pelo bloco dominante. Esse, por sua vez, conta com seus ideólogos e aparatos institucionais (estado, partidos políticos etc.) para produzir uma concepção hegemônica, uma *corrente de opinião* predominante na sociedade, que é reproduzida pelo capital comunicacional, através dos discursos que ele veicula. As correntes de opinião são entendidas por nós em sua dinamicidade, tendo seu período de nascimento, difusão e perecimento; são relativas a acontecimentos, processos

³⁹ As representações cotidianas são “expressão da vida cotidiana, a manifestação das atividades cotidianas dos indivíduos não apenas em seu repertório temático (determinado por uma forma concreta de sociabilidade) mas também em sua forma de expressão, marcada pela naturalização, simplificação e regularidade” (VIANA, 2008a, p. 113-114).

⁴⁰ “Um padrão é, de certa forma, uma configuração, uma forma. Um padrão dominante é aquele que possui uma supremacia sobre outros padrões. Um padrão dominante de valores é, então, um padrão de valores que possui supremacia sobre outros padrões de valores. Uma configuração é uma determinada forma que assume os valores dominantes, que são os valores da classe dominante. Os valores dominantes podem assumir diferentes configurações, mas conservam sempre os valores fundamentais correspondentes aos interesses da classe dominante. É por isso que a axiologia é uma determinada configuração dos valores dominantes” (VIANA, 2007d, p. 33).

sociais e políticos, questões polêmicas, produções culturais e ideológicas, demandas sociais e também, como veremos, relativas à contestação social. “Elas influenciam a formação de opiniões momentâneas, simuladas e resistentes em determinada conjuntura e por isso são conjunturais” (VIANA, 2015b, p. 12).

Por último, para concluirmos esse capítulo, nos resta apresentar a compreensão teórica que temos sobre o discurso e que utilizaremos na fundamentação desse trabalho. Afinal, o que é um discurso? Para respondermos essa questão é necessário, primeiramente, realizarmos uma discussão sobre a linguagem, isto é sobre o *meio de manifestação* do discurso. Sendo assim, o que é a linguagem? A busca por respostas a essas duas questões compõe, no fundo, parte da procura por respostas a uma questão mais ampla, isto é, a relação entre discurso e poder. Diversos teóricos se debruçaram sobre essa questão, no entanto, nem todas as respostas foram satisfatórias, visto que algumas apontaram para uma concepção metafísica, tanto de poder (como relação), quanto de discurso (*formação discursiva*) (FOUCAULT, 2012; 2012a). Sendo assim, buscaremos respostas a essas questões partindo de uma concepção dialética de linguagem e poder.

Ao partirmos dessa perspectiva, evidenciamos nitidamente a existência de uma relação íntima entre a linguagem e as relações sociais de determinada sociedade dividida em classes sociais. Em *A ideologia alemã* (1991), Marx e Engels já apontavam elementos que levam a essa compreensão:

O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, ideias etc., mas os homens reais e ativos, os homens que realizam (**die wirklichen, wirkenden Menschen** – *o ser humano, ação humana*), tal como acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e do intercâmbio que a ele corresponde até às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se em toda ideologia os homens aparecem de cabeça para baixo como numa **Câmera obscura**, é porque este fenômeno deriva do seu processo histórico de vida, da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida [...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos deste processo de vida [...] A moral, a religião, a metafísica e a restante ideologia, e as formas da consciência que lhes correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio

material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 1991, p. 36-37).

Nessa passagem, Marx e Engels (1991) nos oferece importantes pistas para pensar a linguagem como um ato social, visto que essa emana do comportamento material dos seres humanos, logo de relações sociais estabelecidas entre eles (a linguagem da política, das leis, da moral etc.) e não uma realidade autônoma, existente por si só, nem tão pouco neutra. O ser humano, ao surgir no mundo, se depara com um conjunto de relações sociais já constituídas, na qual ele não decide se participará ou não delas. Assim como uma série de atitudes lhe serão impostas, o idioma que ele aprenderá a falar não é da sua escolha. Os valores, as ideias, os sentimentos, enfim a mentalidade já estará determinada independentemente da vontade do indivíduo. Sua interferência no mundo se dá a partir do momento em que passa a desenvolver sua consciência com a experiência (vivência). Portanto, sua consciência individual se forma a partir das relações sociais que, no caso do capitalismo, se encontram submetidas à hegemonia cultural burguesa. Porém, ainda assim é preciso questionar qual é a origem da linguagem e o que ela é.

A partir do momento em que a linguística surge como ciência autônoma, através da obra de Ferdinand Saussure, passou-se a estudar internamente a linguagem. Daí por diante, seguindo Fiorin (2007), parte expressiva dos linguistas abandonaram a preocupação com as relações entre linguagem e sociedade, assim como as vinculações entre a linguagem e os seres que dela fazem uso. “Sua preocupação básica passou a ser a análise das relações internas entre os elementos linguísticos. Estabeleceu-se assim a chamada linguística estrutural” (FIORIN, 2007, p. 05). Essa teve seu momento de apogeu e declínio, influenciou diversos pensadores nas últimas décadas e foi tomada como “ciência-piloto” por alguns, porém, nos últimos anos sofreu duras críticas de diversas outras correntes (sociolinguística, psicologia da linguagem, a análise do discurso etc.), que passaram a apresenta-la como sendo ideológica em seu conjunto, uma linguística burguesa.

Rousseau, em sua obra *Ensaio sobre a origem das línguas* (1987), apresentou uma explicação confusa e limitada sobre a origem da linguagem. Para ele, a linguagem não tem origem nas necessidades e na razão, mas sim (sem argumentos que comprovem) na moralidade e na paixão: “não se começou raciocinando, mas sentindo

[...] todas as paixões aproximam os homens, que a necessidade de procurar viver força a separarem-se. Não é a fome ou a sede, mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera, que lhes arrancaram as primeiras vozes” (ROUSSEAU, 1987, p. 164). Apesar da tese insustentável de que os sentimentos – apresentados por ele de maneira metafísica – são a origem da linguagem, Rousseau já apontava aquilo que na contemporaneidade é aceito por muitos: a origem social da linguagem. No fundo, a origem da linguagem é tanto afetiva quanto material, e as duas comprovam seu caráter social. A existência humana só foi possível graças à associação e essa necessitou, sem sombra de dúvidas, da linguagem para se articular e agir em conjunto, como forma de garantir a sobrevivência coletiva.

Então de que maneira, a partir de agora, definir a linguagem? Sapir (1980) e Viana (2007c) apresentam uma definição semelhante de linguagem, na qual estamos de acordo. Para eles, a linguagem equivale a um conjunto de signos⁴¹ (sonoros, gráficos, gestuais) criados e utilizados pelos seres humanos como meios capazes de possibilitarem a comunicação de ideias entre eles. Desse modo, a linguagem se estabelece através das relações sociais.

A linguagem é tão velha quanto a consciência; ela é consciência prática, tal como existe para outros homens, e por essa razão está começando realmente a existir para mim também pessoalmente; pois a linguagem, assim como a consciência, só brota da necessidade, da exigência, do intercâmbio com outros homens. Onde há um **relacionamento**, ela existe para mim: o animal não tem “relações” com coisa alguma, nem as pode ter (MARX apud FROMM, 1975, p. 100 – negritos nossos).

A linguagem

está submetida ao processo social, possuindo, portanto, a mesma dinâmica, historicidade e singularidade da sociedade onde ela emerge. Assim, linguagem, tal como coloca Fromm (1979), está intimamente ligada à sociedade na qual ela emerge, sendo que existe uma sinonímia entre linguagem e sociedade. A sociedade produz uma linguagem adequada a ela, com um léxico, uma semântica, uma gramática etc. que é específica e socialmente organizada (VIANA, 2007c, p. 19).

Nas sociedades de classes, nas quais as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, expressão dos seus interesses de classe e a serviço da manutenção das relações de exploração e da consciência coisificada, é de se esperar que a linguagem também esteja perpassada por tais interesses e pela luta de classes que deriva deles. Coube inicialmente a Bakhtin (2010) desenvolver a tese segundo a qual a linguagem é o ringue no qual se confrontam os valores sociais antagônicos. Na introdução da obra de

⁴¹ Chamado de *recursos simbólicos* por Viana (2007c) e de *sistema de símbolos* por Sapir (1980).

Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem* (2010), Yaguello apresenta a principal tese desse autor:

se a fala é o motor das transformações linguísticas, ela não concerne os indivíduos; com efeito, a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classes no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc. Na medida em que às diferenças de classe correspondem diferenças de registro ou mesmo de sistema (assim, a língua sagrada dos padres, o “terrorismo verbal” da classe culta, etc.), esta relação fica mais evidente (YAGUELLO, 2010, p. 14).

A preocupação central de Bakhtin (2010) nessa discussão vincula-se à questão de saber como a “infra-estrutura” de determinada sociedade determina seu signo (“superestrutura”) e como o signo reflete e refrata a realidade em transformação. Em outras palavras, como o modo de produção determina a linguagem enquanto uma forma de regularização das relações sociais apropriadas para esse modo de produção: sociedade capitalista, linguagem capitalista. No entanto, Bakhtin enfatiza que o signo também pode refratar a linguagem dominante, ou seja, pode constituir-se em um elemento de resistência à essa linguagem e, conseqüentemente à sociedade que lhe dá fundamento:

na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano (deus romano das mutações e transições), duas faces (uma voltada para frente e outra para trás). **Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras.** Esta *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BACKHTIN, 2010, p. 48 – negritos e parênteses nossos).

Nessa passagem, Bakhtin demonstra que a linguagem é perpassada pela luta de classes e essa gira em torno dos signos utilizados na comunicação humana, pois é do interesse da burguesia impor determinados signos e evitar o desenvolvimento de outros, objetivando emperrar o livre avanço da consciência para além das fronteiras do capital. Essa busca, nem sempre intencional, pretende impor a ideologia burguesa, seus valores, concepções e mentalidade. No entanto, há um processo de resistência, levado a cabo pelas classes exploradas, com o intuito de expressar uma linguagem diferenciada.

Contudo, tal resistência se apresenta mais nitidamente apenas em períodos de radicalidade e avanço da luta proletária e/ou de outras classes sociais exploradas e desprivilegiadas (BAKHTIN, 2010). Apreendemos, por conseguinte, que embora existam enormes obstáculos para o desenvolvimento de uma consciência e mentalidade contrária à burguesa, existem também brechas que permitem a transformação da linguagem, pois “apesar da língua-padrão (ou “cultura”) ser imposta socialmente pelo estado e instituições auxiliares, especialmente a escola, existe uma língua diferenciada, chamada linguagem coloquial (ou popular) que é muitas vezes vista com preconceito” (VIANA, 2007c, p. 20).

A sociedade capitalista possui uma mentalidade e ideologia dominante, fundada no poder da classe burguesa. É essa classe que, através do auxílio de diversas outras classes sociais (burocracia, intelectualidade etc.), produz uma atribuição de sentido às palavras e a torna dominante. No entanto, outras classes sociais, no enfrentamento contra a classe dominante, tendem a atribuir outros sentidos às palavras, um sentido a partir da perspectiva das classes exploradas, uma ressignificação da linguagem conforme indica a tese bakhtiniana da “plurivalência do signo”. Deste modo, a palavra

é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes (BRANDÃO, 2012, p. 09).

Uma cena do documentário *The Take – occupy, resist, produce* (AVI e KLEIN, 2004) fornece uma demonstração clara de como classes sociais distintas significam a mesma realidade de forma também distinta. Em uma entrevista durante o processo de ocupação e tomada da fábrica *Cerâmica Zanon*, na Argentina (outubro de 2001), um operário ao ser questionado pelo produtor do filme, se a ocupação e tomada de uma fábrica não equivalia a um roubo, respondeu: “não, existe outra palavra para designar isso, chama-se expropriação, é por aí que entendemos”. Essa reinterpretação da ocupação e tomada da fábrica demonstra um elevado avanço da consciência operária, pois o termo expropriar, nesse caso, aponta para a restituição da posse aos seus verdadeiros proprietários: os produtores. Nesse sentido, enquanto a classe burguesa utiliza a palavra roubo para explicar determinada realidade, a classe operária, ao buscar reinterpretar a realidade a partir da sua perspectiva, é coagida a utilizar outra linguagem, outras palavras. Deste modo, a luta contra a classe dominante e seus interesses exige uma linguagem não dominante, pois “o ponto de vista do proletariado se caracteriza

discursivamente por tomadas de posição a favor de certas palavras, formulações, expressões etc., contra outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos” (PÊCHEUX, 2009, p. 195).

A compreensão sobre o caráter social da linguagem e da luta de classes que a atravessa facilita a compreensão da mensagem que a linguagem veicula. E com essa compreensão podemos, a partir de agora, focar nossa análise na relação entre discurso e poder. O conceito de linguagem não deve ser confundido com o de discurso, pois o primeiro é bastante amplo, uma vez que faz referência ao uso de todos os recursos simbólicos existentes em determinada sociedade para efetivar a comunicação social. Além disso, a linguagem é marcada pela polissemia.

De acordo com Viana (2007c), existem basicamente três razões para que discurso e linguagem sejam definidos de forma distinta: a) enquanto a linguagem é fundamentalmente um meio de expressão, o discurso é a própria expressão. Portanto, a linguagem é um meio de manifestação que pode comportar diversos discursos; b) Ao contrário da linguagem, o discurso é unissêmico, isto é, deve possuir uma coerência semântica. Na linguagem, um termo ou palavra pode possuir inúmeros significados (por exemplo, a palavra casa que pode remeter à moradia, assim como à união conjugal), já no discurso ele possui um significado único que pode conviver com outros significados externos ao discurso. Nesse sentido, o discurso é composto por seus elementos internos (estrutura) e por seus elementos auxiliares (conjuntura). Portanto, um discurso é unissêmico em sua estrutura, todavia pode ser polissêmico na sua conjuntura; c) Por fim, podemos afirmar que enquanto na linguagem predomina a heterogeneidade e a polissemia, no discurso só há a unissemia em sua estrutura. Dessa maneira, o discurso é uma forma particular de manifestação da linguagem e é da sua particularidade que se extrai sua definição e distinção.

Segundo as análises introdutórias de Helena Brandão (2012) e de Eni Orlandi (2012) sobre a *análise do discurso*, a abertura de um espaço para o ingresso no campo dos estudos linguísticos, daquilo que mais tarde veio a se chamar *discurso*, foi realizada pelos estudos dos formalistas russos (Bakhtin, Voloshinov, Medvedev) nos anos 1920 e 1930. Foi nos anos 1950 e 1960 que a análise do discurso se constituiu como disciplina, principalmente, com a obra de Harris – *Discourse analysis*, 1952 –apresentando a possibilidade das análises ultrapassarem o confinamento no qual as frases se encontravam, estendendo procedimentos da linguística distribucional americana aos

enunciados, denominados de discursos. As contribuições de Jakobson e Benveniste sobre a enunciação também foram decisivas na constituição dessa nova disciplina. Uma das poucas e primordiais definições de discurso foi fornecida por Émile Benveniste: “deve se entender por discurso em sua extensão mais ampla: toda enunciação que pressupõe um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar o outro de algum modo” (apud Viana, 2007c). Essa tentativa de definir discurso nos parece pouco frutífera, visto que ela se fundamenta em generalizações grosseiras, pois a interlocução é um traço de toda a comunicação humana e não apenas de uma modalidade específica de sua manifestação, como é o discurso. Da mesma forma, a persuasão é um traço de determinados discursos (religioso, político, científico etc.) e não de todos os discursos (VIANA, 2007c).

No fundo, encontramos pouquíssimas definições para o termo discurso. Mesmo o *Dicionário de análise do discurso* (2004), organizados por Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, não apresenta uma definição clara de discurso. Esse se contenta em apresentar as formas de discurso (forma de ação, interativo, contextualizado, assumido etc.), o que ele realiza, sem necessariamente defini-lo.

Os trabalhos iniciais no campo da análise do discurso, mencionados acima, demarcariam duas das principais correntes teóricas da análise do discurso: a escola americana e a escola francesa. Nesse trabalho, nos contentaremos em dialogar apenas com a escola francesa, visto que a americana pouco avançou em relação à questão do discurso, apresentando-o como uma simples extensão da linguística. Nos anos 50 seu precursor, Harris, com seu método distribucional, conseguiu

livrar a análise do texto do seu viés conteudista mas, para fazê-lo, reduz o texto a uma frase longa. Isto é, caracteriza sua prática teórica no interior do que chamamos isomorfismo: estende o mesmo método de análise de unidades menores (morfemas, frases) para unidades maiores (texto) e procede a uma análise linguística do texto como o faz na instância da frase, perdendo dele aquilo que ele tem de específico. Como sabemos, o texto não é apenas uma frase longa ou uma soma de frases. Ele é uma totalidade com sua qualidade particular, com sua natureza específica (ORLANDI, 2012, p. 18).

A chamada *Escola Francesa de Análise do Discurso* designou a corrente da análise do discurso predominante na França entre os anos 1960 e 1970. O conjunto de pesquisas que compuseram essa escola foi desenvolvido na segunda metade dos anos 1960 e se consagraria com a publicação do número 13 da *Revista Langages*, cujo título foi *A análise do discurso*, bem como com o lançamento da obra *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux, no ano de 1969 (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU,

2004). Pêcheux foi o autor mais expressivo dessa corrente teórica. No entanto, antes de apresentar sua concepção de discurso, é preciso, antes apresentar as sistematizações ideológicas de Foucault sobre o poder e o discurso, reconhecendo algumas de suas contribuições e apresentando os limites de sua concepção burguesa tanto de poder quanto de discurso. Isso se justifica pelo fato de Pêcheux ter sido influenciado por algumas categorias analíticas de Foucault, que posteriormente são revistas.

O conceito de *formação discursiva* é central na ideologia sistematizada por Foucault, porquanto, como um bom filósofo, esse autor abusa demasiadamente da metafísica em suas conceituações. Para ele,

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas se pode definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1987, p. 43).

Mais adiante, na mesma obra *Arqueologia do saber* (1987), ele reforça: “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar na história” (FOUCAULT, 1987, p. 135). Portanto, o discurso “seria concebido, dessa forma, como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva” (BRANDÃO, 2012, p. 33).

Essas passagens confirmam aquilo que está presente ao longo de muitas de suas obras, isto é, a concepção estruturalista, metafísica e ideológica de um intelectual conservador e, diga-se de passagem, que vinha estreitando seus laços com a burocracia e com os poderes institucionais do estado⁴². É interessante perceber que a metafísica, tal como a de diluir o discurso em uma fantasmagórica “formação discursiva”, de um “sujeito” abstrato que não pode ser identificado etc., está presente em diversas obras de Foucault desse período. Sua concepção sobre o intelectual específico e intelectual

⁴² De acordo com Mandosio, em 1965 Foucault “integra o júri da École Nationale d’Administration, viveiro da alta burocracia francesa, e participa (como membro de uma comissão) da reforma da Universidade lançada pelo ministro Christian Fouchet, que entrará em vigor em 1967 – ‘um dos grandes projetos do gaullismo e mais particularmente de Georges Pompidou, o ‘Primeiro Ministro’, lembra Didier Éribon, informando que ‘Foucault levou muito a sério sua participação no estabelecimento da reforma’. Chegam a lhe oferecer o posto de subdiretor de ensino superior no Ministério da Educação Nacional. Esta proposta, que ele havia aceitado, não chegou a lugar nenhum devido a uma campanha orquestrada contra ele por conta de suas preferências sexuais” (MANDOSIO, 2011, p. 41).

universal é, como em toda metafísica, destituída de concreticidade⁴³, assim como sua discussão sobre o poder⁴⁴ (FOUCAULT, 2012).

Como bem constatou Baudrillard em sua obra *Esquecer Foucault* (1984): a metafísica do poder de Foucault nada mais é do que um *discurso do poder*. O vínculo que esse intelectual passou a ter com a burocracia estatal, a partir da segunda metade dos anos 1960, aliado com as teses ideológicas que ele passa a produzir, compõe parte da ofensiva burguesa expressa no plano intelectual/cultural e que caracteriza a transição do regime de acumulação conjugado para o regime de acumulação integral, cumprindo um papel importante na manutenção da hegemonia burguesa. É por isso que em suas produções ideológicas sobre intelectuais, o poder, o discurso etc. as classes sociais concretas desaparecem, assim como suas contradições e a luta de classes.

Pêcheux buscou elaborar as bases de uma teoria materialista do discurso através de uma dupla perspectiva. Para ele, a semântica não constitui parte da linguística como a fonologia e a morfologia, na verdade ela é para a linguística “o ponto nodal das contradições que atravessam e organizam esta disciplina sob a forma de tendência, direções de pesquisa, escolas linguísticas etc.” (BRANDÃO, 2012, p. 39); é exatamente nesse ponto nodal expresso pela semântica que a linguística circunscreve a filosofia e outras ciências sociais ou o materialismo histórico. Para esse autor, a interferência da perspectiva materialista nos domínios da linguística apresentaria uma série de questões em relação ao seu objeto e sobre sua relação com outros domínios científicos (ciências sociais em geral). Alguns mecanismos linguísticos irão compor, segundo o autor, uma

⁴³ Viana sintetiza essa crítica afirmando que “a discussão de Foucault sobre os intelectuais e o poder apenas revela o vínculo deste intelectual com as relações de poder expressa em sua ideologia, o que apenas manifesta a relação concreta que outros já demonstraram (Mandosio, 2011). A ideia de um intelectual específico em substituição ao intelectual universal é apenas a forma contemporânea assumida por uma das formas da ideologia dominante no sentido de desmobilizar e retirar o compromisso que alguns intelectuais tinham com a luta proletária e pela emancipação humana. Porém, também tem o papel de legitimar e justificar um microrreformismo e a desarticulação das lutas sociais em geral. No fundo, ambas as coisas provocam uma tentativa de isolar o proletariado em sua luta pela transformação social, pois busca afastar os intelectuais e demais grupos explorados e oprimidos de uma luta mais geral e articulada, gerando a fragmentação, o isolamento, além de produzir ideologias que reforcem isso (e faz isto dizendo que está fazendo justamente o contrário). O Maio de 68 é o grande fantasma que essa ideologia busca esconjurar” (VIANA, 2013a, p. 58).

⁴⁴ Chega a beirar o cinismo a “coincidência” da discussão que Foucault realiza sobre o poder, sua definição apontando para o poder como um exercício no qual ninguém é seu titular, não se sabe quem o detém, ele é relação, logo não se encontra em um único local/instituição etc., com o mesmo período em que ele se aproximava e flertava com o poder do estado, almejando o poder de suas instituições etc. O que pode ser interpretado como uma estratégia desse intelectual para se auto camuflar e ocultar seus vínculos com o poder, assim como seus serviços prestados a ele.

área de articulação da linguística com a “teoria histórica dos processos ideológicos e científicos” (BRANDÃO, 2012). Para Pêcheux,

sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que está compreendido nela na medida em que, como mostramos mais acima, os processos ideológicos simulam os processos científicos (PÊCHEUX, 2009, p. 81).

Nessa passagem, Pêcheux realiza uma separação abstrata entre língua e discurso que acaba por reproduzir a dicotomia de Saussure (1995) entre língua (estrutura formal invariante) e a fala (manifestação concreta da língua). Dessa forma, “o discurso estaria no segundo caso, o que demonstra que Pêcheux não percebeu que o primeiro caso só existe na concepção ideológica de Saussure e nunca na realidade concreta” (VIANA, 2007c, p. 27). Portanto, tanto a concepção de Foucault quanto a de Pêcheux pecam por sua abstração metafísica. No primeiro pela influência do estruturalismo e, no segundo, pela influência do pseudomarxismo estruturalista. Por esse motivo, tais concepções são insuficientes para percebermos a relação concreta entre seres humanos concretos, divididos em classes sociais, e seus discursos, os interesses que eles expressam etc. Nesse caso, nos resta buscar uma concepção dialética de discurso.

Essa concepção dialética do discurso nós encontramos na obra *Linguagem, discurso e poder – ensaios sobre linguagem e sociedade*, de Nildo Viana (2007c), e, portanto, é essa concepção que fundamentará nosso trabalho. Nessa obra, o discurso é definido como

uma manifestação concreta e delimitada da linguagem. As suas partes constitutivas são a *estrutura* e a *conjuntura* e o caráter de sua estrutura é unissêmico. Isto quer dizer que o discurso é algo concreto e delimitado, ou seja, é sempre o discurso de um autor, de uma escola, de um grupo social, etc., que possui uma estrutura unissêmica e é uma totalidade. Assim, o discurso é uma manifestação particular, específica, concreta da linguagem que possui uma estrutura unissêmica, pois um todo coerente e organizado, embora o nível da consciência e organização varie dependendo do discurso. A coerência e organização dependem de quem profere o discurso (VIANA, 2007c, p. 27-28).

Ao contrário das concepções fetichistas da linguagem e das abstrações metafísicas de discurso, tal como a “formação discursiva” (FOUCAULT, 1987; PÊCHEUX, 2009), aqui o discurso é apresentado como uma manifestação concreta da linguagem do seu produtor, logo é sempre o discurso de alguém, de quem o profere (indivíduo, grupo social, instituição, classes sociais etc.). Se, como afirmou Marx e

Engels (1991), “a consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente”, então o discurso só pode ser a manifestação, por meio da linguagem, da consciência desse ser consciente, que se expressa a partir da posição que ocupa na divisão social do trabalho, a partir da consciência que possui no interior dessa divisão, logo o discurso é um fragmento de uma consciência que para “descobrir seu processo de produção é preciso compreender o seu produtor” (VIANA, 2007c).

Os discursos são formados em determinados contextos sociais e culturais nos quais seus produtores estão inseridos e dependem da posição na qual os mesmos se encontram diante desse contexto, seus valores, interesses e perspectiva de classe. O discurso científico, por exemplo, vincula-se à ascensão do modo de produção capitalista, que vem acompanhado de um gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, de uma maior necessidade de controlar o meio ambiente para maximizar os lucros etc. Nesse contexto nascem as ciências naturais (física, química, matemática, biologia etc.) e seus discursos. Porém, a sociedade capitalista não brota do nada, mas sim das ruínas do modo de produção feudal que, por sua vez, foi resultado da luta de classes, inclusive no campo cultural. Nesse sentido, o discurso científico não nasceu da teologia (expressão cultural dominante no feudalismo), mas sim da luta de classes no campo cultural, no qual o renascimento e, posteriormente, o iluminismo foram seus resultados essenciais:

o combate entre burguesia e nobreza feudal forjou as armas culturais que a primeira utilizaria para combater a segunda e seu próprio discurso. Estas armas foram retiradas da sociedade escravista que havia criado a filosofia [...] O renascimento e o iluminismo produziram o contexto cultural necessário para a formação da ciência [...] **O contexto social e o contexto cultural forma as condições de possibilidade de formação de um discurso.** Mas tanto um quanto o outro são formas de expressão da luta de classes e isto significa que as condições de possibilidade de um discurso estão indissolivelmente ligadas ao desenvolvimento histórico da luta de classes e cada discurso corresponde ao interesse de uma ou outra classe em luta (VIANA, 2007c, p. 30 – negritos nossos).

O discurso é produto das relações sociais e essas são relações entre as classes sociais, logo o discurso é sempre o discurso de alguém, o discurso de uma classe social. As determinações do discurso, assim como de toda realidade social, são múltiplas, apesar disso sua determinação fundamental é o contexto social e cultural no qual ele emerge. Dessa forma, coexistem diversos discursos de indivíduos, grupos e classes sociais diversas. Eles são compostos pela *estrutura* e *conjuntura* e essas possuem nos termos, palavras, noções e conceitos suas unidades constitutivas. Em sua estrutura

ocorre uma articulação entre os termos e em sua conjuntura os termos podem se encontrar desarticulados. Enquanto a estrutura do discurso é unissêmica, a conjuntura é polissêmica, podendo ou não ser coerente com sua estrutura. A depender do grau de articulação e organização de um discurso, ou melhor, do seu produtor, podem predominar a estrutura ou a conjuntura.

Enquanto as palavras estruturantes de um discurso se encontram na sua articulação interna, seus sentidos conjunturais remetem ao papel que desempenham em sua totalidade. A realização de um estudo semântico com vistas a compreender o significado das palavras exige que se remeta ao *contexto discursivo* na qual ela se encontra. Em síntese, para se compreender a unidade de um discurso é necessário compreender sua totalidade e vice-versa. O estudo das unidades do discurso remete à semântica e o estudo da totalidade (estrutura e conjuntura) do discurso remete à análise do discurso e juntos se complementam e oferecem ferramentas essenciais para o estudo da linguagem (comunicação, informação etc.).

É importante destacar, como faz Viana (2007c), que sendo o discurso estruturado em um contexto social e cultural atravessado pela luta de classes, seu estudo exige a compreensão de uma totalidade maior, ou seja, a totalidade da sociedade no qual ele é produzido e determinado, quer dizer a dinâmica da luta de classes na sociedade. Aqui temos um aspecto especial para a compreensão da relação entre discurso e poder, pois todo discurso decisivamente carrega em sua estrutura os valores e perspectivas do seu produtor e essa estrutura constitui seu conteúdo, já sua conjuntura é constituída pelos elementos da linguagem que auxiliam sua transmissão. Então, podemos concluir que a luta de classes existente no discurso é manifestação da dinâmica da luta de classes, que no capitalismo é marcada pela supremacia burguesa e se manifesta sob diversas formas.

A discussão do freudomarxista Erich Fromm (1975) sobre o *caráter social* proporciona uma análise interessantíssima a respeito de como esse caráter condiciona o comportamento social (pensamento e ação), levando os indivíduos a reproduzirem da forma mais adequada possível o funcionamento da sociedade; para isso é importante que os pensamentos e sentimentos passem por um *filtro social* com o objetivo de controlar e impedir o avanço da consciência para fora dos domínios capitalistas:

o caráter social, que faz as pessoas agirem e pensarem do ponto de vista do funcionamento adequado de sua sociedade, é apenas um elo entre a estrutura social e as ideias. O outro está no fato de que cada sociedade determina os

pensamentos e sentimentos que poderão atingir o nível de consciência e os que terão de permanecer inconscientes. Tal como há um caráter social, há também um *inconsciente social*. Por inconsciente social entendemos as áreas de repressão comuns à maioria dos membros de uma sociedade; os elementos habitualmente reprimidos são aqueles de cujo conteúdo a sociedade não deve permitir que seus membros tenham consciência, para que possa, com suas contradições específicas, funcionar com êxito (FROMM, 1975, p. 86).

A existência do filtro social, ao qual Fromm (1975) faz referência nessa discussão, demonstra que nas sociedades classistas existe uma seleção daquilo que se pode ou não tornar-se consciente por parte dos indivíduos pertencentes a essas sociedades. Nesse sentido, o filtro social atua como um dispositivo que determina que tipo de discurso deva ser afirmado e que tipo deva ser negado, isto é, existe uma seleção e repressão do que pode ou não ser dito, um caráter coercitivo e repressivo da linguagem e do discurso. O autor aponta três elementos que segundo ele forma o filtro social: o sistema conceptual, a lógica e os tabus sociais.

Para que uma experiência se torne consciente é necessária que seja compreendida no interior de um sistema conceptual e categórico nos quais o indivíduo esta inserido, pois todo modo de vida desenvolve seu sistema de percepção (consciência) e esse “trabalha, por assim dizer, como um *filtro socialmente condicionado*: a experiência não pode atingir a consciência se não atravessar esse filtro [...] De modo geral, podemos dizer que raramente atinge a consciência a experiência para a qual a língua não dispõe palavras” (FROMM, 1975, p. 110). Outros elementos seletivos e repressivos da linguagem são formados pela sintaxe, gramática e etimologia das palavras. A lógica forma o segundo elemento que compõe o filtro, pois em toda sociedade existe uma lógica que comanda a consciência dos indivíduos e que é considerada natural e universal; fazendo com que o princípio da identificação predomine e, ao mesmo tempo, obscureça o princípio da contradição (VIANA, 2007c). O terceiro elemento do filtro social é fornecido pelo tabu social. Dentre os três elementos, Fromm destaca que esse é o mais importante, visto que os tabus sociais não permitem que determinados sentimentos e ideias cheguem à consciência real e procura expulsá-los. Os tabus sociais tratam determinadas ideias como sendo perigosas, proibidas e impróprias. Por isso a repressão das mesmas deve ocorrer para evitar que a haja conscientização dos indivíduos. O processo de repressão e censura da consciência é algo concreto e cotidiano na sociedade capitalista. Está presente nas formas de discursos existentes e dificulta bastante a manifestação de um discurso alternativo ao dominante.

Uma vez que o poder da classe dominante está presente em todas as instituições burguesas, percebe-se que essa domina e controla a produção discursiva na sociedade.

Os *Estudos Críticos do Discurso* (VAN DIJK, 2015), com uma linguagem bem distinta da nossa, apresentam elementos consideráveis para a compreensão da relação discurso/poder na sociedade contemporânea. Por isso, vale a pena retomar algumas de suas contribuições. Nesse trabalho, ainda não será possível contestar o conjunto de termos utilizados por tais estudos, assim nos contentaremos em recorrer, em algumas ocasiões, às notas de rodapé e parênteses para apresentar os conceitos que achamos mais apropriado para esse ou aquele termo utilizado por esses estudos.

Em sua discussão sobre o *controle do discurso e modos de reprodução discursiva*, Van Dijk (2015) salienta que uma condição fundamental para a prática do controle social através do discurso está no controle do próprio discurso e na sua produção. Dito isto, pode-se questionar: quem pode discursar, o que, para quem e em quais situações? Quem tem acesso à produção discursiva e seus meios de reprodução? Onde são produzidos os discursos?

As classes exploradas possuem infinitamente menores possibilidades de acessar a produção de discursos (escrita, fala) em quase todos os espaços sociais, principalmente porque os *locus* de produção dos discursos são controlados pela classe dominante, especialmente pela burguesia comunicacional que, juntamente, com as demais classes e grupos sociais que compõe o bloco dominante, hegemonomizam a produção comunicacional:

os grupos mais poderosos (bloco dominante) e seus membros controlam ou têm acesso a uma gama cada vez mais ampla e variada de papéis, gêneros, oportunidades e estilos de discurso. Eles controlam os diálogos formais com subordinados, presidem reuniões, promulgam ordens ou leis, escrevem (ou mandam escrever) vários tipos de relatório, livros, instruções, histórias e vários outros discursos dos meios de comunicação de massa (capital comunicacional). Não são apenas falantes ativos na maior parte das situações, mas tomam a iniciativa em encontros verbais ou nos discursos públicos, determinam o “tom” ou o estilo da escrita ou da fala, determinam seus assuntos e decidem quem será participante e quem será receptor de seus discursos. Deve-se ressaltar que o poder não apenas aparece “nos” ou “por meio dos” discursos, mas também que é relevante como força societal “por detrás” dos discursos. Nesse momento, a relação entre discurso e poder é próxima e constitui uma manifestação bastante direta do poder da classe, do grupo ou da instituição e da posição ou *status* relativos de seus membros (VAN DIJK, 2015, p. 44 – parênteses nossos).

A produção dos discursos jornalísticos é controlada pela burguesia comunicacional em nome dos interesses do bloco dominante, através do trabalho da intelectualidade e da burocracia que atua na produção dos discursos para o capital

comunicacional. Tais indivíduos possuem uma relativa liberdade e, conseqüentemente, poder para decidir sobre os tipos e gêneros de discursos a serem veiculados, os estilos e formas de apresentação de determinados discursos sobre determinadas realidades sociais etc. O capital comunicacional detém o poder de influenciar a sociedade, determinando a agenda da discussão pública, a relevância dos tópicos, a quantidade e qualidade da informação, os valores destacados para o público etc. Ele, juntamente com o bloco dominante, é o produtor do conhecimento, dos padrões morais, do comportamento, das crenças, atitudes, normas e das ideologias. Nesse sentido, o poder comunicacional exerce o controle e a dominação social por meio da cultura.

O capital comunicacional, na sua forma jornalística impressa, exerce o controle do conhecimento através de diversas estratégias, tais como a seleção restritiva de assuntos, ocultação das informações que contrariam seus objetivos, através da reconstrução parcial das realidades sociais, políticas e econômicas. Tal processo é guiado por um sistema axiológico típico da profissão jornalística que define o que deve ou não ser notícia e como ser noticiado, direcionando o foco e o interesse das notícias para os membros das classes auxiliares, tal como a burocracia estatal e governamental que, principalmente em contextos de radicalização da luta de classes, tendem a monopolizar o discurso sobre a realidade, apresentando-o de forma unilateral, ocultando assim as verdadeiras razões das lutas sociais, das condições de vida dos que contestam as formas de regularização social, bem como apresentando explicações metafísicas⁴⁵ para os problemas sociais, criminalizando os contestadores, construindo inimigos imaginários (guerrilheiros, terroristas, delinquentes, vândalos etc.) abusando de metáforas, de expressões negativas e ameaçadoras (exército de ilegais, maré/onda de imigrantes, parasitas, violentos, duros) etc.

Com essa compreensão acerca do capital comunicacional, o discurso jornalístico, assim como sua relação estreita com o poder, suas estratégias de manipulação e construção de correntes de opinião predominantes, a criação de inimigos imaginários etc., podemos avançar para os próximos capítulos, com vista a reconstruir a

⁴⁵ Como exemplo de tais “explicações”, poderíamos citar as duas notícias veiculadas pelo Jornal Clarín (Buenos Aires, Argentina), sobre o fuzilamento de contestadores sociais, em dois episódios de repressão ao movimento piqueteiro. Tanto o fuzilamento de Tereza Rodríguez em Neuquén (1997), quanto o fuzilamento de Darío Santillán e Maximiliano Kosteki na Grande Buenos Aires (2002), foram apresentados, com destaque na capa dos seus jornais, como de responsabilidade da crise social: “a crise já produziu uma morte” e, posteriormente, “a crise causou duas novas mortes”.

totalidade social na qual a contestação emerge, juntamente com os discursos que visavam criminalizar o movimento (piqueteiro) de contestação social.

CAPÍTULO 02

A Expansão do Lumpemproletariado na Argentina Contemporânea

2.1 - Regularização Neoliberal e Acumulação Integral na Argentina

A crise capitalista da década de 1960-1970 exigiu a construção de um novo regime de acumulação que tornasse possível os propósitos fundamentais do capitalismo internacional: a reprodução ampliada de capital, por meio da acumulação integral. Para isso, foi necessário reestruturar a produção de capital, entenda-se de mais-valor, em escala global. Isto significa dizer que tanto o capitalismo imperialista, quanto o capitalismo subordinado necessitava passar por profundas mudanças nas suas esferas produtoras (reorganização das relações de trabalho), regularizadoras (Estado, instituições estatais e privadas, normas legais, sociabilidade, ideologias etc.) e nas suas relações de exploração internacionais (neoimperialismo)⁴⁶.

Apesar do regime de acumulação integral se consolidar na década de 1990 na Argentina, a transição para esse regime de acumulação inicia-se na década de 1970 com a instalação da ditadura burguesa (1976-1983). Não restam dúvidas que a ditadura, em nome da classe dominante internacional e de determinadas frações da classe dominante local e suas respectivas classes auxiliares, engendrou um novo regime de acumulação de capital, no qual suas características fundamentais se apresentariam nitidamente após a década de 1990. O objetivo fundamental do regime ditatorial burguês era promover maior abertura econômica, combater a permanente intervenção estatal na economia e, essencialmente, eliminar os quadros mais combativos do proletariado e do sindicalismo argentino. E para atingir seu objetivo essencial, sua forma estatal “coincidiu” com o *estado autoritário policial*, previsto pelos ideólogos do trilateralismo.

O terrorismo estatal burguês e suas investidas violentíssimas contra o proletariado argentino (assim como contra outras classes sociais contestadoras) possui uma longa história, a história da luta de classes no capitalismo argentino, na qual a última ditadura burguesa (1976-1983) expressa uma fase da repressão burguesa mais complexa, mais sistematizada e nitidamente voltada contra os responsáveis diretos por

⁴⁶ Cf. VIANA (2003, 2009).

dificultarem a expansão da exploração capitalista na Argentina, quer dizer contra o proletariado e suas organizações. Dessa maneira, a ditadura deve ser encarada como um projeto burguês, empenhado em construir as bases para a instalação de um novo regime de acumulação, em um contexto dependente de um terreno livre da resistência proletária, para assim efetivar sua razão de ser: a acumulação integral de capital, que equivale a uma maior extração de mais-valor relativo e absoluto em escala mundial (VIANA, 2009).

O desenvolvimento do capitalismo argentino, desde seu regime de acumulação primitivo (1850-1880) até o regime de acumulação integral, como veremos nesse trabalho, veio acompanhado de um rastro de violência institucional praticada por um estado com contornos nitidamente policial/militar. O que se constata, portanto, é que a cada regime de acumulação o capitalismo argentino contou com um aparato repressivo estatal violentíssimo para impor a exploração capitalista do trabalho, isto é, formas de valorização/exploração do capital adequadas a cada um deles⁴⁷. Recuperaremos brevemente um pouco dessa história, com vistas à compreensão de como o disciplinamento da força de trabalho necessário à acumulação integral contou, na sua fase de transição, com uma repressão estatal fundamentada no aniquilamento sistemático dos setores mais radicais do proletariado.

As análises de Daniel Cieza (2009; 2015) nos revelam o caráter classista⁴⁸ do último golpe militar ao apontar as lutas operárias do período prévio ao golpe, como sua essência motivadora. Segundo ele,

nossa hipótese mais geral é que algumas das grandes violações de direitos humanos se vinculam a necessidades da expansão ou o ajuste do sistema capitalista e de seus processos de trabalho. Um dos alvos da última ditadura foi a “guerrilha de fábrica”. Foi necessário o extermínio da “subversão industrial” para estabelecer o ajuste neoliberal desde meados dos anos 70 e a consequência direta foi não menos que 15.000 trabalhadores detidos/desaparecidos, a metade das vítimas. (CIEZA, 2009, p. 67).

⁴⁷ Para um maior detalhamento desse histórico de violência estatal regularizadora da acumulação capitalista na Argentina Cf. (CIEZA, 2009; 2015).

⁴⁸ Segundo Cieza, “é possível assinalar que muitas direções de empresas colaboraram com operativos das forças de segurança a partir de março de 1976, fornecendo informações, cedendo instalações e veículos, e cooperando na logística de sequestros e assassinatos de ativistas sindicais” (2015, p. 08). A Mercedes Benz, por exemplo, “doava 1% de seus lucros para financiar o terrorismo de estado e doou um aparato de neonatologia à “maternidade” que havia se instalado no quartel para que as detidas dessem a luz à seus filhos que logo depois seriam apropriados. Por sua parte, na Ford funcionou um centro de detenção clandestino dentro da própria fábrica, localizado na área de lazer e no centro de esporte da empresa. Desde aí se levou adiante o sequestro e a tortura de 25 delegados gremiais” (GINIGER e WINTER, apud NEWMAN, 2014, p. 158).

Seguindo tais análises, entre os meados de 1973 aos meados de 1975 ocorreram diversas lutas operárias em torno das disputas salariais, que somadas atingiram o número de aproximadamente mil greves. Os conflitos tinham como pano de fundo principal a exigência operária de democratização das estruturas sindicais, a defesa dos convênios coletivos, a resistência contrária à implantação de relações de trabalho marcadas pela intensificação do ritmo da produção etc. No interior desse cenário, destacavam-se as lutas ocorridas em grandes plantas industriais estatais e privadas, tais como as indústrias automobilísticas, as empresas siderúrgicas, os engenhos de açúcar, os grandes estaleiros e outras indústrias estatais de grande envergadura.

Nesse contexto, a repressão estatal contra o movimento operário argentino pode ser dividida em três fases. Entre os anos de 1973 e 1974 ocorrem diversos atentados contra dirigentes sindicais promovidos por grupos para-estatais como os *Três A*, *O Comando do Norte* e outros. Logo após a morte de Perón a intensidade da repressão amplia-se e, na segunda metade de 1974, ocorrem diversos assassinatos em Tucumán e Córdoba. A segunda fase da repressão, entre 1974 e início de 1975, é marcada por uma crescente intensificação da repressão para-estatal e o desenvolvimento de alguns operativos conjuntos sob a direção do exército, tais como o *Operativo Independencia* em Tucumán e o *Operativo Serpiente Roja* em Villa Constitución, Santa Fé. É nesse último operativo que se elabora a doutrina da “subversão industrial”⁴⁹ e instala-se os primeiros centros de detenção clandestina. A terceira fase da repressão se inicia em 24 de março de 1976 e é marcada pelos sequestros massivos de operários nas portas das fábricas. A partir dessa data, a repressão tende a tornar-se sistemática (CIEZA, 2015).

O período no qual o golpe militar passa a ser articulado equivale, no contexto internacional, ao período de crise do regime de acumulação conjugado, no final da década de 60 e início da década de 70, que obrigava as nações neoimperialistas a buscarem soluções para a crise de acumulação, tanto nacionalmente, quanto

⁴⁹ “Durante o último processo de Terrorismo de estado e especialmente nos meses prévios ao golpe cívico-militar de 24 de Março de 1976 se deu uma forte campanha de estigmatização do movimento de protesto dos trabalhadores, ao que se qualificou como “subversão industrial” ou “guerrilha de fábrica”. Esta campanha midiática reiterou processos de estigmatização que já se haviam dado em outras etapas da história social e teve como objetivo preparar as condições para eliminar uma geração de ativistas sindicais. Isto pode ser verificado analisando as cem maiores empresas do país e o número de vítimas que tiveram como lugar de trabalho ditas empresas” (CIEZA, 2012, p. 01).

internacionalmente. Na Argentina, a ditadura apresentou-se como solução para as lutas entre frações da burguesia (nacional, internacional e agrária) contra os governos peronistas e, principalmente, contra o movimento operário que constantemente dificultava as tentativas de ampliar ainda mais a extração de mais-valor, assim como dificultava sua transferência de um setor produtivo para outros (SIDICARO, 2010). Nesse sentido, a ditadura burguesa teve como beneficiários

os grandes grupos econômicos ou holdings de capital nacional, cujas áreas de influência se expandiram em diferentes âmbitos, combinando as vantagens que lhes davam sua aproximação com os centros de decisões oficiais e a disposição de informação que, na desorganização reinante, era um recurso importante para obter lucros especulativos. A abertura da economia produziu a incorporação ao país dos capitais financeiros internacionais, cuja presença havia sido desestimulada nos três anos do segundo peronismo, o que, dada a situação mundial de excepcional liquidez, se mostraram dispostos não só a conceder empréstimos, senão a promover níveis desnecessários de endividamento externo [...] os grupos econômicos nacionais também conseguiram empréstimos externos, e quando entrou em crise o sistema laso de endividamento internacional, no início da década de 80, idealizaram junto com o Estado um mecanismo para nacionalizar suas dívidas que, em não poucos casos, eram autoempréstimos. O poder econômico dos atores socioeconômicos predominantes se incrementou durante a ditadura, ao mesmo tempo em que à crise das capacidades estatais em ordem política, burocrática e técnica se somavam as consequências da dívida externa, cujos serviços absorviam uma parte considerável dos recursos fiscais. Com a dívida, multiplicada por sete durante a ditadura, se agregaram na qualidade de interlocutores permanentes das relações políticas domésticas os organismos financeiros internacionais, principalmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (SIDICARO, 2010, p. 157-158).

Como vimos no capítulo anterior, o final da década de 1960 e início da década de 1970 é caracterizado, em diversos países do mundo, pela emergência de lutas sociais radicais. Na Argentina isso não foi diferente visto que as primeiras tentativas de reestruturação da produção capitalista, em princípios da década de 1970, esbarraram em um movimento operário com elevado nível de organização, combatividade e resistência. É contra esse movimento operário combativo, e que impôs grandes barreiras ao avanço da reestruturação produtiva na Argentina, que frações da burguesia se aliaram às forças armadas para planejar a destruição de seu verdadeiro inimigo de classe. Portanto, o golpe militar de 1976 representou um duro golpe no proletariado, com o objetivo de abrir às portas para um novo regime de acumulação, que objetivava fundamentalmente promover a acumulação integral de capital.

Com a instalação do regime militar em 1976, inicia-se o processo de esfacelamento do movimento operário e, por conseguinte, de fortalecimento do poder da burguesia nacional e internacional, acompanhado da desintegração das ferramentas de

pressão sindical, da desindustrialização, da precarização do trabalho, da intensa lumpemproletarização, de uma maior exploração da força de trabalho etc. Tal processo se consolidará com as reformas estruturais neoliberais da década de 1990, realizadas com o fito de tornar regular o regime de acumulação integral. A partir de agora, voltaremos nossa análise a esse processo de regularização neoliberal, ocorrido durante a hegemonia menemista – 1989/2001 (BONNET, 2008).

O estado neoliberal busca fundamentalmente tornar regular as relações sociais exigidas pelo regime de acumulação integral, e para isso toma uma série de medidas: as medidas de regularização neoliberal. A maneira como tais medidas foram tomadas tornou a Argentina uma espécie de *aluno exemplar* do neoliberalismo, pois sua eficácia foi extraordinária no que se trata de: imensas privatizações acompanhadas de demissão em massa, destruição da produção industrial nacional, abandono estatal absoluto das políticas sociais, estatização das dívidas empresariais privadas, liberdades econômicas irrestritas para o capital internacional e frações do capital nacional, concentração e centralização extraordinária de capital, intenso processo de lumpemproletarização, retirada de direitos sociais, aprovação de leis e medidas de precarização e intensificação do trabalho, mais-violência no trabalho (doenças físicas e psíquicas) regularização do subemprego e do trabalho precário, controle social e militarização dos bairros pobres, criminalização da pobreza e da contestação social, repressão estatal semifascista etc. (BONNET, 2008; SVAMPA, 2009; BONIFACIO, 2011; VERDÚ, 2009; KOROL e LONGO, 2009; ARTESE, 2013; AZPIAZU e SCHORR, 2002; AZPIAZU e BASUALDO, 2004; BASUALDO, 2002; HARVEY, 2008; BRAGA, 2013).

A obra *La hegemonía menemista – el neoconservadorismo en Argentina, 1989-2001* de Alberto Bonnet, nos oferece uma radiografia completa de todo esse processo de regularização neoliberal ocorrido no país, e por isso consistirá em nossa principal orientação sobre o tema. Se, como o próprio autor afirma, tal obra propõe uma busca pelos rastros desse *centauro*⁵⁰ – o estado neoliberal –, para nós trata-se de seguir os

⁵⁰ Para Bonnet, “de fato, os esboços dessa besta não sugerem uma representação como aquelas dos realistas centauros neoclássicos (com cabeça e meio dorso humanos superpostos mecanicamente a outro meio dorso e extremidades equinas) nem dos excessivos centauros românticos (com cabelos ao vento, que não chegam a ser crinas). Os esboços dessa besta parecem exigir uma representação mais ambígua – e mais monstruosa. Os monstros góticos de Hieronymus Bosch talvez sejam mais adequados. Porém mais adequados ainda são os monstros sonhados por Picasso nos anos trinta, como esse minotauro que acaso tenha de touro sua cabeça e de homem seu corpo, ou acaso seja um touro envolto nas translúcidas pele de um homem, ou vice-versa; esse touro sedutor e lascivo, esse homem assassino e sanguinário, essa besta feroz porém cega que avança conduzida por uma criança até uma morte certa”

rastros deixados por Bonnet em sua busca, pois suas reflexões serão de importância fundamental para a reconstrução de todo esse processo em nosso trabalho. Portanto, vejamos como toda essa regularização ocorreu.

A velha conhecida transferência de empresas estatais⁵¹ para as mãos da burguesia, com o intuito de prover o capital de melhores condições de expropriação de mais-valor através de uma maior exploração do trabalho, quanto da renda através do aumento das tarifas dos serviços ofertados, do cancelamento da oferta de diversos serviços gratuitos e de subsídios encabeçou a *regularização estatal* da acumulação integral argentina. Entre os anos de 1990 e 1993, as privatizações e concessões ocorreram de uma maneira e velocidade tão magnífica que, com exceção de algumas regiões do leste europeu, careceu de precedentes em escala mundial. E vejam que quem nos informa acerca de tal magnitude e precedentes é um dos seus próprios agentes internacionais, o Banco Mundial: “o programa de privatizações da Argentina iniciado em 1989 foi único em seu alcance [...] já que incluiu todas as empresas importantes, e em seu ritmo, posto que foi realizado essencialmente em quatro anos” (BANCO MUNDIAL apud BONNET, 2008, p. 20). É nesse sentido que o processo de privatização se apresenta como peça-chave⁵² da ofensiva capitalista contemporânea, pois

a classe capitalista em conjunto, por sua parte, incrementou suas rendas através da privatização. A elevada rentabilidade das empresas privatizadas, superior a das empresas que operavam em outros setores da economia doméstica e a obtida por empresas do mesmo setor em escala mundial, recompôs a rentabilidade do conjunto do capital. Para perceber a importância desse mecanismo basta em atentar ao fato de que, desde a culminação das principais privatizações (em 1993) até o final da década (2000), as 200 maiores empresas domésticas geraram lucros (calculados como rentabilidade sobre vendas) de 28.400 milhões de dólares, dos quais os lucros de 26 empresas privatizadas incluídas entre essas foram oito vezes maiores que os obtidos pelas não vinculadas às privatizações e representaram uns 16.000 milhões de dólares, e, uns 57% dos lucros totais dessa cúpula. E a maioria dos grandes capitais se beneficiaram com essa alta rentabilidade gerada pelas empresas privatizadas. Para perceber basta, por sua parte, levar em conta a generalizada participação das principais corporações nas privatizações. De Pérez Companc em concessões vias, geração, transporte, telecomunicações, ferroviárias. De Technint em concessões vias, geração e distribuição de eletricidade, transporte de gás, petróleo, ferrovias, telecomunicações e

(BONNET, 2008, p. 270). Aqui, assim como na obra de Wacquant (2003), o termo Centauro aponta para a característica autoritária, brutal e penal do estado neoliberal no momento de lidar com as consequências da acumulação integral para as classes desprivilegiadas e suas ações de contestação a tais consequências.

⁵¹ Para maiores informações sobre tais transferências em outros países, em décadas anteriores Cf. (HARVEY, 2008; 2011).

⁵² Cf. (AZPIAZU e SCHORR, 2001; AZPIAZU e BASUALDO, 2004).

siderurgia. De Astra- Repsol em distribuição de eletricidade e gás e em petróleo. De Roggio em concessões vias, petróleo, subterrâneos e ferrovias. Del CEI-Citicorp Holdings em geração e distribuição elétrica, distribuição e transporte de gás, telecomunicações e siderurgia. De Loma Negra em distribuição de eletricidade e gás e ferrovias. De Macri em concessões vias, distribuição de gás e petróleo. De Soldati em geração e transporte de eletricidade, distribuição e transporte de gás, petróleo, telecomunicações, água e esgoto, ferrovias (BONNET, 2008, p. 23).

Com o intuito de promover a acumulação ampliada de capital (maior extração de mais-valor), toda uma série de regularização estatal deveria ocorrer e de fato diversas medidas foram tomadas com esse intuito fundamental. Dentre elas devemos destacar um conjunto de outras regularizações estatais com vistas à extinção de diversas conquistas sociais trabalhistas. Essa foi outra frente da ofensiva capitalista ao trabalho que merece destaque.

Almejando ordenar e simplificar o *território do centauro*, Bonnet (2008) distingue as *medidas* que influi diretamente no aumento da exploração do trabalho (formas de valorização) das medidas que apontam para o debilitamento da capacidade de pressão e negociação dos sindicatos e das medidas que tem como objetivo converter antigas conquistas trabalhistas em novas possibilidades de promover lucros aos capitalistas ou simplesmente extingui-las.

O primeiro conjunto de medidas foi construído para promover um duro ataque às remunerações e condições de trabalho da classe operária e de outras classes exploradas. No primeiro momento do processo de racionalização e privatização de diversos serviços públicos, passou-se a estabelecer um teto para os funcionários do estado, de acordo com os decretos 435 e 612/1990. A partir do estabelecimento da convertibilidade monetária (equiparação da moeda argentina ao dólar) os aumentos salariais do setor privado ficaram condicionados ao aumento da produtividade, enquanto os salários congelados do setor público foram praticamente dizimados pelos sucessivos estrangulamentos (cinicamente denominado de ajustes) ocorridos no final da década de 1990:

o decreto 430/00, que reduziu o salário do setor público em uns 10% nos soldos superiores a \$1.000 e 15% nos superiores a \$6.500, e o decreto 896/01 e a Lei de Déficit Zero 25.453/01, que substituíram ditos descontos por um de 13% [...] Instaurou-se assim mesmo uma sorte de sistema de pagamento em espécie, quer dizer, de pagamento de uma parte dos salários em vales de compras e vale-refeição [...] ou em serviços (assistência médica, creches, refeição, seguros [...] porção que não acumulava encargos sociais. Se habilitaram por fim modalidades de pagamento em cotas [...]. Os decretos 770 e 771/96 suspenderam aliás os pagamentos de abonos familiares (por esposa, filhos, escolaridade etc.) para os soldos superiores a \$1500. E desde o decreto 2609/93, que reduz as contribuições patronais entre uns 30 e uns 80% a partir de janeiro de 1994 na produção primária, na indústria, na construção,

no turismo, na investigação, iniciou-se uma progressiva diminuição das contribuições patronais ao seguro social, que ascenderia por cima dos 4 milhões de dólares anuais durante a segunda metade da década (BONNET, 2008, p. 24).

As relações de trabalho regularizadas pelo estado neoliberal argentino são fundamentalmente marcadas pela imposição do trabalho precário. Na Argentina, a partir da Lei Nacional de Emprego (24013/91), promove-se a expansão de inúmeras modalidades contratuais precarizadoras das condições de trabalho. Entre essas podemos encontrar *contratos de trabalho por tempo indeterminado*, variando entre o período de 06 meses a 02 anos, que permite aos patrões demitir a qualquer momento sem direito a pagar qualquer tipo de indenização. Outra modalidade de *contrato-lixo* (como ficaram conhecidos os contratos precarizados) emerge através de diversos decretos, tal como o decreto 340/92 que estabelece estágios para estudantes maiores de 16 anos que poderiam trabalhar até 04 anos em uma mesma empresa, sem que isso caracterizasse uma relação trabalhista e, portanto não exigia pagamentos em salários, mas, tão somente, o reembolso dos custos que o estagiário teve para trabalhar (alimentação, passagem etc.). Esse sistema de estágios se expandiu, assim como o tempo de vigência dos mesmos, e converteu-se em um dos principais mecanismos regularizadores da superexploração do trabalho de milhões de jovens, sob a iminência da marginalização da divisão social do trabalho.

Outra modalidade regularizadora do trabalho precário foi estabelecida pela *Lei de Flexibilização Laboral para Pequenas e Médias Empresas*, no início da década de 1990. O regime de trabalho estabelecido por tal lei foi marcado por uma imensa redução de indenizações e do tempo de pré-aviso de demissão, pela possibilidade de concessão de férias a qualquer momento, pela concessão de descanso semanal em qualquer dia da semana, pela extensão da jornada de trabalho até 12 horas, sem direito a receber hora-extra etc. Com o passar dos anos essa modalidade regularizadora se estendeu para o conjunto das empresas, isto é, o trabalho precário se generalizou na sociedade argentina:

a ampla difusão do trabalho não registrado e a persistência de formas precárias de contratação manifesta uma heterogeneidade na situação dos assalariados quanto a seus direitos laborais, e, por vez, constitui uma determinante que explica a brecha salarial existente entre trabalhadores registrados e em negro, trabalhadores precarizados e estáveis. A crescente segmentação do mercado de trabalho entre trabalhadores que se encontram sob distintas condições contratuais, e a dispersão salarial derivada desta heterogeneidade marcam uma persistente deterioração da renda dos assalariados. Por sua vez, a extensão de formas precárias de contratação e o aumento do emprego não registrado em um contexto de uma taxa de desemprego persistentemente elevada dificultam a consolidação de ações

organizadas pela classe trabalhadora para melhorar as condições de venda de sua força de trabalho, estando obrigada a vendê-la por abaixo de seu valor (MARTICORENA, 2008, p. 17-18).

Durante a hegemonia menemista, de fato a regularização da acumulação integral se generalizou. Sinal disso foi a aprovação do projeto do *Grupo dos Oito*, inspirado em um conjunto de propostas elaborado pelos grandes grupos empresariais, instalados na Argentina, e que visava eliminar todo e qualquer obstáculo à possibilidade de ajustar as relações de trabalho, tornando-as condizente com os interesses da acumulação integral. Esse projeto foi apresentado em outubro de 1996 e contemplava diversas maneiras de precarizar e intensificar as relações de trabalho: a) possibilidade de férias por um mínimo de 14 dias corridos, nos quais a data era definida pela empresa e segundo seus interesses b) jornadas variáveis de trabalho que poderiam chegar até 12 horas diárias (sem remuneração extra) nos meses de maior produtividade e de 08 horas nos meses de produtividade padrão c) as semanas de trabalho também poderiam variar e, dependendo dos ritmos da produção, os operários deveriam trabalhar até 30 dias consecutivos sem descanso e com direito a receber as folgas semanais após um mês de trabalho d) modalidades de pagamentos diferenciados e acordados em cada caso específico e) fragmentação do salário em duas partes, uma fixa e outra variável de acordo com a situação financeira da empresa etc. (BONNET, 2008).

Inúmeras foram as frentes dessa ofensiva capitalista contra o trabalho e em diversas delas foi necessário todo um processo de cooptação de outras classes ou frações de classes, tais como a burocracia sindical. Na verdade essa é uma tendência presente na prática regularizadora do estado neoliberal: onde há obstáculo que haja a cooptação, a perseguição retaliadora, o autoritarismo executivo e, sempre que necessário, a brutalidade da repressão estatal. Antes de passarmos para a análise sobre o papel cumprido pela burocracia sindical no processo de regularização da acumulação integral na Argentina, torna-se necessário esclarecermos um pouco mais sobre quem é essa classe social e quais são os seus verdadeiros interesses na sociedade capitalista.

Os sindicatos, conforme demonstrou Anton Pannekoek em diversos dos seus escritos⁵³, assim como Marx, são resultado da luta operária, tendo como determinação fundamental a negociação do valor da força de trabalho (mercadoria) e expressa uma organização comum do proletariado no interior da sociabilidade capitalista, na qual cabe a ele produzir capital com a venda da sua força de trabalho. Nesse sentido, desde sua

⁵³ Cf. (PANNEKOEK, 1977, 2011; BRAGA e VIANA, 2011).

origem os sindicatos se apresentam como instrumentos de reivindicações e estabilidade do próprio capitalismo e não sua ameaça. Portanto, não devemos confundir o movimento operário com o movimento sindical, pois esse, ao contrário do que afirmam os ideólogos leninistas, não expressam os interesses históricos do proletariado nem tampouco equivale à sua fração organizada, visto que

a classe operária tem que apontar para além, enquanto que o sindicalismo está inteiramente confinado nos limites do sistema capitalista. O sindicalismo só pode representar uma parte, necessária, porém ínfima da luta de classes. Ao desenvolver-se tem que entrar necessariamente em conflito com a classe operária, a qual quer ir mais longe (PANNEKOEK, 1977, p. 179).

O avanço da consciência teórica de Anton Pannekoek em relação ao papel conservador do sindicalismo aponta para uma questão central em todo esse debate, trata-se da questão em torno do pertencimento de classe dos burocratas sindicais, cujos interesses passam a não coincidirem plenamente com os interesses históricos do proletariado:

em primeiro lugar, as reflexões iniciais de Pannekoek sobre organização se deu no bojo de sua participação – crítica e dissidente – dentro da social-democracia, que apenas enxerga as duas formas tradicionais de organização integradas no capitalismo: os sindicatos e partidos. Estas organizações, que nasceram das lutas operárias, como bem demonstraram Marx e Pannekoek, passam de órgãos da luta proletária para órgãos de reprodução do capitalismo com seu processo de crescente burocratização. Esse processo não ocorre de uma só vez, imediatamente. Em primeiro lugar, surgem os partidos e sindicatos como produtos das lutas dos trabalhadores, com a repressão e recusa da burguesia e do estado capitalista. É o seu momento heróico. A luta avança e partidos e sindicatos são legalizados e aceitos pela burguesia ao instaurar um novo regime de acumulação, o regime de acumulação intensivo, que instaura a democracia partidária e o estado liberal-democrático em substituição à democracia censitária e estado liberal [...] Porém, o que a burguesia oferece com a mão esquerda, retira com a mão direita. A burguesia legaliza e aceita partidos e sindicatos, mas o próprio processo de legalização significa a imposição da legislação burguesa sobre estas organizações, além das necessidades financeiras impostas, bem como pelo novo papel que elas ganham (os partidos passam a poder eleger candidatos e disputar cargos e governos; os sindicatos se reduzem a representação da força de trabalho com limites legais). Além disso, partidos e sindicatos se integram cada vez mais na sociedade burguesa, por estarem cercados por ela e também por, nesse processo, criar a sua burocracia própria, uma camada de dirigentes que passa a constituir interesses próprios. Neste contexto, partidos e sindicatos legalizados são o primeiro passo para a burocratização (BRAGA e VIANA, 2011, p. 23-24).

Com o desenvolvimento dos regimes de acumulação, quer dizer, do capitalismo, os sindicatos se agigantaram, tornando-se imensas corporações, organizadas de forma hierárquica e burocrática, ou seja, organizados segundo a relação dirigentes-dirigidos, típica de toda instituição burguesa, que determina muito bem qual o papel a ser

exercido e qual o lugar a ser ocupado pelas “massas”, pelos “liderados”, por um lado, e pelos “chefes”, “líderes”, por outro. Os sindicatos passaram a contar com milhares de contribuintes, o que gerou a necessidade de uma maior racionalização burocrática, um corpo de especialistas na administração burguesa (presidentes, tesoureiros, advogados, contadores, secretários responsáveis pelas finanças e pela administração geral, segurança privada etc.). Os burocratas sindicais tornaram-se *expert* na arte de negociar com o capital e aprenderam a expressar essencialmente os interesses da ordem burguesa, impossibilitando qualquer iniciativa autônoma e direta do próprio proletariado, segundo a alegação de que esses por si só não conseguem se auto-organizar. Eis aqui o papel da ideologia leninista da vanguarda revolucionária: controlar a luta proletária e legitimar a dominação burocrática sobre os operários (VIANA, 2011).

Inevitavelmente o avanço da luta proletária tende a chocar com os interesses da burocracia sindical, porque em momentos de radicalidade tal avanço aponta para a necessidade da superação da dominação burguesa como um todo e não a manutenção da “paz nas fábricas” a qualquer custo (do proletariado é claro), como demonstram as tendências contemporâneas do sindicalismo que costumam trabalhar para garantir as imposições do patronato. Essa é a tendência dominante no regime de acumulação integral em todo o mundo imperialista ou subordinado:

os sindicatos se tornaram um “governo sindical” reinando sobre os sindicalizados. A solidariedade não é mais a virtude ressaltada e sim a obediência às decisões da cúpula burocrática. A função primária dos sindicatos, a defesa dos trabalhadores contra a exploração dos capitalistas desapareceu. Com o capital monopolista o seu poder se tornou insignificante. Apesar dos sindicatos terem se tornado organizações gigantes, não passam de um aparelho que o grande capital utiliza para impor os interesses capitalistas aos trabalhadores. Os sindicatos se transformaram em órgãos da dominação capitalista sobre os trabalhadores (VIANA, 2011, p.69-70).

O processo de regularização da acumulação integral também representou uma série drástica de alterações no funcionamento das organizações sindicais argentinas, com vistas a minar sua capacidade de pressão e negociação dos salários, que daí por diante atingiriam níveis de rebaixamento alarmantes. Vale mencionar que a acumulação integral argentina teve como característica essencial um *intenso processo de lumpemproletarização* que serviu, fundamentalmente, para promover um duríssimo disciplinamento da força de trabalho e imposição de relações de trabalho cada vez mais precárias e com níveis de exploração cada vez mais intensos.

Dessa maneira, os sindicatos também foram atingidos por essa ofensiva disciplinadora e pouco ou quase nada fizeram para reverter essa situação. Na verdade, as grandes centrais sindicais acabaram por sucumbir a esse disciplinamento, passando a constituir parte desse processo regularizador, ao realizar milhares de acordos patronais que representavam mais precarização do trabalho e cortes salariais. Em troca, a burocracia sindical buscava fortalecer seus interesses burocráticos, inclusive o de tornar-se burocracia estatal (PALOMINO, 2000; SVAMPA, 2010).

Seguindo as análises de Bonnet (2008), a regularização estatal objetivando solapar a principal função dos sindicatos, isto é, sua capacidade de pressão e negociação salarial, iniciou-se com a lei de associação sindical 23.551/88, sancionada no governo de Alfonsín, que estabelecia a livre associação, filiação e desfiliação gremial sem necessidade de aviso prévio, mas que ainda reafirmava a negociação coletiva e o direito à greve. No entanto, outras regularizações surgiriam, como o megadecreto 2284/91 que previa a negociação de convênios coletivos de trabalho por empresa, atividade, setor ou qualquer instância eleita pelas partes envolvidas, assim como a Lei Nacional de Emprego 2401/91 que autorizava a alteração dos níveis de negociação coletiva. Conseqüentemente,

todas essas medidas serviram, por sua vez, para legalizar práticas de negociação coletiva cada vez mais descentralizadas nos mercados de trabalho. Os convênios por ramo e por atividade caíram de 42,3% e 39,2% firmados em 1991, respectivamente, a 2 e 11,9% em 1999, e os convênios por empresa aumentaram correlativamente de 18,6% dos firmados em 1991 a 86,1% em 1999 [...] O direito de greve, por sua parte, foi severamente cerceado no caso dos denominados “serviços essenciais” – uma categoria que se estenderia a inúmeras atividades – através do decreto 2184/90 (BONNET, 2008 p. 31).

Tais regularizações acabaram por promover uma descentralização das negociações trabalhistas que, a partir daí, poderiam ocorrer sem nenhuma interferência das grandes centrais sindicais nacionais que visivelmente tiveram seus espaços de intervenção reduzidos. E dessa forma facilitando a expansão de

novas formas de contratação precárias e instáveis, a terceirização de serviços, o questionamento das formas de negociação coletiva e sua substituição por acordos individuais e por empresa, os aumentos por produtividade, enfim, as mudanças implicadas pela irrupção de novas formas de gestão e organização do trabalho repercutiram profundamente nas formas de representação sindical. O processo de adaptação e, portanto, as negociações, se realizaram então em um contexto de desestruturação do cenário laboral e de ruptura das lealdades sindicais (SVAMPA, 2010, p. 210).

O intenso processo de lumpemproletarização, junto com a expansão do trabalho precário e de diversas modalidades de subcontratação afetou diretamente a capacidade

financeira e de intervenção dos sindicatos, pois promoveram o desmoronamento do número de seus filiados e, por conseguinte, de suas contribuições. Além de perderem seus filiados com o processo de lumpemproletarização, acabaram por perderem também a credibilidade dos trabalhadores que se encontravam duramente golpeados e completamente desprotegidos pelos sindicatos. Percebe-se, portanto, que o sindicalismo foi completamente reorientado pela regularização neoliberal, se adaptando ao novo regime de acumulação integral e tendo anulada, quase que completamente, sua principal razão de ser, isto é, a capacidade de negociar a exploração capitalista com vistas a diminuí-la. Isso quando os sindicatos não tornaram parte da própria exploração capitalista, pois a realidade é que

a influência sindical se reduziu, seja pela carência de projetos próprios, fato reconhecido por dirigentes de primeira linha que apoiaram as reformas de Menem, seja pela lógica governamental de aliança com os grandes empresários do establishment financeiro. Os dirigentes que apoiaram as reformas sem participar de seu desenho, tiveram que reformular suas estratégias para lograr sua incorporação tardia a essas. As reformas neoliberais impulsadas pelo governo reforçaram a brecha entre o aparelho sindical e os trabalhadores em várias organizações. Um exemplo é proporcionado pela reforma que introduziram a AFJP (Administradoras de Fundos de Jubilação e Pensão), que incorporou aos sindicatos a condição de que redefiniram a relação com seus filiados, utilizando a representação para vender serviços a seus próprios representados, definidos agora como “clientes”. Esta brecha entre representantes e representados inaugurada pelas reformas foi definida como “business union” ou “sindicalismo de negócios”: os filiados sindicais são vistos como uma população cativa para venda de serviços (PALOMINO, 2000, p. 125-126).

Diante desse cenário novas configurações sindicais foram se arquitetando. Dentre elas podemos localizar o poderoso bloco expresso pelos *porta-vozes da lealdade* que se personificava na *Confederação Geral do Trabalho* (CGT), conduzida por Alberto Cassia, Gerardo Martínez e Rodolfo Daer. Nessa central encontravam-se os grêmios que apoiaram o processo de regularização neoliberal levado a cabo pelo menemismo, ainda que contivesse graus distintos de acatamento e de estratégias de adaptação às duras condições impostas pela acumulação integral. Tais sindicatos comportavam em seu seio um amplo arco que ia desde os bem-sucedidos porta-vozes do novo sindicalismo empresarial, até os sindicatos vinculados organicamente ao partido ou grupo político no poder do estado, isto é ao menemismo (SVAMPA, 2010). Segundo Souza,

no período analisado, o setor majoritário da CGT apoiava Menem, o que pode ser verificado nas declarações dos dirigentes nacionais. Ao definir o presidente, Cassia sublinhou: “É um político de raça, único capaz de tirar o país do fundo do poço e resolver o problema do desemprego”. A respeito de

sua associação com o governo, o dirigente declarou: “Sim, sou o operador político de Menem na CGT. (...) Menem gosta muito de mim, somos amigos de anos”. Em outra declaração, logo após assumir a condução da central, Martínez afirmou: “Menem, de quem gosto e estimo muito, está fazendo bem as coisas”. Em semelhante contexto de aliança entre a central e o governo, prevalecem as estratégias propositivas e participacionistas. Para Cassia “as soluções não passam por fazer marchas e barulho”, pois o principal é “dialogar e fazer propostas”. Sobre essa questão, o sindicalista argumentou: “Pergunte aos trabalhadores o que querem: se estar de greve ou que seus dirigentes se dediquem a encontrar soluções aos problemas”. Segundo este dirigente: “participar é o caminho; fazendo escutar nossas queixas, propondo melhoras, estudando causas e efeitos de cada mudança, incentivando a incorporação dos trabalhadores ao capital das empresas e, em definitivo, modificando o papel auditor do sindicalismo para (...) ser gestor da transformação” (2013, p. 239-240).

A preocupação fundamental da burocracia cegeteana já estava muito distante de ser a busca por melhorias na condição de vida e trabalho da classe trabalhadora, mas sim a luta pela garantia de suas prerrogativas corporativas (de classe), tais como: o monopólio da representação sindical, o controle dos fundos para obras sociais, a manutenção do seu papel nas negociações coletivas (ocorrência rara nesses tempos neoliberais), a participação nas listas partidárias do Partido Justicialista, principalmente na Comissão de Legislação Laboral da Câmara dos Deputados, onde a maioria desses costuma ser de origem sindical etc. Para maior parte dos burocratas sindicais, o que estava em jogo era a possibilidade de tornarem-se burocratas estatais e para isso serviam as engrenagens da instituição sindical: trampolins político-partidários para conquistarem o poder do estado.

Uma segunda corrente sindical era composta pela ala dissidente da CGT, conhecida como *Movimiento de Trabajadores Argentinos* (MTA). Encabeçada pelo ex-caminhoneiro Hugo Moyano, o MTA era composto por aqueles que lutavam para reviver um nostálgico passado sindical, ancorado em uma política de substituição das importações e por um estado forte e presente nas questões sociais. Apesar de promover diversas manifestações e uma forte contestação ao governo menemista, nunca promoveu de fato um rompimento com a CGT e menos ainda com o Partido Justicialista:

na realidade esse segundo alinhamento deixava manifesto o colapso do modelo nacional-popular e, ao mesmo tempo, sua defesa e sua nostalgia. Um discurso que não vacilaria em fazer a crítica ao novo modelo [...], ainda que sem abandonar a demanda da “unidade sindical” e muito menos a disciplina partidária. Finalmente, esse setor dissidente passou a liderar a CGT, a partir de sua reunificação em 2003, sob o governo de Néstor Kirchner (SVAMPA, 2010, p. 211).

No fundo, seguindo as análises de Svampa (2010), o que se pode observar nas transformações ocorridas nas organizações sindicais, após a regularização neoliberal, é

que raríssimos sindicatos se encontravam em condições favoráveis⁵⁴ para enfrentar essa ofensiva burguesa contra a força de trabalho e todas as consequências provenientes da acumulação integral, pois o processo posto em marcha por essa ofensiva acabava por expressar uma poderosa hegemonia das estruturas partidárias sobre as estruturas sindicais, deixando muito transparente que o vínculo tipicamente populista se assentava sobre uma forte subordinação dos atores sindicais ao estado (a forma fundamental de regularização das relações sociais capitalistas).

O forte processo de desindustrialização, a intensa expansão do desemprego, a emergência de mudanças drásticas nas relações de trabalho, as formas de valorização capitalistas modeladas pelo toyotismo e seus similares etc. promoveram grandes transformações no mundo do trabalho e uma profunda erosão das bases de apoio das centrais sindicais. Exemplo disso foi a crise do sindicalismo tradicional representado pela *União Operária Metalúrgica* (UOM), a expressão mais acabada das relações trabalhistas e das formas organizacionais vigentes no modelo anterior. A heterogeneidade das atividades abarcada pela UOM foi determinante para o desencadeamento de sua crise organizacional, pois tradicionalmente agrupava em seu interior diversos ramos e atividades que iam desde a siderurgia, profundamente atingida pelo processo de privatização, o setor metalomecânico, marcado por um período de expansão das automotoras que impunha aos seus trabalhadores convênios por empresas e as pequenas indústrias voltadas para o mercado interno, duramente golpeadas pela abertura comercial que de forma majoritária as destinava à falência. Dessa forma,

a UOM, que tradicionalmente estimulou um discurso em defesa da unidade sindical, por meio da centralização da ação e da negociação coletiva, emergiu, pois como um dos grêmios mais danificados por esse processo [...] Também é certo que houve claras declinações por parte de setores considerados até pouco tempo combativos, ainda que em muitos casos o cenário permaneceu inalterado, dada a reprodução das práticas burocráticas e os estilos mafiosos (SVAMPA, 2010, p. 212-213).

Ainda que em alguns momentos surgissem, por parte de alguma corrente sindical, alguma forma de crítica um pouco mais contundente ao processo de regularização neoliberal, essas encontraram sérios limites para levar adiante suas contestações. Um caso exemplar de como a resistência sindical seria resolvida no

⁵⁴ Não podemos esquecer que o sindicato argentino no período neoliberal é herdeiro direto do terrorismo de estado ocorrido nos anos entre 1976-1983 que tinha como propósito essencial exterminar todos os resquícios combativo presente em algumas centrais sindicais argentinas. O resultado disso, como já mencionamos foi, nada mais nada menos, que o desaparecimento de aproximadamente 15 mil operários e sindicalistas.

regime de acumulação integral argentino, pode ser buscado no conflito sindical entre a UOM e SMATA⁵⁵, no ano de 1996, pela representação dos operários da Fiat (Córdoba).

No ano de 1995, a FIAT, naquela época quinta maior empresa automobilística do mundo, iniciou o processo de reinstalação de seu parque industrial na Argentina. Juntamente com isso estreou negociações com a UOM, a fim de negociar e firmar o convênio coletivo que regularia o trabalho de 05 mil operários, que seriam empregados na planta que se instalara em Córdoba. Após 03 meses de negociação, ambas as partes chegaram a um pré-acordo que, no entanto, após passar pelas discussões internas da cúpula burocrática da UOM, sofreria uma tentativa de renegociação de algumas cláusulas. Diante da pressão da Fiat e da intransigência da UOM, a primeira acabaria por firmar outro convênio coletivo com a SMATA, no qual predominaria a exploração integral da força de trabalho. Tal convênio foi imediatamente aprovado pelo Ministério do Trabalho e promoveu um “efeito cascata” para diversas outras empresas automobilísticas, como a Chrysler, General Motors, Toyota, Dina etc., assim como para diversas outras empresas de ramos diversos: siderúrgicas (Acíndar, Aluar, IMPSA e Siderca); alimentícias (Arcor e Terrabusi); supermercados (Carrefour y Disco⁵⁶), empresas privatizadas telefônicas (Telecom e Telefônica), petroleiras (YPF), metroviárias (Metrovías) etc. (SVAMPA, 2010; BONNET, 2008). Conforme assinala Bonnet,

assim também no caso líder do conflito desatado entre ALUAR- Puerto Madryn (Chubut) e sua comissão interna, ao final de 1993, à raiz da intenção da empresa de reduzir em 25% os salários em troca da não demissão de 182 dos seus 650 empregados. Acordos que incluíam recortes de salários se multiplicariam, posteriormente, nas recessões de 1994-95 e 1998-01. E também neste contexto de disciplinamento pode advertir-se a precariedade extrema em que se encontram os trabalhadores em negro (não registrado) ou em branco (registrado) ainda que sob contratos de lixo: ao final da década e sobre uma força de trabalho empregada de uns 7.370.000 trabalhadores, 2.494.000 trabalhavam em negro, 290.000 com contratos a prazo, 297.000 em teste e 30.000 por agências. Em resumo: uns 40% da força de trabalho estava submetida a condições ainda mais precárias que as contempladas nos piores convênios coletivos acima mencionados (2008 p. 28-29).

Diante do violento processo de regularização da acumulação integral, não restaram muitas alternativas à burocracia sindical que não a de se submeter ao processo de disciplinamento neoliberal, adequando-se e promovendo melhores condições para a

⁵⁵ Sindicato de Mecánicos e Afines del Transporte Automotor de la República Argentina. Cf.

www.smata.com.ar

⁵⁶ Disco é uma cadeia de supermercados fundada em 1961 na Argentina e que conta com 81 lojas espalhadas por todo o país.

acumulação capitalista (tornando-se *órgãos da dominação capitalista sobre os trabalhadores*), e, por outra parte, se articulando politicamente em busca de melhores correlações de forças, visando galgarem maiores espaços na burocracia estatal através das disputas eleitorais-partidárias.

Veremos agora o terceiro conjunto de medidas de regularização neoliberal apontadas por Bonnet (2008) e que teve como objetivo converter antigas conquistas trabalhistas em novas possibilidades de promover lucros aos capitalistas ou de simplesmente extingui-las. Esse autor apresenta tais medidas começando por aquelas que objetivavam *desregular* (para nós trata-se da regularização neoliberal) as obras sociais sindicais⁵⁷. Isto significava promover a abertura das obras sociais para o mercado, ou seja, a possibilidade de movimentação de somas extraordinária de capitais oriundos do sistema de seguridade social, das aposentadorias, indenizações por acidente de trabalhos etc. capazes de inaugurar “dois negócios financeiros de extraordinária rentabilidade e incrementando significativamente a magnitude do mercado doméstico de capitais” (BONNET, 2008, p. 32).

A administração menemista avançaria passo a passo sobre as obras sociais sindicais, a partir do megadecreto 2284/91 que criava um Sistema Único de Seguridade Social, subordinado ao Ministério do Trabalho que já absorvia as funções do Instituto Nacional de Previsão Social e as Caixas de Subsídio dos trabalhadores do comércio, indústria e das atividades marítimas. No fundo essa ofensiva menemista seria marcada por avanços e retrocessos, de acordo com o desenvolvimento das lutas intestinais (internas), travadas entre as frações estatais e sindicais da burocracia. A última e decisiva ofensiva menemista sobre as obras sociais sindicais seria realizada em outubro de 1996, através dos decretos 1141 e 1142 e do decreto 1560/96 que implicaria em um significativo avanço da regularização neoliberal sobre tais obras, ao estabelecer a livre opção dos trabalhadores pelas obras sociais.

A regularização neoliberal também promoveria um duro ataque às indenizações por acidentes de trabalho, que se reduziria significativamente ao longo da década de 1990. A lei 24.028/91 de Acidentes de Trabalho promoveria uma redução de 35% das

⁵⁷ “Naturalmente, o manejo das obras sociais era e segue sendo um suporte chave do poderio da burocracia sindical, assim como a destruição das obras sociais auspiciava um formidável negócio para os empresários da saúde. Em meados da década de 90 havia umas 350 obras sociais que atendiam as 11 milhões de filiados, das quais umas 200 eram sindicais e atendiam a uns 4,6 milhões de filiados, e em seu conjunto arrecadavam uns 4 milhões anuais” (La Prensa 8 e 10/10, Clarín 13/10/96 apud BONNET, 2008, p. 32).

indenizações e, além disso, a administração menemista se apropriaria dos fundos correspondentes às indenizações, para injetá-las no mercado de seguros, através da privatização das indenizações. Para isso, em novembro de 1994 envia ao congresso um projeto de lei que apontava para a sua privatização. No entanto, tal projeto não fora aprovado imediatamente visto que havia discordâncias entre empresários, centrais sindicais e governo que, portanto, resultara em várias modificações no projeto original, aprovado apenas em 1995. Dessa forma, através da Lei de Riscos de Trabalho 24.557/96

transferiu então ao Seguro de Riscos de Trabalho, na qualidade de seguros obrigatórios, as responsabilidades patronais pela segurança de seus trabalhadores. Uma estendida onda de acidentes de trabalho inaugurou a aplicação do novo sistema devido a que os custos para implementar medidas de segurança nos lugares de trabalho excediam em muitos casos, para os empresários, os prêmios de seguro (BONNET, 2008, p. 33).

As consequências resultantes da privatização dos riscos por acidente de trabalho foram sinistras uma vez que, em nome do monsenhor capital não há ética alguma, as empresas de seguro de riscos de trabalho não vacilariam em atuar, juntamente com os capitalistas, fazendo vistas grossas às inúmeras violações cometidas por esses que ignoravam constantemente as regras de segurança e higiene. Dessa forma, as seguradoras não perdiam seus clientes e ainda os compensava com a redução dos custos, resultante das diversas violações. Já para a classe trabalhadora, o resultado, como já advertia Dejourn (1992), seria uma elevação absurda dos riscos à sua integridade física/psíquica e a explosão de sua taxa de mortalidade. Seguindo a Cornaglia,

o aumento das horas extras e as extensas jornadas incrementam os infortúnios. A indústria da construção e a atividade agrícola – eixos da recuperação econômica – são justamente setores em que os controles de segurança e higiene não existem ou são notoriamente insuficientes. Diante da falta de confiança dos dados oficiais, só nos resta, para entender melhor o problema, arriscar algumas projeções e ter em conta pautas analógicas. Se se produzem três mortos por acidentes, a cifra real a estimar, levando em conta os trabalhadores não registrados, deveria ser seis? Mas essa cifra só contempla os acidentes. Se levarmos em consideração a enfermidade como causa da morte e projetarmos analogicamente o dado difundido no informe da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é necessário admitir que por cada morte por acidente sucedem cinco por enfermidade. Os mortos que diariamente o trabalho produz no país chegariam então a 36. Dessa forma, na Argentina se produziriam 13.140 mortes por ano causadas pelo trabalho. Em sete anos de vigência da Lei de Riscos de Trabalho 24.557 seriam, pois 91.980 as pessoas que perderam a vida devido ao trabalho (2015, s/p.).

Contudo, além da precarização do trabalho, outra exigência fundamental para impulsionar a acumulação integral é a intensificação do trabalho acompanhada de sua mais-violência (física e psíquica). Para compreender a totalidade da regularização neoliberal na Argentina, uma multiplicidade de determinações deve ser levada em conta, porém, está claro que não é pretensão desse trabalho esgotar tais determinações, mas tão somente apresentar aquelas que nos parecem fundamentais para a compreensão geral da acumulação integral argentina. Como já sabemos de que maneira ocorreu em linhas gerais o processo de regularização da acumulação capitalista, a partir de agora focaremos na dinâmica do próprio processo de acumulação integral na Argentina, com o objetivo de compreender suas principais consequências sociais, destacando a luta de classes que emergiu, após o intenso processo de lumpemproletarização social.

A *forma de valorização* do capital, dominante nas relações de trabalho próprias da acumulação integral, é fornecida pelo toyotismo⁵⁸ que, no nosso entendimento, possui os mesmos objetivos que o taylorismo e o fordismo, isto é, promover uma maior extração de mais-valor relativo e absoluto através da racionalização do processo de trabalho e da gerência científica, em um contexto de intenso avanço tecnológico. Trata-se de compreender o toyotismo como uma adaptação do taylorismo à nova fase do capitalismo: a era da acumulação integral (VIANA, 2009). Segundo Antunes,

o processo de produção do tipo toyotista, por meio dos team work, supõe portanto uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes. Ou seja, presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz. Na fábrica Toyota, quando a luz está verde, o funcionamento é normal; com a indicação da cor laranja, atinge-se uma intensidade máxima; e quando a luz vermelha aparece, é porque houve problemas, devendo-se diminuir o ritmo produtivo. A apropriação das atividades intelectuais do trabalho, que advém da introdução de maquinaria automatizada, aliada à intensificação do ritmo do processo de trabalho, configuraram um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada dos ciclos de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade [...] Este (o toyotismo) se estrutura preservando dentro das empresas matrizes um número reduzido de trabalhadores mais qualificados, multifuncionais e envolvidos com o seu ideário, bem como ampliando o conjunto flutuante e flexível (segundo os interesses da burguesia) de trabalhadores com o aumento de horas-extras, da terceirização no interior e fora das empresas, da contratação de trabalhadores temporários etc. (ANTUNES, 2005, p. 56-57 – parênteses nossos).

⁵⁸ Para um maior aprofundamento sobre o toyotismo Cf. (CORIAT, 1994; ANTUNES, 2005; VIANA, 2009; ALVES, 2011).

Na Argentina contemporânea passou a vigorar diversas relações de trabalho típicas da acumulação integral. Um dos instrumentos mais utilizados para reduzir os custos da produção (entenda-se maior extração de mais-valor) foi a subcontratação e terceirização de algumas atividades. Segundo Newman (2014), a prática de subcontratação é realizada fundamentalmente pelas grandes empresas que ao optarem por subcontratar diversos serviços tais como a logística, limpeza industrial, construção e manutenção, limpeza de edifícios, produção de partes, call centers etc. acabaram por estimular o surgimento de diversas pequenas e médias empresas, fornecedoras dos serviços antes desenvolvidos pela mesma empresa-mãe:

em geral, essas empresas subcontratistas se caracterizam por oferecer condições laborais sob a modalidade da contratação eventual ou diretamente, e em muitos casos, sob o emprego não registrado (em negro). Outra forma de terceirização que vem se generalizando na Argentina é a contratação de trabalhadores independentes. Geralmente, se trata de profissionais ou estudantes universitários que são contratados pelas empresas para tarefas específicas por prazos determinados. Essa prática se caracteriza pelo pagamento de uma quantia definida de dinheiro e exige-se do trabalhador que entregue em troca uma quantia pessoal (monotributo) [...] (NEWMAN, 2014, p. 156).

A prática da subcontratação e terceirização de algumas atividades promove uma forte fragmentação e divisão da classe trabalhadora, visto que no mesmo espaço produtivo passam a coexistir diversos tipos de trabalhadores submetidos a relações laborais distintas, remunerações e condições de trabalho (completamente ausente de direitos trabalhistas) inteiramente distintas para as mesmas funções, que acabam por impactar na subjetividade do trabalhador que não se sente parte de um mesmo coletivo e, portanto, debilita suas potencialidades de contestação e luta etc. Segundo Battistini,

a fragmentação dos coletivos de trabalho durante os anos 90 se faz presente em todos os níveis. Em nível “estrutural” o desemprego, a precarização contratual e o trabalho não registrado constituem um primeiro nível da fragmentação. Um segundo nível se constitui no interior de cada coletivo de trabalho mediante a diferenciação salarial que habilitam as remunerações por produtividade e por avaliação das competências laborais. Assim, trabalhadores que realizam as mesmas tarefas para a mesma empresa têm remunerações diferenciadas. Por último, um terceiro nível constitui a partir da geração de espaços de produção diferenciados que se abrem nas práticas de subcontratação. Por exemplo, na fabricação de um mesmo produto ou na provisão de um mesmo serviço podem intervir distintas empresas, cuja força de trabalho pode contar com relações laborais completamente diferentes, salários e condições de trabalho totalmente distintas (Apud NEWMAN, 2014, p. 156-157).

Dessa forma, a subcontratação e terceirização promove uma maior extração de mais-valor, ao disponibilizarem para o capital melhores condições de exploração da

força de trabalho, isenta de qualquer tributação patronal, direitos e proteção trabalhista. A divisão da classe trabalhadora ocorre pelo temor que o trabalhador passa a ter da transferência para uma condição ainda pior de trabalho e vida, pela divisão e ruptura da solidariedade entre trabalhadores tratados de maneira distinta (contratualmente, salarialmente etc.) no local de trabalho e, principalmente, pelo medo de ficar desempregado em um período de intensa expansão do lumpemproletariado. Sobre tal processo de lumpemproletarização e seu papel na divisão da classe trabalhadora, voltaremos nossa análise mais adiante.

Seguindo as análises de Novick (1991) e Newman (2014), observa-se que as formas organizacionais do trabalho típicas ou adaptadas do toyotismo ingressaram no país na década de 1980 e teve como característica marcante a adoção de formas de gestão da qualidade do trabalho, como forma de melhor gerir o trabalho, visando à promoção da acumulação integral:

em meados da década de 1980 (ainda que anteriormente houve experiência de círculos de qualidade e alguns avanços dessas técnicas), começaram a introduzir-se na Argentina, no setor privado, as distintas técnicas de produção industrial “japonesas”. Aumentou a quantidade de empresas que introduziram círculos de qualidade, processos de just in time – seja através de Kan Ban, MRP ou de técnicas combinadas – de qualidade total (NOVICK, 1991, p. 83).

Um conjunto de práticas marcou a tendência geral do desenvolvimento das formas de organização do trabalho na Argentina contemporânea. Dentre elas podemos citar: a) maior recorrência à subcontratação/terceirização da força de trabalho; b) utilização do sistema *just in time*; c) adoção de Círculos de Controle de Qualidade; d) organização do trabalho em equipes; e) diversificação salarial; f) preferência pela contratação de jovens operários sem tradição sindical etc. É importante destacar que o processo de reestruturação produtiva, que caracteriza a totalidade de tais transformações nas relações de trabalho foi implementado em um período de intensa ofensiva contra os trabalhadores. Em linhas gerais, esse período pode ser dividido em dois momentos. O primeiro é caracterizado por uma expressiva onda de demissões e desligamentos voluntários e o segundo, por uma reincorporação dessa mesma força de trabalho sob a modalidade da subcontratação (NEWMAN, 2014). Por exemplo,

o processo de privatização da empresa estatal YPF, produziu no primeiro momento uma desvinculação de 35.689 trabalhadores. Desse total de trabalhadores despedidos, parte foi substituída por uma nova força de trabalho e outra parte, foi recontratada sob diferentes formas de terceirização [...] A mesma tendência ao deslocamento e à reconstrução mediante modalidades precarizadas se observa no processo de reconversão e privatização da empresa SEGBA [...] No caso da ACINDAR a adoção de

Novos Métodos de Trabalho, no ano de 1991, implicou também uma política de demissões combinada com desligamentos voluntários e um aumento da terceirização de setores completos da produção [...] No caso da Ford, o processo de implementação do Ford Production System (inspirado no toyotismo), entre o ano de 1996 e 1999, implicou que através de demissões e desligamentos voluntários perderam-se 1.440 postos de trabalho. Muitos dos trabalhadores demitidos foram logo reincorporados, mas, como em muitos outros casos, mediante empresas terceirizadas sob modalidades contratuais precárias (NEWMAN, 2014, p. 159-160).

Diversos estudiosos coincidem ao concluírem que o processo de modernização empresarial, próprio da reestruturação produtiva, representa uma estratégia internacional do capital mais concentrado na busca por melhores condições (desconcentração da produção, individualização dos coletivos de trabalho, fragmentação da classe trabalhadora, precarização e intensificação do trabalho, subemprego etc.) para promover aquilo que entendemos como sendo a acumulação integral (NEWMAN, 2014; PALERMO, 2012; GINIGER, 2011). Os estudos realizados pelo *Programa de Estudos Críticos sobre el Movimiento Obrero* (PECMO) do *Centro de Estudios e Investigaciones Laborales* (CEIL/CONICET) apontam para a conclusão, segundo a qual

a tendência geral que pode se observar nos sistemas de gestão das grandes empresas na Argentina em setores como automotriz, a siderurgia e o petroleiro, respondem à estratégia global de implementação da doutrina da melhora contínua da qualidade, expressada fundamentalmente em la ISO. O aspecto constitutivo dessa doutrina é a flexibilização tanto no âmbito da externalização da produção (terceirização) como nas políticas de racionalização e individualização da força de trabalho. Ainda quando o uso tático das ferramentas de gestão da qualidade são particulares a cada empresa, a doutrina e a orientação estratégica mostram um alto grau de homogeneidade. Isto nos leva a postular a hipótese da existência de um dispositivo administrativo-corporativo que atua em nível nacional sob doutrinas e práticas de “qualidade” em vínculo orgânico com a regulação internacional da melhora contínua da qualidade expressa na série ISO 9000. Ao fazer referência a esta regulação internacional damos conta de que a doutrina da série ISO 9000 [...] “encarna”, se faz efetiva nos processos de normalização e certificação dos sistemas de gestão das empresas a nível nacional (NEWMAN, 2014, p. 160-161).

Como consequência da totalidade da regularização neoliberal e, por conseguinte, da intensificação da exploração da força de trabalho, outra importante característica da acumulação integral, e que adquiriu um peso significativo na sociedade Argentina contemporânea diz respeito ao processo de concentração e centralização de capital nas mãos de grandes complexos oligopólios nacionais e internacionais. Juntamente com essa característica, outra resultou importante: o drástico processo de redução da

produção industrial. Com o jogo da livre concorrência funcionando a pleno vapor e o estado neoliberal argentino agindo conforme deveria, isto é, subordinado aos interesses do grande capital nacional e internacional, empresas de grande poderio econômico passam a adquirir notáveis poderes de decisão política sobre os rumos da economia nacional. A expressiva marca desse poder pode ser percebida na imensa transferência de empresas públicas, muitas vezes detentoras de mais de um terço das vendas que realiza a elite empresarial, para as mãos da iniciativa privada e na deflagração de associações entre diversos grupos econômicos locais e diversas modalidades de capitais estrangeiros, que passaram a concentrar e centralizar a acumulação de capital no país.

O novo regime de acumulação dominante na Argentina contemporânea será notavelmente marcado por um amplo processo de privatização de empresas públicas; por uma expressiva concentração e centralização de capitais nas mãos de grandes complexos oligopólios com a predominância do capital estrangeiro; por um aumento expressivo da dívida privada externa argentina, que devido ao caráter subordinado do Estado nacional a torna dívida pública; por uma drástica redução da atividade industrial devido à falência de diversas empresas de pequeno e médio porte, devido ao deslocamento⁵⁹ de parques industriais de determinadas regiões (Grande Buenos Aires, Córdoba, Rosário) para outras regiões (internas e externas); por uma violenta ofensiva do capital contra o trabalho, indicada em uma crescente queda salarial, por uma precarização e intensificação das relações de trabalho e fundamentalmente por uma intensa lumpemproletarização de diversas classes sociais, com destaque para o proletariado e seu grupo etário juvenil (BASUALDO, 2002; CARRERA, CAVALLERI & MURRUNI, 2010; SVAMPA, 2010; SCHORR, 2013; MINUJIM e ANGUITA, 2004). Vejamos então algumas dessas características da acumulação integral argentina ainda não (ou pouco) mencionada nesse trabalho.

É importante destacar que a hegemonia menemista expressou essencialmente os interesses econômicos imediatos da fração burguesa, detentora do capital financeiro no qual o projeto de reestruturação produtiva, assentado no regime de convertibilidade, visava garantir. Sendo assim, o menemismo precisou conciliar os interesses das demais frações, tais como os da burguesia industrial exportadora, composta por grandes

⁵⁹ “De fato, o argumento implícito na produção acadêmica ligada à ‘nova divisão internacional do trabalho’ é que a industrialização em áreas de baixos salários e a desindustrialização nas áreas de alta remuneração são dois lados da mesma moeda” (SILVER, 2005, p. 41).

empresas nacionais e estrangeiras, capazes de concorrer no mercado internacional, e da burguesia agrária (agropecuária) que vinha perdendo competitividade nas exportações. De que maneira, então, foi possível conciliar tais interesses, já que a reestruturação produtiva parecia favorecer tão somente os interesses imediatos da burguesia financeira? Acompanhando as análises de Bonnet (2008), tudo indica que o disciplinamento de algumas frações burguesas naquele contexto, se apresentava como pré-condição para o disciplinamento das classes trabalhadoras, mas já prevendo a possibilidade do retorno de negócios lucrativos para tais frações, através desse maior disciplinamento da força de trabalho:

esse disciplinamento envolvia, por sua vez, uma recomposição da exploração e da dominação dos trabalhadores, que resultava estratégica para o conjunto da burguesia. Esse disciplinamento era a condição para que, de uma vez, a luta de classes na Argentina se inscrevera em uma estratégia de acumulação e um projeto hegemônico (BONNET, 2008, p. 284).

O menemismo desde o início representou uma estratégia estatal regularizadora voltada para os interesses da fração burguesa (a grande burguesia) vinculada com o mercado mundial. Suas primeiras medidas econômicas atestam claramente essa realidade: o *Plano BB* representou uma verdadeira medida de shock anti-inflacionário, que apontava para uma enorme desvalorização e fixação de um único tipo de câmbio, acompanhado de uma dura elevação dos preços em geral e dos combustíveis que eram acordados junto às grandes empresas radicadas no país; a escalada da regularização neoliberal, expressa pelas milhares de leis draconianas contra a força de trabalho, a regularização das novas formas de valorização do capital (racionalização, gerência científica etc.); a transferência de empresas estatais para a grande burguesia nacional e internacional; maior abertura para o mercado externo, acompanhada de melhores condições para a exploração da força de trabalho etc. Em linhas gerais, o dito shock anti-inflacionário tratava-se, como insistimos em ressaltar, da ofensiva burguesa neoliberal contra a classe trabalhadora, contra seus salários, através da precarização da vida/trabalho e da lumpemproletarização intensa que buscava impor incisivamente os interesses da grande burguesia, fundamentalmente vinculada ao mercado internacional.

Esse contexto é marcado por essa busca a qualquer custo, por impor a regularização da acumulação integral, através dessas políticas de shock anti-inflacionários que apesar de promover o retrocesso momentâneo da inflação, seguia corroendo os salários e despertando conflitos por aumentos salariais em diversos setores-chaves da produção privada (metalúrgicos, automotrizes, petrolíferos), somados às lutas

dos trabalhadores estatais (subterrâneos, ferroviários, professores, telefonias), que viam seus empregos e salários sendo ameaçados de extinção por esse processo de regularização neoliberal. Juntamente, outras frações da burguesia, que já contavam com um *estado máximo* para seus interesses, pressionavam ainda mais para reduzir as taxas de juros, para reimplantar a industrialização e financiá-la. As frações mercado-externistas da burguesia pressionava pela elevação do valor do dólar que, mesmo livre de retenções era considerado muito baixo. Nesse cenário, a ameaça da hiperinflação⁶⁰ era uma presença constante assim como a tendência para um maior avanço do processo de reestruturação produtiva que solapava diversas conquistas trabalhistas e estabelecia a superexploração da força de trabalho etc.

A análise que Bonnet (2008) apresenta sobre essa conjuntura destaca três mutações específicas que valem a pena mencioná-las, pois comporta elementos essenciais para a consolidação da acumulação integral argentina: a derrota dos trabalhadores, a consolidação do processo de privatização integral e o regime de convertibilidade. Diante da colossal ofensiva menemista contra o trabalho, principalmente a expressa pelo processo de privatização, os trabalhadores estatais impuseram uma forte resistência, mas que, no entanto, foi duramente derrotada e de forma exemplar. Tais lutas, principalmente a dos ferroviários, representaram uma possível alteração na correlação de forças envolvida na luta de classes, pois ameaçavam aspectos centrais da reestruturação produtiva (a privatização) posta em marcha pelo menemismo, também porque se trataram de lutas encaradas pela administração menemista como representando “tudo ou nada”, já que Menem ameaçava fechar todo ramal que paralisava: “ramal que para, ramal que fecha, desafiava e cumpria Menem” (SOLANAS, 2008).

⁶⁰ “[...] Os processos hiperinflacionários são assim mesmo, especialmente, processos de expropriação massiva de renda da sociedade em seu conjunto por parte de um punhado de grandes capitalistas. Para além das perdas ou lucros registrados nos balanços corporativos de Pérez Companc ou Arcor, do Citibank ou o Chase Manhattam, seu saldo foi uma transferência de renda acima do 5% do PIB para as arcas dos setores mais concentrados do capital. E a contraface dessa transferência foi um autêntico cataclismo social. Os salários reais dos trabalhadores industriais haviam perdido em julho 40% de seu poder aquisitivo de começo do ano. A taxa de desemprego de maio se encontravam em 27% por cima das registradas em outubro do ano prévio. Os salários dos operários demitidos nas plantas metalúrgicas que fechavam suas portas, em outras palavras, eram de 20 dólares mensais. Semelhante expropriação não tinha precedentes” (BONNET, 2008, p. 194).

A derrota das lutas dos ferroviários se concluiu com a privatização das ferrovias⁶¹, seguida da lumpemproletarização de aproximadamente 80 mil trabalhadores. Para esse autor, o duro tratamento dispensado por Menem às lutas dos ferroviários argentinos, se compara ao tratamento duríssimo dispensado às lutas dos mineiros britânicos contra o fechamento das minas e suas conseqüentes demissões no governo de Thatcher em 1984⁶², bem como a definitiva derrota dos controladores aéreos estadunidenses contra a regularização neoliberal de Reagan em 1981⁶³: isto é, um tratamento que servisse de exemplo para o conjunto da classe trabalhadora e, principalmente, para aqueles setores que ousassem desafiar o processo de regularização da acumulação integral.

A segunda mutação diz respeito à magnitude do avanço desse processo de regularização neoliberal, levado a cabo pela administração menemista. Para o autor, tal magnitude expressa a outra face da derrota da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, representa a possibilidade de conciliar os distintos interesses das frações burguesas domésticas e exteriores. O processo de concessão e privatização das estatais (telefonias, transporte aéreo, marítimo, correios, telégrafos, carvoaria, água, gás, eletricidade, metrô, aço, concessão para exploração petrolífera), iniciado no ano de 1991, serviu como moeda de troca para a conciliação dos interesses burgueses, pois permitiram às frações burguesas domésticas, aquelas que mais foram afetadas pela abertura comercial internacional, níveis elevadíssimos de rentabilidade que, em muitos casos, permitiram compensar as perdas que tiveram com o fim dos subsídios estatais, das tarifas e cotas de importação e do declínio de diversos contratos com o estado por conta do próprio

⁶¹ Sobre o processo de desmantelamento das ferrovias estatais, a insistente resistência ferroviária, a corrupção por detrás das privatizações envolvendo a burocracia sindical (Moyano, líder sindical dos caminhoneiros, é claro), a burocracia estatal e as concessionárias, as nefastas conseqüências sociais etc., para diversas regiões desassistidas e abandonadas após as privatizações das linhas Cf. SOLANAS (2008).

⁶² “[...] Thatcher provocou uma greve de mineiros em 1984 ao anunciar uma onda de reorganizações na estrutura do trabalho e o fechamento de minas (o carvão importado era mais barato). A greve durou quase um ano, e apesar de muita simpatia e apoios públicos os mineiros perderam. A espinha dorsal de um elemento nuclear do movimento trabalhista britânico fora quebrada” (HARVEY, 2008, p. 69).

⁶³ “Reagan derrotou o PATCO, o sindicato dos controladores de voo, numa longa e amarga greve em 1981. Isso marcou um ataque generalizado aos poderes do trabalho organizado no próprio momento em que a recessão inspirada em Volcker produzia altas taxas de desemprego (de ao menos 10%). O PATCO, contudo, era mais do que um sindicato comum: era um sindicato de trabalhadores graduados que tinha o caráter de uma associação de profissionais. Era, portanto, um ícone da classe média e não do sindicalismo da classe trabalhadora. O efeito global sobre a condição do trabalho foi dramático – talvez melhor captado pelo fato de o salário mínimo federal, que era paritário ao nível de pobreza em 1980, ter caído para 30% abaixo desse nível por volta de 1990. Iniciou-se assim, com vigor, o longo declínio dos níveis salariais reais” (HARVEY, 2008, p. 34).

processo de privatização etc. Nesse sentido, as privatizações operaram como “cimento econômico do novo bloco menemista no poder” (BONNET, 2008, p. 292). Posteriormente voltaremos ao tema das privatizações e sua dinâmica.

A terceira mutação destacada pelo autor é a que ocorre no estado em relação à sua tímida “recuperação” orçamentária e que lhe permitira um melhor posicionamento para implementar o regime de convertibilidade. Portanto, a contração do gasto público, a queda de 60% do déficit não financeiro do governo central, a redução do déficit fiscal enormemente acumulado pelo Banco Central da República Argentina (BCRA) e as compras em dólares que incrementaram suas reservas em 40% deram respaldo à base monetária requerida pelo regime de convertibilidade.

A Lei de Convertibilidade 23.928/91, sancionada pelo Congresso em 27/03/1991, declarou a conversão da moeda (01 peso por 01 dólar) a partir de 01/04/1991, estabelecendo a obrigatoriedade do BCRA vender a quantidade de dólar que lhe fosse requerido de acordo com essa paridade (01 por 01) e manter suas reservas disponíveis em ouro e em divisas estrangeiras em um montante equivalente a não menos de 100% da base monetária, que era definida de maneira padrão como a soma da moeda circulante mais os depósitos à vista das entidades financeiras no Banco Central e diversas outras cláusulas. Dessa maneira, o BCRA tornou-se uma espécie de *currency board* (caixa de conversão⁶⁴) *suis generis*, responsável por garantir a convertibilidade.

Funcionando como caixa de conversão, a função do BCRA quase que se resumia a trocar, sem custo e sem demora, moeda nacional (emitida por ele) por moeda estrangeira e vice-versa, a uma taxa fixa, renunciando sua capacidade de criar dinheiro concedendo crédito ao governo e ao sistema bancário. Dessa forma, a criação de dinheiro ficava condicionada ao recebimento de um valor equivalente em moeda estrangeira. Tais renúncias implicavam que daí por diante os déficits fiscais não poderiam superar níveis financiados nos mercados de capitais a uma taxa de juros próxima da taxa de juros dos títulos em dólares. Junto a isso acrescentava a necessidade mandatória do aumento da arrecadação, da redução do gasto estatal, bem como uma sustentada dependência em relação ao financiamento interno e/ou externo, através do endividamento público e venda de ativos públicos. Assim como significava que na condição de credor essencial, o BCRA restringiria sua capacidade proporcionalmente às

⁶⁴ Cf. (CANAVESE, 2001).

suas reservas mantidas em título de dívidas (BONNET, 2008; CANAVESE, 2001). Em síntese:

a convertibilidade impôs uma intensa pressão pelo equilíbrio fiscal, que resultou em uma queda do déficit médio de 7,7% do PIB registrado em 1980-90 a uns 2,6 % em 1991-01. Mas isso requer precisão. Essa pressão pelo equilíbrio fiscal inerente a convertibilidade foi, na verdade, um primeiro mecanismo de disciplinamento dos trabalhadores. É conhecido que as políticas anti-inflacionárias inspiradas nas distintas variantes do neoliberalismo invocam a necessidade de suprimir o financiamento inflacionário do déficit fiscal para proceder a ajustes das rendas e gastos públicos, que resultam normalmente em redistribuições regressivas da renda. A especificidade da pressão pelo equilíbrio fiscal inerente à convertibilidade radicou no fato de que a própria pressão que exercia a convertibilidade no sentido de um aumento da produtividade e da competitividade do setor privado impunha, em boa medida, que o ajuste do setor público não se despejasse sobre a rentabilidade dos capitalistas senão sobre os salários dos trabalhadores (BONNET, 2008, p. 322).

Em um regime de convertibilidade, a única fonte para criação de dinheiro era o setor externo, visto que nesse o recurso às desvalorizações competitivas foram suprimidas, o mercado nacional foi aberto sem restrições à competição internacional e os fluxos de capitais e mercadorias no mercado mundial sofrem uma regularização generalizada. Nas condições geradas pela convertibilidade, o capitalismo argentino só poderia sobreviver nesse mercado mundial, mediante uma intensa pressão para o incremento da exploração da força de trabalho, o que equivale dizer uma maior produção/extração de mais-valor. Dessa maneira, a competição internacional pressionava os capitalistas a descarregar sobre os ombros da classe operária a responsabilidade de impedir sua falência e sobre os operários a obrigatoriedade de se adequarem, sob forte e profunda ameaça do processo de lumpemproletarização, à acumulação integral, isto é, se submeter à superexploração do trabalho, seja através da extração de mais-valor relativo (aumento da produtividade via organização do trabalho e avanço tecnológico) ou através da extração de mais-valor absoluto (aumento da produção com a extensão da jornada de trabalho).

Conforme veremos a partir de agora, o processo de privatização levado adiante pela administração menemista representou um importante mecanismo de conciliação dos interesses de diversas frações burguesas, vinculadas ao capital interno e externo, assim como garantiu um sólido apoio que consolidaria o poder político de Menem, pois logo após assumir a presidência em 1989, esse logrou a aprovação no Congresso, sem nenhuma oposição, de um ambicioso programa de privatização que retiraria das mãos do estado e repassaria para as mãos da burguesia as principais empresas estatais,

garantido assim a abertura de um mercado altamente promissor, que contava com esferas extremamente privilegiadas, lucros extraordinários e reservas de mercado promovidas e protegidas pela iniciativa estatal.

Uma transferência gigantesca e acelerada de empresas estatais para as mãos da iniciativa privada era uma maneira estratégica do justicialismo, historicamente marcado por uma política de forte intervenção estatal na economia, para obter o tão necessário apoio simultâneo dos grandes grupos econômicos e dos credores externos. Deste modo, “nada melhor para lograr uma mudança radical da imagem do peronismo que entregar parte substantiva do estado ou, mais precisamente, sua porção mais rica – pelas potencialidades que ofereciam – como eram as empresas públicas” (AZPIAZU e SCHORR, 2002, p. 12).

De acordo com as análises de Azpiazu e Schorr (2002), o processo de transferência das empresas estatais ao setor privado comportou e beneficiou uma espécie de “tríplice aliança” composta: a) pelos mais importantes *grupos econômicos locais* com condições administrativas, forte *lobbying* doméstico e conhecimento sobre a infraestrutura nacional; b) diversos *bancos estrangeiros e locais* (principais credores da Argentina) que receberam significativos títulos da dívida pública argentina que seriam capitalizados e c) determinadas *empresas transnacionais* detentoras de capacidade de gestão e experiência tecnológica (operadoras internacionais dos serviços privatizados). A maneira como as regras e pré-condições de participação, nesse privilegiado mercado das privatizações, foram adotadas (delimitação de patrimônio fixo mínimo elevadíssimo) agiu efetivamente como um mecanismo *disparador do processo de concentração e centralização de capital* na Argentina:

na maioria dos processos concluídos no país, o próprio chamado a licitação favoreceu a presença de poucos licitantes; o que se reforçou, na generalidade dos casos, pela coordenação e a capacidade de *lobbying* empresarial em torno de suas respectivas ofertas. Isto levou, por um lado, a uma acentuada concentração da propriedade das empresas e das áreas “desestatizadas” em um reduzidíssimo número de grandes agentes econômicos. E, por outro lado, a sobrevivência e o reforço de monopólios ou oligopólios legais, com a consequente consolidação de mercados protegidos, em condições regulatórias que asseguram baixos ou nulos riscos empresariais e amplas margens de liberdade para a fixação de tarifas derivadas, em substantivo, da funcionalidade das respectivas normativas setoriais em relação com os interesses das firmas [...] (AZPIAZU e SCHORR, 2002, p. 17).

Portanto, o processo de privatização das empresas estatais demonstra, ao contrário do que afirma a ideologia neoliberal, que esse estado é *Máximo* quando se trata de garantir os interesses dos detentores do grande capital (nacional e

internacional), para garantir os despojos para as classes auxiliares (burocracia estatal, sindical e partidária), assim como é *mínimo* na garantia e proteção dos interesses imediatos das classes exploradas (proletariado, lumpemproletariado etc.), pois sua dinâmica caracterizou-se, nitidamente, pela construção de condições extremamente privilegiadas para a acumulação de capital, pela inexistência de riscos no “investimento”, pela concentração de capital nas mãos de um minúsculo, porém poderoso, grupo empresarial, pelo total descompromisso com a qualidade do serviço que passara a oferecer à sociedade, pelo aumento contínuo das tarifas de seus serviços, pelos subsídios estatais fornecidos às empresas privatizadas, por uma ampla lumpemproletarização da força de trabalho, acompanhada da subcontratação e terceirização de um número reduzidíssimo da mesma, bem como de uma maior exploração do trabalho etc.

Cabe destacar que após o processo de privatização, a maioria absoluta das empresas dera prosseguimento à política de redução do quadro de funcionários, iniciada pelo estado no período prévio às privatizações. Como exemplo, temos os casos das empresas telefônicas que viram seus quadros reduzidos em 44% desde sua transferência para a iniciativa privada, o sistema de saneamento das águas, que desde o início de suas atividades, privatizadas em 1993, teve seu quadro reduzido em 33%, a empresa petrolífera YPF (*Yacimiento Petrolíferos Fiscales*) que demitiu mais de 45 mil trabalhadores, o sistema ferroviário privatizado demitiu aproximadamente 80 mil trabalhadores etc. Sem sombra de dúvidas o processo de privatização também representou um disparador do processo de lumpemproletarização de diversos trabalhadores estatais na Argentina.

Por conseguinte, dentre as várias consequências da acumulação integral argentina, destacaremos, a partir de agora e com maior profundidade, aquela que diretamente interessa aos propósitos desse capítulo: o processo de lumpemproletarização, isto é, o processo no qual a dinâmica da acumulação capitalista torna dispensável parcela excessiva da força de trabalho, que passa a constituir uma “população sobranete” para as necessidades exploratórias do capital. A realidade concreta do capitalismo em fase de acumulação integral, expressada por alguns teóricos marxistas, aponta o processo de lumpemproletarização como uma de suas principais consequências social (VIANA, 2009; BRAGA, 2013a). Em fases como essa tal processo é singular, pois seu caráter expansivo mantém por um tempo cada vez maior

uma quantidade enorme de indivíduos oriundos de outras classes sociais em uma mesma classe social, marginalizada na divisão social do trabalho: o lumpemproletariado. No entanto, devido à existência de lacunas e inconsistências nas análises de Marx sobre essa classe social, optamos pela ressignificação do lumpemproletariado na teoria marxista contemporânea, conforme sugere Viana (2012). Vejamos.

2.2 – A Ressignificação do Lumpemproletariado na Teoria Marxista

Ainda nas trilhas dos árduos caminhos apontados pela obra *A teoria das classes sociais em Karl Marx* (VIANA, 2012), buscaremos compreender de que forma o lumpemproletariado é apresentado por Marx em diversas obras, apontando a existência de inconsistências na sua análise e, fundamentado nas análises de Viana (2012), contribuir com reflexões que apontem para a superação dessas inconsistências, assim como reforçar a proposta desse de atualizar e ressignificar o lumpemproletariado, como classe social na teoria marxista contemporânea. Vale destacar que os méritos dessa empreitada teórica devem ser computados a ele, pois da nossa parte existe apenas uma apropriação de sua leitura e aplicação da mesma na compreensão do lumpemproletariado argentino na contemporaneidade. Portanto, encaremos as trilhas.

A análise pormenorizada e atenta de diversas obras (e diversas traduções) de Marx (e Engels em algumas) deixa claro, como vimos anteriormente, que esses autores não restringiram a pertença de classe apenas às classes ligadas à produção⁶⁵ (burguesia e proletariado, no caso do capitalismo), mas, muito distante dessa constatação, apresentaram e discutiram muitas vezes, de forma incipiente, visto que tais classes também o eram, uma infinidade de outras classes sociais, vinculadas direta ou indiretamente a essas duas classes fundamentais. Uma dentre várias outras classes sociais percebidas e discutidas por eles foi o lumpemproletariado, a classe dos

⁶⁵ Segundo Viana, “Aqui temos a chave para compreender inúmeros equívocos de diversas interpretações sobre a concepção de classes sociais em Marx. A origem reside em confundir a concepção de Lênin com a de Marx. A definição leninista é economicista, pois reduz a definição de classes ao “sistema de produção” e enfatiza o lugar ocupado em tal sistema, a relação com meios de produção (obviamente, se é proprietário ou não), pelo papel diretamente exercido na organização do trabalho e pela quantidade e forma de aquisição de riqueza [...] A definição, como um todo, remete sempre ao processo econômico, as classes sociais só existiriam na infra-estrutura econômica, e o conceito de modo de produção é substituído por ‘sistema de produção’ e os elementos fundamentais da definição de classes em Marx desaparece” (VIANA, 2012, p. 304-305).

marginalizados. Portanto, partimos da premissa de que em suas obras o lumpemproletariado já era encarado como uma classe social e, sendo assim, contrariamos toda uma tradicional (mau ou cega) leitura da obra de Marx e Engels, realizada por ideólogos leninistas, acerca do lumpemproletariado, assim como de sua postura política.

Além das classes sociais derivadas do modo de produção dominante, Marx menciona outras classes sociais vinculadas às demais relações de produção ou às relações de produção anteriores a determinado modo de produção vigente. Dessa maneira, o autor demonstra a manifestação de determinada divisão social do trabalho em que as atividades produtivas e de apropriação estão presentes e definem as classes sociais. No entanto, a divisão social do trabalho não se encerra aí, pelo contrário se estende para diversas outras relações sociais necessárias para a reprodução das relações de produção. Logo,

as demais classes são derivadas das relações de produção e se incluem no que Marx denominou “superestrutura”, tal como o Estado, as formas “ideológicas” etc. formando as *classes sociais improdutivas*. Marx desenvolve isso de forma mais profunda no caso do capitalismo, mas faz algumas breves referências a outros modos de produção onde existiram tais classes. No caso do capitalismo as referências são mais abundantes. Porém, resta saber o que determina a existência dessas classes, já que não formam uma única classe social. Isto vai depender de sua relação com o modo de produção dominante (VIANA, 2012, p. 67-68 – itálicos meus).

Em todo modo de produção (classista), uma diversidade de indivíduos exercem atividades distintas das relações de produção na divisão social do trabalho. Estamos pensando nos guerreiros/militares dedicados à questão da segurança, aqueles responsáveis por sistematizar as ideias, os funcionários das formas de regularização das relações sociais, aqueles que comercializam os frutos da produção, assim como aqueles que se encontram marginalizados na divisão social do trabalho etc. Sobre esses últimos, Marx, e conjuntamente com Engels, se referiu em diversas obras e ocasiões. Trata-se do lumpemproletariado.

Em *A ideologia alemã* (1984), no tópico sobre *O papel da violência na história*, Marx e Engels, destacam que na Roma antiga “a escravatura continuou a ser a base de toda a produção. Os plebeus, que se encontravam entres os cidadãos livres e os escravos, nunca conseguiram ser mais do que um *lumpemproletariat*” (1984, p. 93). Essa passagem demonstra que Marx destaca além, das classes vinculadas à produção (patrícios e escravos), a existência de outras classes sociais incluindo aquelas

marginalizadas da divisão social do trabalho na Roma antiga. Vimos, então, que o lumpemproletariado está subentendido como classe. Em outras obras ocorre o mesmo.

Observemos: em *O Manifesto Comunista* (1988; 1997), assim como em outras obras, é de extrema importância se atentar para o contexto discursivo dos autores. Tarefa essencial e negligenciada pela maioria das leituras leninistas. Essas são responsáveis pela má interpretação e pela cegueira interpretativa da teoria marxista na contemporaneidade. Mais adiante, apresento algumas delas. A discussão sobre o lumpemproletariado nessa obra é precedida por um contexto discursivo relativo às classes sociais, que nos convence acerca da compreensão de Marx e Engels do lumpemproletariado como classe. Basta recuperarmos os parágrafos que antecedem à discussão sobre essa classe social para constatarmos tal contexto discursivo:

de todas as classes que se põe frente a frente com a burguesia hoje, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes declinam e, finalmente, desaparecem frente à indústria moderna. O proletariado é o seu produto especial e essencial. A classe média baixa, o pequeno fabricante, o lojista, o artesão, o camponês, todos estes lutam contra a burguesia para salvar da extinção suas existências como frações da classe média. Eles não são, portanto, revolucionários, mas são conservadores. E, ainda, são reacionários, pois tentam voltar a roda da História. Se, por acaso, são revolucionários, eles o são só por terem em vista sua transferência iminente para o proletariado. Deste modo, defendem não os interesses do presente, mas os do futuro. Deserdam seu ponto de vista em prol daquele do proletariado (MARX e ENGELS, 1997, p. 25-26).

O que se pode perceber nessa passagem é que os autores travam uma discussão a respeito da essência revolucionária presente no ser-de-classe do proletariado, todavia aliado a essa constatação eles apresentam uma infinidade de outras classes sociais que no enfrentamento contra a burguesia lutam apenas para salvaguardar seus interesses particulares e garantirem sua perpetuação enquanto classe, ao contrário do proletariado que para atingir seus interesses históricos deve necessariamente se auto abolir enquanto classe, assim como abolir todas as demais classes sociais. Dessa forma, tal contexto discursivo diz respeito às relações sociais entre diversas classes sociais no modo de produção capitalista e, assim sendo, o lumpemproletariado é uma dessas classes sociais, como bem deixa claro Marx e Engels, ao seguirem afirmando:

o lumpemproletariado, essa putrefação passiva dos estratos mais baixos da velha sociedade, *pode, aqui e ali*, ser arrastado ao movimento por uma *revolução proletária*; no entanto, suas *condições de existência* o predispõe bem mais a se deixar comprar por *tramas reacionárias* (1988, p. 76 - itálicos meus).

O envolvimento e a postura política do lumpemproletariado nas lutas de classes na França são mencionados tanto na obra *O 18 Brumário* (1997), quanto na obra *As*

lutas de classes na França – de 1848-1850 (2008). Marx faz várias referências a essa classe social e constata sua tendência à cooptação política e todo tipo de tramas reacionárias e mafiosas em uma experiência histórica concreta, marcada pelo fortalecimento do poder pessoal de Bonaparte – o sobrinho:

a pretexto de fundar uma sociedade beneficente o lumpemproletariado de Paris fora organizado em facções secretas, dirigidas por agentes bonapartistas e sob a chefia geral de um general bonapartista. Lado a lado com roués decadentes, de fortuna duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, lazzarani, punguistas, trapaceiros, jogadores maqueareaus, donos de bordéis, carregadores, literati, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldados, mendigos – em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam la bohème; com esses elementos afins Bonaparte formou o núcleo da Sociedade de 10 de dezembro. “Sociedade beneficente” no sentido de que todos os seus membros, como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa; esse Bonaparte, que se erige em chefe do lumpemproletariado, que só aqui reencontra, em massa, os interesses que ele pessoalmente persegue, que reconhece nessa escória, nesse refugio, nesse rebotalho de todas as classes a única classe em que pode apoiar-se incondicionalmente, é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte sans frase (MARX, 1997, p. 78-79).

Nesse contexto histórico, Bonaparte cooptou o lumpemproletariado e o transformou em sua “milícia do bate-pau”, espécie de guarda pessoal violenta, bajuladores políticos por profissão, ardorosos e dissimulados apoiadores que

em suas viagens, o destacamento dessa sociedade (*A Sociedade de 10 de dezembro*), superlotando as estradas de ferro, tinham que improvisar público, encenar entusiasmo popular, urrar “viva o imperador”, insultar e espancar republicanos; tudo é claro sob a proteção da polícia (*zona liberada*). Nas viagens de regresso à Paris tinham que formar a guarda avançada, impedir ou dispersar manifestações contrárias (MARX, 1997, p. 80 – itálicos entre parênteses meus).

Na obra *As lutas de classes na França – de 1848-1850* (2008) há, igualmente, essa constatação:

a revolução de fevereiro tinha atirado o exército para fora de Paris. A Guarda Nacional, isto é, a burguesia nas suas diferentes gradações, constituía a única força. Contudo, não se sentia suficientemente forte para enfrentar o proletariado. Além disso, fora obrigada, ainda que opondo a mais tenaz das resistências e levantando inúmeros obstáculos, a abrir, pouco a pouco, e em pequena escala, as suas fileiras e a deixar que nelas entrassem *proletários armados*. Restava, portanto, apenas uma saída: opor *uma parte do proletariado à outra*. Para esse fim, o governo provisório formou 24 batalhões de guarda móveis, cada um deles com mil homens, cujas idades iam de 15 aos 20 anos. Na sua maioria *pertenciam ao lumpemproletariado*, que em todas as grandes cidades constituiu *uma massa rigorosamente distinta do proletariado industrial*, um centro de recrutamento de ladrões e criminosos de toda a espécie que vivem da escória da sociedade, gente sem

ocupação definida, vagabundos, gente sem pátria e sem lar, variando segundo o grau de cultura da nação a que pertencem, não negando nunca o seu caráter de *lazzaroni* capazes, na idade juvenil em que o governo provisório os recrutava, uma idade totalmente influenciável, dos maiores heroísmos e dos sacrifícios mais exaltados como do banditismo mais repugnante e da corrupção mais abjeta. O governo provisório pagava-lhes 1 franco e 50 centavos por dia, isto é, comprava-os. Dava-lhes um uniforme próprio, isto é, distinguia-os exteriormente dos homens de blusa de operário. Para seus chefes eram-lhe impostos, em parte, oficiais do exército permanente, em parte, eram eles próprios que elegiam jovens filhos da burguesia que os cativavam com suas fanfarronadas sobre a morte pela Pátria e a dedicação à república (MARX, 2008, p. 84-85 – itálicos meus).

Por fim, ao analisar *A Lei geral da acumulação capitalista*, no volume 02 da obra *O Capital*, Marx afirma que

o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, *o lumpemproletariado propriamente dito*, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1960, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão social do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. O pauperismo constitui o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 1985, p. 208-209).

Diversos outros autores também reconheceram o lumpemproletariado como classe social. Dentre eles o próprio Engels, em sua obra *As guerras camponesas na Alemanha* (1975), conclui que a existência de classes marginalizadas da divisão social do trabalho é comum a todas às sociedades classistas, não só à sociedade capitalista, e tal classe está envolvida na dinâmica das lutas de classes, como o demonstrou no caso das lutas camponesas da Alemanha do século XVI:

a oposição plebeia era composta por burgueses em decadência e uma multidão de vizinhos excluídos do direito de cidadania: oficiais, jornalheiros e os numerosos elementos do lumpemproletariado que se encontravam até nas etapas inferiores do desenvolvimento urbano. *O lumpemproletariado nas suas formas mais ou menos desenvolvidas constitui um fenômeno comum a todas as etapas da civilização*. Naquele tempo o número de pessoas sem profissão definida nem residência fixa estava a aumentar, pois ao decompor-se o feudalismo ainda reinava uma sociedade que dificultava o acesso a todas as profissões e esferas de atividade com um sem número de privilégios. Nos países civilizados, nunca o número de vagabundos fora maior do que na

primeira metade do século XVI. Uma parte destes vagabundos alistava-se no exército nos tempos de guerra, outros pediam esmolas pelas estradas, os restantes ganhavam uma mísera vida realizando trabalhos como jornaleiros e noutros ofícios que não estavam regulamentados pelos grémios. Estas três partes intervieram na guerra camponesa [...] (ENGELS, 1975, p. 42 – itálicos meus).

Após apresentarmos a maneira como o lumpemproletariado aparece nas obras de Marx e Engels, apontaremos algumas conclusões. Primeiramente, não há dúvida alguma acerca da compreensão desses autores sobre o lumpemproletariado como classe social, pois o contexto discursivo no qual o lumpemproletariado aparece em diversas obras remete a uma discussão sobre as classes sociais, seus enfrentamentos, possibilidades e tendências na dinâmica da luta de classes. Em segundo lugar, é urgente desmascarar as interpretações errôneas e dogmáticas, extraídas de forma seletiva e arbitrária, apenas de sua maior predisposição à cooptação política, relegando ao esquecimento a possibilidade, também presente nessa passagem, do lumpemproletariado contribuir com a revolução proletária *aqui e ali*, ou seja, dependendo do contexto histórico no qual se trava a luta de classes. Uma interpretação correta dessa passagem é de extrema importância para a compreensão das possibilidades e tendências existentes na postura política do lumpemproletariado, pois Marx e Engels deixam muito claro, na obra *O Manifesto Comunista* (1988), que existe no lumpemproletariado a possibilidade de contribuir com a revolução proletária, no entanto algumas péssimas interpretações leninistas abstraem essa passagem e supervalorizam apenas o trecho no qual tais autores mencionam sua predisposição a se *deixar comprar por tramas reacionárias*, sem, no entanto, considerar suas *condições de existência* como determinação fundamental para a cooptação, isto é, a fome, o frio, a insalubridade, a enfermidade, as péssimas condições de moradia, a falta de moradia, em síntese toda a miséria humana que compõe o modo de vida lumpemproletário e que, como é de se esperar, acaba por dispô-lo.

O não reconhecimento dessa possibilidade aliado à supervalorização da sua disposição à cooptação foram responsáveis por alimentar todo tipo de preconceito⁶⁶ em relação ao lumpemproletariado. Superar tais preconceitos é pré-condição para sua ressignificação na contemporaneidade. Esse é o caso, por exemplo, das análises realizadas por Alberto Passos Guimarães na sua obra *Classes perigosas – banditismo*

⁶⁶ Marx e Engels também foram acometidos pelo preconceito em relação ao lumpemproletariado. Os termos utilizados para se referirem a essa classe social o comprova: putrefação passiva, vagabundos, rebotalho, delinquentes, lazzaronis, escória, classes perigosas etc. Vale lembrar que tais preconceitos eram dominantes no século XIX.

urbano e rural (2008) ⁶⁷, assim como de Débora Cristina Goulart em seu artigo *Movimento dos trabalhadores sem-teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil* (2012), pois além de abstraírem o trecho sobre tal possibilidade, transformaram a predisposição do lumpemproletariado em uma lei natural, universal e imutável, podendo ser notada em qualquer época e circunstância. Portanto, demonstrando uma leitura miserável e dogmática de autores riquíssimos (Marx e Engels), tais análises caracterizam aquilo que Viana (2012) denomina de *a cegueira das interpretações e/ou a mau-leitura* da teoria marxista, responsável pela vulgarização e deformação da mesma. Conforme afirmou Viana, tais interpretações

promoveram uma simplificação e, aliado com determinados interesses e situações, transformou o lumpemproletariado em puramente reacionário (e deixando de lado o que Marx denominou “condições de existência”, como numa espécie de maniqueísmo que transforma essa parte da sociedade em “representante do mal” (VIANA, 2012, p. 273-274).

Por último, é importante reconhecer a inexistência, na obra desses autores, de uma teoria acabada das classes sociais e uma abordagem insuficiente do lumpemproletariado, pois o que de fato existe em suas obras é um esboço, uma teoria incompleta e com lacunas, inconsistências (VIANA, 2012). Apesar de o lumpemproletariado ser considerado uma classe social na produção teórica de Marx e Engels, não está claro quem de fato compõe essa classe social e aqui se apresenta um dos limites e inconsistências de suas análises sobre o lumpemproletariado. Quem comporia o lumpemproletariado? Os estratos mais baixos da velha sociedade? Os mais profundos sedimentos da superpopulação relativa, isto é do exército industrial de reserva? A que classe então pertenceria os estratos e sedimentos acima do lumpemproletariado? Que diferenças significativas possuiriam dos demais estratos e sedimentos no que diz respeito ao seu modo de vida, interesses e alianças/enfrentamentos com outras classes sociais, que diferencia tais estratos/sedimentos em outras classes sociais? Sabendo que o proletariado não compõe o exército industrial, pois esse não pode produzir mais-valor e tão pouco possui uma essência revolucionária, poderíamos questionar: a que classe social então pertence os indivíduos que compõe o exército industrial de reserva e a superpopulação relativa, visto que esses não são conceitos que expressam uma classe social?

⁶⁷ Para uma crítica mais elaborada da interpretação errônea de Alberto Passos Guimarães Cf. BRAGA, 2013..

Diante de tantas lacunas e interrogações, nosso ponto de partida é o mesmo apontado por Viana (2012), isto é, ressignificar o lumpemproletariado, definindo-o como a totalidade do exército industrial de reserva/superpopulação relativa e não apenas seus estratos/sedimentos mais profundos. Deste modo, em nossa análise, o lumpemproletariado é composto por todos aqueles que se encontram marginalizados da divisão social do trabalho e todo trabalhador (em potencial) compõe essa classe “durante todo o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente”: desempregados temporários, subempregados, mendigos, sem-teto, trabalhadores precários em condições de grande instabilidade e irregular (desemprego disfarçado) etc.

O lumpemproletariado, como afirma Viana (2012), possui uma vasta diferenciação interna, no entanto, assim como outras classes sociais, o que o caracteriza como sendo uma classe social são os elementos comuns a todas as suas frações de classe, e que está vinculado à sua condição comum: estar marginalizado da divisão social do trabalho. Por conseguinte, o que o unifica como classe é o seu modo de vida comum, seus interesses comuns e sua aliança/enfrentamento com outras classes sociais como já vimos anteriormente, pois mesmo sendo composto por diversas frações de classes, tais como desempregados, subempregados, mendigos, sem-teto, prostitutas etc. seu modo de vida possui elementos comuns (dificuldade de garantir sua sobrevivência na sociedade capitalista, a situação de pobreza, dependência de auxílios/subsídios/caridades estatais, familiares, de ONG's, instituições de caridade, igrejas etc.), seus interesses são comuns, tanto os imediatos (conseguir dinheiro, emprego, alimentação, moradia etc.), quanto os históricos (fim da desigualdade social, da miséria, da vergonha, da humilhação, em suma sua própria abolição enquanto classe). Por fim, o lumpemproletariado, como vimos na França da primeira metade do século XIX e veremos ao longo de algumas experiências no século XX e XXI, se vê obrigado a estabelecer alianças e enfrentamentos com outras classes, seja se vendendo para a reação burguesa, seja enfrentando as classes dominantes e suas classes auxiliares, tais como a burocracia estatal, partidária e sindical. O que é importante perceber é que suas condições de existência acabam por limitar e muito suas ações:

por ser uma classe na qual a determinação é extremamente negativa e poderosa, os seus recursos e possibilidades de luta e pressão são escassos, as suas necessidades são geralmente do nível da própria sobrevivência, então a luta contra as demais classes assume a forma mais individualista e imediatista que as demais. O imediatismo – a alimentação é uma necessidade imediata, por exemplo – é uma das características do lumpemproletariado. Claro que, devido às diferenças internas, isso é mais forte e comum nos seus estratos

mais baixos, mas, no fundo, perpassa todas as frações desta classe, com diferenças de grau (VIANA, 2012, p. 272).

Vale lembrar que o lumpemproletariado, assim como outras classes exploradas, não possui um projeto alternativo ao capitalismo e por isso o caminho para sua abolição enquanto classe está em se aliar ao proletariado nas lutas anticapitalistas. Após Marx poucoíssimos autores se dedicaram a analisar de forma mais aprofundada o lumpemproletariado como classe social e o seu papel político na luta de classes. Alguns poucos autores discutiram essa classe social (GUIMARÃES, 2008; GOULART, 2012), mas não avançaram para além da análise de Marx, pelo contrário, ficaram presos a essa, reproduzindo-a de forma dogmática, com enormes equívocos e sem uma base teórica e um conceito marxista de classe social. Portanto, o fundamental é compreender o lumpemproletariado em sua historicidade no capitalismo, pois disso depende uma melhor compreensão dessa classe social na contemporaneidade.

Essa foi a tarefa realizada por Franz Fanon em sua obra *Os condenados da terra* (2013), isto é, uma reavaliação do lumpemproletariado, assim como uma constatação mais acertada das suas tendências e possibilidades na dinâmica da luta de classes. Sem sombra de dúvidas sua maior contribuição foi a de superar o preconceito em relação ao lumpemproletariado, pois ao analisar a dinâmica da luta de classes em torno do processo de descolonização da África, na década de 1960, Fanon reconheceu não apenas a ameaça representada pela possibilidade das forças coloniais em tirar proveito da cooptação do lumpemproletariado para seus objetivos, mas também da importância e possibilidade do envolvimento do lumpemproletariado na luta dos povos colonizados contra a opressão do colonizador. Em relação à primeira possibilidade afirmou “o colonialismo, para chegar aos seus fins, usou os meios mais clássicos: prisões múltiplas, propaganda racista intertribal e criação de um partido com os elementos não organizados do lumpemproletariado” (FANON, 2013, p. 2013). No entanto, em outras passagens ele reconhece outras possibilidades no envolvimento do lumpemproletariado nas lutas contra o colonialismo, pois segundo ele

o lumpemproletariado, constituído e pesando com todas as suas forças sobre a “segurança” da cidade, significa o apodrecimento irreversível, a gangrena instalada no coração da dominação colonial. Então, os proxenetas, os vagabundos, os desempregados, os marginais, solicitados, jogam-se nessa luta de libertação como robustos trabalhadores. Esses desocupados, esses desclassificados vão, através da ação militante e decisiva, reencontrar o caminho da nação. Não se reabilitam para a sociedade colonial ou para a moral do dominador. Ao contrário, assumem a sua incapacidade de entrar na cidade por outro meio que não seja à força da granada ou do revólver. Esses

desempregados e esses sub-homens se reabilitam para si mesmos e para a história. As prostitutas também, as empregadas domésticas pagas a 2.000 mil francos, os desesperados, todos aqueles e aquelas que evoluem entre a loucura e o suicídio vão se equilibrar, retomar o caminho e participar de modo decisivo da grande procissão da nação despertada (FANON, 2013, p. 152-153).

Ao romper com a dogmática leninista, Fanon abriu caminho para se repensar o lumpemproletariado e sua importância na luta de classes, pois, como veremos a seguir, o lumpemproletariado é resultado intrínseco e fundamental da acumulação capitalista, a qual em alguns momentos tende a promover significativamente sua expansão numérica. Sendo assim, pensar seu papel político é essencial para compreender a dinâmica da luta de classes contemporânea e o papel que tal classe social adquire na mesma.

Conforme Marx demonstrou magistralmente, em sua *lei geral da acumulação capitalista* (MARX, 1985a), o lumpemproletariado (exército industrial de reserva, superpopulação relativa) é uma condição imprescindível para a reprodução e expansão de capital e por isso, desde a acumulação primitiva tal classe social é multiplicada ou subtraída segundo as necessidades de cada regime de acumulação. No fundo, o lumpemproletariado equivale a uma importantíssima ferramenta reguladora da acumulação capitalista e disciplinadora do proletariado, pois

na ausência de aumento da produtividade, a acumulação conduz ao emprego relativamente total dos recursos de trabalho local (*melhor dizendo, força de trabalho*). Escassez de trabalho (*força de trabalho*) significa aumento dos salários. Ou os salários continuam a subir de tal forma a não interferir com a massa crescente da acumulação (porque mais trabalhadores estão empregados), ou a acumulação diminui, assim como a demanda de trabalho, empurrando os salários para baixo. Em algumas ocasiões, os capitalistas na realidade iniciam uma greve, recusando-se a reinvestir, porque os salários mais altos são um corte em sua rentabilidade. A esperança é que o desemprego resultante rediscipline o trabalho, fazendo-o aceitar uma taxa de salários menor (HARVEY, 2011, p. 56 – itálicos meus).

A composição do lumpemproletariado, assim como do proletariado e campesinato, é histórica, isto é, possui características e dinâmicas próprias em cada regime de acumulação, podendo, dependendo do caso, ser caracterizada por seu aumento ou diminuição. Não cabe aqui recuperarmos a trajetória histórica do processo de lumpemproletarização em cada regime de acumulação existente⁶⁸, mas tão somente apresentar sua dinâmica e expansão no regime de acumulação integral. Deste modo, após termos ressignificado o lumpemproletariado, isto é, a totalidade do exército

⁶⁸ Sobre o processo de lumpemproletarização no regime de acumulação extensivo na Europa, assim como no regime de acumulação integral nos EUA e no Brasil Cf. BRAGA, 2013.

industrial de reserva, passaremos à análise sobre sua expansão na Argentina contemporânea.

A expansão do processo de lumpemproletarização, juntamente com as lutas sociais realizadas pelo lumpemproletariado em diversas ocasiões no regime de acumulação integral levaram diversos intelectuais, “marxistas” ou não, a buscar explicações para a dinâmica que envolve tal classe social e seu papel nas lutas sociais contemporâneas. No entanto, é importante destacar que mesmo as análises que buscam explicar esse fenômeno no campo do marxismo carecem de uma base teórica marxista e de uma teoria das classes sociais que dê conta dessa dinâmica. Na maioria dos casos, trata-se de uma análise leninista e, portanto, ideológica que não dá conta da totalidade social e muito menos oferece uma concepção de classes sociais que dê conta da realidade concreta. Ou quando muito reproduzem o que foi dito por Marx, sem perceber as inconsistências em suas análises e, portanto, sem superá-las.

2.3 - O Processo de Lumpemproletarização na Argentina

Antes de avançarmos nossa análise para o processo de lumpemproletarização argentino, torna-se necessário, primeiramente, explicitar a dinâmica do processo de lumpemproletarização na sociedade capitalista em geral. Afinal, como se dá o processo de lumpemproletarização no capitalismo? A compreensão de uma classe social específica, seu processo de constituição social etc. remete à compreensão da totalidade da sociedade capitalista, pelo menos para os intelectuais que pretendem investigar tal sociedade a partir da perspectiva marxista, isto é, a partir do método dialético e do materialismo histórico como fio condutor de sua análise. Como já está mais que claro, nossa tese tem a ambição de expressar essa perspectiva teórica e para isso sabe que é fundamental compreender a questão da população e das classes sociais no modo de produção capitalista (MARX, 1985b).

No caso específico do lumpemproletariado, trata-se de parcela da população que compõe seu “excedente populacional” ou sua “sobrepopulação”, quer dizer aquela parcela que mesmo dispendo de sua força de trabalho não consegue valer-se de sua venda como mercadoria, pois excede às necessidades da acumulação capitalista e, conseqüentemente, se vê obrigada a sobreviver na condição de marginalizada da divisão

social do trabalho. Marx, analisando a especificidade histórica dessa parcela populacional, percebeu que

em diferentes modos de produção sociais, diferentes leis regem o aumento da população e da sobrepopulação; a última é idêntica ao pauperismo. Estas leis diferentes se podem reduzir simplesmente às diferentes maneiras em que o indivíduo se relaciona com as condições de produção ou – com respeito ao indivíduo vivente – de reprodução de si mesmo como membro da sociedade, já que o homem só na sociedade trabalha e pratica a apropriação. A dissolução destas relações com respeito a tal ou qual indivíduo, ou à parte da população, os colocam à margem das condições que reproduzem essa base determinada, por fim na qualidade de sobrepopulação e não só como privados de recursos, mas como incapazes de apropriar-se dos meios de sobrevivência por meio do trabalho; em consequência, como pobres (MARX, 1985b, p. 110).

Nessa passagem Marx se refere, de maneira genérica, a essa sobrepopulação como *paupers*, que traduzido para outras línguas equivale a pobres, indigentes, necessitados, em suma, aos indivíduos integrantes da classe marginal, que no caso do capitalismo, como Marx já apontava e vimos anteriormente, equivale ao lumpemproletariado. É importante frisar que Marx indicava para a constatação de que em cada modo de produção específico, essa classe marginal assumia formas específicas. No caso particular do modo de produção capitalista, a classe marginal é resultado do próprio trabalho: “do desenvolvimento da força produtiva do trabalho” (MARX, 1985b). Isto equivale a dizer que em uma sociedade capitalista a formação do lumpemproletariado é resultado da própria acumulação de capital (MARX, 1985a; VIANA, 2009, 2014b; MAIA; 2011, BRAGA, 2013). E a acumulação capitalista é resultado do consumo da força de trabalho no processo de produção de capital, isto é, mais-valor, mas que, também, pode representar processo de lumpemproletarização da força de trabalho em determinados contextos e circunstâncias⁶⁹.

A análise mais pormenorizada desse processo é encontrada em sua *Lei geral da acumulação capitalista*, na qual esse autor preocupa-se essencialmente por apresentar as consequências que o avanço da acumulação de capital gera para o destino da classe trabalhadora. Para isso ele atenta para o fato de que a composição do capital deve ser entendida em duplo sentido: a) composição- valor (valor dos meios de produção e valor da força de trabalho); b) composição técnica do capital (meios de produção e força de trabalho viva) (MARX, 1985a). Segundo ele,

⁶⁹ Para alguns autores como OFFE (1984), trata-se de um processo de *proletarização passiva*, algo conceitualmente bastante impreciso, visto que tal processo não constitui o proletariado, mas sim o lumpemproletariado. Portanto, mais preciso seria falar em *processo de lumpemproletarização* da força de trabalho.

o crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho. Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho. Suponhamos que, além de mantidas constantes as demais circunstâncias, a composição do capital permaneça inalterada, ou seja, que determinada massa de meios de produção ou de capital constante requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente cresce o capital. Como o capital produz anualmente uma mais-valia, da qual parte é adicionada anualmente ao capital original, como esse incremento mesmo cresce anualmente com o tamanho crescente do capital já em função e como, finalmente, sob o aguilhão particular do impulso ao enriquecimento, por exemplo a abertura de novos mercados, de novas esferas dos investimentos de capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas etc., a escala da acumulação é subitamente ampliável mediante mera repartição modificada da mais-valia ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número dos trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam. Esse tem de ser, afinal de contas, o caso, permanecendo inalterados os pressupostos acima. Como a cada ano mais trabalhadores são ocupados do que no anterior, mais cedo ou mais tarde tem de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação começam a crescer além da oferta habitual de trabalho, em que, portanto, começa o aumento salarial. Queixas quanto a isso ressoam na Inglaterra durante todo o século XV e primeira metade do século XVIII. As circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada modificam, no entanto, o caráter básico da produção capitalista. Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria acumulação de capital. Acumulação de capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 1985a, p. 187-188).

Nessa passagem encontramos um aspecto primordial para a compreensão do processo de acumulação e de lumpemproletarização, trata-se da multiplicação do proletariado. A acumulação de capital gera um movimento cíclico e contraditório de proletarização/lumpemproletarização da força de trabalho, no entanto tal movimento é marcado por uma tendência geral: a promoção crescente de uma *população supérflua* para as necessidades do capital. Ou seja, a acumulação capitalista tende a expandir o proletariado, no primeiro momento, para, posteriormente, promover a expansão constante do volume do lumpemproletariado. A seguir veremos como Marx assinalou a dinâmica desse movimento de proletarização/lumpemproletarização da força de trabalho.

Debatendo acerca das mudanças geradas pela acumulação de capital na vida da classe trabalhadora, Marx aponta que o preço da força de trabalho (salários) sofre alteração com o crescimento do capital, podendo, inclusive, melhorar satisfatoriamente as condições de consumo dos trabalhadores, contudo, em hipótese alguma pode elevar-se acima das condições da acumulação, isto é, jamais se elevará a ponto de ultrapassar as relações de exploração, ao fim da extração de mais-valor:

preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto [...] Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contemham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente á a lei absoluta desse modo de produção [...] o salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador (MARX, 1985a, p. 191-192).

Destarte, a diminuição do trabalho não-pago não ameaça de maneira alguma a expansão da acumulação capitalista, pois em seu movimento contraditório aquela traz em si sua própria alternativa, uma vez que

a acumulação afrouxa devido ao preço crescente do trabalho, pois o agulhão do lucro embota. A acumulação decresce. Mas, com seu decréscimo desaparece a causa de seu decréscimo, ou seja, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina, portanto, os empecilhos que ele temporariamente cria. O preço do trabalho cai novamente para um nível correspondente às necessidades do capital, quer esse nível esteja abaixo, acima ou igual ao que antes de surgir o crescimento adicional de salário era considerado como normal [...] Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão (MARX, 1985a, p. 192-193).

Como resultado da acumulação capitalista, o grau da produtividade social do trabalho se eleva e pode ser percebido na envergadura detida pelos meios de produção que um trabalhador, durante determinado período, consegue transformar em mercadoria, ou seja, a massa dos meios de produção cresce com a produtividade do trabalho. Porém, tal crescimento se destaca na proporção inversa à força de trabalho, se comparada com o volume dos meios de produção movimentado por ela, isto é, a composição orgânica do capital sofre uma mudança caracterizada pelo crescimento de sua parte constante (tecnologia, maquinaria avançada etc.) em maior proporção que sua parte variável (força de trabalho).

Dessa forma, a acumulação de capital, a partir de maiores investimentos derivados dessa acumulação, promove a expansão dos meios de produção, seguida da concentração, centralização de capital etc. Em seu aprimoramento técnico a acumulação capitalista tende a necessitar de um número cada vez menor de força de trabalho para seguir se reproduzindo: “por um lado, o capital adicional, constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele” (MARX, 1985a, p. 198). Vimos, portanto, que

a expansão súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto de sua contração súbita; a contração provoca novamente a expansão, mas esta é impossível sem material humano disponível, sem multiplicação dos trabalhadores independente do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo de “liberar” constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que diminuem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados [...] Efeitos tornam-se por sua vez causas, e as alternâncias de todo o processo, que reproduz continuamente suas próprias condições, assume a forma de periodicidades. Uma vez esta consolidada, então até mesmo a Economia Política entende a produção de uma população excedente relativa, isto é, em relação à necessidade média de valorização do capital, como condição de vida da indústria moderna (MARX, 1985a, p. 201).

A análise de Marx deixa claro que a acumulação de capital equivale, em determinados períodos históricos, também a processo de lumpemproletarização da força de trabalho, pois a produção do lumpemproletariado (sobrepopulação relativa), ou seja, o desemprego da força de trabalho avança em velocidade superior à velocidade do avanço técnico da produção, que já se viu acelerada pelo próprio progresso da acumulação, e o correspondente decréscimo da força de trabalho em relação aos meios de produção. Portanto, ao crescerem em volume e eficiência, os meios de produção se tornam uma forma de empregar menor volume de trabalho, pois

o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1985a, p. 203).

Além de ser resultado da própria acumulação, nessa passagem Marx já deixa entrever que o lumpemproletariado (exército industrial de reserva) representa uma das

alavancas fundamentais da acumulação capitalista, pois como *exército reserva* prove o capital de força de trabalho disponível para as possíveis necessidades da acumulação, assim como gera uma pressão descendente sobre os salários, pois com a existência de um *exército industrial de reserva* a força de trabalho ativa se vê ameaçada com a possibilidade e facilidade de ser substituída por esse, o que faz com que a mesma se encontre dividida e com seu poder de pressão sobre os salários e as condições de trabalho enfraquecido e, conseqüentemente, submetida a um grau maior de exploração. Concluindo, portanto, Marx apresenta sua lei (tendência) absoluta geral da acumulação capitalista:

quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva (que para nós equivale à totalidade do lumpemproletariado, a classe marginal do capitalismo) cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo dos trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército de reserva, tanto maior o pauperismo oficial [...] Como todas as outras leis (tendências), é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias (MARX, 1985a, p. 209 – parênteses nossos).

O processo de lumpemproletarização, por conseguinte, é fundamentalmente determinado pela acumulação capitalista e, como Marx aponta, ocorre de acordo com as circunstâncias específicas de cada período, no qual tal acumulação se desenvolve. Sendo assim, voltaremos nossa análise à especificidade desse processo no regime de acumulação integral na Argentina, pois em países de capitalismo subordinado como o argentino, o processo de lumpemproletarização tende a ocorrer de forma intensificada, contribuindo para um surpreendente disciplinamento e concomitante aumento e intensificação da exploração da força de trabalho, caracterizada, como vimos, por uma enorme precarização das condições de trabalho, pela indigência e miséria social, pela criminalidade e violência, assim como pelas tensões e contestações sociais.

Nossa análise sobre o processo de lumpemproletarização na Argentina contemporânea, conta com o auxílio importantíssimo das informações fornecidas e sistematizadas pelo *Programa de Investigação sobre o Movimento da Sociedade*

Argentina - PIMSA⁷⁰ contidas, especificamente, no *Documento de Trabalho* número 77, dos *Documentos e Comunicações 2010*, intitulado *A superpopulação relativa na Argentina atual: um exercício de medição*⁷¹ (CARRERA, CAVALLERI E MURRINI, 2010).

Essa sistematização expressa uma primeira tentativa de medição do volume do lumpemproletariado, ou seja, do tamanho da classe social que compõe essa *população sobrando* para as necessidades do capitalismo argentino contemporâneo. A partir dela podemos observar a existência de um volume crescente dessa classe social que, despojada completa ou parcialmente da propriedade sobre suas condições materiais de existência e, portanto impossibilitada de reproduzir sua sobrevivência a partir da venda de sua força de trabalho, mesmo quando a faz a partir do subemprego, se vê obrigada a sobreviver à margem da divisão social do trabalho isto é, como classe marginal.

O lumpemproletariado é composto por uma diversidade de suas frações de classe. Dentre essas frações podemos citar aquelas que se encontram no desemprego aberto e os subempregados (catadores de recicláveis, trabalhadores informais por conta própria, passeadores de cães, sem-teto, contraprestadores de serviços públicos por recebimento de políticas sociais etc.). Entre o final da década de 1960 até o ano de 2002, a sociedade argentina apresentou uma oscilação constante nas taxas de desemprego. Uma maior evidência do lumpemproletariado revela-se no desemprego aberto (força de trabalho disponível não utilizada) que é registrado na Argentina desde o ano de 1964. Esse apresentou dois momentos distintos: entre abril de 1966 e maio de 1988 a taxa de desemprego aberto oscilou entre um mínimo de 3,8% e um máximo de 6,5%. As únicas exceções nesse primeiro momento se deram nos anos de 1964 (ano de início da sistematização da taxa de desemprego aberto no país) onde a taxa alcançou os 7,5% e, em abril de 1972, quando a mesma atinge os 7,4%. Entre os anos de 1977 a

⁷⁰ “Este programa é levado adiante, desde 1993, por um conjunto de investigadores formados em distintas disciplinas, articulados em equipes de investigação que pretendem integrar as distintas aproximações ao conhecimento da realidade social de historiadores, sociólogos, antropólogos e economistas. Estas equipes de investigação foram se constituindo em distintos momentos ao longo dos últimos 24 anos, e com a realização desse programa tentamos dar continuidade e às vezes superar essa acumulação realizada no campo do pensamento científico, dando conta das profundas mudanças que tem produzido na Argentina atual como manifestação local do sistema capitalista mundial e atendendo as especificidades que se apresentam, como país dependente onde as relações capitalistas tem alcançado um alto grau de desenvolvimento. Para isso abarcamos o período ao redor dos 130 anos nos quais tem ocorrido a gênese, formação e desenvolvimento do capitalismo na Argentina” (PIMSA, 2013).

⁷¹ Aquilo que é caracterizado nas análises do PIMSA como sendo *superpopulação relativa* equivale, em nossa análise, à parcela populacional da sociedade capitalista argentina contemporânea, que compõe sua classe marginal: o lumpemproletariado.

1980 a taxa se manteve abaixo dos 3%. No geral, a mesma oscilou entre 4 % e 6,5 % até 1973, mas a partir daí descende e oscila entre 4% ou 5%. A taxa mais baixa foi registrada no mês de outubro de 1978 (2,3%). No entanto, vale informar que

essas baixas taxas nos quatro últimos anos da década de 1970 (nos anos que vão desde a chamada “reforma financeira” até as primeiras manifestações da chamada “crises da dívida”, devem ser analisadas tendo presente a política de emprego que realizava o governo cívico militar: evitar a manifestação aberta do desemprego formava parte da “luta contra a subversão” já que “por detrás de cada desempregado⁷² havia um guerrilheiro em potencial”. Essa política se manifestou no aumento dos empregados estatais. Na saída do governo cívico militar a taxa de desemprego aberta voltou a oscilar em valores similares aos da década de 60: entre 4,4% em outubro de 1984 e 6,5% em maio de 1988. (CARRERA, CAVALLERI & MURRINI, 2010, p. 111).

O segundo momento marca um maior grau de oscilação e aponta para o rompimento do seu teto histórico, quando em maio de 1989 a taxa de desemprego aberto atinge a marca de 8,1% em plena crise hiperinflacionária. Daí em diante a tendência dominante, porém com oscilações, tornou-se ascendente até chegar ao máximo de 21,5% em maio de 2002. De acordo com essa análise, o crescimento do desemprego não se deu de forma linear:

a taxa oscilou ao redor de 7% ou 8% até maio de 1993 quando superou os dois dígitos, para chegar a 18,4% em maio de 1995. Essas taxas, segundo um dos quadros do grande capital, não dava conta da magnitude real da desocupação: “Esta era uma típica situação de *desocupação disfarçada*, que podia estimar-se em 9,2% da população economicamente ativa (PEA) até 1991, e implicava, aliás, sérios problemas de *empregabilidade* de boa parte dela [...] um *desemprego oculto* estimado em 6,4% da PEA até 1991. Considerando a desocupação disfarçada e o desemprego oculto, e em contraste com uma taxa de desemprego medida em 7,3%, a magnitude do problema do emprego da economia argentina até 1991 era de 22,9% da PEA, certamente uma magnitude sem precedentes” (CARRERA, CAVALLERI & MURRINI, 2010, p. 111-112).

O índice de subemprego (subocupação) é outra manifestação do volume do lumpemproletariado argentino e que é caracterizado por aqueles que estão ocupados, “trabalham menos de trinta e cinco horas semanais, poderiam e desejam trabalhar mais” (INDEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos, 2003). Os índices de subocupação acompanham de perto os de desemprego, com pequenas variações nos anos em que sofreram altas e baixas. Entre os mesmos anos de 1974 e 1984, a subocupação oscilou entre 3,6 % (outubro de 1979) e 6,7% (abril de 1982), não alcançando até 1981 os 6% da PEA. Atingiu o índice de 7,5% a partir de maio de 1985, oscilando próximo dos 8% por volta de maio de 1990, período em que chegou a 9,3%; por volta de outubro de

⁷² Aqui uma vez mais temos pistas acerca da postura política do lumpemproletariado que contraria a dogmática pseudomarxista que só enxerga nessa classe social sua maior predisposição, o que é verdade para alguns contextos históricos determinados e não todos, à cooptação política.

1993 descendeu até os 8% novamente e a partir daí ascendeu aos 9,3% e desde então continuou crescendo sem interrupções até outubro de 2002, período em que atingiu a marca de 19,9%.

Somados, os índices de desemprego e subemprego revelam de forma precisa o volume do lumpemproletariado na Argentina contemporânea. No primeiro momento estipulado pelo estudo do PIMSA, até aproximadamente a década de 1980, o índice desse volume oscila entre 6% em outubro de 1979 e 12,7% em abril de 1982. Entre esse momento até abril de 1984 oscila entre 10% e 11%, no entanto, a partir de maio de 1985, tal índice cresce consecutivamente por cima do seu teto máximo histórico. No mês de maio de 1994 esse índice eleva-se acima de 20%; oscila entre 20 e 30% entre maio de 1995 e maio de 1997; sofre uma leve queda para 26% até aproximadamente outubro de 1998, posteriormente segue-se elevando até o seu máximo histórico em maio de 2002, isto é, 40% (CARRERA, CAVALLERI & MURRINI, 2010).

O trabalho sistematizado por Ricardo Donaire no interior desse mesmo Programa, isto é, do Programa de Investigação sobre o Movimento da Sociedade Argentina - PIMSA, e presente em seus Documentos e Comunicações de 2004, Documentos de Trabalho número 44, denominado *Diferentes fracciones sociales encubiertas bajo la categoria ocupacional "trabajadores por cuenta propia"* levanta alguns questionamentos importantíssimos a respeito da dinâmica que envolve a evolução recente dessa categoria ocupacional, conhecida como *trabajadores por conta propia*, e sua relação com o processo de lumpemproletarização. Tais questionamentos indagam: De que processo tal evolução tem sido expressão? Seu crescimento absoluto entre os anos de 1980 e 1991 representou realmente um crescimento de uma camada de pequenos proprietários? Como se relaciona essa evolução com o desenvolvimento do processo geral de concentração da propriedade, pauperização e proletarização de grandes massas da população que vem se produzindo na sociedade argentina nas últimas décadas?

Para responder a esses questionamentos, o autor utilizou como fonte investigativa a base de dados elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo – INDEC, em sua *Encuesta Permanente de Hogares* relativas à outubro de 1980, 1991 e 2001. Tais anos correspondem aos últimos censos sobre a população, realizado pelo instituto. De acordo com esse, é considerado “trabalhador por conta própria” todos aqueles que “desenvolvem sua atividade utilizando apenas seu próprio trabalho pessoal,

quer dizer, sem empregar pessoal assalariado, assim como suas próprias instalações, instrumental e/ou maquinaria” (INDEC, Encuesta Permanente de Hogares⁷³). Porém, como até o ano de 2003 não existiam nenhum tipo de indicadores que pudessem relacionar diretamente essa parcela da população segundo a propriedade de meios de produção próprios, a relação teve que ser estabelecida de forma indireta através de outros indicadores. De acordo com a Encuesta Permanente de Hogares, até outubro de 2001 essa categoria profissional representava 1.907.350 pessoas e 23,4% da população ocupada em um conjunto de aglomerados urbanos (DONAIRE, 2004):

a maior parte declara uma ocupação permanente ou temporária (por prazo fixo, tarefa ou obra⁷⁴). Contudo, existe uns 17,3% que declara que sua ocupação é instável ou se trata de uma changa (bico). São 330.204 pessoas que tem uma base de trabalho irregular porque não podem determinar por sua conta a possibilidade de desenvolver sua atividade de forma constante (DONAIRE, 2004, p. 09).

As conclusões de Donaire (2004) apontam para a existência de uma distinção qualitativa essencial no modo de vida de diversos tipos de indivíduos que compõe essa categoria profissional, homogeneizada sob o título de trabalhadores por conta própria, mas que no fundo acaba por demonstrar a existência concreta de uma porcentagem significativa de frações do lumpemproletariado, ocultadas no interior dessa categoria. Portanto, essa é a reflexão e indagação a ser realizada, pois se relaciona diretamente com o processo de lumpemproletarização e o tamanho do seu volume:

se então os trabalhadores por conta própria não podem ser mecanicamente compreendidos como pequenos proprietários, fica posta a interrogação sobre que tendência se expressa na realidade por detrás do movimento da população que aparece classificada dessa maneira. O crescimento dos trabalhadores por conta própria expressa o aumento da porção dos pequenos proprietários, que dizer, da massa da população que é proprietária de suas condições de existência ou, pelo contrário, expressa não só o aumento da massa de expropriados, senão de quem no interior desses conformam uma massa da população sobrando (o lumpemproletariado) para as necessidades imediatas do capitalismo na atualidade? (DONAIRE, 2004, p. 24 – parênteses nossos).

A composição dos trabalhadores por conta própria é marcada pela existência de duas modalidades de trabalhadores: a) Trabalhadores por conta própria com qualificação operativa; b) Trabalhadores por conta própria não qualificados.

⁷³ www.indec.gov.ar

⁷⁴ Na investigação de Donaire (2004) não foi incluído essa categoria profissional por pressupor, de acordo com o autor, a existência de atividades nas quais quem a desenvolve pode estipular prazos e condições de trabalho, tal situação é típica daqueles que vivem da venda de seu próprio serviço profissional, não implicando trabalho irregular e instável como pressupõe os bicos ou trabalhos irregulares e instáveis (para nós desemprego disfarçado - LB).

Entre os primeiros, acredita-se que sua quinta parte (19,6%) realizam trabalhos temporários ou são instáveis. De cada cinco com qualificação operativa quatro desenvolvem sua ocupação de forma permanente ou temporária e, portanto, dispõem de meios de subsistência contínua, por outro lado, de cada cinco qualificados um realiza trabalhos temporários ou possuem uma ocupação bastante instável, não dispondo, portanto, dos meios para assegurar sua sobrevivência contínua. A existência dessa distinção revela que no interior da mesma categoria ocupacional podemos encontrar indivíduos com modo de vida completamente diferente. Isso pode ser observado na comparação entre as jornadas de trabalho e ganho desses dois grupos distintos:

a jornada de trabalho dos segundos representa pouco mais da metade da dos primeiros e seus ganhos por hora é quase uma quinta parte menor. O resultado da conjugação de ambos fatores é que quem se declaram changarines (que fazem bicos) ou instáveis obtém um ganho mensal menor que a metade do ganho dos que declaram uma ocupação permanente ou temporária. Por sua vez, este ganho apenas lhes permitem obterem os meios de vida necessário para subsistir. Isso se deve a forte diferença que se observa no peso relativo no interior de ambos grupos daqueles que têm um ganho que os coloca por debaixo da linha da pobreza (quer dizer, menos de uma cesta básica) [...] (DONAIRE, 2004, p. 12-13).

Figura 01 - Porcentagem de trabalhadores por conta própria (TCP) com qualificação operativa por debaixo da linha da pobreza, segundo a estabilidade da ocupação. Total de Aglomerados. Outubro de 2001

TCP com qualificação operativa	Porcentagem por debaixo da linha da pobreza
Permanentes e temporários	16%
Changarines e instáveis	43%
Total TCP com qualificação operativa	22%

Fonte: Donaire (2004) com base na Encuesta Permanente de Domicílios.

De acordo com essa investigação, entre os primeiros, de cada dez um ou dois se encontram abaixo da linha da pobreza. Entre os segundos, a porcentagem se eleva para mais de quatro a cada dez. Portanto, pode-se concluir que aqueles que sobrevivem de bicos ou possuem uma ocupação instável configura a fração do lumpemproletariado composta pelos subempregados, que obtém de maneira muito irregular os meios necessários para garantir sua sobrevivência no capitalismo argentino. Sendo assim, constituem uma fração de classe da classe marginal do capitalismo.

Entre os trabalhadores por conta própria não qualificados a porcentagem daqueles que fazem bicos e possuem trabalho instável é um pouco menor que sua quinta parte (18,8%). Entre esses a porcentagem daqueles que vivem de trabalho instáveis (subemprego) é significativamente maior. Contudo, ainda assim, mais da metade dos que sobrevivem como changarines ou trabalhadores instáveis se encontram abaixo da linha da pobreza e constituem frações da classe marginal, isto é, do lumpemproletariado. Aproximadamente 19,4% desses são vendedores ambulantes: compradores de garrafa, transportadores de carga, catadores de recicláveis etc. Portanto,

esta parte dos trabalhadores por conta própria pouco parece se aproximar a uma massa de pequenos proprietários, mais certo que formem parte daquela porção da superpopulação relativa que para subsistir se refugia na revenda de todo tipo de produtos e coleta e venda de resíduos. Por isso, nesse caso, o caráter permanente ou temporário de sua ocupação parece dar conta menos de condições de trabalho favoráveis que da consolidação de sua miséria. Em média, para além da condição de estabilidade que declarem, os vendedores ambulantes têm uma renda mensal mediana de \$189,98, equivalente a 1,4% da Cesta Básica. Contudo, os 41% deles não chega a atingir esse mínimo (DONAIRE, 2004, p. 20).

É visível que após a crise generalizada de 2002 as taxas de desemprego baixaram, porém isso foi provocado muito mais por “maquiagens institucionais e estatais” do que por uma regressão concreta nas taxas de desemprego. Se levamos em consideração que uma boa parte dessas taxas foi encobertas pela criação de diversos postos de trabalho altamente precarizados e/ou subemprego é possível afirmar que a realidade não seguiu tão distinta assim que a existente no ano de 2002. A expansão do subemprego é nítida quando verificamos o crescimento gigantesco de pessoas que passaram a sobreviver da coleta de lixos e recicláveis:

em 1989 um diretor de alto escalão de uma empresa dedicada aos serviços de limpeza estimava que na cidade de Buenos Aires mais de duas mil pessoas se dedicavam ao *cirujeo*⁷⁵. Em 1990, em Rosário se estimava que 10.000 pessoas viviam da ocupação de “buscadores de resíduos”. Em 1999, a partir de um Censo de Coletores de Grãos dos municípios de José C. Paz y Malvinas Argentinas, se estimou em “mais de 1000 lares em ambos os municípios para cujos membros o *cirujeo* constitui a atividade laboral principal, e na maioria dos casos, a única fonte de renda” e para 2002, utilizando dados da Estatística Permanentes de Lares, se estimou em 10.800 os catadores de recicláveis e vendedores ambulantes da cidade de Buenos Aires e 62.000 os do conurbano bonaerense. Projetando a cifra da população desses municípios à cifra da população da região metropolitana se estima que 25.000 lares (100.000 pessoas) estariam vivendo do *cirujeo* e da venda ambulante. Em 2007, superada a crise econômica, se estimava que todos os dias transitavam pela cidade de Buenos Aires uns 12.000 catadores de

⁷⁵ Acreditamos que a tradução mais aproximada para o termo em português seja a de catador de lixo e recicláveis.

recicláveis, a maioria proveniente do conurbano bonaerense (CARRERA, CAVALLERI & MURRINI, 2010, p. 154).

Além disso, outra “maquiagem estatal” amplamente utilizada foi a de não considerar desempregado os indivíduos que eram assistidos por alguma política social e que prestavam algum tipo de trabalho como contraprestação a tal benefício. Dessa forma, as migalhas sociais oferecidas pelas políticas sociais contribuíam para encobrir o verdadeiro índice de desemprego no país, visto que tais desempregados, pré-condição para obtenção dessas migalhas, já não mais engrossavam as estatísticas oficiais de desemprego. Na verdade, a própria existência de um grande contingente populacional necessitado de subsídios sociais para garantir minimamente sua sobrevivência revela a incapacidade do capitalismo em manter esse lumpemproletariado imenso, em condições próprias da sociedade capitalista (trabalhando alienadamente e recebendo salário, por exemplo). Em outras palavras, essa classe social marginalizada da divisão social do trabalho vem constituindo uma população sobrando para o capital, que força o estado, principal agente regularizador da acumulação capitalista, a buscar formas paliativas para tentar conter as tensões sociais promovidas por essa *classe em farrapos*. Seria impossível registrar e apresentar aqui todas as assistências sociais desenvolvidas pelo estado argentino, algo sem precedentes históricos no capitalismo, ao longo desse intenso período de lumpemproletarização, no entanto algumas formas podem ilustrar esse quadro⁷⁶:

desde 1991 e durante a década seguinte se implementaram ao redor de 20 programas de emprego transitório, dirigidos principalmente a contratação de desempregados, que recebiam uma “ajuda econômica não remunerativa” por parte do Estado, para obras de interesse comunitário. Nessa linha de ação, em 1992, o governo nacional lançou o Plano Federal de Solidariedade dirigido a mais de três milhões de pessoas de “setores carentes” dos bairros com maior densidade populacional e sem recursos econômicos de todo o país. Projetou a criação de polos produtivos (2.400.000 pessoas), pôs em marcha o cultivo de verduras e hortaliças em hortas comunitárias, criação de granjas modelo, o desenho de minifúndios para famílias ou indivíduos proprietários de terrenos de reduzidas dimensões nas províncias menos desenvolvidas (que em conjunto com as hortas deviam abarcar a 400.000 personas) e o estabelecimento de micro empreendimentos produtivos para apoio da instalação de pequenas empresas de bens e serviços (entre 5 y 15.000 pessoas); em desenvolvimento integral para a GBA e a Grande Rosário se abarcaria entre 60 e 80.000 pessoas. Contudo, o grande incremento do desemprego, que teve um pico em 1995, obrigou a buscar também outras alternativas: o governo nacional anunciou um conjunto de programas de emprego que em 18 meses alcançariam a 870.000 desempregados. Também anunciou que uns 25.000 desempregados trabalhariam em dependências do

⁷⁶ Para maiores informações sobre o uso político-partidário, das políticas sociais na Argentina contemporânea Cf. (DINATALE, 2004).

exército onde realizariam tarefas de manutenção e outros 10.000 seriam ocupados tarefas de florestamento, dentro do “Programa de Empregos Mínimos”, com uma retribuição de até 200 pesos (CARRERA, CAVALLERI & MURRUNI, 2010, p. 137-138).

Após apresentarmos a discussão sobre o processo de lumpemproletarização na Argentina como um todo, a partir de agora apresentaremos o processo de lumpemproletarização em uma das regiões que é objeto central dessa investigação, isto é, a região da Grande Buenos Aires, também conhecida como Conurbano Bonaerense. Essa região foi palco de emergência dos principais movimentos de desempregados (Movimento Piqueteiro) na Argentina. Vejamos.

2.3.1 - Conurbano Bonaerense: um Território Lumpemproletarizado

Para que possamos compreender a emergência do movimento piqueteiro (de desempregados) no conurbano bonaerense (Grande Buenos Aires- GBA) na década de 1990, bem como suas lutas, torna-se essencial, primeiramente, compreendermos o modo de vida dos desempregados nesse território, pois é daí que também surgem seus interesses imediatos e históricos e, conseqüentemente, deles nascem suas alianças e enfrentamentos com outras classes sociais. O ponto de partida de qualquer análise marxista sobre a ação política do lumpemproletariado deve se fundamentar na busca por respostas às seguintes questões essenciais: em que condições materiais de existência essa classe social busca a garantia da sua sobrevivência? Que tendências adquirem em contextos históricos distintos? Que tipo de coações costumam sofrer e que resultados tais coações tendem a gerar em um território intensamente lumpemproletarizado e precarizado, como o conurbano bonaerense? De que maneira os interesses antagônicos tendem a se manifestar aí? Quais possibilidades e potencialidades de luta podem se desenvolver nas condições contemporâneas? Acreditamos que essas questões são fundamentais para pensar o lumpemproletariado como uma classe social, isto é, seu modo de vida, seus interesses (imediatos e históricos) e suas posturas políticas de alianças e enfrentamentos com outras classes sociais. Sendo assim, é daqui que partiremos para pensar o processo de constituição do movimento piqueteiro, suas ações, a dinâmica das suas lutas e os enfrentamentos travados com outras classes sociais (burguesia de forma geral e, especificamente, nesse caso, a detentora do capital comunicacional, a burocracia estatal etc.).

O conurbano bonaerense hoje é composto por 24 municípios que contornam a capital federal, Buenos Aires, compondo sua região metropolitana. Durante as primeiras

décadas do século XX, a região metropolitana de Buenos Aires cresceu em direção ao sul, facilitada pela expansão do sistema de transporte ferroviário. Tal crescimento, aliado à proximidade da capital federal, assim como a possibilidade de utilizar as vias fluviais como meios de transporte até o porto de Buenos Aires, estimularam a construção de diversos polos industriais na região. A partir da década de 1930, a Argentina experimentará um significativo processo de industrialização, voltado principalmente para a produção de bens de consumo e bens de capital simples (têxtil, químicos, mecânicos etc.), que proporcionará uma massiva imigração para Buenos Aires, acompanhada de um amplo processo de proletarização dos migrantes e formação da classe operária no conurbano bonaerense.

Durante os anos de 1937 e 1947 em torno de 750 mil pessoas migraram de outras regiões da Argentina para a cidade de Buenos Aires e sua região metropolitana. Acredita-se que entre 1914 e 1947 a população dessa região aumentou de aproximadamente 1,5 milhões para 3,4 milhões em 1935 e chegou em 4,7 milhões em 1947. Esse grande crescimento populacional continuou sua escalada nos anos seguintes. Já no ano de 1947 a população da Grande Buenos Aires era composta por aproximadamente 5.000.000 de pessoas. Na década de 1960 essa população atingia uma marca de aproximadamente 6.739.045 que passava a habitar os novos subúrbios da Grande Buenos Aires, vivendo em bairros operários e villas (favelas). Os custos para bancar suas moradias eram extremamente altos se comparados com o valor do salário operário o que resultava no crescimento desordenado e de baixíssima qualidade das moradias populares e sua elevada precariedade. Segundo Rebón e Caruso,

a partir da década de 30 vão se formando assentamentos urbanos irregulares em diversos terrenos de baixo valor na cidade. Expulsos dos seus de lugares de origem pelas difíceis condições de vida, os migrantes são atraídos à cidade pela expansão econômica. A forte demanda de mão de obra que o crescimento urbano requeria se correspondeu com formas precárias de assentamento para esta população. As denominadas "Villas de Emergencia" ou "Villas Miseria" são uma das formas que este processo adquiriu [...] As villas historicamente se caracterizaram pela precariedade dos materiais de construção, e o déficit de serviços de infraestrutura, sua trama irregular e a aglomeração. Sua localização se relacionou geralmente com a proximidade das fontes de trabalho e o acesso aos serviços urbanos. Sua situação de enclave de pobreza urbana e de ilegalidade a respeito das terras que ocupam as diferenciou de outras formas precárias de assentamento como o conventillo ou os hotéis e pensões (2001, p. 02).

A ameaça do despejo sempre esteve presente no horizonte villero e com a chegada da ditadura, autodenominada *Revolução Libertadora* (1955-1958), esse objetivo passa a ser buscado com medidas que visavam à erradicação das villas. A

primeira delas foi expressa pelo *Plano de Emergência* de 1956, cuja pretensão era eliminar todas as villas da cidade. Diante das constantes ameaças de despejo, se formaram em diversas villas as organizações de bairro com o objetivo de lutar pela posse das terras, resistir aos despejos e exigir o direito aos serviços públicos essenciais (água, energia, esgoto, saúde, educação etc.).

Ao longo das próximas décadas, diversas outras ditaduras militares chegaram ao poder na Argentina e, como era de se esperar, todas elas objetivaram erradicar as villas da paisagem urbana metropolitana. Com o crescimento do antagonismo entre as propostas governamentais e os interesses das populações villeras, as segundas começaram a se articular politicamente próximas de setores de esquerda, detentores de projetos políticos que buscavam mudanças sociais. Outros grupos políticos começavam a ver nessas organizações de bairro, compostas por uma imensa quantidade de pessoas, uma importante ferramenta de apoio político e, por isso, passaram a se aproximar das mesmas. Dentre os grupos que mais se destacaram nessa aproximação e trabalho conjunto com as organizações villeras, estão o *Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo* e os grupos de resistência peronistas, tal como a organização *Montoneros*⁷⁷ e outras mais (CAMELLI, 2011).

As mudanças nas políticas destinadas à questão das villas alteravam-se de acordo com os governos vigentes, nesse ou naquele período, pois enquanto a postura dos militares foi decisivamente voltada para a erradicação das villas, a política dos governos democráticos e peronistas foi marcada por concessões às populações villeras, desde que subordinadas aos interesses do estado, e moldadas por todo um conjunto de práticas de caráter essencialmente clientelistas, que garantiam um conjunto de melhorias imediatas (drenagem dos pântanos, terrenos aterrados precariamente, chegada insipiente e insuficiente de água encanada e esgoto, asfalto, postos de saúde etc.) em troca de apoio político, isto é, votos. O certo é que entre os anos de 1955 e 1976, o conurbano

⁷⁷ Montoneros foi uma organização que surgiu à luz do dia 29 de maio de 1970, em comemoração ao primeiro aniversário do Cordobazo. Fez se conhecer a través de uma ação armada, que consistiu no sequestro e execução do general Aramburu. A ação definia duas questões sobre os Montoneros: o desenvolvimento de uma estratégia armada y a adesão a um programa peronista. Este segundo aspecto se manifestava a partir de que Aramburu havia sido o artífice do golpe de 1955 contra Perón (PACHECO, Julieta. Acerca del programa de la organización Montoneros: reformistas ou revolucionários? Em: <http://www.unse.edu.ar/trabajosociedad/23%20Pacheco%20Julieta%20Montoneros.pdf> acessado em: 01/05/2015.

bonaerense experimentou o crescimento de diversas organizações de bairros mobilizadas em torno da resistência contra os despejos e da luta pela melhoria da condição de vida nesses territórios. Porém, a chegada da ditadura burguesa ao poder em 1976 alterou drasticamente a organização política nas villas e bairros pobres da região metropolitana de Buenos Aires. O *Plano de Erradicação das Villas de Emergência*, criado pela lei nacional 17.605 de 1967, foi recuperado e violentamente levado à cabo pelos militares:

para os que habitavam as villas misérias os militares tinham um plano: erradica-los e envia-los para a Província de Buenos Aires para mantê-los o mais longe possível. Reordenar a cidade e ter o controle de quem circulava é o que pretendia levar a cabo o “Processo de Reorganização Nacional”. Isto esteve a cargo do prefeito brigadeiro Osvaldo Cacciatore, imposto pelos militares, quem esteve encarregado de levar a cabo o programa PEVE (Plano de Erradicação das Villas de Emergência). O primeiro passo foi censear-los por casa, lhes entregando um título de propriedade provisório. Logo se proibiu a construção de moradias e o ingresso de novos habitantes e finalizou com a perseguição para que sumissem dali. A outra etapa foi ingressar nas villas para encontrar os dirigentes mais ativos porque realizam reuniões secretas e geravam mobilizações. Os companheiros eram investigados e os milicos deviam encontra-los imediatamente para que não gerem mais barulho e não angariem mais companheiros de luta. Assim perdemos o Padre Carlos Múgica e a muitos companheiros que deram sua vida. Também se enfrentaram as escavadeiras, essas grandes máquinas que ingressavam com a ordem de demolir as casas de chapa e tapumes sem importar si ali havia famílias. Os milicos ingressavam com caminhões donde carregavam as coisas pessoais das famílias, junto às pessoas e logo lhes atiravam fora da General Paz - *autoestrada há 24,3 Km da cidade de Buenos Aires* (CANAVIRI, 2015, s/ p. – itálicos meus).

A repressão às organizações e lideranças de esquerda, nas villas e bairros pobres da região metropolitana, foi intensa e responsável pela quase completa desarticulação dos setores organizados para lutar pelas demandas das classes exploradas nesses territórios. Os métodos utilizados para isso foram os mais bárbaros possíveis: desaparecimento de pessoas, torturas, fuzilamentos, práticas de amedrontamento etc. O objetivo declarado da ditadura era o de anular os quadros de resistência, as atividades “subversivas”, impor o controle social e o medo como parte do cotidiano desses territórios.

O trabalho etnográfico realizado por Auyero, e que resultou na sua obra *La política de los pobres – las prácticas clientelistas del peronismo* (2012), traz relatos importantíssimos, de pessoas que viveram durante aquele período, sobre a repressão dos militares nas villas e bairros pobres do conurbano bonaerense. Segundo alguns desses relatos,

as pessoas não queriam falar muito. Eles – *os militares* – criaram pânico, terror. Levaram alguns companheiros do bairro [...] Os mais solidários, isso é o que mais marcou a gente. No lixão se fuzilava todos os dias, menos nos dias de chuva, entre as 1:30 e 3:30. Os catadores de lixo encontravam dois ou três cadáveres por dia, gente jovem às vezes em sacos plásticos. Um trabalhador da fábrica militar me contou que traziam tambores de 200 litros com cadáveres e os metiam na fundição. Traziam-lhes em caminhões de madrugada. [...] Se bem que não há cifras precisas, doze pessoas que naquele momento estavam participando politicamente na villa, hoje estão desaparecidas (AUYERO, 2012, p. 73-74 – itálicos meus).

Entre os anos de 1976 e 1989, a sociedade argentina transitou, como vimos anteriormente, em direção ao regime de acumulação integral que se consolidou na década de 1990 com o menemismo e se mantém até os dias atuais. A ditadura de 1976 gera as bases do novo regime de acumulação que se fundamenta na importação de bens e capitais e na abertura financeira. Os principais resultados são percebidos na drástica redução da produção industrial, no aumento espetacular da dívida externa (que passou de 13 milhões para 46 milhões entre os anos de 1976 a 1983) e na geração de uma imensa quantidade de pessoas marginalizadas da divisão social do trabalho etc. (SVAMPA, 2010).

O processo de lumpemproletarização na Argentina ocorreu de forma intensa, pois, a taxa de desemprego no país aumentou de 5% para 18,6%, acompanhada pela elevação do subemprego de 5,4% para 11,3%, entre os anos de 1974 a 1995. Após o lançamento do *Plano de Convertibilidade* (1991), o desemprego cresceu catastroficamente 200%. Nos últimos dez anos, fecharam-se aproximadamente 5.508 indústrias e desapareceram, entre 1992 e 1995, 200 mil postos de trabalho industriais no conurbano bonaerense. Está claro que a explosão do desemprego na Argentina revela um intenso processo de lumpemproletarização nesse país. Não nos restam dúvidas, a consequência mais visível e impactante dessa transição no conurbano bonaerense é a que marca a passagem de um *território proletarizado* e com elevado nível de mobilização política, para um *território lumpemproletarizado*, caracterizado pela *desertificação organizativa* e com baixíssima mobilização política:

o conurbano bonaerense contém 24% da população total do país (8.440.000 habitantes) em 1,2% do seu território, tem o maior parque industrial do país, representando 74,4% do total do emprego na província de Buenos Aires e 62% do valor total da sua produção. Tem sido a região mais afetada pelo processo de desindustrialização e o correlativo hiperdesemprego [...] Numerosos fechamento de fábricas e demissões massivas constituem a experiência capital de milhares de famílias operárias [...] Apresenta uma das experiências mais dramáticas a respeito do desemprego e da informalização das relações laborais. Entre 1991 e 1995 ocorreu um aumento de 277% na quantidade de gente desempregada. As taxas de desemprego se duplicaram

entre 1991 e 1994, e se duplicaram novamente entre 1994 e 1995. Em outras palavras, tomando maio de 1991 como base 100, há um aumento do desemprego que chega a 407% em maio de 1995 [...] Para amplos segmentos da classe operária, o resultado do desemprego massivo resulta em uma direta desproletarização – *para nós lumpemproletarização* (AUYERO, 2012, p. 47-48 - itálicos meus).

Para o conurbano bonaerense e uma série de outras regiões em todo o país, o impacto de tais medidas de regularização neoliberal foram avassaladoras, pois acompanhando a intensidade da lumpemproletarização social, houve uma terrível deterioração das condições de vida em sua totalidade (moradia, saúde, alimentação, escolarização, lazer, segurança etc.). Mesmo os índices oficiais (que geralmente buscam ofuscar a realidade social, torturando os números para que esses confessem o que não lhes correspondem) são reveladores do crescimento do nível da pobreza na região. De acordo com esses, tal nível, na década de 1990, era seis vezes maior que o da década de 1970. Segundo Golbert (1996), entre 1980 e 1988, a porcentagem de lares pobres teve um crescimento de 65%. Em 1980, na Grande Buenos Aires, 11,5% dos lares se encontravam abaixo da linha de pobreza. Em 1994, esse número aumenta para 20,4% e em 1995, um em cada quatro lares se encontrava nessa posição (25,8%).

Uma das medidas clássicas do estado neoliberal estadunidense⁷⁸ também se fez presente na Argentina, isto é, o dismantelamento das políticas públicas de construção de casas populares. Em 1992, estimava-se que o déficit de moradias no conurbano bonaerense era de três milhões de casas, ou seja, o equivalente a 35% do total de moradias no país. Durante o governo de Menem, as políticas públicas destinadas a moradias praticamente desapareceram, basta perceber que em 1992, o investimento em moradias foi 33% menor que em 1980 e 1987. Levando em consideração “o fato óbvio de que os empresários privados não vão construir para os pobres, este dismantelamento

⁷⁸ “Os levantamentos sobre habitação do governo federal, os relatórios publicados por grupo de defesa dos moradores de rua e os pesquisadores de habitação independentes, todos, relatam praticamente a mesma conclusão: o estoque de habitação de baixa renda da nação foi liquidado ao longo dos últimos vinte anos. Só entre 1973 e 1979, 91% de quase um milhão de unidades habitacionais que eram alugadas por \$ 200 por mês ou menos em toda a nação desapareceram do mercado de aluguel. Estima-se que, só na cidade de Nova Iorque, mais de 310.000 unidades habitacionais de baixa renda foram perdidas entre 1970 e 1983. Como essa dizimação do mercado de aluguel de baixa renda aumentou progressivamente ao longo da década de 80, a Nacional Coalition for the Homeless estimou que cerca de meio milhão de unidades de baixa renda estavam sendo perdidas anualmente por volta da segunda metade da década” (SNOW, David e ANDERSON, Leon. *Desafortunados – um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 379). Conferir também WACQUANT, Loic. *Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

tem o efeito de deixar aos pobres sem outro recurso que seus esforços privados para construir suas moradias” (AUYERO, 2012, p. 56).

Na verdade todos os serviços públicos do conurbano se sucatearam ao extremo, resultado das medidas neoliberais de dismantelamento quase integral das políticas e serviços públicos. Com a massiva privatização desses serviços, os bairros mais lumpemproletarizados e precarizados do conurbano bonaerense ficaram completamente abandonados, para não dizer ilhados. Quase tudo deixou de chegar e quando chega, não resolve o problema social: ferrovias, água encanada, rede de esgotos, asfalto, postos de saúde, escolas etc. A intensa marginalização na divisão social do trabalho de milhares de pessoas, aliada ao imenso sucateamento dos meios de transporte coletivo, no qual as ferrovias ganham destaque, que ligavam as diversas regiões do conurbano bonaerense à capital federal serão responsáveis por um verdadeiro processo de periferização social visto que

ao final dos anos noventa, se consolidou no conurbano um novo padrão urbano que reflete uma forte polarização social. De um lado, as camadas médias e altas de maiores recursos habitam os novos subúrbios, se deslocam em carros particulares e ascendem a novos espaços de centralidade comercial e de ócio. Por outro lado, os grupos de menores recursos se assentam em habitações precárias, em urbanizações com profundas carências na dotação de infraestruturas e serviços, que tem nas linhas férreas como eixo de deslocamentos e tem seus círculos de satisfação de necessidades próximos a seus bairros (SUÁREZ & ARCE, 2010, p. 32).

A presença estatal nesse espaço quase que se resume aos punteros (cabos eleitorais) e suas ferramentas de chantagem eleitoral; e aos aparatos repressivos do estado e sua vasta gama de práticas violentas, tais como torturas, desaparecimento de pessoas (geralmente jovens lumpemproletários), aprisionamentos arbitrários, fuzilamentos (*gatillo fácil*), envolvimento e controle do tráfico de drogas, sequestros, roubos etc. Com esses agentes estatais o lumpemproletariado convive cotidianamente nesses territórios, seja envolvido em toda uma trama de delitos em conjunto com a polícia, seja reprimido pela prática desses e de outros delitos ou nos enfrentamentos gerados pela luta de classes, que emerge no final da década de 1990, no conurbano bonaerense.

Portanto, é nesse contexto territorial sinistro, que vive à *sombra da barbárie capitalista* contemporânea, fruto da dinâmica do regime de acumulação integral, que emergem os interesses imediatos e históricos do lumpemproletariado bonaerense, assim como suas posturas políticas para garanti-los. A seguir voltaremos nossa análise para

tais interesses e posturas, assim como as alianças e/ou enfrentamentos que derivam dos interesses antagônicos de outras classes sociais. Nesse caso específico, dos interesses da burguesia, expresso através do discurso jornalístico (capital comunicacional) e mediado pela burocracia estatal, através dos seus aparatos repressivos.

CAPÍTULO 03

O Bloco Dominante Diante da Contestação Lumpemproletária

3.1 - Lumpemproletarização e Postura Política

Os interesses imediatos dessa classe social no conurbano bonaerense, assim como em outros lugares, são combater a fome, encontrar trabalho, moradia, assistência social, acessar os serviços públicos, salubridade etc. Mas a questão, é como garantir minimamente tais interesses imediatos, *a pura e simples sobrevivência*, nas condições em que se encontra o lumpemproletariado bonaerense? A busca por respostas a essa questão fundamental norteará os caminhos percorridos adiante.

Os bairros pobres e villas do conurbano bonaerense se transformaram, principalmente a partir da década de 1990, em territórios intensamente lumpemproletarizados. Não são raras as regiões do conurbano que sofrem com a *epidemia* do desemprego generalizado e que possuem taxas de desemprego e subemprego acima dos 50% da população local, e que, conseqüentemente, buscam sobreviver em condições de extrema pobreza. Inevitavelmente a transição da condição de território proletarizado para território lumpemproletarizado e todas as conseqüências derivadas daí (desindustrialização, hiperprecarização das condições de trabalho, distanciamento do mundo do trabalho, fragmentação das relações sociais etc.) geraram alterações drásticas nas formas de sociabilidade, no sentimento de pertencimento coletivo e nas relações sociais de forma geral. Uma dessas alterações foi o processo comumente conhecido como *passagem da fábrica ao bairro*, isto é, uma reterritorialização do mundo comunitário, a partir da marginalização da divisão social do trabalho e precarização absurda do trabalho de uma vasta parcela populacional, constituída pela sobrepopulação relativa, no qual o bairro emerge como seu locus de ação central.

Vale mencionar que durante décadas vigorou na Argentina o modelo peronista (populista) de “integração social” que apresentava, em linhas gerais,

duas vias heterogêneas, mas em grande parte complementares, de integração social: a primeira se apoiava sobre a figura do *trabalhador*, mediante a afirmação dos setores operários como força social nacional e da consolidação de valores como justiça social e a dignidade do trabalho; a segunda apontava para a figura do pobre (*operários precarizados, lumpemproletários e outras frações exploradas*), historicamente despossuído, por meio das políticas

sociais compensatórias. Em consequência, esta dupla via supunha tanto colocar em prática o exercício concreto dos direitos trabalhistas e o seguro social (por meio das obras sociais) como a manutenção e fortalecimento de princípios assistencialistas e clientelistas (como aparecia refletido nas províncias do interior ou através da Fundação Eva Perón). Contudo, a figura do pobre se constituía como uma prolongação quase natural da imagem do “povo-trabalhador”, pois aí onde a intervenção social do Estado se manifestava como insuficiente, a beneficência emergia com o intuito de preencher tais vazios sociais. Mas enquanto o Estado regulador se erigia como mecanismo “impessoal” de redistribuição, a beneficência guardava um caráter personalizado e discrecional. A posterior crise e quebra das bases industriais do peronismo potencializaram sem dúvida os elementos claramente assistencialistas, já presentes na matriz original (SVAMPA, 2010, p. 165-166 – itálicos meus).

Constata-se, portanto, que, a meados da década de 1990, transformações importantes ocorreram nas estruturas organizacionais do peronismo, visto que, para garantir a manutenção do seu poder diante do lumpemproletariado, teve que adaptar-se à transição de um mundo operário para um mundo majoritariamente lumpemproletário. Dessa forma,

o peronismo passou de um partido vinculado à classe trabalhadora através de suas organizações sindicais, e converteu-se em um partido vinculado aos setores pobres (lumpemproletários) através de redes territoriais e clientelísticas, nutridas e conectadas mediante o uso de recursos econômicos estatais (DELAMATA, 2004, p. 19 – parênteses meus).

Como vimos anteriormente, diante do intenso processo de lumpemproletarização, o lumpemproletariado se viu obrigado a encontrar estratégias para amenizar sua situação de extrema pobreza. Tais estratégias, a partir da década de 1980, foram marcadas por diversas ocupações ilegais de terra, em diversas regiões do conurbano bonaerense, dando origem a uma nova configuração social caracterizada pela inscrição territorial (*da fábrica ao bairro*). Nesse processo, o bairro se converteu em espaço privilegiado de organização e luta pelo direito às terras, pelo acesso aos serviços públicos e por assistência social. Diante de um cenário de extrema pobreza, diversos atores sociais (organizações de bairro, comunidades eclesiais, organizações não governamentais, movimento de desempregados etc.) começaram a se organizar para construir moradias, refeitórios comunitários e infantis, salas de atendimento à saúde, distribuição de alimentos etc. Para isso, passaram a exigir do estado investimentos para tocar essas ações.

Essa foi uma das formas nas quais o lumpemproletariado buscou atingir seus interesses imediatos, no entanto, no caso das assistências sociais, essas se converteram em *assistencialismo clientelista* visando, fundamentalmente, amortecer e controlar o

quadro de tensão e descontentamento social (política preventiva) e, ao mesmo tempo, angariar apoio político ao partido justicialista (peronista), beneficiar toda burocracia estatal partidária que desviou milhares de recursos a serem destinados ao assistencialismo, assim como cooptar algumas lideranças piqueteiras (lumpemproletárias).

Sabe-se que o peronismo, na figura do partido justicialista, desenvolveu e sustentou um rol de ações e organizações junto ao lumpemproletariado. De acordo com Svampa (2010), na década de 1990 o partido justicialista mantinha uma densa rede personalizada que atuavam desde os sindicatos, clubes, ONG e comumente das casas dos seus próprios partidários. Nessas redes se desenvolviam desde atividades políticas, sociais e até mesmo atividades recreativas, geralmente acompanhadas da entrega de alimentos, medicamentos etc.

A partir de 1987, os diferentes governos portenhos (geralmente representando o partido justicialista), desenvolveram uma série de intervenções políticas nos bairros pobres do conurbano bonaerense, que se expandiram durante a década de consolidação do neoliberalismo, sob o governo Menem (1989-1999). Porém, ainda na década de 80, as primeiras experiências de assistência alimentar foram acompanhadas por uma política social melhor sistematizada, incluindo políticas públicas destinadas à saúde e à infância. Sob a vigência do estado neoliberal, tais políticas se restringiram ao clientelismo político.

Seguindo as informações fornecidas por Dinatale em sua obra *El festival de la pobreza – el uso político de planes sociales en Argentina* (2004), torna-se claro que o objetivo fundamental da política social na década de 1990 foi, em curto prazo, amenizar as urgentes necessidades lumpemproletárias e, ao mesmo tempo, servir de ação preventiva visando conter a eminente explosão do conflito social, diante de uma crise com potencialidade devastadora. Porém, no médio prazo, os planos sociais formaram a melhor estratégia do partido justicialista para recuperar sua legitimação junto a essa classe social, em um contexto no qual tal legitimidade se encontrava amplamente deteriorada, principalmente após 1997, com a derrota eleitoral no conurbano bonaerense e a emergência do movimento de desempregados que ameaçava territorialmente seus domínios.

É preciso compreender as políticas sociais como formas de regularização das relações sociais capitalistas e por isso tais políticas, em um país de capitalismo

subordinado, visam tornar regular as relações sociais típicas da era da acumulação integral, sendo adequadas à *raison d'être* do estado neoliberal: ser mínimo e repressivo com as classes exploradas. Tal máxima expressa adequadamente a característica fundamental da relação sócio-política estabelecida entre a burocracia estatal (mediando, fundamentalmente, os interesses da burguesia internacional e nacional) e o lumpemproletariado na Argentina contemporânea. Sendo assim, as políticas sociais neoliberais argentinas foram caracterizadas

em primeiro lugar por uma redução do orçamento destinado ao gasto social; um retorno à velha concepção de descentralização administrativa; a focalização dos programas assistenciais em contraposição à universalização proposta pelo Estado de Bem Estar e, por último, um apelo à convocação da sociedade civil. No modelo neoliberal dos anos 90, as políticas sociais cumpriram um rol claramente assistencialista e compensatório. Se anula o componente universalista para substituí-lo por políticas residuais que não constituem redes de segurança senão operações focalizadas. Assim, todas as políticas sociais se viram afetadas pela transformação profunda de seu modo de funcionamento, a degradação de suas fontes de financiamento – com um traço fiscalista – e as mudanças no acesso e no tipo de benefício que começaram a conceder (DINATALE, 2004, p. 33).

As políticas sociais neoliberais assumem um caráter fundamentalmente paliativo, ou seja, não há no regime de acumulação integral uma política estatal que de fato gere alguma mudança substancial no modo de vida lumpemproletário (e de outras classes exploradas) que sobrevive precariamente na pobreza, mas tão somente políticas paliativas que garantam a mísera reprodução do lumpemproletariado e, conseqüentemente, do clientelismo político, da burocracia que dele se beneficia e da classe dominante que, por conseguinte, garante as melhores condições para a exploração de outras classes sociais.

Fica evidente que as condições materiais vigentes nesse território contribuirão para que determinados setores do lumpemproletariado se predisponham a receber as migalhas estatais em troca da mínima garantia de alguns poucos interesses imediatos, quer dizer, alimentação temporária, facilidade para obter um tratamento médico gratuito, recebimento de remédios, bebida alcoólica, maconha e churrasco ao final de um ato político, quando muito um emprego instável, pois dependente da fidelidade política, de sua demonstração pública e obtenção de novos miseráveis dependentes etc., tornando-se presas fáceis da cooptação política inescrupulosa. No entanto, como tais políticas paliativas não resolvem os problemas do lumpemproletariado nem tão pouco conseguem distribuir suas migalhas para toda a imensidão de indivíduos que compõe tal classe social, cria-se um terreno bastante fértil para a reprodução da política de cunho

clientelista, com grande poder para dividir e cooptar o lumpemproletariado, assim como de consolidar um mercado de trabalho fundamentado na exploração integral da força de trabalho ativa e inativa.

A regularização desse regime de acumulação exige da burocracia estatal e de diversas outras frações de classe da burocracia, uma cumplicidade imensa com a burguesia e seus agentes internacionais, tais como o FMI, que, em troca, oferece inúmeras possibilidades de enriquecimento individual e de fortalecimento político-partidário, através da gestão de diversas políticas assistencialistas, surgidas na Argentina neoliberal. Dessa forma a burocracia garante a regularização da acumulação integral e as melhores condições para sua reprodução como classe social.

A partir de 1992, com a descentralização administrativa das políticas sociais, o estado central passa a transferir os recursos destinados às políticas sociais para as províncias, que se tornam responsáveis pela administração, aplicação e distribuição dos mesmos. Porém, tal descentralização facilitou a promoção de todo tipo de práticas políticas clientelistas com vistas à obtenção de votos, desvio dos recursos federais, favorecimento personalista etc. Dessa maneira, a relação entre a burocracia estatal/partidária, que não se limita aos punteros políticos (cabos eleitorais), mas pelo contrário se estende à alta cúpula burocrática estatal e o lumpemproletariado no conurbano bonaerense, foi nitidamente marcada pela chantagem política, pela troca de favores, pela cooptação e pela existência de diversas maneiras de explorar a miséria lumpemproletária para obter ganhos políticos (DINATALE, 2004; SVAMPA, 2010; AUYERO, 2012).

Os estudos realizados por Javier Auyero (2007; 2012) nos brindam inúmeras demonstrações da maneira pela qual a burocracia estatal/partidária se relaciona com o lumpemproletariado bonaerense e de como amplos setores dessa classe social se posicionaram politicamente, para atingir seus interesses imediatos, em um território intensamente lumpemproletarizado e marcado pelo domínio das redes clientelistas e suas maquinarias personalistas. Em sua importante obra *La zona gris – violencia colectiva y política partidária en la Argentina contemporánea* (2001), Auyero realiza um estudo sobre *política partidária e vida cotidiana* que nos permite compreender melhor a dinâmica que caracteriza a relação política existente entre essas duas classe sociais. Para o autor, as medidas de regularização neoliberal, a redução da presença estatal nas esferas sociais, o hiperdesemprego e o crescimento absurdo da miséria

incrementaram de maneira considerável a influência dos punteros (cabos eleitorais) locais e dos hierarcas do partido que dão acesso aos escassos recursos estatais [...] Não se pode dizer que a política paternalista seja nova na Argentina, mas sua importância social, política e cultural tem aumentado desde começo da década de 1990, em coincidência com as profundas reformas neoliberais empreendidas pelo governo Menem (AUYERO, 2007, p. 81 – parênteses nossos).

Em um território como o conurbano bonaerense, onde todos seus índices sociais atentam contra a dignidade dos indivíduos que compõe o lumpemproletariado, tais indivíduos encontram nos punteros (geralmente do partido justicialista, mas não exclusivamente) umas das pouquíssimas possibilidades de satisfazer suas necessidades imediatas básicas. Concordando com Goldberg, “os punteros peronistas estão profundamente enraizados na vida cotidiana dos indigentes na Argentina” (apud AUYERO, 2007, p. 86).

Nos diversos bairros pobres e villas de todo o país, as redes peronistas para a solução de problemas constituem, para milhares de lumpemproletários e operários precarizados,⁷⁹ a principal forma de atingir seus interesses imediatos e urgentes, tais como a obtenção de alimentos e medicamentos. Essas redes são controladas diretamente por dirigentes políticos locais, conhecidos como punteros, que dependem do apoio e fornecimento de recursos estatais (municipais, provinciais, nacionais). Os punteros fornecem alimentos aos refeitórios comunitários financiados pelo estado, administram e controlam o acesso aos subsídios estatais para o lumpemproletariado, assim como o acesso a determinados serviços públicos, tais como hospitais, distribuem alimentos e ticket-refeição às mães, idosos e crianças, fornecem regularmente brinquedos e recreações às crianças e jovens etc. Segundo diversos estudos sobre a vida cotidiana e partidária nesses territórios, o fornecimento de alimentos é a principal tarefa dos punteros políticos. De acordo com Auyero,

quanto mais recorremos os territórios da pobreza, mais de perto vemos o que os punteros, patrões e clientes da máquina peronista (mas também de outros

⁷⁹ Gostaríamos de ressaltar que o termo precarizado expressa uma condição de vida da classe operária em quase todos os regimes de acumulação. Nem mesmo na Europa do estado integracionista a totalidade da classe operária esteve isenta dessa condição. Nesse sentido, o termo expressa uma condição de classe e não uma classe social específica, pois, por exemplo, tanto indivíduos pertencentes ao proletariado quanto ao lumpemproletariado vivem em condições de vida extremamente precárias. A invenção do termo *precarizado* para se referir a uma classe social específica, como o faz Ruy Braga (2012), é o de homogeneizar em um mesmo termo, e não conceito como é entendido pelo materialismo histórico dialético, parcelas e frações de classes distintas, tal como é o caso do proletariado precarizado e de algumas frações do lumpemproletariado. Tal proposta não se fundamenta no método dialético e por conseguinte na teoria marxista das classe sociais, estando mais para “uma palavra inserida numa discussão que usa terminologia marxista do que um conceito propriamente dito” (VIANA, 2014 b).

partidos) fazem cotidianamente nesse terreno, e mais clara se torna nossa visão da construção cotidiana do domínio peronista. Punteros e patrões do Partido Peronista prosseguem com suas próprias carreiras políticas, tratam de acumular todo o poder político que podem e melhoram suas posições no terreno político local. Para eles, tratam de maximizar seu manejo de recursos estatais (bens materiais distribuídos pelo Estado, programas de assistência social e informação) vitais para solucionar os problemas dos pobres e também para ganhar adeptos. Fazem política através da solução de problemas [...] Ao atender a seus próprios interesses (melhorar suas posições no campo político local por meio da acumulação de capital político), alguns deles conseguem um quase monopólio na resolução de problemas. Ao fazê-lo incrementam sua capacidade de diminuir e restringir as possibilidades de quem possuem os problemas (quer dizer, dominam) [...] (AUYERO, 2007, p. 89-90).

O que podemos apreender da realidade cotidiana desse território lumpemproletarizado é que predominam os interesses políticos da burocracia estatal/partidária (seja peronista ou não), sua necessidade de atingir/manter o poder estatal e a reprodução da mesma como classe social. Para isso, tal burocracia não mede esforços para chantagear os miseráveis lumpemproletários, desviar dinheiro destinado aos programas sociais, muitas vezes cobrando “pedágios” de acesso aos benefícios, em síntese, tiram o máximo de proveito político de toda devastação social que caracteriza a vida em um território lumpemproletarizado e suas necessidades extremamente urgentes.

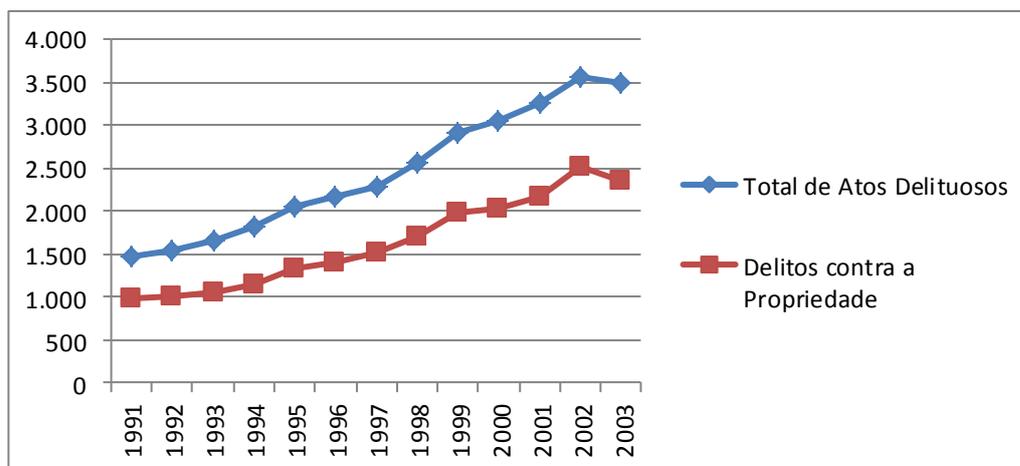
Por conseguinte, a existência do lumpemproletariado cumpre uma função política importantíssima, quer dizer, além de cumprir um papel primordial na acumulação de capital, também exerce uma função na reprodução das formas de regularização política-partidária. Aqui, mais uma vez, a teoria marxista acerta em cheio ao perceber que são as *condições de existência* do lumpemproletariado que, fundamentalmente, o *predispõem* a participar do jogo político engendrado pela burocracia estatal/partidária, como umas das poucas formas existentes para garantir minimamente seus interesses urgentes e imediatos. A lógica dominante nessa relação entre classes é que quanto mais miserável se encontrar o lumpemproletariado, mais dependente e “disposto” estará para realizar o jogo da burguesia, mediado pela burocracia estatal/partidária. Estamos diante de um território que vive à sombra da barbárie capitalista.

Outra forma, comumente adotada pelo lumpemproletariado, para garantir seus interesses imediatos é a prática de diversos delitos, tais como assalto, roubos, tráfico de drogas, sequestros etc. A trajetória histórica de avanço dos índices de desemprego, subemprego, indigência e pobreza na Argentina a partir da década de 1990 coincidem com o avanço das taxas de delito em geral (CIAFARDINI, 2006). Historicamente o

processo de lumpemproletarização sempre veio acompanhado do avanço das taxas de criminalidade. Os anos de 1990 na Argentina, assim como em vários outros países latino-americanos, presenciou uma escalada surpreendente das taxas de delitos:

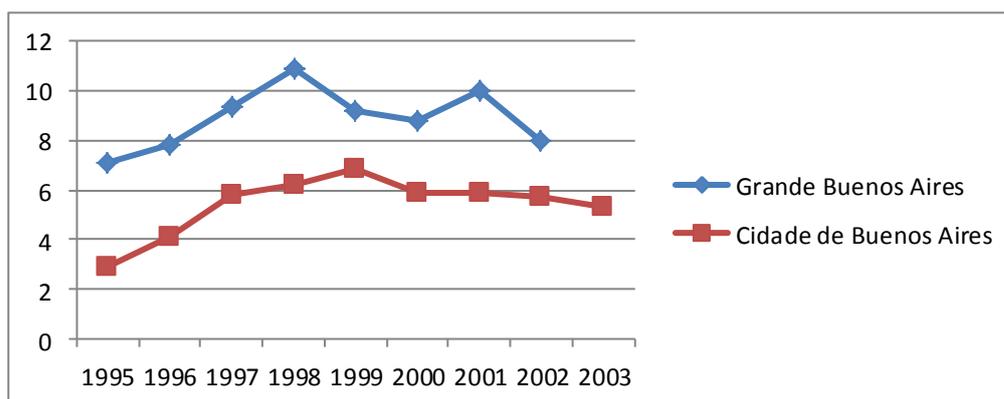
a quantidade de atos delituosos cometidos na Argentina quase se duplicou ao longo da década de 1990: de 560.240 em 1990 a 1.062.241 em 1999. Se levar em consideração as áreas nas quais se realizou a presente investigação, a Cidade de Buenos Aires e a Província de Buenos Aires, o incremento é de 61.203 atos delituosos em 1990 a 191.755 em 1999 para a primeira e 123.537 atos delituosos em 1990 a 312.292 em 1999 para a segunda (KESSLER, 2010, p. 21).

Figura 02 – Evolução da taxa de delitos.



Fonte: Registro Nacional de Reincidência (até 1998) e Dirección Nacional de Política Criminal (1999 em diante). Ministério da Justiça da República Argentina.

Figura 03 - Evolução, em porcentagem, de vítimas de roubo com armas.



Fonte: Pesquisas de vitimização, Dirección Nacional de Política Criminal, Ministério da Justiça da República Argentina.

Em diversos estudos criminológicos contemporâneos sobre o delito, aponta-se que seu crescimento vem coincidindo com o aumento da participação de jovens em atos

infratores. Um *Estudo de Vitimização*, realizado na cidade de Buenos Aires, demonstrou que, entre os anos de 1997 e 2000, aproximadamente 50% dos roubos violentos foram cometidos por indivíduos que se encontravam na faixa etária entre 18 a 25 anos. Inevitavelmente, portanto, a compreensão sobre o delito juvenil na região da Grande Buenos Aires, passa necessariamente pela compreensão das *condições de existência* da juventude nessa região (KESSLER, 2010).

Não restam dúvidas de que a juventude foi o grupo etário que mais intensamente sofreu o processo de lumpemproletarização na Argentina. Na realidade, muito provavelmente esse grupo etário é composto por aqueles que nunca ingressaram no mercado de trabalho estável, ou seja, nasceram lumpemproletários e assim tendem a permanecerem. A explicação mais convincente para o crescimento exponencial dos delitos em geral no país é seguramente o intenso processo de lumpemproletarização e o conseqüente empobrecimento que tem experimentado quase metade da população nacional, a partir dos anos de 1990. O imenso processo de deterioração das condições socioeconômicas afeta diretamente os jovens. O processo de neoliberalização atingiu duramente a juventude que sofrera com o intenso avanço do sucateamento das instituições de ensino e da reestruturação do mercado de trabalho (SVAMPA, 2010). Na Argentina contemporânea,

os jovens constituem o setor mais vulnerável da população, pois vêm sofrendo os múltiplos efeitos do processo de desinstitucionalização (crise da escola, crise da família), assim como a desestruturação - *regularização neoliberal* - do mercado de trabalho que caracteriza a Argentina nos últimos quinze anos. Em maio de 1995, quando o país alcançou seu primeiro recorde histórico de desemprego (18%), a desocupação dos jovens da Área Metropolitana de Buenos Aires alcançava 34,2%. Em novembro de 1999, os jovens desocupados (de 15 e 24 anos) duplicavam a taxa nacional de desemprego, alcançando os 27%. As cifras indicavam também que os 40% dos jovens estavam abaixo da linha da pobreza. Contudo, dados mais recentes assinalam que 6 de cada 10 jovens são pobres; isto é, 5.500.000 pessoas entre 15 e 29 anos. Por outro lado, em muitos casos, à falta de qualificação laboral se soma à ausência de oportunidades educativas, em um contexto no qual a escola – cuja deterioração e crise é visível – também aparece como um fiel reflexo de uma integração cada vez mais distante (SVAMPA, 2010, p. 171-172 – itálicos nossos).

Contudo, para melhor compreendermos o modo de vida da juventude lumpemproletária bonaerense, é de fundamental importância encontrar uma resposta satisfatória para a seguinte interrogação: quem é a juventude na sociedade capitalista? Para responder a essa questão de cunho teórico, seguiremos as análises de Viana em suas obras *A dinâmica da violência juvenil* (2004) e a mais recente *Juventude e Sociedade – ensaios sobre a condição juvenil* (2015), pois no nosso entender tais obras

apresentam uma definição mais complexa e totalizante desse grupo etário, assim como algumas pistas para a compreensão da especificidade do modo de vida da juventude lumpemproletária no capitalismo.

De acordo com esse autor, a juventude é um grupo social em processo de ressocialização, ou seja, quando criança os indivíduos passam por um processo de socialização específico no qual, através de diversas instituições (família, escola etc.), são preparados para viver em determinadas relações sociais, adquirindo determinados conhecimentos, habilidades, valores e padrões comportamentais. Já o processo de ressocialização tem por finalidade

transformar o jovem em adulto, ou seja, integrá-lo no mercado de trabalho e no mundo das responsabilidades sociais (civis, políticas etc., ou seja, voltado para a família, obrigações políticas e sociais etc.). Obviamente que esse processo assume formas específicas e características próprias em diferentes classes sociais (formas diferenciadas de escolarização e de tempo de vida escolar, de relações familiares etc.). Assim, existe na sociedade moderna uma ressocialização diferencial (VIANA, 2015, p. 105).

O processo de ressocialização visa garantir que o jovem se insira na vida adulta, porém tal inserção não ocorre da mesma forma em todas as classes sociais, pois ela acompanha a ampliação da divisão social do trabalho capitalista e nesse processo a escolarização assume um papel fundamental para a “preparação e reprodução da força de trabalho”. Claro que, para os jovens pertencentes ao lumpemproletariado, tal preparação, quando ocorre, é de forma bastante precária e deteriorada visto que, para a juventude pertencente a essa classe social, não há necessidade de uma preparação efetiva e satisfatória, uma vez que a mesma se encontra marginalizada da divisão social do trabalho e, quando muito, consegue apenas sobreviver de subempregos que não exigem maiores preparações dessa força de trabalho. Nesse caso,

para os indivíduos do lumpemproletariado, então é a própria vida no desemprego, mendicância, prostituição, subemprego etc., que consiste em seu “modo de ressocialização”, que é um processo precário e que não prepara ou o faz de forma muito limitada (dependendo da fração do lumpemproletariado), devido ao fato de os indivíduos dessa classe não se inserirem (ou se inserirem marginalmente) na divisão social do trabalho, ou seja, no mercado de trabalho, e também as responsabilidades sociais são igualmente limitadas (VIANA, 2015, p. 83).

As relações sociais que marcam esse processo de ressocialização, que é coercitivo e repressivo devido ao caráter disciplinador das instituições (família, escola etc.) envolvidas nele, geram diversos conflitos que se apresentam através da contestação juvenil, que costuma se desenvolver na seguinte sequência: a) lutas imediatas; b) lutas estilistas; c) lutas institucionais; d) lutas autônomas; e) lutas revolucionárias.

Obviamente que tais fases se manifestam de maneiras diferenciadas em classe sociais diferenciadas. No caso do lumpemproletariado, tais lutas, como já mencionamos, são assinaladas, tendencialmente, pelas lutas imediatas, tais como a que é caracterizada pela prática de diversos delitos (VIANA, 2004; 2015). Tendo essa compreensão, podemos agora retornar ao nosso caso concreto, isto é, ao modo de vida da juventude lumpemproletária, seus interesses imediatos, assim como os enfrentamentos que as lutas para atingir tais interesses tendem a promover com outras classes sociais e seus interesses, contrários aos do lumpemproletariado, no conurbano bonaerense.

A juventude bonaerense constitui o grupo etário que, majoritariamente, já inicia seu processo de ressocialização marginalizada na divisão social do trabalho⁸⁰ e com uma forte tendência a consolidar-se nessa condição, quer dizer, o processo no qual ela se prepara para realizar uma integração completa na sociedade já ocorre em condições de inteiro despojo da propriedade sobre suas condições materiais de existência. Consequentemente, se vê impossibilitada de reproduzir sua vida com seus próprios meios de produção, não conseguindo obter regularmente seus meios de vida sob a forma salário. Portanto, a intensa lumpemproletarização faz com que esse processo de ressocialização ocorra em condições de grande incerteza, instabilidade, medo, frustração e revolta.

A obra *Sociología del delito amateur* (2010), de Gabriel Kessler, apresenta detalhes importantes para a compreensão da prática do delito como uma das poucas chances que a juventude lumpemproletária possui de garantir, de forma bastante precária, suas necessidades imediatas e urgentes, em um território extremamente lumpemproletarizado. Alternando entre o desemprego e o subemprego de curto prazo, abandonado socialmente, estranho seria se a juventude lumpemproletária não cometesse delitos. A fala de um dos jovens entrevistados por Kessler é reveladora dessa situação:

⁸⁰ “Uns poucos dados permitem aproximarmos ao volume dessa população: segundo um informe oficial, na Argentina em 2000 os 13,2% (1.250.841) das 9.476.069 pessoas entre 15 a 29 anos não estudavam nem trabalhavam e do total desses jovens, 54,9% (5.202.000) não assistia a nenhuma instância do sistema educativo. Quatro anos depois, superada a crise, os 17,4% (204.195) dos jovens que habitavam a província de Buenos Aires e tinham entre 14 e 18 anos não frequentavam a escola (34% se se estende aos que tinham 21 anos); 2,3% (12.382) eram analfabetos; é possível que uma parte deles não frequentasse a escola, mas trabalhava. Essa situação é mais grave entre os pobres: em 1999, por exemplo, os 20% (400.000) dos jovens de lares pobres radicados na Capital federal e na Grande Buenos Aires não estudava nem trabalhava; entre os de 20 e 24 anos a porcentagem ascendia a 24,8%, que não estudava nem trabalhava; nesses lares o desemprego juvenil chegava a 50%. Em 2010 existem 1,5 milhões de jovens menores de 30 anos que não estuda nem trabalha” (CARRERA, CAVALLERI & MURRINI, 2010, p. 119).

“o que você acha que posso esperar? No máximo, um trabalhinho de 180 mangos durante 3 meses. Depois nada durante um tempo. Outro trabalhinho de 180, 200 mangos por um tempo. Depois nada de novo e assim sempre” (2010, p.34). Nessa situação torna-se quase impossível a esses jovens projetar, no médio e longo prazo, qualquer possibilidade de uma carreira laboral que lhes possibilitem uma inserção estável na divisão social do trabalho, sendo assim, suas ações quase que se limitam a buscar, como em uma caça cotidiana (MERKLEN, 2009), resoluções imediatas para suas necessidades básicas e urgentes. De acordo com as conclusões de Kessler,

alguns alternam entre postos precários e, quando escasseiam, perpetram ações delitivas para mais tarde voltar a trabalhar. Há quem mantém uma tarefa principal – em alguns casos o roubo; em outros, o trabalho – e realizam atividades complementares como “changa” (bico) para completar a renda; em certos casos, saem a roubar nos fins de semana com os mesmos companheiros do trabalho [...] O sistema de dupla ocupação perdura ao longo dos anos (2010, p. 35 – parênteses nossos).

As lutas cotidianas da juventude lumpemproletária nesse território é, segundo esse autor, caracterizada pela *passagem da lógica do trabalhador ao do provedor*, quer dizer, a diferença entre uma e outra lógica está na origem do dinheiro obtido; para a primeira, a origem está no trabalho “honesto”; já para a segunda, a lógica não se encontra na origem do dinheiro, mas sim na sua *utilização* para satisfazer necessidades básicas e urgentes.

Apresentamos aqui duas maneiras nas quais o lumpemproletariado bonaerense busca satisfazer seus interesses imediatos (subsídios estatais via cooptação política e a prática do delito – o que não quer dizer que se resumem a essas maneiras), no entanto, tal classe social possui também interesses históricos que para atingi-los exigem uma postura distinta da assumida por ela na busca pelos interesses imediatos. Essa outra postura aponta para a possibilidade dessa classe social contestar a sociedade que lhe reserva um lugar à margem da divisão social do trabalho, por conseguinte na pobreza, e lutar pela transformação social. Conforme já apontava Marx (e ocultava as interpretações leninistas), o lumpemproletariado pode, em determinados contextos históricos, contribuir com a luta pela transformação radical da sociedade capitalista, ao atingir, em aliança com o proletariado, o estágio das lutas autogestionárias. É sobre essa possível postura política e suas singularidades, que dedicaremos nossa análise a partir de agora.

3.1.1 – Contestação Social e Resistência Lumpemproletária

A ofensiva burguesa, expressa pela regularização neoliberal na Argentina, consolidou um quadro social aterrorizante. Esse quadro, como vimos anteriormente, foi marcado pela destruição de milhares de empregos (lumpemproletarização social), pela intensificação da exploração do trabalho, pela enorme precarização do trabalho e da vida de um número cada vez maior de pessoas, pela indignação de milhares, pela ruína da seguridade social, pelo abandono social, pela quase completa destruição dos direitos trabalhistas e do próprio trabalho estável, pelo esmagamento salarial de diversas categorias profissionais, pelo incremento da pobreza, pela gigantesca corrupção e cooptação política e entrega dos bens estatais (privatização), pelo sucateamento dos serviços privatizados e sua interrupção para diversas regiões etc. E por tudo isso, não tardou para que a violenta regularização neoliberal conhecesse, nas mais diversas regiões de todo o país, um amplo e variado movimento de contestação social, levado a cabo por distintas classes e grupos sociais, golpeados duramente por ela, e que, em determinados contextos, apresentaram níveis elevados de radicalidade política (auto-organização assembleiária, ações diretas, bloqueios de ruas e estradas etc.) e enfrentamentos duríssimos com os aparatos repressivos do estado.

O regime de acumulação integral configura uma *nova dinâmica da luta de classes* em escala mundial, possuindo especificidades próprias, tanto nos países do bloco imperialista, quanto nos países do bloco subordinado. Apesar desse regime de acumulação ser expressão da crise capitalista, ele ainda se encontra em fase de consolidação, com nítidos sinais de uma possível crise e esgotamento é verdade, mas sem experimentar, até o momento, uma contestação social total, ou seja, lutas revolucionárias.

No geral, a contestação social, entendida como uma relação social de recusa parcial ou total da sociabilidade dominante, que vem ocorrendo nesse regime de acumulação, é marcada por seu caráter espontâneo e cotidiano. Contudo, com o avançar da acumulação integral, em diversos momentos e regiões distintas, algumas das experiências de contestação social tenderam a caminhar, em um longo e contraditório percurso, na direção dos demais estágios das lutas sociais, isto é, para as lutas autônomas e embrionariamente autogestionárias, nas quais seus níveis de radicalidade se elevaram e apontaram para a possibilidade da emergência de lutas revolucionárias (VIANA, 2009). Essa tendência pode ser percebida nos movimentos de contestação social ocorridos nos EUA e Europa (Movimento Antiglobalização), no México

(experiência zapatista, Comuna de Oaxaca), na Argentina (Puebladas em diversas províncias, movimentos de desempregados autônomos e auto-organizados, ocupação e recuperação de fábricas, assembleias nos bairros etc.), nas jornadas de junho em todo o Brasil, e em vários outros países, cada qual com sua especificidade, avanços, limites e retrocessos próprios.

A contestação social à regularização neoliberal na Argentina percorreu um longo e contraditório movimento, marcado por avanços e retrocessos das lutas sociais, com períodos de enfrentamentos intensos e períodos de grandes alterações, cada vez mais profundas, nas características que passaram a adquirir a dinâmica da luta entre as classes sociais. Tais características alteradas constitui aquilo que Bonnet denomina de *modo de desenvolvimento da luta de classes* (2008), para nós uma *nova dinâmica da luta de classes*, que, nesse caso específico, diz respeito aos seus sujeitos contestadores (classe social e/ou grupo social), suas demandas, suas formas organizativas e de lutas etc. Na realidade, podemos perceber tais lutas sociais percorrendo os mesmos estágios apontados por Jensen (2014) anteriormente. Contudo, não chegaram a atingir o último estágio marcado pelas lutas autogestionárias. O que não significa uma derrota completa para o movimento de contestação social total, visto que as lutas entre as classes sociais deixam um legado cultural de suas experiências históricas que contribuem para alimentar novas práticas, abandonando velhas e moribundas ações e ferramentas, assim como para (re)forjar novas ferramentas, nas quais os meios utilizados sejam realmente adequados aos fins desejados (o fim da exploração humana representado pela instalação do modo de vida autogerido) e ganhar força nas próximas batalhas vindouras, capazes de uma vez por todas de avançar para além das fronteiras do modo de vida capitalista.

Essa nova dinâmica da luta de classes na Argentina pode ser sintetizada como um deslocamento da centralidade dos setores da força de trabalho ativa, empregada na iniciativa privada, particularmente o proletariado industrial, com suas organizações sindicais, suas demandas imediatas por melhores salários, suas greves nos locais de trabalho, pela centralidade de outras classes sociais, tais como o lumpemproletariado, e outros setores ameaçados pela lumpemproletarização, com suas demandas pela recuperação, manutenção e melhoria de postos de trabalho e suas formas mais comunitárias e territoriais de organização e luta (BONNET, 2008).

Apesar de toda repressão praticada pela ditadura burguesa aos quadros mais combativos do sindicalismo argentino, durante a segunda metade da década de 1980 e a

primeira metade da década de 1990, as lutas institucionais sindicais, no primeiro momento dos trabalhadores do setor privado e no segundo momento dos trabalhadores do setor público contra as privatizações, recuperaram a centralidade desempenhada na luta de classes na Argentina do pós-guerra:

quando as concentrações convocadas pela CGT reuniam 150 mil pessoas na Praça de Mayo e os 10% dos deputados federais estavam diretamente vinculados aos sindicatos. Contudo, a organização sindical dos trabalhadores, manteve seu peso nas lutas sociais da década de 1990. Entre 1979 e 2002, ocorreram 38 greves gerais nacionais. Um recorde interpretativo, não inocente por certo, tem feito das 13 greves gerais realizadas durante o governo radical de 1983/89, um fato de conhecimento comum: todos se recordam das “13 greves contra Alfonsín”. Muito menos se recordam das 09 greves gerais nacionais, declaradas nos anos de governo não justicialista, de 89 a 99. Em 1996 uma dessas greves reuniu a 70 mil pessoas na Praça de Mayo, no que foi considerada pelo diário *La Nación*, a segunda mais numerosa mobilização política da década. As 08 greves gerais convocadas durante o governo radical 1999/2001, e as 03 convocadas em 2002, assinalam a persistência do instrumento. Quase todas receberam, de acordo com a informação publicada pelos jornais alinhados na defesa do regime político e social vigente, com uma adesão efetiva de 50% dos trabalhadores, e em várias delas essa adesão superou 90% (CARRERA, 2007, p. 92).

Contudo, apesar do volume das lutas sindicais⁸¹, que em muitos casos expressam os interesses imediatos do proletariado que pressiona desde as bases sindicais, diversos

⁸¹ As lutas institucionais sindicais não expressam os interesses do movimento operário como querem diversos autores leninistas, tal como Carrera (2007). Pelo contrário, são expressões dos interesses de classe da burocracia sindical que, para manter a aparência de organização representativa dos trabalhadores, devem acenar para esses com suas convocatórias para diversas ações massivas, tais como marchas, greves, manifestações de rua etc., que estão intimamente sobre seu controle e de maneira alguma devem ultrapassar seus limites institucionais (capitalistas), quer dizer, não devem escapar à heterogestão dos dirigentes burocratas (o posicionamento das grandes centrais sindicais argentinas diante da regularização neoliberal comprova isso). Trata-se, no fundo, da dinâmica da luta interna entre frações da burocracia (sindical/partidária e estatal), no regime de acumulação integral. Já o movimento operário, como vimos anteriormente, deve auto-organizar suas lutas em direção à busca da superação de sua condição de classe e, conseqüentemente, de sua emancipação, fundamento da emancipação humana universal. Nesse aspecto, discordamos tanto de Bonnet (2008), quanto de Carrera (2007), quando esses apontam (de forma distinta) as lutas sindicais como parte das lutas sociais que se desencadeiam nessa nova dinâmica da luta de classes, como constituindo, em conjunto, lutas contrárias à regularização da acumulação integral. No fundo, as “lutas sindicais” que radicalizam suas ações, foram lutas levadas adiante por indivíduos que compunham as bases sindicais, muitas vezes em desacordo com a burocracia sindical dirigente e com tendência a se autonomizarem, isto é, se organizarem por fora dessa instituição burguesa chamada sindicato. Quando esse impôs alguma medida de força contrária à burocracia estatal governista foi para exercer pressão mais em nome dos seus interesses institucionais e menos em defesa dos interesses imediatos do movimento operário. A tentativa por parte de determinados autores leninistas/trotskistas de ocultar essa realidade é tamanha que alguns chegam ao ponto de afirmar, contraditoriamente, que os sindicatos constituem a “forma tradicional de auto-organização política dos trabalhadores” (BRAGA, 2015, p. 24). Resta a Ruy Braga responder como uma instituição organizada de forma hierárquica e burocrática, dividida tal como a sociedade capitalista entre dirigentes e dirigidos, fundamentada na heterogestão (alienação) política da classe trabalhadora, logo uma instituição burguesa, pode representar uma auto-organização dessa classe trabalhadora? Com qual passe de mágica Ruy Braga transforma as lutas heterogeridas (sindicais) em formas tradicionais de

teóricos apontam a ocorrência de transformações qualitativas na dinâmica da luta de classes que passa a ocorrer, principalmente, às margens da divisão social do trabalho, protagonizadas por outros sujeitos sociais (com destaque para o lumpemproletariado), com outras contestações sociais e com a recuperação de antigas formas de organização e lutas, tais como o bloqueio de estradas com piquetes, auto-organização das lutas, assembleias populares, decisões horizontais, ações diretas etc. Tais “lutas sociais, ainda que marginais, anunciavam de alguma maneira essa mudança no modo de desenvolvimento da luta de classes que aconteceria durante a segunda metade da década” (BONNET, 2008, p. 348). Para termos uma ideia dessas transformações, a greve que representa uma forma de luta fundamental e histórica, deixou de constituir 27,2% dos atos de contestação social em 1994, para em 2002 constituir apenas 4,7% desses atos (CARRERA, 2007).

A raiz da emergência dessa nova dinâmica da luta de classes se encontra nas consequências e pressões geradas pela regularização neoliberal para as diversas províncias argentinas, ao longo de toda a década de 1990 e que resultaram na transferência de diversas responsabilidades do estado nacional para a administração provincial (como a administração da educação básica) e elevados aumentos de impostos para arcar com esses custos, na diminuição expressiva do repasse para os cofres provinciais, em atrasos de vários meses nos salários do funcionalismo público, acompanhados da diminuição salarial, da precarização do trabalho, da retirada de direitos, da demissão de diversos servidores estatais⁸² (lumpemproletarização), da destruição da carreira pública e de diversos serviços sociais etc. Em resposta a tais resultados, explodiu em distintas províncias uma onda de contestação social.

El Santiagueñazo ou *Santiagazo*, como ficou conhecido a contestação social ocorrida em Santiago del Estero, no dia 16 de dezembro de 1993, representou um ponto de inflexão nas formas de contestação social e das lutas sociais predominante na

lutas políticas auto-organizadas pelos trabalhadores? Que realidade tal mágica visa ocultar? Essas são perguntas que merecem ser respondidas em um trabalho futuro.

⁸² Em diversas províncias argentinas o volume de funcionários públicos (parcela do lumpemproletariado oculta pelo subemprego estatal) elevou-se significativamente nos primeiros anos da década de 90, fruto do clientelismo político menemista que para garantir sua hegemonia deveria sair vitorioso na campanha reeleitoral de outubro de 1993 e para isso era importante garantir seus poderes provinciais, através da velha e conhecida troca latino-americana de cargos públicos por votos: “Yo te doy un puesto público y vos me das tu voto y el de tu familia”. Segundo Artese, “[...] praticamente 40% da população economicamente ativa dependia do emprego público” (2009, p. 89). O que revela a dimensão das consequências sociais derivadas dos ajustes da regularização neoliberal na Província, assim como da dimensão do conflito social instalado a partir das mesmas.

Argentina contemporânea (COTARELO, 1999; KLACHKO, 2007; DARGOLTZ, 2011). Daí por diante, diversas províncias experimentariam a contestação social da regularização neoliberal, e, em diversas delas, o lumpemproletariado exerceria um protagonismo fundamental, com elevado grau de radicalidade, em sua maneira de resistir e contestar a regularização da acumulação integral. Obviamente que as formas e ferramentas de lutas (piquetes, assembleias, representatividade horizontal e revogável, ação direta, autonomia em relação à burocracia partidária/sindical, auto-organização das ações etc.) utilizadas pelo lumpemproletariado e outros grupos e classes sociais, não representou nenhuma novidade histórica na luta de classes no capitalismo mundial e argentino, visto que tais ferramentas foram historicamente desenvolvidas e utilizadas pelo movimento operário e por outros grupos e classes sociais em diversas outras ocasiões desde o século XIX.

A principal singularidade e novidade existente nessas lutas foi o papel político exercido pelo lumpemproletariado em sua dinâmica, assim como os limites e possibilidades apresentados a essa classe durante o ciclo de lutas que emergiram na Argentina, entre os anos de 1996 e 2002. Mais adiante voltaremos a esse ponto central para nosso trabalho, ou seja, a postura política contestadora do lumpemproletariado, na nova dinâmica da luta de classes na Argentina.

Uma multiplicidade de determinações sociais históricas explicam a explosão da contestação social popular em Santiago del Estero, contudo a regularização neoliberal e suas consequências exerceram uma determinação central no seu processo de constituição, visto que piorou uma situação social que já era extremamente penosa (a gotad'água que faltava para transbordar o copo). Santiago del Estero foi a primeira sede do poder colonial hispânico na região, a “mãe das cidades”, em sua maioria, das províncias do norte argentino, o ponto de arranque da exploração espanhola. Como todo território rico no continente latino-americano, foi fonte de todo tipo de expropriação e saque de sua riqueza natural e exploração da força de trabalho local (indígena), realizada segundo os interesses da coroa hispânica e, após a “independência política”, segundo os interesses da burguesia inglesa e, em seguida, da classe dominante local e internacional⁸³. Nessa região predominou a forma de exploração capitalista típica da

⁸³ Para uma maior riqueza de informações e detalhes sobre o surgimento e desenvolvimento de Santiago del Estero até a explosão do Santiagueñazo ou Santiagazo Cf. (DARGOLTZ, 2011; COTARELO, 1999; FARINETTI, 2000).

acumulação primitiva, isto é, exploração da riqueza natural para proveito e enriquecimento externo, utilização de força de trabalho em condições análogas à escravidão, abandono social e pobreza para milhares, predomínio do poder oligárquico, tradicional e clientelista.

Diante da ameaça neoliberal de piorar ainda mais as condições de existência (lumpemproletarização, empobrecimento generalizado⁸⁴, precarização do trabalho etc.) na província, diversas categorias profissionais estatais, estudantes, aposentados e desempregados passaram a se mobilizar contra a regularização neoliberal que batia à porta de Santiago del Estero. Não apenas nessa província, mas em diversas outras, tal como La Rioja, houve mobilização para contestar o Pacto Fiscal, assinado entre a nação e as províncias, em agosto de 1993. Através desse pacto o estado nacional deixou de destinar às províncias 3 bilhões de dólares e transferiu aproximadamente um bilhão de dólares anualmente dos recursos que seriam destinados a educação, saúde, transporte etc. Segundo Dargoltz,

as províncias haviam aumentado seus gastos com pessoal em aproximadamente 65% (troca de cargos públicos por votos), mas com a inclusão da transferência de serviços da Nação para as províncias, se viram obrigadas a aumentar seus impostos próprios em 82% desde 1991. Os governadores provinciais aplicaram mais “impostos” que o Estado nacional, também com impostos ao consumo. Quer dizer, e resumindo, a única maneira de equilibrar as contas provinciais se realizava com a demissão de empregados públicos que vão forçosamente para a rua, melhor dizendo a desocupação total, a miséria, pela inexistência da atividade privada nas províncias que pudera absorver essa desocupação (DARGOLTZ, 2011, p. 116 – parênteses nossos).

Diante da pressão fiscal exercida pela regularização neoliberal, diversas outras medidas de ajustes foram aprovadas na província, que passara a constituir-se em um caldeirão prestes a entrar em ebulição. Seguindo os apontamentos de Dargoltz (2011), diversos foram os fatores que atuaram como detonadores da onda de contestação social que, literalmente, incendiou a província. Para esse autor, os detonadores da explosão social em Santiago del Estero não obedecem a uma única causa, mas sim são fruto de

⁸⁴ De acordo com as investigações do INDEC sobre a pobreza na Argentina, os lares da capital de Santiago del Estero e sua segunda maior cidade, La Banda, são compostos majoritariamente por lares pobres: “Sobre 28.873 lares, 60% desses são classificados como pobres porque não conseguem cobrir com suas rendas uma cesta básica mínima de consumo, tanto é que os 40% restante manifesta sinais de pobreza estrutural [...] Por um lado a perda do poder da renda dos ocupados e por outro, a insuficiente demanda de trabalho que gera postos subempregados, no qual constitui um fator adicional de diminuição da renda e marginalização para velhos e novos trabalhadores o que gera o aumento ou impede a redução da taxa de dependência dos lares” (INDEC, Investigação sobre a pobreza na Argentina).

um longo período histórico de exploração e opressão das classes desprivilegiadas⁸⁵ santiaguenses, mas apesar disso podem ser apontados como constituindo seus pavios: a) a tentativa de aprovação da Lei Ómnibus que propunha um ajuste marcado pela demissão de 10 mil funcionários públicos e a diminuição em 50% dos magros salários dos funcionários públicos provinciais; b) o não pagamento dos salários atrasados do funcionalismo público correspondente aos meses de setembro e outubro, mas tão somente de novembro; c) o exemplo fornecido pelo motim em La Rioja que impede a aprovação da Lei Ómnibus; d) a corrupção generalizada dos políticos provinciais; e) a gota d'água que faltava pingou com a notícia obtida por alguns grêmios municipais de que o pagamento de novembro seria efetuado com um desconto de 50%, retrocedendo aos valores de um ano atrás (DARGOLTZ, 2011).

Em resposta a essa tentativa de regularização neoliberal na província, diversas categorias profissionais estatais, tais como técnico-administrativos, funcionários da saúde, docentes e estudantes, aposentados e comerciantes se mobilizaram para defender seus interesses imediatos e contestar esse conjunto de medidas. Conforme afirma Cotarelo (1999), a Lei Ómnibus serviu para unificar as lutas dessas diversas categorias profissionais e classes sociais contra a burocracia estatal, uma vez que suas consequências afetavam de uma maneira ou de outra a todos:

desde julho de 1993 ocorrem numerosas greves, marchas, concentrações, cortes de estrada, assembleias, greves de fome e fechamento de comércios. Em várias ocasiões se realizam mobilizações conjuntas de trabalhadores estatais, estudantes, docentes e aposentados, como por exemplo, a greve com concentração em frente à legislatura no dia 11 de novembro - dia em que se discute e aprova a lei ómnibus-, na qual produzem choques nas ruas com a polícia. Logo após o "santiagazo" de dezembro de 1993 segue a luta econômico-corporativa dos trabalhadores estatais. Nos dias imediatamente posteriores, o protesto continua no interior da província. No dia 21 de dezembro, trabalhadores municipais das cidades de Termas de Río Hondo, Loreto y Fernández reclamam adiantamentos salariais. Em Termas de Río Hondo bloqueiam estradas, dispersam resíduos por diferentes ruas e atiram bombas de artifício, diante disso os comerciantes fecham seus negócios. Os manifestantes também lançam pedras contra a frente da casa do prefeito local, Carlos Nieva. Em Loreto y Fernández os trabalhadores ocupam os edifícios das respectivas municipalidades, reclamando o pagamento de quatro meses de salários atrasados. E nas cidades de Añatuya y de Frías trabalhadores docentes decidem passar a noite em frente à sede do banco provincial, também a espera que lhes paguem os salários atrasados (COTARELO, 1999, p. 12).

No dia 16 de dezembro de 1993, logo pela manhã, são realizadas várias assembleias, diversas delas convocadas por fora dos sindicatos e contra a vontade de

seus dirigentes, em inúmeras repartições estatais que, logo após organizariam uma marcha em direção à sede do governo provincial, formada por aproximadamente 04 mil médicos, enfermeiros, técnico-administrativos e laboratoriais dos hospitais públicos, operários da construção de estradas, das obras sanitárias, docentes (autoconvocados), funcionários da administração provincial e judicial. Esse conjunto de categorias profissionais e estudantes vinham se mobilizando e contestando a regularização neoliberal já há algum tempo, porém sem nenhuma demonstração de atenção por parte da burocracia estatal em relação às suas demandas. Concentrados diante da sede do governo, ainda com a presença de alguns dirigentes sindicais que, logo após os trabalhadores da Vialidad (organismo estatal responsável pela construção das estradas nacionais) queimarem uma camionete oficial, se retiram do local, ficando apenas uma dirigente da ATE (Associação de Trabalhadores do Estado) e o secretário adjunto do SMPSE (Sindicato de Vialidad) (DARGOLTZ, 2011; COTARELO, 1999).

Logo após os manifestantes impedirem o corpo de bombeiros de apagar a camionete incendiada, iniciam o confronto com a polícia que atacam indiscriminadamente os mesmos com gás lacrimogênio e balas de borracha, que eram constantemente relançadas em direção à polícia, juntamente com uma chuva de pedras, pelos manifestantes. Os estudantes, com seu histórico potencial contestador, assume a linha de frente dos enfrentamentos e iniciam o apedrejamento da sede do governo, enquanto no seu interior o ministro da casa civil e uma delegação do SMPSE se reuniam. O clima atinge níveis elevados de tensão após a polícia ser acuada pela multidão de manifestantes e passar a utilizar suas armas de fogo.

A partir desse momento, os estudantes ampliam a força de seus atos apedrejando a sede do governo. As notícias passavam a circular ao vivo nas redes televisivas locais e nacionais, o que estimulou milhares de pessoas a irem para o local e fortalecer o enfrentamento contra os aparatos repressivos, que após uma dura resistência estudantil, se viram atropelados pela quantidade de pessoas e obrigados a retrocederem, enquanto os manifestantes avançavam.

Por volta do meio dia, quando a sede do governo já se encontrava desguarnecida, dois pneus inflamados foram lançados na porta de madeira do prédio. Enquanto suas portas começam a arder em chamas, os manifestantes iniciam o saque do edifício aos gritos de “ladrões, corruptos” e em minutos o interior do prédio é incendiado. Alguns dos seus móveis arrastados até a rua e transformados em uma grande fogueira e diversos

outros equipamentos como computadores, ventiladores etc. são lançados pela janela. Grupos de manifestantes se dirigem à outros prédios públicos (legislatura, palácio da justiça etc.) considerados “símbolos de um poder corrupto”, assim como para a residência de diversos burocratas estatais (governador, deputados, senadores), principalmente a daqueles acusados de corrupção e outros crimes, que passam a serem incendiadas e saqueadas também.

Os alvos eleitos não são arbitrários: se trata da residência daqueles que impulsionaram a sanção da “lei omnibus”, que estão acusados de atos de corrupção ou que são considerados responsáveis pela política econômica aplicada na província nos anos anteriores [...] O objetivo que perseguem os “saqueadores” é o de se apropriar de tudo o que encontram, e em particular os objetos de luxo, assim como destruir e danificar a casas. Em grande medida, se trata, além do mero saque, de atos de vingança e ódio, que são festejados com aplausos pelos participantes e espectadores das ações (COTARELO, 1999, p. 20).

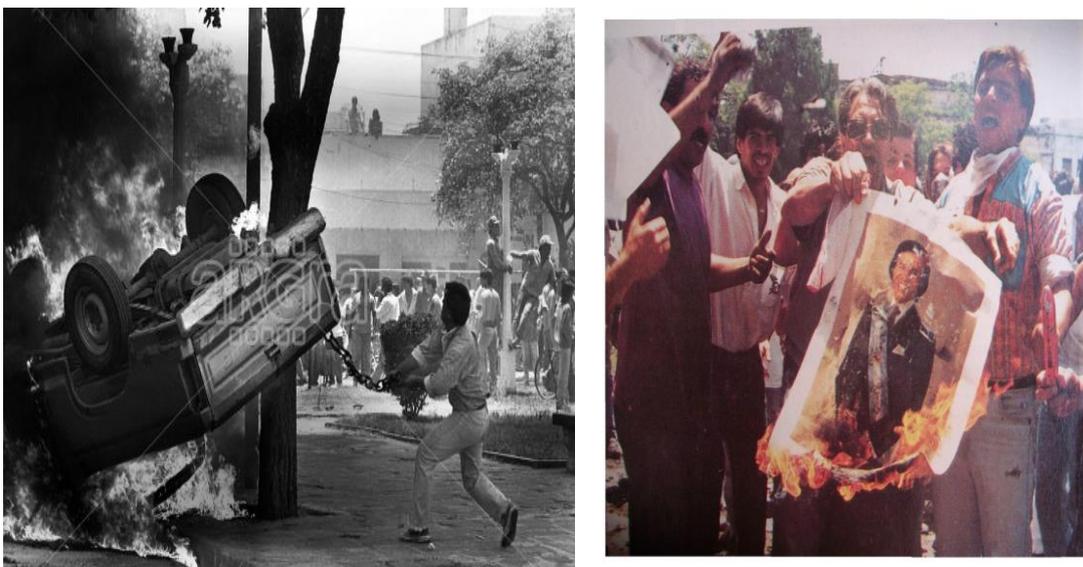


Figura 04: Imagens do *Santiagoazo*. Santiago del Estero, 16 de dezembro de 1993.

Com a situação fugindo do controle dos aparatos repressivos locais, a contestação social incendiária e os saques se expandido para algumas cidades do interior, a burocracia estatal provincial, em nome dos interesses burgueses de garantir a estabilidade social, é obrigada a recorrer à força nacional militar: a Polícia Federal e a Gendarmeria⁸⁶. Essa última instituição militar equivale a uma polícia especial

⁸⁶ A Gendarmería equivale a uma força militar desenvolvida originalmente para atuar na proteção das regiões fronteiriças argentinas e em tempos de guerra integra uma das forças militares terrestres. Porém, após a eclosão dos movimentos de contestação social, emergidos no final da década de 1990 foi utilizada constantemente e especialmente no combate à ocupação de fábricas e corte de ruas e estradas

desenvolvida originalmente para atuar nas regiões de fronteira argentina, mas que após a eclosão das lutas sociais radicalizadas no final da década de 1990 foi utilizada constantemente e especialmente no combate à ocupação de fábricas e corte de estradas e ruas praticado pelo movimento operário e pelos movimentos piqueteiros. A mesma foi responsável por diversos casos de fuzilamento (*gatillo fácil*) de contestadores sociais, em toda a Argentina. A partir da regularização neoliberal, equivaleria a uma das principais forças repressivas contra a contestação social, na nova dinâmica da luta de classes na Argentina:

desde início dos anos 90, o endurecimento do contexto repressivo tornou-se visível no aumento do aparelhamento das diferentes forças (polícia federal, provincial, gendarmeria nacional, prefectura). O exemplo mais eloquente é o da gendarmeria nacional, que passou do cuidado das fronteiras, ao controle e repressão dos conflitos sociais provinciais, desde 1993 em diante. A partir de 1994, a violência de Estado se concretizou em fortes situações de repressão que se traduziram no assassinato de manifestantes, no marco de protestos multisetoriais, de mobilizações de desempregados (bloqueio de estradas) e de levantamentos insurreccionais (puebladas) [...] (SVAMPA e PANDOLFI, 2004, p. 02).

Conforme aponta Klachko (2007), o Santiagazo representou uma resposta espontânea de diversos grupos e classes sociais (principalmente as precarizadas e lumpemproletarizadas), com elevado grau de descontentamento social e um nível organizativo bastante incipiente, momentâneo e passageiro, contra os verdadeiros responsáveis por essas medidas regularizadoras da opressão, exploração e miséria. Sem dúvida alguma, tratou-se do mais importante episódio de enfrentamento social da primeira metade dessa década. E apesar do seu caráter espontâneo e transitório, essa contestação já continha, de forma embrionária, uma diversidade de elementos que reapareceriam, com maior nível de organização e sistematicidade, em diversos outros episódios de contestação e enfrentamento social, emergidos na década de 1990 na Argentina (ARTESE, 2009). Tais elementos caracterizariam a nova dinâmica da luta de classes a partir dessa década.

Na nova dinâmica da luta de classes, diversos grupos e classes sociais (burguesia comunicacional, intelectualidade e burocracia, por exemplo) compunham um *bloco dominante* responsável, nesse contexto de radicalização da luta de classes, por reprimir as classes sociais que, em nome dos seus interesses imediatos, passavam a contestar duramente a regularização neoliberal e seus efeitos.

praticado pelo movimento operário e pelos movimentos piqueteiros. A mesma foi responsável por diversos casos de *gatillo fácil* contra militantes sociais em toda a Argentina.

Aqui é importante reservarmos um espaço para a discussão sobre o conceito de *bloco dominante*, visto que daqui para frente ele será utilizado com frequência, buscando expressar a complexidade que envolveu a dinâmica da luta de classes na Argentina contemporânea. O conceito de *bloco dominante* remete ao conceito mais amplo de *blocos sociais*⁸⁷, no qual o primeiro compõe um dos três blocos existentes (bloco dominante, bloco reformista, bloco revolucionário). O mérito da utilização do conceito de *blocos sociais* é que ele possibilita a compreensão da complexidade que envolve a dinâmica da luta de classes na contemporaneidade, evitando cair em uma análise dicotômica e abstrata que reduz a luta de classes apenas às suas classes fundamentais (burguesia e proletariado) no capitalismo. A análise sobre essas classes é de suma importância, pois aponta para a questão essencial da sociedade, o modo de produção, no entanto, reduzi-la ao aspecto essencial tem o demérito de deixar de lado a complexidade que envolve a dinâmica da luta de classes em sua totalidade. Além disso, essa análise dicotômica contribuir para deformações que confundem lutas secundárias com lutas fundamentais e vice-versa.

O conceito de blocos sociais não se confunde com o de classes sociais, visto que um bloco social reúne classes sociais que, no entanto, podem estar dispersas em mais de um deles, assim como algumas subdivisões das classes sociais. Os blocos sociais expressam

determinadas formas assumidas por uma constelação de forças que expressam o interesse de uma ou outra classe social, girando em torno das duas classes sociais fundamentais. Porém, não se trata de classes sociais concretamente, muito menos de sua totalidade. Os blocos sociais são as formas mais organizadas e conscientes expressas pelas classes sociais que estabelecem estratégias, programas, ideologias, que direcionam suas ações de acordo com os seus interesses. Assim, os blocos sociais estão indissolivelmente ligados às classes sociais, mas eles não são a mesma coisa. A diferença entre classe social e bloco social reside no fato de que o primeiro expressa a classe em sua totalidade e ação espontânea e o bloco expressa seus setores mais organizados e conscientes, bem como a classe é uma unidade e o bloco é a reunião de mais de uma classe (e contando com suas subdivisões), realizando uma coalização de forças. É por isso que o termo é “bloco”, pois é a reunião de um conjunto de forças que expressam de forma organizada e consciente determinadas classes sociais. (VIANA, 2015c, p. 08-09).

Acompanhando essa compreensão, entende-se que os blocos sociais são comandados pelos interesses de classes, pois seu fundamento são as classes sociais em suas divisões e subdivisões, geralmente na forma de classe determinada, e composto pelas forças sociais mais ativas dessas divisões e subdivisões, que, no entanto, se

⁸⁷ Para uma síntese mais detalhada do conceito de blocos sociais Cf. (VIANA, 2015

encontram submetidos à hegemonia burguesa, seus valores, perspectivas etc. A única exceção é o bloco revolucionário que não se submete à hegemonia burguesa porque parte da perspectiva proletária, propondo a revolução social e abolição de todas as classes sociais, inclusive o proletariado.

O bloco dominante tem na classe burguesa sua força dominante, uma vez que tal classe é detentora do poder financeiro, apropriadora e controladora do capital, inclusive do comunicacional, além de ter no aparato estatal uma associação que garante seus interesses de classe etc. A burguesia é a única classe autodeterminada da sociedade capitalista e, portanto garante a reprodução das relações de produção capitalistas e as melhores formas para torna-las regulares através das instituições burguesas, do capital comunicacional etc. Porém, como já vimos nesse trabalho, a burguesia desde o século XIX contou com o auxílio de outras classes sociais e suas frações, as classes auxiliares, especialmente a burocracia e a intelectualidade. Desde então, essas classes, em suas divisões e subdivisões, compõe o bloco dominante e elaboram as estratégias mais adequadas à reprodução do capitalismo em sua totalidade, e que será vigente em cada regime de acumulação específico:

essa estratégia, fundada em necessidades e tarefas voltadas para garantir a reprodução ampliada do capital, se materializa em ideologias, doutrinas, concepções, políticas estatais. A burguesia tem um papel fundamental nesse processo através das empresas e fundações. A elaboração da estratégia capitalista nasce e se torna hegemônica graças às empresas capitalistas que financiam pesquisas, imprensa, etc., graças ao capital educacional (indo do ensino superior, de onde brotam algumas ideologias e concepções, ao inferior, onde elas são reproduzidas, divulgadas, vulgarizadas, etc.), ao capital comunicacional (que incentiva e reproduz, divulga, vulgariza, etc., determinadas ideologias, concepções, etc.), ao aparato estatal, com os seus aparatos particulares (educacional e comunicacional, que executam o mesmo processo que suas versões privadas), fundações internacionais e nacionais, os partidos políticos (que realizam produção e reprodução cultural, bem como promovem divulgação e vulgarização e divulgação das mesmas) entre inúmeras outras instituições (VIANA, 2015c, p. 13-14).

Agora que apresentamos o conceito de blocos sociais que fundamenta nossa investigação, já podemos voltar para nosso caso concreto. Uma das principais ações do bloco dominante na Argentina, e que compõe o objetivo central dessa investigação, foi a utilização do capital comunicacional (jornais impressos) pela burocracia (estatal, partidária e sindical) e outras classes auxiliares (intelectualidade etc.) para melhor enfrentar e enfraquecer o movimento de contestação social, fundamentalmente aqueles com posturas políticas mais radicalizadas. Tais práticas podem ser percebidas já nos primeiros episódios desse ciclo de contestação social, tal como o Santiago.

Em um contexto de acirramento da luta de classes o capital comunicacional, como parte constituinte do bloco dominante, age com o propósito fundamental de tornar ilegítima a contestação social, apresentando os contestadores de maneira estereotipada, estigmatizada e, em diversas ocasiões, como um inimigo (imaginário) que ameaça toda a ordem social (fetichizada). Ao tornar ilegítimas as ações de contestação social e traçar um perfil perigoso (delinquente, subversivo, duros, violentos etc.) do sujeito contestador, tal bloco dominante visava convalidar a carga violenta de repressão que seria lançada contra o movimento de contestação social.

Outro propósito do bloco dominante foi o de ocultar as verdadeiras razões e motivações da contestação social, assim como a violência brutal dos aparelhos repressivos estatais, que em diversas ocasiões fuzilaram inúmeros manifestantes (e os discursos jornalísticos “ocultavam”, geralmente atribuindo a responsabilidade pelas mortes aos próprios contestadores). Por essa razão, a associação da contestação social com a subversão, a guerrilha, o terrorismo etc. foi uma constante desde o terrorismo de estado, representado pela última ditadura burguesa e, devido à radicalização da luta de classes no capitalismo neoliberal, regressou com força já nos primeiros movimentos de contestação social, massivos e espontâneos, que emergem na década de 1990.

Em diversas ocasiões Menem, assim como uma diversidade de outros burocratas, utilizaram o capital comunicacional para deslegitimar e ameaçar o movimento de contestação social, assim como para promover a construção de um inimigo imaginário em torno das ações mais radicalizadas. Logo após a explosão do Santiagazo, e em diversas outras ocasiões, Menem havia dito:

os argentinos, a partir da atitude dos que não puderam em outras épocas, através da subversão, torcer a vontade do povo argentino, não podemos tolerar que agora, por outros meios que incitam a violência, se procure quebrar essa Argentina de desenvolvimento, crescimento, paz e justiça [...] Eu me pergunto se isso é produto de nossos irmãos ou de agitadores profissionais que são os que incitam a violência” (Clarín, 18 e 19/12, Página 12, 22/12/93). Diante dos enfrentamentos desatados em duas paralizações e marchas dos trabalhadores públicos de Jujuy em 1995, Menem acusou de subversivo a C. Santillán, dirigente do sindicato dos municipais (SEOM), nos seguintes termos: “Enquanto Santillán estiver nessa região sempre haverá problemas” porque “um marxista não pode viver no âmbito da democracia porque não é democrático” (Clarín, 22/03; La Nación, 23 e 25/03/95). “Um marxista e provocador de violência”, precisaria mais tarde (Clarín, 01/12/95) [...] (BONNET, 2008, p. 257-258).

Essa constitui, ainda hoje, uma das estratégias fundamentais do bloco dominante para combater, deslegitimar e criminalizar a contestação social, presente ao longo de todo o ciclo de luta de classes que marcaram essa nova dinâmica. Portanto, avancemos

na direção de outros episódios centrais da luta de classes na Argentina, para melhor visualizar a emergência de diversos movimentos de contestação social, essencialmente aqueles nos quais o lumpemproletariado exerceu uma centralidade fundamental, assim como para melhor perceber as estratégias do bloco dominante em torno da construção de discursos jornalísticos ideológicos⁸⁸, que apontam para a transformação dos legítimos contestadores sociais em inimigos imaginários (subversivos, violentos, guerrilheiros, comunistas, delinquentes, terroristas etc.) da sociedade, justificando assim o grau elevadíssimo da violência repressiva estatal.

3.1.2 - Cutral-Có e Plaza Huicul (1996-1997) - Violentos, Delinquentes e Subversivos

A emergência de um tardio, porém robusto, movimento de contestação à regularização neoliberal, nas cidades petroleiras de Cutral-Có e Plaza Huicul, província de Neuquén (junho de 1996, reemergido em abril de 1997), representou um significativo avanço na capacidade organizativa dos grupos e classes sociais que se movimentaram para impedir e/ou reverter as medidas de ajustes aprovadas para a região. Em seu trabalho, realizado no interior do PIMSA, *Las formas de organización emergentes del ciclo de la rebelión popular de los '90 en la Argentina* (2007), Paula Klachko apresenta algumas das principais características desse movimento de contestação social. Segundo a autora, as cidades de Cutral-Có, Plaza Huicul, foram *tomadas* por esse movimento que, posteriormente, denominou-se de *Movimento Piqueteiro*. Segundo a autora, esse expressou uma

organização mais complexa e sistemática para manter os piquetes de bloqueio de estradas que sustentam a ocupação das cidades por vários dias e para resistir à Gendarmeria, mas prevalece a prática espontânea, já que se dilui quando conclui os enfrentamentos; Realização de assembleias populares diárias; Participação massiva e socialmente heterogênea nas assembleias; Emerge a personificação de “piqueteros” primeiro e “fogoneros” depois, os que representam maior disposição à luta; Organização assembleiaria, horizontal, prática democrática que acarreta a desinstitucionalização; Delegados revogáveis das assembleias por piquetes para a coordenação entre eles e para a negociação com os governos (os delegados devem consultar as assembleias sob o que foi negociado antes de assinar os acordos) [...] (KLACHKO, 2007, p. 159-160).

⁸⁸ Como já foi dito, os discursos jornalísticos são ideológicos, pois se fundamentam em fragmentos de ideologia, baseados em representações que naturalizam a sociedade existente e a apresenta como a única, desejável e melhor possível. Dessa maneira, aqueles que atentam contra a manutenção dessa sociabilidade é encarado como um inimigo (imaginário e estereotipado) do bem comum e, portanto, sua repressão, mesmo que contendo níveis elevadíssimos de violência e execuções, se justificam. Como fragmento de uma ideologia, tais discursos expressam uma visão invertida da realidade.

Como é possível perceber, o movimento piqueteiro emergido na província de Neuquén, recupera uma série de ações e ferramentas radicais, próprias do movimento operário, tais como piquetes, assembleias diárias, ações diretas, auto-organização /organização horizontal, decisões coletivas, revogabilidade da representação etc., que tendem a caminhar de forma autônoma e com certo grau de desinstitucionalização das lutas. É necessário entendermos como esse movimento se desenvolveu, qual a particularidade da região na qual ele emerge, que razões explicam a emergência de sua radicalidade, que dinâmica adquiriu seus enfrentamentos etc. Para isso é imprescindível recuperarmos um pouco da história da região na qual ele insurge.

A origem da Província de Neuquén está íntima e exclusivamente ligada ao intervencionismo estatal na região que, logo após o extermínio da população indígena local, através da “Campanha do Deserto”, se encarregou de criar as melhores condições para o início da ocupação da Patagônia, visto que os latifundiários agropecuaristas não manifestavam interesse em fazê-lo, nem tampouco contribuir com o projeto de ocupação territorial. Portanto, os Territórios Nacionais nasceram mediante o saque violento dos territórios indígenas, constituindo-se em entidades jurídicas distintas das províncias, nas quais sua administração territorial era exercida pelo governo central, com o propósito de promover a organização econômica-social e demográfica adequada para seu processo de provincialização (BUCCIARELLI, 1999).

Desde a incorporação (massacre genocida) desses territórios ao estado nacional, entre o final do século XIX, até a primeira metade do século XX, a economia local se baseava na pecuária e na agricultura em menor medida. Somente a partir da década de 1960 e, principalmente a partir de 1980, é que a província passará a se destacar como polo produtor de energia: petróleo, gás e eletricidade. A estrutura econômico-administrativa aí instalada fundamentou-se no crescimento extraordinário dos serviços em geral e do funcionalismo estatal. O setor de comércio e de serviços privados era responsável por aproximadamente um terço da ocupação da força de trabalho, em conjunto com os funcionários públicos, somavam dois terços os trabalhadores que estão ocupados no setor terciário da economia (comércio, administração pública, transportes, finanças, saúde, educação etc.).

Conforme aponta Bonifacio (2011), a província de Neuquén foi marcada por duas modalidades de regularização estatal, em períodos distintos: a) a regularização

integracionista⁸⁹ (estado integracionista – 1960/1980) e b) a regularização neoliberal (estado neoliberal – 1990/dias atuais). Segundo esse autor,

essas formas de intervenção estatal na economia foram acompanhadas por diferentes lógicas de intervenção social. Na primeira etapa, a intervenção estatal se aproxima ao denominado Estado de Bem-Estar. Em uma sociedade dinâmica que cresce com as contribuições das migrações nacionais e estrangeiras, o Estado favorece a integração social mediante constante oferta de trabalho e a cobertura da infraestrutura social: saúde, educação, habitação e ação social. Na segunda etapa a intervenção estatal adquire um forte conteúdo neoliberal cujo resultado foi a formação de uma sociedade polarizada, caracterizada por um processo de desintegração crescente, com altos níveis de conflitividade social. Durante as duas etapas o Estado foi conformando sólidas redes clientelares para garantir o controle político dos setores subalternos, através de diversas estratégias de intervenção territorial (BONIFACIO, 2011, p. 66).

Durante o período de regularização interventora, o estado nacional encarou sua determinação fundamental de regularizar as relações de produção (e reprodução) capitalistas que, em um contexto de capitalismo subordinado, no qual inexistia uma burguesia com autonomia suficiente para incitar o processo de acumulação por conta própria, o estado se apresenta como o único com capacidade de impulsionar o desenvolvimento capitalista com suas singularidades regionais: “o fato decisivo é a inexistência de uma burguesia local importante, com bases de acumulação independentes do Estado [...] é sintomático que o grosso dos mais importantes empresários provinciais seja seus provedores ou empreiteiros. O setor produtivo da economia é raquítico” (PETRUCCELLI, 2005, p. 17). As duas exceções são compostas pelo setor energético, uma atividade mais extrativa do que produtiva, e a indústria de construção que se desenvolveu à sombra das obras estatais.

Essas peculiaridades em muito se deve à correlação de forças políticas existentes na província desde os anos 60, marcadas pelo monopólio político do *Movimento Popular Neuquino* (MPN), que reinou absoluto ao longo de quatro décadas, estando intimamente ligado à estrutura econômica provincial e exercendo um papel preponderante no seu interior. Como resultado das intervenções estatais no setor produtivo local, consolidou-se uma economia fundamentalmente caracterizada pela especialidade nas atividades de extração de petróleo, gás e eletricidade. Essa economia especializada possibilitou a emergência de uma burguesia comercial local que se

⁸⁹ A regularização interventora equivale à forma estatal própria do regime de acumulação antecessor do regime de acumulação integral. No entanto, ainda nos falta a realização de um estudo aprofundado sobre tal regime de acumulação na Argentina, trabalho que pretendemos realizar em estudos posteriores.

fortaleceu amparada pela intervenção estatal. Nesse sentido, exercer o controle sobre as decisões do estado tornou-se decisiva para essa classe social e, por essa razão, a burguesia neuquina está composta por indivíduos diretamente vinculados com a burocracia estatal e com a burocracia partidária do MPN. Na verdade, “em Neuquén os políticos são empresários e os empresários são políticos” (PETRUCCELLI, 2005, p. 18).

As classes sociais que se enriqueceram e prosperaram sob o amparo do estado nacional foram os responsáveis por fundar, no ano de 1962, o MPN. A partir de 1963, com a eleição de Felipe Sapag a governador da Província, dá-se início ao processo de constituição do estado, formação de uma burocracia estatal composta por técnicos-administrativos especializados e influenciados pelas ideias dominantes da época, em torno do modelo de industrialização predominante na América Latina. Em tal modelo, era o estado nacional quem exclusivamente financiava todas as atividades de grande envergadura, tais como a extração de hidrocarbonetos, construção de grandes obras de infraestrutura, que possibilitariam o crescimento econômico provincial. A nascente burocracia estatal, de origem burguesa, soube muito bem utilizar as redes mercantis, clientelistas e de parentesco para garantir o apoio político de diversas classes sociais e, também, a subordinação das classes subalternas. Nesse sentido,

a riqueza estatal permitia gerar um ampla rede de obras, serviços e empregos públicos, que beneficiava tanto os assalariados e os pequenos produtores, como aos empresários que acessava as licitações ou eram beneficiados com prêmios diretos de legalidade duvidosa, porém absolutamente habituais. As sucessivas ondas de trabalhadores imigrantes que chegavam a Neuquén tinham poucos motivos para estarem em desacordo com a província que lhes “brindava” oportunidades laborais, salariais, educativas, habitacionais e de saúde com as quais, em muitos casos, não poderiam nem sequer sonhar em seus lugares de origem. Esses tangíveis benefícios eram a base material de uma forte identificação simbólica e emotiva com a Neuquén e seu partido, que redundava e ainda redundava na supremacia indisputada do MPM. Ao longo desses anos o partido do governo – quase quase um partido-Estado, como gosta de dizer meu amigo Silvio Winderbaum – tem tecido uma frondosa rede de clientelismo político, que se estende não apenas entre as classes assalariadas, senão que também inclui a muitos produtores, formalmente autônomos, mas que de fato dependem do Estado (PETRUCCELLI, 2005, p. 18-19).

Demonstração clara do monopólio político absoluto do MPN em Neuquén é fornecida pelo fato de que as grandes disputas partidárias na província equivalem a disputas intrapartidárias. Tal monopólio, em parte, se deve a existência de uma oposição política fragmentada e dividida entre os dois maiores partidos políticos nacionais, a *União Cívica Nacional* (UCR) e o *Partido Justicialista* (PJ). Apesar dos discursos

federalistas e suas constantes críticas ao estado nacional, o MPN sempre foi um partido “oficialista”. Governe quem governe o estado nacional (peronistas, radicais, militares), o MPN sempre oferta apoio político, direta ou indiretamente, aos governos nacionais em troca de benefícios. É importante perceber que o MPN soube capitalizar muito bem as benesses políticas, oriundas principalmente da adesão das classes exploradas, ao seu discurso federalista, pois

este componente ideológico possibilitou exitosamente a remissão do conflito de classe à relação entre a província e o poder centralizado de Buenos Aires. Este tipo de federalismo constituiu-se no princípio ideológico articulador, mediante o qual as classes dominantes na província lograram capturar com êxito as orientações dos setores populares, inscrevendo assim seus interesses em termos de “interesse geral provincial”. Dessa forma, se reduziu o potencial antagônico das classes subalternas aos setores dominantes (PALERMO apud BONIFACIO, 2011, p. 71).

Ademais, o estado neuquino usufruía de uma importante autonomia financeira, proveniente, fundamentalmente, dos royalties do petróleo, mas também da exploração de gás e eletricidade e da arrecadação provincial, que juntas equivaliam a mais da metade das receitas da província. Através do *Regime de Coparticipação Federal dos Impostos*, das receitas provinciais e dos royalties, a província conseguia cobrir seus gastos operacionais, ficando livre de quaisquer riscos que o corte nos envios discricionários federais pudessem representar, fato que facilmente seria aproveitado pela oposição ligada ao governo central. Tal autonomia deixava os governos provinciais em uma situação favorável para negociar com o estado nacional, visto que esse “não podia afogá-los, e o apoio às políticas do oficialismo em escala nacional sempre era em troca de contrapartidas materiais” (PETRUCCELLI, 2005, p. 20).

Outra determinação importante que auxilia nossa compreensão sobre a emergência de um movimento de contestação social (movimento piqueteiro) na província, remete a existência prévia de uma cultura contestadora na região. Desde a década de 1960 passava a existir na província, essencialmente na sua capital Neuquén, uma cultura contestadora que, por mais que fosse marginal, era bastante ativa e numerosa. Tal cultura contestadora não era homogênea, nem tão pouco se inspirava em uma única fonte político-teórica (ou ideológica no sentido marxista), no entanto, compartilhavam de muitos valores e práticas sociais: desejo por igualdade, um genérico anti-imperialismo, uma visão positiva da contestação e militância social, uma concepção crítica em relação à sociedade, uma organização e mobilização coletiva cotidiana, a preocupação com os direitos humanos (herança da última ditadura burguesa), uma

postura opositora ao MPN e certo nível de consciência de classe (PETRUCCELLI, 2005). Bonifacio sintetiza a existência dessa cultura contestadora (denominada por ele de contracultura do protesto) da seguinte maneira:

uma história que combina processos políticos e lutas coletivas contribuíram na formação desta contracultura do protesto: a) as greves dos operários da construção nas grandes hidrelétricas, b) a migração de chilenos (sob posse de uma cultura contestadora) logo após o golpe militar de 1973, c) o papel da igreja neuquina durante a última ditadura militar (catolicismo progressista militante), d) o papel da Universidade Nacional de Comahue (movimento estudantil combativo) e e) a própria cultura que se recria nas constantes lutas sociais. Esses processos remontam a uma história de mais de três décadas, foram interiorizados por sujeitos que tem uma disposição a perceber, valorizar, sentir, pensar e atuar no marco de uma cultura militante e combativa [...] (2011, p. 88 – parênteses nossos).

A chegada da regularização neoliberal promoveria alterações drásticas na paisagem social neuquina. De uma província notada, em meados dos anos 70, pelo desenvolvimento econômico, se tornaria, nos anos 90, em uma ilha de desemprego e precarização laboral, mas também de resistência ao neoliberalismo, marcada pela emergência de um arrojado movimento de contestação social, responsável por árduos enfrentamentos contra o processo de regularização da acumulação integral. Nascia aqui o Movimento Piqueteiro.

A fase de regularização neoliberal, iniciada na segunda metade da década de 1980, promove uma acentuada redução das receitas públicas, através da diminuição do pagamento dos royalties dos setores energéticos, levando a província a realizar ajustes e readequar as contas públicas. No ano de 1991, com a consolidação do processo de privatização das empresas estatais, a forma de intervenção do estado e sua relação com as empresas, assim como as relações sociais em conjunto, alteraram significativamente.

É importante destacar que nessa província desenvolveu-se aquilo que Carrera, Podestá e Cotarelo (1999) denominam de *capitalismo de estado en enclaves*, isto é, caracterizado por uma atividade da grande indústria, com características singulares, típicas da atividade extrativista energética, tais como a pequena quantidade de parques industriais, com elevada ocupação do proletariado na indústria petroleira, construção, eletricidade, gás e água, nas quais o estado é o proprietário dos meios de produção. Porém, com a regularização neoliberal, tais empresas se privatizam e tornam-se poucos grandes complexos oligopólicos extrativistas internacionais.

Conforme aponta diversos estudiosos do tema, a empresa *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), maior empresa produtiva-extrativista da Argentina, modelo

de empresa estatal petrolífera para toda a região, constituía um *verdadero estado dentro do estado*, no qual o conjunto da vida social estruturava-se, direta ou indiretamente, em torno de suas atividades (SVAMPA E PEREYRA, 2009; ARTESE, 2009). Seguindo Svampa e Pereyra (2009), o modelo de desenvolvimento social, instituído pela empresa, era expressão máxima do estado social interventor argentino, no que se refere à garantia dos direitos sociais em geral. Os trabalhadores da YPF eram os trabalhadores mais bem remunerados pelo estado e pertencer ou não pertencer a YPF marcava fronteiras sociais nítidas no interior dessa sociedade. Assim como as relações sociais internas eram também caracterizadas por uma alta hierarquia entre os diferentes setores que a compunham.

Ao longo de todo o século XX a exploração petrolífera estatal conviveu com a exploração privada, em um quadro de grande instabilidade nos quadros regulatórios dessa indústria extrativa. Em diversos governos houve reformas que regularizavam a participação de capitais privados nas atividades de exploração e comercialização do petróleo, de acordo com o sistema de *concessões mineiras*. Tais concessões eram suspensas e retornavam segundo as políticas estatais nacionais, no entanto,

logo após o golpe de estado militar, uma nova mudança na orientação petrolífera indicaria uma política mais firme em direção a abertura para a exploração privada. Não é casual, aliás, que o endividamento externo e o agravamento da situação financeira da empresa se deram durante o período da ditadura militar. Assim, até o final do Processo de Reorganização Nacional e início do regime democrático, as constantes desvalorizações do peso levaram as empresas privadas a desenvolverem uma forte política de pressão para a renegociação dos contratos (Gadano, 1998). A isso tem que somar a política de “subsídio” que YPF se permitia desenvolver para com outras do Estado, que não pagavam seus consumos. Assim, a setenta anos de sua criação, a empresa que havia sido o “modelo de indústria petrolífera estatal” na América Latina, se encontrava distante da *performance* de seus pares mexicano e venezuelano, pois, paradoxalmente, em lugar de representar uma fonte de divisas para o Estado, havia se constituído em uma empresa onerosa, na qual havia que assistir financeiramente. Nesse contexto, exacerbado pelo discurso neoliberal do governo Menem, se prepara e se dispõe primeiro à privatização, logo após a reestruturação e, por último, a reorganização laboral da YPF (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 106-107).

Desde 1989 o processo de privatização da YPF vinha sendo instrumentado por decretos (1.055, 1.212 e 1.589) que determinavam a transferência de vastas áreas de extração para a iniciativa privada. Em 1992, com a nova Lei de Hidrocarbonetos (21.145), transferia-se para as províncias a posse sobre os hidrocarbonetos e, ao mesmo tempo, declarava a YPF sujeita à privatização integral. No primeiro momento, buscou-se vender suas ações de forma fragmentada, com o intuito de não deixar nas mãos de

um único operador internacional, no entanto a partir de 1999 a YPF convertia-se em propriedade da empresa espanhola Repsol.

Sua privatização promoveu uma verdadeira devastação social para a província de Neuquén e outras províncias petrolíferas. A consequência imediata do processo de reestruturação produtiva e, logo após a privatização da YPF, foi a intensa lumpemproletarização social ocorrida na região de Cutral-Có e Plaza Huincul. Para termos uma ideia da intensidade desse processo, basta resgatarmos alguns números. Em 1990 a empresa possuía 50 mil funcionários, depois da privatização, foram demitidos 44.400 trabalhadores. O número de demissões entre 1990 e 1997 foram os seguintes: Província de Salta – 3.400; Província de Neuquén – 5.000; Região da Bacia Austral – 1.660; em Comodoro Rivadavia – 4.402; Santa Fé – 1.777. Juntamente com a lumpemproletarização, a privatização trouxe as formas de valorização do regime de acumulação integral e sua intensificação do trabalho, a precarização dos contratos e consequentemente do trabalho, a redução do pagamento de horas-extras etc. daqueles que permaneceram empregados (ROFMAN, 1999).

A política de reestruturação (demissão) da YPF foi marcada pela existência de duas modalidades: retiros voluntários e licenciamentos. Parte expressiva das indenizações recebidas pelos demitidos foi utilizada para aquisição de pequenos empreendimentos comerciais individuais (lojas e remisería – tipo de serviço parecido com o taxi) ou para a aquisição de bens (automóvel, residência etc.). Passado alguns anos, boa parte de tais empreendimentos faliram, seus bens foram vendidos e a lumpemproletarização se expandiu. Um exemplo nítido de como esse processo ocorreu, pode ser fornecido pela experiência dos ex-trabalhadores da YPF.

Com o intuito de levar à cabo a enorme quantidade de demissões na YPF e, ao mesmo tempo, mascarar a lumpemproletarização e controlar o nível de conflitividade social que nasceria dela, o estado procurou, juntamente com a empresa privatizada e com a conivência do principal sindicato do setor petrolífero (SUPE), impulsionar a criação de pequenas empresas prestadoras de serviços, formadas pelos seus ex-trabalhadores, e de acordo com a área em que trabalhava, através do repasse de maquinarias e outros bens como parte das indenizações por demissão. No primeiro momento, essas pequenas e médias empresas alavancaram com a assinatura de contratos de serviços de 18 a 24 meses. Passado esse momento, tais empresas começaram a ter enormes dificuldades para renovar os contratos visto que a Repsol

continuou multiplicando suas exigências. Reclamando bonificações, subdividindo os contratos por zonas; em suma, fixando tarifas a níveis de custo tais que para muitos se tornou impossível manter os empreendimentos. Em segundo lugar tem que agregar que a maior parte dos equipamentos vendidos pela YPF era obsoleta. Em pouco tempo, as dificuldades de renovação tecnológica coincidiram com o aumento das exigências tecnológicas da empresa. Por último, as contratadas deviam competir com as outras empresas de serviços de alta *performance* e acostumadas às regras do mercado [...] Por conta da ausência de uma verdadeira política de recursos humanos, muitas das empresas naufragaram muito cedo, atravessadas por dificuldades ligadas ao reconhecimento da autoridade, a tomada de decisões, a escassa capacidade negociadora, a impossibilidade de obter contratos por incumprimento das obrigações impositivas, a carência de prédio próprio e impossibilidade de acesso a créditos por falta de garantias de penhor e hipotecárias; por último, a problemas associados ao elevado nível de endividamento (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 109).

Somadas à intensidade da lumpemproletarização, em consequência da privatização da YPF, outras determinações contribuíram para a emergência de uma forte contestação social na região. Referimos-nos fundamentalmente às lutas internas no MPN e a consequente decisão da burocracia provincial de cancelar um contrato realizado pelo governo anterior, com a empresa canadense *Agrium* que se instalaria na região. Tal instalação era encarada pela população local como prováveis condições de desenvolvimento e oferta de trabalho. Outra determinação foi fornecida pela greve docente que contestava a lei neoliberal de educação e das consequências da privatização, que “em busca de solidariedades sociais, encontraram nos habitantes de Cutral-Có e Plaza Huincul, aliados inesperados” (BONIFACIO, 2011, p. 163). Vejamos essas determinações.

Em dezembro de 1995, eleito novamente governador de Neuquén, Sapag assume o poder com a missão de programar as medidas de regularização neoliberal na província. Envolto na dinâmica das lutas intestinais da burocracia partidária, Sobisch, arqui-inimigo histórico de Sapag, foi o ex-governador que iniciara as negociações com a empresa canadense, decide cancelar as negociações para sua instalação na região⁹⁰:

na noite de 19 de junho de 1996, Sapag anunciou a ruptura do contrato com a empresa canadense “Agrium”, para construir uma planta de fertilizantes. O acordo havia sido firmado pelo anterior governador Jorge Sobisch (linha branca do MPN). Tratava-se de um contrato leonino: o estado cedia os terrenos e a provisão de água e energia elétrica, renunciava aos royalties das

⁹⁰ Achamos muito pouco provável que o próprio Sobisch tivesse o interesse em consolidar tal contrato com a empresa Agrium. Para nós trata-se da estratégia clássica da burocracia, que vive de disputas partidárias, para desgastar o inimigo partidário com práticas maquiavélicas nas quais os fins justificam os meios, tal como a de iniciar um acordo que, a priori, sabe-se que não será concluído em seu mandato e que cairá como uma “batata quente” na mão do seu sucessor. E, como de fato ocorreu, o não cumprimento do acordo estimulará a contestação social. O contexto social da província não possibilitaria um investimento como o exigido para a instalação da planta canadense de fertilizantes.

reservas de gás “El mangrullo” e, como se isso fosse pouco, comprometia-se a investir 100 milhões de peso/dólares para a instalação. Agrium teria um prazo de 24 meses para a construção. Os moradores das localidades de Cutral-Có e Plaza Huincol não conheciam em detalhe os termos do acordo; mas a construção da planta supunha emprego temporário por um par de anos para umas 1.500 pessoas, mas uns duzentos postos permanente. O desaparecimento desses postos laborais esperados por longa data incendiou o pavio da rebelião, em uma das localidades em que o desemprego havia se convertido em uma verdadeira praga (PETRUCCELLI, 2005, p. 43).

O oportunismo político de Sobisch e de seus partidários se manifestou na manhã do dia 20 de junho de 1996 quando a *Radio Victoria*, porta-voz histórica de Sobisch na região, transmitiu a notícia do cancelamento do acordo com a empresa canadense Agrium e disponibilizou seus microfones para que os ouvintes emitissem suas opiniões a respeito de tal cancelamento. Sem dúvida alguma, essa rádio e alguns burocratas “blancos” contribuíram para a convocatória de uma mobilização que, logo em seguida caminharia no sentido da composição de um robusto movimento de contestação social radical que lhes escaparia o controle. O enfático anúncio sobre o não cumprimento do acordo (*traição de Sapag*), emitido pelo proprietário da rádio, Mario Fernández, foi decisivo para o início das convocações mobilizatórias. Às 09 da manhã ele exclamou: “acaba de consumir a traição de Felipe Sapag, não teremos a planta de fertilizantes. É a traição de Felipe a Cutral-Có”.

Tratou-se, no primeiro momento, de um oportunismo faccioso interno ao MPN, articulado pelos partidários “blancos” de Sobisch contra o governo de Sapag. Diversas ações confirmam essa articulação política, dentre elas podemos citar: a) a convocatória lançada pela Radio Victoria para uma mobilização às 16 horas no acesso a Plaza Huincol; b) Por volta das 11 horas Leticia García, legisladora da fração “blancos”, informava a um jornalista do diário Río Negro que em Cutral-Có haviam bloqueado uma estrada, fato que se concretizaria somente às 16 horas. No dia seguinte, vereadores e deputados “blancos”, junto com alguns de seus aliados peronistas, estiveram presentes no bloqueio da estrada; c) No dia 20 de junho, partidários “blancos” convocam para um protesto no setor da *Torre Uno*, meia hora depois um militante (Opazo) do MPN atravessar seu automóvel sobre a estrada 22 – “Opazo sabia o que fazia mas ignorava o peso dessa primeira pedra” (Río Negro, 25/06/2006); Adolfo Grittini, ex-prefeito de Cutral-Có, partidário “blanco”, auxiliou o bloqueio da estrada fornecendo produtos e

gasolina para aqueles que mantiveram a estrada e as cidades bloqueadas por dois dias⁹¹ (BONIFACIO, 2011).

Por volta das 16 horas começaram a concentrar os primeiros manifestantes na Torre Uno. Os primeiros a se concentrarem ali foram estudantes secundaristas e professores. Com apoio concedido por partidários “blancos” taxis e remises (serviço parecido com o de taxi) começavam a levar pessoas para o bloqueio na estrada 22 e aos poucos a concentração de pessoas tornou-se massiva e pneus incendiados começaram a ser utilizados para o bloqueio da estrada nacional 22 e a provincial 17. Diversos comerciantes em apoio ao bloqueio fecharam seus estabelecimentos, às 22 horas os postos de gasolina suspendem o serviço, passando a abastecer somente ambulâncias, taxis utilizados para levar pessoas ao bloqueio, viaturas policiais e bombeiros. Em seguida passaram a bloquear a entrada dos principais postos de fornecimento de combustível, assim como suas estradas de acesso alternativas. Às 08 da manhã, do dia 21 de junho, o município de Cutral-Có concede folga a todos os seus funcionários, logo depois a Cooperativa de Energia Elétrica, assim como o município de Plaza Huincul, faz o mesmo. Ao meio dia todas as escolas suspendiam suas atividades, os comércios fechavam suas portas, os serviços de transporte coletivo paralisavam e o aeroporto era bloqueado por piquetes, com todos os voos cancelados. Os bloqueios começavam a preocupar o abastecimento de combustíveis para a região. Em cidades vizinhas começavam a formar filas para o abastecimento de automóveis e a YPF começava a rearticular seu abastecimento (PETRUCCELLI, 2005; BONIFACIO, 2011).

Os contestadores sociais que passaram a improvisar com pedras, pneus e todo tipo de escombros que pudesse auxiliar no bloqueio das estradas, assim como no fogo para amenizar o implacável frio patagônico, construía, naquele momento, os primeiros traços daquilo que entraria para a história com o nome de piquete e seus mantenedores

⁹¹ “Na investigação de Auyero (2004a) menciona-se a quantidade e qualidade de recursos que o ex-prefeito havia mobilizado para a realização do protesto. Muitos dos entrevistados pelo autor falam do suporte de caminhões carregados de cobertas para alimentar o fogo das barricadas, a provisão de combustíveis gratuito aos veículos que se dirigiam aos postos de bloqueio nas estações de serviço de sua propriedade, como demais insumos para sustentar a presença dos manifestantes: alimentos, cobertas, combustível para aquecer-se etc. Inclusive desde o oficialismo acusou-se a rádio “FM Victoria” –que difundiu pela primeira vez o fracasso das negociações entre a empresa de fertilizantes e o governo de estar vinculada com o ex-prefeito e de cumprir um papel de “alcoviteiro” ao incentivar a população a bloquear a estrada. O prefeito de Cutral C , Daniel Martinasso declarava que “tem gente do meu próprio partido que segue manejando interesses pessoais e setoriais” (*R o Negro*, 24-06-96, p. 1) [...] (ARTESE, 2009, p. 101-102).

ficariam conhecidos como piqueteiros. Vejam, portanto, que os piqueteiros de Cutral-Có e Plaza Huincul não se restringiam ao lumpemproletariado (desempregados), pois os comerciantes auxiliaram fechando seus negócios e fornecendo alimentos e outros produtos que ajudavam na manutenção dos piquetes. Milhares de pessoas foram se concentrando nos piquetes, no entanto, aqueles que se prontificaram a garantir a segurança e proteção aos mais de vinte piquetes instalados na estrada, sustentar a queima de pneus e enfrentar todos aqueles que tentassem ultrapassar o boqueio, eram compostos basicamente pelos desempregados (lumpemproletários).



Figura 05: Bloqueio na estrada N° 22. Na epígrafe da foto pode-se ler: “a medida dos moradores se mantém, ainda que o governador afirme que se trata de um delito.” *Jornal Río Negro*, 24-06-96.

Durante a jornada de sábado, 22 de junho de 1996, os piquetes se multiplicaram e atingiram a quantidade de 21, cercando toda a cidade. Durante a tarde foi realizada uma assembleia no piquete próximo ao setor da Torre Uno, com aproximadamente 05 mil contestadores sociais que decidiram com vigor e força sua ordem: Que venha Sapag! Essa assembleia foi realizada logo após o descaso da burocracia governamental que insistia em afirmar, com vistas a descaracterizar a contestação social, que a mesma

não passava de manobra política da oposição composta pelos “blancos”. Por volta das 15 horas, a burocracia estatal provincial modera sua posição e busca iniciar um diálogo com os contestadores sociais, com o objetivo de propor a formação de uma comissão de representantes para se reunir com o governador na capital. Na verdade, trata-se da estratégia da burocracia para fragmentar o movimento e negociar com as lideranças, algo inexistente nessa mobilização. A proposta é apresentada por uma rádio local e atinge um resultado oposto ao esperado, ao afirmarem que não sabiam se o governador poderia chegar a Cutral-Có e que isso não mudaria etc., incendiaram os ânimos dos piqueteiros que nesse momento levantam o lema “ninguém viaja, ninguém negocia, a menos que o governador venha falar conosco”. Com o passar das horas tal lema se resumiria no grito: Que venha Sapag!



Figura 06. Entrada da cidade de Plaza Huincul. A Torre Uno e a Estrada Nacional 22, ponto de encontro e de realização de assembleias.

Os piqueteiros afirmavam que os piquetes só se levantariam após a resolução concreta para o problema do desemprego. Aqui se percebe uma forte manifestação do interesse imediato do lumpemproletariado no interior dessa mobilização. No dia 23 de junho de 1996, circulava pelos piquetes um texto, apresentado no Jornal *La Mañana del*

Sur, que foi lido em diversas rádios da região e expressava as razões e objetivos do movimento de contestação social, na qual possibilita a preocupação com algumas questões que remetem aos interesses imediatos do lumpemproletariado:

Hoje o povo de Cutral Có y Plaza Huincol está de pé, lutando pela dignidade de sua gente, bloqueamos as estradas de ingresso a essas duas cidades porque pretendemos fazer escutar nossos direitos em busca de uma reativação econômica real e concreta. O **desemprego**, a **fome** e a falta de respostas do governo provincial nos levaram a isso. Se hoje bloqueamos as estradas é porque sentimos indignação, **marginalidade** e esquecimento. Nossa gente que hoje ocupa as estradas é a mesma que durante várias décadas brindou seu trabalho de sol a sol para que esta província e o país crescesse... Então considerando a “falta de respostas oficiais”, o mínimo que podemos pretender é uma reparação histórica. (...) Já não nos servem as mentiras de alguns segundões ... Hoje queremos a Felipe Sapag sim ou sim (Jornal La mañana del Sur, 23-06-96 - negritos nossos)

Acostumado com o jeito caudilho de ser, Sapag tinha pouca habilidade para lidar com a contestação social. Sua postura conservadora e reacionária já não amedrontava os contestadores sociais, pelo contrário, servia de lenha para seus piquetes. Nesses primeiros dias da mobilização social, concederia algumas entrevistas para os jornais locais, na qual sua postura inflexível se destacaria, assim como seu discurso criminalizador da contestação social:

Jornalista: “A população quer que você vá a Cutral-Có...”

Sapag: “Lhes digo que venha eles”.

Jornalista: “Mas eles não querem vir”, lembrou o periodista.

Sapag: “Eu lamento, mas terão que vir. Eu poderia, mas primeiro devem conversar comigo. Não posso ir a nenhum lugar que tenha insubordinação”.

Jornalista: “Tão pouco vai permitir que alguém do seu gabinete vá”?

Sapag: “Não, porque eles estão com uma atitude de força que não é legítima, ocupar a rua e impedir que a gente se mova e trafique é um delito” (Jornal Río Negro, 22/06/1996).

“A gente que continua com essas drásticas medidas estão cometendo um delito, e nessas condições não posso dialogar com a investidura de governador, Não posso dialogar com gente que está cometendo um delito. Se a gente quer que eu vá, terá que voltar para sua casa e despejar a estrada” (Sapag, governador de Neuquén, Jornal La Mañana del Sur, 24/06/96).

Enquanto por um lado a burocracia estatal acusava a oposição de controlar o movimento de contestação social e a burocracia partidária opositora buscava, realmente, formas de controlá-lo; por outro lado, no interior dos piquetes se organizava a contestação social através dos debates nas assembleias e da participação direta e igualitária nas decisões, crescia entre os contestadores uma forte desconfiança em relação à burocracia partidária tradicional e seus interesses em canalizar a contestação social para seus interesses particulares e oportunistas. Os burocratas, que desde o início do bloqueio das estradas, estiveram presentes e auxiliaram na sua manutenção, assim

como outros que tentavam se aproximar dos bloqueios, passaram a ser duramente hostilizados nos piquetes⁹²:

o ex-prefeito Grittini, no momento de chegada ao cenário (local dos bloqueios e piquetes) foi agredido verbalmente, não obstante persistindo em seu discurso conseguiu arrancar aplausos dos assembleístas. Não tiveram a mesma sorte os prefeitos Martinasso e Pérez que não puderam chegar ao cenário e em suas intervenções foram objetos de constantes vaias e agressões verbais. Pior ainda foi a situação que tiveram que atravessar o senador nacional pelo Partido Justicialista Daniel Baum, os deputados provinciais e vereadores; quando chegaram ao local lhes foram lançados elementos contundentes que os obrigaram a desistir da ação (Jornal La Mañana del Sur, 03/06/96).

No jornal *Página 12*, um representante piqueteiro declarava que,

na sexta-feira pela noite o ex-prefeito Adolfo Grittini se pôs a frente do protesto [...] Nos convocaram a todos os piqueteiros a uma assembleia na torre da YPF, mas não nos deixaram falar, eles tiveram sempre o microfone [...], então nos retiramos dali. Nos demos conta de que estavam usando-nos. Fomos até a rádio e convocamos a nossa própria reunião no outro extremo da cidade, mas pedimos que os políticos se abstenham de vir. [...] O povo já não queria nada com os políticos. Diziam-nos que éramos seus representantes [...] Aí nos demos conta de que o povo tinha seu poder e podíamos ganhar (Jornal *Página 12*, 30/06/96).

A hostilidade dos contestadores sociais contra a burocracia estatal e partidária (tradicional) não era gratuita, mas sim fruto do avanço, mesmo que ainda limitado, da consciência de classe, no interior da luta de classes. Dessa maneira, passaram a se organizar nos piquetes e pretenderam canalizar eles mesmos suas demandas, através de representantes eleitos sob o calor do fogo e fumaça dos piquetes. Já nos primeiros momentos da contestação social, setores da classe subalterna⁹³ e do lumpemproletariado

⁹² “O ex-prefeito Grittini, no momento de chegada ao cenário (local dos bloqueios e piquetes) foi agredido verbalmente, não obstante persistindo em seu discurso conseguiu arrancar aplausos dos assembleístas. Não tiveram a mesma sorte os prefeitos Martinasso e Pérez que não puderam chegar ao cenário e em suas intervenções foram objetos de constantes vaias e agressões verbais. Pior ainda foi a situação que tiveram que atravessar o senador nacional pelo Partido Justicialista Daniel Baum, os deputados provinciais e vereadores; quando chegaram ao local lhes foram lançados elementos contundentes que os obrigaram a desistir da ação (Jornal La Mañana del Sur, 03/06/96) [...] (BONIFACIO, 2011, p. 145). No jornal *Página 12*, um representante piqueteiro declarava que: “na sexta-feira pela noite o ex-prefeito Adolfo Grittini se pôs a frente do protesto. [...] Nos convocaram a todos os piqueteiros a uma assembleia na torre da YPF, mas não nos deixaram falar, eles tiveram sempre o microfone [...], então nos retiramos dali. Nos demos conta de que estavam usando-nos. Fomos até a rádio e convocamos a nossa própria reunião no outro extremo da cidade, mas pedimos que os políticos se abstenham de vir. [...] O povo já não queria nada com os políticos. Diziam-nos que éramos seus representantes [...] Aí nos demos conta de que o povo tinha seu poder e podíamos ganhar” (Jornal *Página 12*, 30/06/96).

⁹³ “A classe subalterna é composta pelos trabalhadores assalariados improdutivos que exercem, na divisão social do trabalho, a atividade de serviços em geral, desde os comerciais aos domésticos (VIANA, 2012). Marx já havia percebido a emergência de subalternos domésticos, que ele denominou ‘classe dos serviços’ (MARX, 1988). Nesse sentido, um ‘datilógrafo’ (hoje seria um ‘digitador’) não é um membro da

com tendências mais radicais recuperaram ferramentas de luta e organização tradicionalmente pertencentes ao movimento operário revolucionário. Dentre as principais estavam os piquetes, a assembleia coletiva, a auto-organização, as decisões horizontais e a ação direta. O uso combinado dessas ferramentas afastaram decididamente as pretensões da burocracia partidária de exercer o controle sobre o movimento de contestação.

Nascia, assim, um novo sujeito histórico com consciência política própria: os piqueteiros. Svampa e Pereyra (2009) indicam, através de uma linguagem problemática, que a *identidade piqueteira* foi percebida naquele contexto de forma diversa. Tanto negativamente, apoiando-se em três argumentos centrais: a) apontando a militância social como um aspecto negativo em um contexto de precariedade laboral, no qual se introjetava uma autoculpabilização de sua condição social; b) o segundo fundamenta-se em um dos elementos centrais do *ser piqueteiro*, presente principalmente entre os mais jovens, apontando para a experiência de enfrentamentos com os aparatos repressivos do estado, estruturada originalmente na disputa pelo controle territorial. “A imagem dos jovens fogoneros de Cutral-Có até os piqueteiros encapuzados dos grupos autônomos” (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 171); c) e o terceiro, marcado por aqueles que rechaçam como indigna a aceitação dos subsídios estatais, “um certificado da condição de pobre e desempregado”. Por último, existe uma leitura oposta que apresenta a identidade piqueteira como sinônimo de dignidade. Ao se definirem como piqueteiros, produz-se mentalmente um deslocamento muito significativo em relação aos que se intitulam como desempregados, a percepção de sua condição altera de forma considerável e radicalmente. Ao contrário do termo *desempregado*, que carrega uma carga negativa e estigmatizadora que aponta para a passividade, o termo *piqueteiro* se define por sua condição ativa, ou seja, o trabalho de organização da contestação social e da militância prática, que vai desde a sustentação (alimentação, água etc.) daqueles que estão nos piquetes, passando pelas decisões cotidianas, até a questão da segurança e dos enfrentamentos com as forças repressivas etc.

‘nova classe média’ (que englobaria a burocracia), como alguns erroneamente pensam (DAHRENDORF, 1982; CAMPOS, 1976), muito menos outros funcionários (como funcionário de limpeza ou faxineiro) seria parte da burocracia ou mesmo do termo equivocado e genérico de ‘nova classe média’. Eles pertencem, na verdade, à classe subalterna, pois não tem poder de decisão dentro da organização” (VIANA, 2015a). Também Cf. (VIANA, 2012).

Dessa maneira, no primeiro momento, a atividade piqueteira se expressou na própria realização dos bloqueios e piquetes que deram lugar a toda uma simbologia que caracteriza a dignidade da luta, a liberdade como o próprio ato de se organizar para lutar e resistir à regularização neoliberal. A assembleia também se apresentou como símbolo de outra forma organizativa, marcada pela deliberação horizontal. O controle territorial exercido pelas classes desprivilegiadas, algo possibilitado pelos piquetes. “A insurreição como horizonte dos bloqueios” (SVAMPA e PEREYRA, 2009).

O segundo momento da mobilização, entre os dias 23 e 25 de junho, caracterizou-se por uma expressiva desinstitucionalização do movimento de contestação. A partir daí começa a aparecer com maior nitidez uma divisão no interior do bloco reformista, marcada pela existência de um setor mais radicalizado, constituído pela maioria que exigia a presença de Sapag em uma assembleia popular, com o objetivo de apresentar soluções concretas aos problemas sociais da província. Esse setor, composto majoritariamente pelo lumpemproletariado, detinha maior disposição à luta, à ação direta e ao enfrentamento com as forças repressivas, e por isso tornaram um dos principais alvos da estigmatização e criminalização realizada pelo capital comunicacional, que passava a apresentá-lo como o *setor mais duro* da contestação social. O outro setor detinha uma postura moderada, marcada pela crença nos caminhos e negociações institucionais, encarnadas em um grupo que defendia a viagem do mesmo até a capital provincial para uma negociação com o governador. Proposta essa que esbarrava na decisão da assembleia coletiva de não permitir a saída de ninguém da localidade (KLACHKO, 2007).

A situação nas localidades começava a ficar tensa. O governador não dava nenhum sinal de que iria ceder à exigência dos *insubordinados e delinquentes*, como vinha intitulando os contestadores sociais nos jornais locais, a manutenção dos piquetes começava a se apresentar como uma tarefa árdua, os pneus estavam acabando e por isso só os mantinham incendiados pela noite, o desabastecimento de alimentos passava a prejudicar a todos e tornava uma pressão a mais, os serviços de emergência hospitalar passam a receber alguns jovens intoxicados pela fumaça dos piquetes, os serviços de saúde começam a recomendar o uso de máscaras ou que tapem os rostos com suas roupas (imagem que passava a compor a identidade piqueteira) e começava a circular pelas rádios locais a notícia da intervenção da juíza e da presença de gendarmes nas regiões próximas, preparados para desbloquearem as vias. Tal notícia, fez com que os

hospitais de Cutral-Có e Neuquén decretassem estado de emergência pela impossibilidade de atender a possíveis feridos pela repressão. Todo esse quadro gerava uma tensão muito grande no interior dos piquetes, porém, ainda assim, os piqueteiros mantiveram-se firmes e decididos na manutenção dos bloqueios (KLACHKO, 2007; BONIFÁCIO, 2009; ARTESE, 2009).

Diante desse quadro de forte tensão, que tendia a ampliar com o ingresso de 300 gendarmes do esquadrão antimotins que pousaram às 12h5min, do dia 24 de junho de 1996, de 03 aviões hércules, com armamento de guerra, tanque hidrantes e preparados para uma violenta repressão; o setor mais moderado do movimento de contestação seguiu buscando a aprovação do envio de um grupo à capital para negociar com o governador e convocou uma reunião no edifício da Cruz Vermelha de Plaza Huincul, com vereadores, comerciantes, profissionais técnicos, comissão de vizinhos etc. Tal convocação, gerou um conflito entre o setor moderado e o setor radicalizado que tentou invadir a reunião, sem obter êxito. No entanto, incendiaram uma camionete que estava do lado de fora do edifício, se armaram com pedaços de pau e se prepararam para impedir a saída de tal comissão da região.

Após impedirem a saída da comissão, formada pelo setor moderado, da região, as possibilidades de resolução do problema se esgotaram e o setor radicalizado se preparou para resistir ao avanço da gendarmeria, enquanto o moderado utilizou as rádios locais para desaconselhar o enfrentamento e os pais para que retirassem, preventivamente, seus filhos dos piquetes (Jornal Mañana del Sur, 26/06/1996).

Nesse momento, todas as pretensões de frações da burocracia *emepenista* de apropriar-se do descontentamento social e canalizá-lo para interesses próprios “vai por água abaixo” e os desempregados (lumpemproletariado) adotam uma postura política alternativa ao clientelismo estatal dominante, caracterizada pela ação coletiva direta e auto-organizada. Como já podemos perceber, nesse contexto histórico, o lumpemproletariado adotou uma postura política bastante contestadora, soube resgatar ferramentas radicais, forjadas pelo movimento operário revolucionário, e utilizá-las ao longo do vasto território argentino, para contestar as consequências da acumulação integral. Nesse sentido, a novidade histórica está na postura política do

lumpemproletariado e não nas ferramentas utilizadas⁹⁴ por essa classe social e outras classes desprivilegiadas.

GENDARMERIA LLEGO A CUTRAL-CO Y PLAZA HUINCUL

Desalojarán a los manifestantes que cortaron rutas en Neuquén

Pese a la intimación judicial, el bloqueo continúa • Algunos pobladores aceptan dialogar con el gobernador en Neuquén • Pero otros no los dejan salir • Se acentúa la falta de combustible

CUTRAL-CO y PLAZA HUINCUL (Enviado especial). – La jueza federal de Neuquén, Margarita Guidño de Argüelles, ordenará hoy a los manifestantes levantar el corte de la ruta nacional 22, la principal vía de comunicación de estas ciudades con el resto de la provincia y el país. Se espera que llegue aquí a las 9, acompañada por 300 efectivos de Gendarmería que ayer llegaron a la zona.

En la cuarta jornada de bloqueo de todos los caminos de acceso a estas ciudades, surgieron grandes diferencias entre los pobladores.

La única coincidencia es que, si bien el conflicto comenzó con el pedido de que el gobierno hiciera un esfuerzo financiero para que la firma Agrium construyera su planta de fertilizantes en la zona, ese emprendimiento no resolvería el problema de los 2.500 desocupados que hay en ambas ciudades, que suman 45.000 habitantes.

Por eso, los manifestantes piden la declaración de emergencia económica, además de medidas de apoyo a desocupados y pequeñas y medianas empresas.

Posiciones enfrentadas



Hoguera. Los pobladores exigen medidas de apoyo a los 2.500 desocupados.

Falta nafta y querosén

NEUQUEN (De nuestra agencia). – El bloqueo de los caminos de entrada y salida a la destilería de Plaza Huincul está afectando seriamente el suministro de combustible a la región. En varias ciudades se está racionando las naftas y falta querosén, que las familias más humildes utilizan para calefacción.

Si bien algunos concesionarios están recibiendo combustible desde Comodoro Rivadavia y Bahía Blanca, no llegan a cubrir la demanda. En varias bocas de expendio de la capital se había agotado la nafta súper. En Zapala, ayer sólo atendía una estación de servicios que vendía por cupos. La situación se repite en casi toda la región.

Por otra parte, la destilería de YPF Plaza Huincul está al borde de

Figura 07 – Jornal Clarín, 25/06/96.

Ao longo de toda a madrugada do dia 25 de junho de 1996, parcela significativa da população aguardava ansiosa e tensa a chegada da gendarmeria. Os piqueteiros se preparavam para o enfrentamento e reforçavam as barricadas/piquetes. Todo tipo de automóvel em desuso, alambrados e outros materiais que pudessem dificultar a travessia de um automóvel foram utilizados e incendiados nos piquetes. De uma ponta a outra, entre os 21 piquetes existentes, os piqueteiros lotaram as estradas com pedras e escombros, se dividiram em grupos e mantiveram-se dispostos ao enfrentamento com a gendarmeria. A maior disposição vinha da juventude lumpemproletária, residente dos bairros pobres, próximos à estrada nacional 22, e que, no geral, já possuíam um histórico cotidiano de enfrentamento com a repressão policial preventiva nesses bairros.

Um aspecto fundamental a ser destacado, em um contexto em que a contestação social atinge uma radicalidade substancial e desafia os poderes institucionais, seus

⁹⁴ Em Benclowicz, por exemplo, pode-se ler: “em junho de 1935, os leiteiros (de Salta) atravessaram os carros de distribuição no centro da cidade, bloquearam o trânsito e protagonizaram um ‘piquete’ urbano, quer dizer, um bloqueio de ruas [...] esse tipo de ações demonstram que as ‘novas’ formas de protesto não são tais, ou pelo menos possuem uma genealogia” (2013, p. 109 – parênteses nossos).

canais tradicionais de política etc., é o papel que cumpre o capital comunicacional na preparação de um terreno favorável à repressão estatal. Não existe repressão efetiva sem um capital comunicacional efetivo. Conforme poderemos perceber, desde o primeiro momento da organização da contestação social, iniciou-se também uma batalha discursiva-ideológica, orquestrada pelo bloco dominante e veiculada pela burguesia detentora do capital comunicacional, com o objetivo de deslegitimar a contestação social, vinculando os contestadores sociais ao delitivo, à violência (atitude de força), à insubordinação política etc. (ARTESE, 2009). Os discursos a seguir foram veiculados pelo capital comunicacional (local e nacional) nos últimos dias que antecederam o início da repressão:

“Não posso ir a um lugar onde existe **insubordinação**. Eles estão em uma **atitude de força que não é legítima**. Ocupar o caminho e impedir que a gente se mova e trafique é um **delito**” (Felipe Sapag, governador de Neuquén. Jornal Río Negro, 22/06/96).

“(A investidura do governador) corre perigo de ser maltratada ou contrariada por um capricho de quem está cometendo um delito [...] praticamente todo o interior da província tem ficadoilhado. **Os que protestam não representam a ninguém** ... talvez no geral a todo o povo, mas o governo está representado pelos que foram eleitos. **O povo não governa nem delibera senão através de seus representantes**. Os manifestantes que participam da pueblada estão interrompendo o trânsito, o trabalho, a produção. No fundo eles possuem o direito legítimo de manifestarem, mas sem retirar dos demais a liberdade de trabalho” (Felipe Sapag, governador de Neuquén. Jornal Río Negro, 24/06/96).

“Não é com **violência** que se pode resolver o problema. A **crise** está culminando; a gente que está na estrada 22 deve desalojá-la imediatamente. Que voltem aos seus lares porque a **lei** deve ser cumprida” (Felipe Sapag, governador de Neuquén. Jornal Río Negro, 25/06/96).

“Não se pode **entorpecer** uma via de comunicação. Se não acatam a **ordem**, se desocupará a estrada mediante o uso da força pública” (Margarita Gudiño Argüelles, juíza federal, Jornal Página 12, 25/06/96).

“Vamos atravessar os piquetes, não pode ser que não nos deixem sair de nosso povoado. Que venham os gendarmes e entrem descendo o cacete, já me fuderam quatro dias, não aguento mais. **O povo** não pode ser **manejado** por **duas ou três pessoas**, vamos passar” (César Pérez, prefeito de Plaza Huinul, Jornal La Mañana del Sur, 25/06/96).

No início da manhã do dia 25 de junho/1996, a juíza federal Margarita Gudiño, acompanhada de 400 gendarmes completamente preparados para o enfrentamento (armamentos pesados, bala de borracha, canhão de água, gás lacrimogênio, cães adestrados etc.) avançam sobre os piquetes. Inutilmente a juíza tenta convencer os contestadores sociais a desocuparem a estrada e esses respondem com insultos e “Que venha Sapag!”. Um grupo de jovens lumpemproletários, responsáveis pelo primeiro piquete, lançam pedras sobre os gendarmes que passam a lançar água gelada e gás

lacrimogênio contra os mesmos. No entanto, o ataque gendarme é inutilizado pelos ventos patagônicos que sopram a água e o gás lacrimogêneo na direção das tropas. A juventude lumpemproletária foi quem mais demonstrou disposição e força para enfrentar a repressão. Foram eles quem lançaram uma chuva de pedras e tijolos, enfrentaram e mataram vários cães das forças repressivas que os atacavam na estrada. Nesse primeiro enfrentamento saíram 27 contestadores feridos, um detido e 10 gendarmes feridos (BONIFACIO, 2011; ARTESE, 2009).

Após atravessar o primeiro piquete, as forças repressivas se depararam com uma multidão de contestadores (aproximadamente 20 mil pessoas) agitados e dispostos⁹⁵ ao enfrentamento, que impressionaram tanto o comandante do operativo repressivo quanto a juíza, pois já não se tratava mais de simples jovens lumpemproletários, mas sim de uma imensa quantidade de indivíduos pertencentes a diversos grupos (estudantes) e classes sociais (proletários, lumpemproletários, subalternos etc.). A quantidade e diversidade das classes sociais envolvidas na contestação inibiram uma maior repressão. O que revela, inclusive no discurso do comandante do operativo⁹⁶ e da juíza, o caráter axiológico da explicação da burocracia para impedir o avanço da repressão, assim como o caráter seletivo da mesma:

“Não é sacanagem, não podemos seguir porque é todo o povo, **não são moleques** ... “Existe **gente bem vestida**” (Comandante do operativo, Jornal Río Negro, 26/06/96).

“Depois de um trecho olhei e vi que ao redor de mim já não havia **encapuzados**, senão **gente** de cara descoberta que começava a correr e que não atirava pedras. Então disse ao comandante: ‘Me diga você o que está acontecendo?’ E ele me disse: ‘Deixamos para trás o **grupo de choque** e essa gente que está aqui é **gente do povo**’” (Juíza federal e comandante do operativo, Jornal La Mañana del Sur, 28/06/96).

⁹⁵ “Éramos mais de 10 mil na estrada. Era tamanha a organização que aí estava um grupo colocando arames que ficava das cobertas queimadas, para que se enroscassem debaixo dos canhões de água e não os deixem passar. Vinham e nos avisavam que estariam fazendo esse trabalho e que iam tardar o quanto pudesse [...] Esse dia às sete da manhã também soou a sirene e nós vivíamos nas quinhentas residências, no último bairro. E você se levanta, sai para a estrada, um dedinho e todo mundo se levanta porque todo o bairro irá se levantar e ir até a estrada. Era uma confraternidade impressionante (fala de um contestador social) [...]” (ARTESE, 2009, p. 109 – parênteses nossos).

⁹⁶ De acordo com Horacio Verbitsky tal comandante compõe a gendarmería desde os anos 1970 e foi responsável pelo principal centro de extermínios da província de Tucumán, tendo assistido pessoalmente ao general Domingo Antonio Bussi executar, com tiros na cabeça, diversos presos políticos que posteriormente eram lançados em pneus incendiados com gasolina e óleo (Página 12, 18/12/99). A presença desses e outros militares genocidas nos aparatos repressivos do estado desde a ditadura militar burguesa apenas demonstra que as mudanças ocorridas em tal aparato repressivo após o reinício da ditadura, assim como essa, demonstra apenas mudanças em suas formas, mas não em sua essência, pois essa sempre foi fundada no uso da violência da classe dominante contra as classes dominadas.

Nesses discursos é possível perceber a existência de alguns signos que selecionam, com base em estereótipos, aqueles que são merecedores da repressão (jovens lumpemproletários mal vestidos e encapuzados, grupo de choque) e aqueles que não são (gente bem vestida, o povo).

Não acostumada com a auto-organização social, além da mentalidade fetichista institucional, naquele momento a burocracia (representada pela juíza e pelo comandante dos gendarmes) não entendeu o que exatamente estava ocorrendo ali e por isso não soube como lidar com a situação. Ao procurar pelos líderes da contestação e não encontra-los, pois de fato não existiam - não se tratava, como muitos defendiam, de um movimento monopolizado por frações da burocracia do MPN⁹⁷ -, a juíza, tremendo de medo⁹⁸, como havia confessado, se declarou incompetente para resolver a situação, alegando se tratar de um crime político, isto é, sedição; buscando desqualificar e criminalizar o movimento de contestação. Nos próximos dias, quase todos os jornais veicularam essa notícia, buscando insistentemente, como é costume do capital comunicacional, disseminar essa corrente de opinião que encara a contestação social como violenta, ilegal e, conseqüentemente, ilegítima. Percebam que tais discursos são majoritariamente expressão da burguesia, através do bloco dominante (burguesia comunicacional, burocracia privada, burocracia governamental, burocracia estatal, intelectualidade etc.) que está sob o domínio da hegemonia burguesa, dos seus valores, interesses e perspectivas:

“A atitude de vocês é uma clara **demonstração de levantamento** contra um governo provincial. É um **delito maior que o de sedição** e por tal motivo me declaro incompetente e me retiro do lugar junto com as forças de segurança que me acompanham” (Juíza federal, Jornal Río Negro, 26/06/96).

“Eu vim para levantar um bloqueio de estradas. Mas isto é mais que isso. Isto é uma **rebelião popular**. Se tem que qualificar **penalmente** isso é **sedição**, e me supera” (Juíza federal, Jornal La Mañana del Sur, 26/06/96).

⁹⁷ No fundo, para a consciência fetichizada toda prática que se afasta do comumente instituído é encarada como deturpadora; e o capital comunicacional trabalhava para reforçar essa corrente de opinião predominante na sociedade: “recorremos todos os piquetes e podemos observar que não é Grittini (ex-prefeito de Cutral-có) quem está encorajando a mobilização. Todos respondem a todos e ninguém responde a ninguém” (Jorge Muñóz, membro do clero, La Mañana del Sur, 26/06/96).

⁹⁸ A juíza se encontrava diante de milhares de manifestantes (muitos encapuzados) com altíssimo grau de descontentamento e disposição para o enfrentamento direto com as forças repressivas, que estavam em um número quatro vezes menor. Ao tentar falar com os contestadores foi ajudada por um encapuzado que a ergueu em cima de uma camionete. Os diversos vídeos sobre esse momento demonstram claramente a situação de medo na qual se encontrava a juíza, tremendo e gaguejando.

“Isso é um virtual **levantamento do povo** contra o governo da província. **É mais que sedição**” (Juíza federal, Jornal Clarín, 26/06/96).

“Não possuem representantes, estão atuando através daqueles que eles auto elegeram, por eles mesmos. Me lembrei da faculdade de direito, de uma **figura penal** que está dentro do título de **sedição**, que é o **motim**, e que fala da ‘assembleia dos povos’, aquele que se constitui em assembleia sem reconhecer a seus representantes e pede ou atua por ele. E aí foi quando pensei que estava frente a uma **figura pena maior** [...]” (Juíza federal, Jornal La Mañana del Sur, 28/06/96).

“O distrito centro do MPN diante dos acontecimentos que são de domínio público, manifesta seu incondicional apoio ao senhor governador da Província, Don Felipe Sapag, uma vez que repudia as **ações de violência gestadas por grupos devidamente individualizados que tem como único objetivo arrebatam concessões em proveito próprio**, fato inadmissível em um governo legitimado pelo voto popular” (Juan Carlos, Ramón Reynal e Hector Fernández – burocratas do NPM, Jornal La Mañana del Sur, 27/06/96).

“Nada justifica o **avassalamento** das instituições democráticas legitimamente constituídas por decisão popular [...] A **violência** não é o método para encontrar uma solução” (Prefeitos da região, La Mañana del Sur, 26/06/96).

Reforçando a corrente de opinião que buscava ser predominante, a contestação social e seus métodos chegaram a ser vinculada, por alguns discursos, com a insanidade⁹⁹, mesquinhez e espírito de destruição dos piqueteiros:

“O que está ocorrendo é uma **loucura coletiva** com o **único espírito de destruir** Felipe Sapag e com o interesse mesquinho de **não reconhecer** uma trajetória (de Sapag) de mais de 30 anos à serviço da província” (Alberto Fernández, deputado provincial, La Mañana del Sur, 28/06/96).

É interessante perceber que com o desenvolvimento da contestação social, principalmente após a retirada das forças repressivas, que recuaram sob uma chuva de pedras e um coro potente de “Que Venha Sapag!”, o movimento de contestação social ganhou muita expressividade. A capacidade de auto-organização da contestação social, utilizando-se de ferramentas eficazes para pressionar o bloco dominante, juntamente com seu caráter massivo, adquiriu grande legitimidade perante as classes exploradas e subalternas da sociedade neuquina¹⁰⁰ e argentina. Vale lembrar que tudo isso ocorre em

⁹⁹ “Não era a primeira vez – nem seguramente será a última – que se definia com uma patologia mental as manifestações populares de um conflito. As Mães da Praça de Maio foram rotuladas como ‘as loucas da praça’ durante anos” (ARTESE, 2013, p. 41).

¹⁰⁰ “No mesmo dia dos enfrentamentos, a multisetorial de Neuquén -que aglutinava os grêmios docentes da ATEN, legislativo (ANEL), judicial (SEJUN), estatal (ATE) junto a partidos políticos, la APDH local e outras organizações de Direitos Humanos convocou a uma paralização geral –que obteve um elevado acatamento nas escolas- e a mobilização em apoio aos moradores das regiões em conflito. Segundo os diários locais, mais de 2.500 pessoas se mobilizaram desde o centro da cidade até a ponte que une as cidades de Cipolletti com Neuquén – que seria um dos epicentros do protesto de março e abril de 1997-, interrompendo-o das 13hs00min. até as 17hs00min. O mesmo ocorreria na ponte que une a localidade neuquina de Centenario (ao norte da capital) com a região rionegrinha de Cinco Saltos. Estes atos de solidariedade realizados pelos grêmios se produziram, contudo, quando o conflito

um contexto de grande precarização e intensa lumpemproletarização de milhares de argentinos. Além da legitimidade, os piqueteiros (termo que designaria os contestadores sociais, principalmente os setores lumpemproletarizados), forneceria para todo o país uma demonstração clara e eficaz de como sair da invisibilidade social, contestando a regularização neoliberal. O próprio capital comunicacional contribuiria com essa propaganda (não proposital) ao apresentar em seus jornais, em todo o país, alguns dos principais elementos que comporiam a nova dinâmica da luta de classes na Argentina contemporânea:

os piqueteiros conseguiram este objetivo, todos os meios de imprensa nacionais deram cobertura, na primeira página, dos fatos que estavam acontecendo em Cutral-Có e Plaza Huinul. O que os piqueteiros não sabiam e os meios de imprensa não buscavam, era que no resto do país essas imagens eram apreciadas por outros desempregados – que também começavam a se organizar a partir de recriar as redes sociais preexistentes – como o modelo a seguir para ganhar visibilidade social. Com sua luta, transmitida a todo o país pelos meios de comunicação (capital comunicacional), estavam mostrando quais eram os métodos mais eficazes para fazer ouvir os que detêm o poder político. Nesses vertiginosos dias se estava criando os marcos para a ação de novos protagonistas: os piqueteiros. Nos dias do Cutralcazo, os piqueteiros atropelaram as intenções da facção “blanca” que pretendiam instrumentalizá-los, logo impediram que os prefeitos canalizassem as negociações segundo as condições impostas por Sapag, posteriormente fizeram render as forças repressivas com a força da massividade. Agora só faltava negociar com o governador (BONIFACIO, 2011, p. 155-156).

A radicalidade e massividade da contestação social fizeram curvar o intransigente caudilho Felipe Sapag. Com a notícia do recuo da gendarmería, da indicação de uma sedição contra seu governo e da forte insistência dos piqueteiros na sua presença na região, se viu coagido a abandonar a reunião do *Encuentro dos Governadores Patagônicos*, na Província de La Pampa. Às 14h00min viajaria diretamente para Cutral-Có, onde chegaria 17h30min, e assim que atravessou o primeiro piquete foi muito bem recebido com vários insultos: “recebi todo tipo de *puteadas* (xingamentos acompanhados de gestos) no aeroporto, lhes sorri porque os compreendo” (Felipe Sapag, *La Mañana del Sur*, 26/06/96 – parênteses nossos). Aqui o discurso de Sapag em relação à contestação e os contestadores começa a “alterar”. Às 21h30min horas, depois de ser coagido, novamente, agora para comparecer à Torre Uno, onde se encontra com cinco mil piqueteiros que aos gritos exigiam fonte de trabalho e a renúncia dos prefeitos da região.

encerrava. Apesar dos já sabidos transtornos produzidos pelo bloqueio desses importantes caminhos, a população neuquina aderiu e saudou a medida” (*La Mañana del Sur*, 27-06-96 apud ARTESE, 2009, p. 112).)

Em seu discurso, o velhaco Sapag, político profissional que era, procura amenizar as coisas, faz promessas, diz que iniciará as mudanças necessárias e várias outras mentiras e demagogias, como a de elogiar a contestação social e “discordar” da acusação da juíza federal do crime de sedição. Uma nítida demonstração da arte da mentira, da simulação-dissimulação típica da burocracia, que visava, essencialmente, capitanear a contestação social, ocultar o antagonismo/tensão social, reforçar o fetichismo da preocupação com a representatividade política, transferir as responsabilidades para o governo federal etc. Iniciou parabenizando a população por “ter chamado a atenção do país”, solicitando confiança para que “comecem a resolver os problemas” (Sapag, Página 12, 27/06/96). Porém, não conseguiu discursar por mais de 10 minutos, pois recebeu vaias, insultos, empurrões dos piqueteiros e uma pedrada ao se retirar, enquanto os piqueteiros se mantinham na estrada em assembleia (BONIFACIO, 2011).

Em diversos jornais, nesse mesmo dia, seus discursos confirmam a simulação-dissimulação de Sapag:

“**Não foi uma sedição**, senão que Cutral-Có tem se colocado de pé depois de 06 anos em que se produziu o esvaziamento da YPF” (Sapag, La Mañana del sur, 26/06/96).

“Fiz vários pedidos ao governo nacional pela situação dessa região, mas nunca nos escutaram. Espero que agora vejam a gente na rua, com frio e fome e comecem a nos escutar” (Felipe Sapag, Clarín, 26/06/96).

“(Los piqueteros) é algo que **surgiu do povo**, da **gente comum**. **Não sei** em virtude de qual questão ... **talvez** a pobreza e a angústia os tem unido. Tem se organizado e **estão muito conscientes do que estão fazendo**. **Tem sido muito razoáveis comigo**. Também possuem o mérito de através dessa comoção terem produzido – não apenas na região mas em todo o país – o reconhecimento de uma realidade que não se conhecia em profundidade e não se entendia tampouco desde longe” (Sapag, Río Negro, 29/06/96),

No dia 26 de junho/1996, conforme combinado, a Comissão de Piqueteiros foi recebida por Sapag, junto com um conjunto de reivindicações levantadas e aprovadas em assembleia pelos piqueteiros. Durante a reunião Sapag afirmou que havia recebido do governo federal auxílio com roupas, alimentos e medicamentos aos mais necessitados, assim como se comprometeu a religar em 48 horas o fornecimento de energia e gás aos que se encontravam sem, devido à falta de pagamentos, garantiu a criação de postos de trabalho com a instalação de indústrias e realização de obras públicas, declarou a região em estado de *emergência social e ocupacional*, prometeu a criação de linhas de créditos para comerciantes e industriais no Banco da Província,

bem como a não punição dos contestadores sociais e, por fim, o retorno da negociação com a fábrica de fertilizantes.

Laura Padilla, quem fora eleita na assembleia dos piquetes para representa-los, interferiu no discurso de Sapag e exigiu: “você coloca o que está dizendo por escrito e assina. Está nevando, tem gente na rua. Faça algo, uma ata” (AUYERO apud BONIFACIO, 2011, p. 158). Além disso, ela ponderou que levaria a ata, fundamentada nessas propostas e sistematizada em 12 pontos, até os piquetes para que fosse aprovada. Nesse momento Sapag se irrita e afirma “isso é uma piada, acabamos de fazer um acordo”. Laura solicita duas horas para que consulte a assembleia, demonstrando que a ata possivelmente seria aceita.

Na fria tarde do dia 26 de junho, os piqueteiros aprovam a ata em assembleia e encerram o bloqueio das estradas, porém se mantendo em *estado de alerta* diante dos trâmites para o cumprimento da ata. Houve comoção coletiva, passeatas e carreatas pela cidades da região. Contudo, a política assistencialista e paliativa que caracterizava diversos pontos da ata nunca chegou a ser suficiente em termos qualitativos e quantitativos, pois não chegava para todos e para os que chegavam não resolvia o problema. Não tardou para que a situação crítica ressurgisse na região e junto com ela o retorno da contestação social, porém agora com uma bagagem cultural de enfrentamento maior que a do ano de 1996, visto que a organização das lutas passadas gerou maior consciência e aprendizado. Em abril de 1997, o movimento piqueteiro retornaria com mais força e maior capacidade de contestação.

Com o objetivo de compreender que tipo de discursos, de quem, com que conteúdo eram veiculados pelos jornais sobre a contestação social, seus métodos de luta e a luta cultural expressa no capital comunicacional, nos fundamentamos em um registro de aproximadamente 100 declarações, extraídas de 05 jornais, relativas ao período junho/julho/1996. A análise desse conjunto de informações apresenta:

Figura 08 - Discursos veiculados pelo capital comunicacional (entre os dias 26 de junho e 04 de julho de 1996, em Cutral-Có e Plaza Huincul).

Sujeitos	Antes do Enfrentamento	Depois do Enfrentamento	Total
Contestadores sociais	15	12	27
	30,6%	26,1%	28,4%

Outros sujeitos¹⁰¹	7 14,3%	7 15,2%	14 14,7%
Burocratas (estatais, governamentais, partidários)	27 55,1%	27 58,7%	54 56,8%
Total	49 100%	46 100%	95 100%

Fonte: Elaboração própria sobre a base de dados extraídas dos jornais Clarín, La Nación, Página 12, Río Negro, La Mañana del Sur.

A primeira constatação que extraímos desses registros é que os discursos emitidos pelos contestadores sociais ocupam um espaço infinitamente menor (28,4%) que o espaço ocupado pelos discursos da burocracia (56,8%). A maioria absoluta dos discursos dos contestadores sociais demonstra, tanto antes quanto depois dos enfrentamentos, um elevado grau de descontentamento e impaciência com a burocracia (apontada como a responsável pela situação social) e exigências de soluções imediatas da parte da burocracia (estatal e governamental) provincial. Mesmo nos discursos dos contestadores sociais, que também é produzido pelo capital comunicacional que seleciona, recorta, fragmenta o discurso etc., existe uma mensagem implícita que os apresenta de forma negativa (ameaçador, duro, violento, radicais, impacientes), parecendo confirmar a corrente de opinião do capital comunicacional¹⁰².

¹⁰¹ Aqui se encontra membros da intelectualidade (padres, pastores, jornalistas etc.), leitores e vizinhos que não sabemos sua pertença de classe, comerciantes, empresários etc.

¹⁰² Alguns discursos dos piqueteiros parecem reforçar implicitamente a corrente de opinião que o capital comunicacional visava produzir e tornar predominante, isto é, os contestadores como violentos e delinquentes, contudo não passa de aparência. Por exemplo, no trecho a seguir: “Estamos cansados de viver de esmolas e de sermos mantidos por nossas mulheres. Não queremos mais discursos, se isso não for corrigido **vamos fechar as válvulas de gás e depois vemos o que fazem**” (Piqueteiro, La Mañana del Sur, 22/06/1996). Levando em consideração que estamos falando da Patagônia nos meses de inverno rigorosíssimo, em que toda a população necessita do acesso ao gás para manter aquecida suas residências, o trecho grifado soa como bastante ameaçador e violento, podendo reforçar a corrente de opinião desejada pelo capital comunicacional, isto é, a de que **os piqueteiros são violentos**. Porém, vale ressaltar que a violência não é uma essência dos indivíduos que contestavam bloqueando as estradas, cercando as cidades e deixando-as desabastecidas, enfrentando as forças repressivas, ameaçando interromper o fornecimento de gás etc. No fundo, tais ações devem ser encaradas como realmente foram: a resistência das classes exploradas, precarizadas e marginalizadas da divisão social do trabalho; lançadas pela regularização neoliberal no esquecimento social, na miséria, na fome, na desnutrição, na imensa mortalidade infantil etc; tratou-se de uma reação, infinitamente mais fraca, à brutal violência

Em segundo lugar, as declarações que buscaram caracterizar os contestadores sociais e seus métodos compõe um total de 56 discursos dos quais 34% vinculam a contestação social com o delitivo, com a violência e como prejudiciais para as instituições burguesas. Tais caracterizações foram emitidas majoritariamente pela burocracia estatal/governamental (aproximadamente 80%), o que revela um monopólio discursivo por parte dessa classe social. Mais de 20% dos discursos analisados nesse período apontaram para denúncias contra os bloqueios das estradas e da exigência de encerramento da contestação social com o uso da repressão institucional; mais de 40% dos demais discursos tem no seu conteúdo acusações entre frações da burocracia partidária/estatal/governamental buscando mutuamente na oposição os verdadeiros responsáveis pela contestação social (ARTESE, 2013).

Podemos observar que o bloco dominante, desde o início dos enfrentamentos sociais, veio construindo uma corrente de opinião hegemônica que apontava para a criminalização da contestação social, apresentando-a negativamente e de forma estereotipada como delitiva, violenta, perigosa para o estado de direito e suas instituições e, portanto, ilegítima. Coube ao capital comunicacional produzir e reproduzir essa corrente de opinião diariamente, em diversos jornais provinciais e nacionais, ao longo dos dias que antecederam e precederam a repressão institucional. Porém, é importante ressaltar que para os milhares de contestadores sociais essa corrente de opinião era falaciosa, pois em seus discursos o significado de delito era interpretado de forma muito distinta, como exemplifica o discurso de um jovem lumpemproletário, que esteve presente nos piquetes e enfrentou o avanço da gendarmeria:

delito é deles. Delito é não trazer pão às crianças, não comprar os materiais da escola, isso é delito. De que delito estão nos acusando quando o que você quer é trabalho e algo para suas crianças? E te vem atacar com a gendarmeria ... isso diretamente é matança, não delito, uma agressão moral. Aqui tem criancinhas que estão anêmicas, que tem desnutrição, gente que não tem nem o que comer. Delito é ter que levar meus filhos a um refeitório comunitário, e que não haja fonte de trabalho para que comamos todos os dias na mesa juntos. Não sei de que delito a juíza vem me acusar (ARTESE, 2013, p. 43).

A primeira *Pueblada de Cutral-Có*, como ficou conhecido esse episódio, apresentaria de forma mais transparente os elementos que combinariam a nova dinâmica

burguesa e, fundamentalmente, orquestrada pela burocracia. Quer dizer, contextualizando, percebe-se que se tratou de uma **contraviolência à violência burguesa**.

da luta de classes (a ação direta com fortes tendências à autonomização, decisões horizontais em assembleia, auto-organização da luta etc.), seu principal protagonista social (os piqueteiros que inicialmente formavam uma diversidade de grupos e classes sociais e, posteriormente, passou a ser composto majoritariamente pelo lumpemproletariado – desempregados), seus principais métodos de luta (os piquetes bloqueando estradas, ruas e pontes de acesso), sua eficácia contra a invisibilidade social (a radicalidade dos piquetes garantiram a atenção do capital comunicacional e sua propaganda) e sua principal exigência (trabalho).

Nessa pueblada, conheceríamos mais nitidamente também a postura dos seus principais inimigos (burguesia e burocracia) diante da contestação social. Para esses não haveria espaços para canais políticos alternativos, ou está dentro da normalidade institucional, seguindo suas regras e aceitando a regularização neoliberal ou será considerado um delinquente/criminoso/inimigo(imaginário) e, portanto, passivo de repressão, criminalização e eliminação (fuzilamentos). Para isso, a burguesia contaria com o capital comunicacional e, fundamentalmente, com a burocracia para produzirem e reproduzirem um discurso ideológico que criminaliza, apontando a contestação social como delitativa, violenta; criando inimigos imaginários (franco-atiradores, infiltrados, guerrilheiros, terroristas, comunistas etc.); e construindo, a partir desses discursos, uma corrente de opinião hegemônica, contrária à contestação social e seus métodos, temerosa do “perigo” representado pelos piqueteiros e, por conseguinte, favoráveis à repressão institucional. Nesse sentido,

se trata de um produto de noções próprias de um paradigma ideológico no qual se considera a autogestão como uma instância de periculosidade que deve ser remediada, se necessário mediante castigo. A elaboração desse paradigma conforma o germe, semente do processo de criminalização e penalização simbólica do protesto que seria aplicado a outros episódios nos sucessivos governos (ARTESE, 2013, p. 43).

A *Segunda Pueblada de Cutral-Có e Plaza Huincul* (abril/1997) origina-se com uma greve convocada pelo sindicato docente que passa a buscar solidariedade na comunidade neuquina de Cutral-Có e Plaza Huincul, e a encontra quando pais, estudantes secundários e desempregados, apoiando os docentes, bloqueiam novamente a estrada nacional 22, dando início a uma dura contestação das medidas de regularização neoliberal na educação. Logo após o início de sua gestão (1996), Sapag realiza um ajuste salarial dos servidores estatais, reduzindo de 40% para 20% a *zona*

*desfavorável*¹⁰³. Nos primeiros meses de 1997, o Conselho Provincial de Educação apresenta um conjunto de reformas que seriam realizadas na educação da província: a) fusão de séries; b) fechamento de jardins de infância (3-4 anos de idade); c) eliminação dos cargos de coordenação e oficina de ofícios nas escolas médias; d) eliminação das disciplinas de educação física, música, artes plásticas etc.; e) extinção do cargo de porteiro. Na verdade, tais reformas extinguiriam mais de 09 mil horas/aulas e afetaria mais de mil docentes em toda a província (BONIFACIO, 2011). Tendo ou não consciência disso: Sapag “acabava de lançar um fósforo sobre um lago de nafta”.

o grêmio centrava suas denúncias na diminuição: o fechamento de cursos primários, oficinas, escolas especiais e turmas de 3 e 4 anos, a eliminação de horas relacionadas com a educação física, atividades práticas, música e plástica. Conjuntamente, reclamava a devolução de 20% por “zona desfavorável” e se dispunha a discutir o pagamento dos dias não trabalhados (por conta da greve). Mas a primeira bateria de exigências aparecia como a principal, nem tanto por considerar secundários os demais pontos, senão porque eram essas exigências que permitiam a incorporação da comunidade à luta docente: o que estava em jogo não era unicamente o salário dos professores; estava em jogo o futuro da educação pública. Desse modo, a greve adquiriu um caráter dual. Por um lado era nítido seu componente político: o rechaço a Lei Federal de Educação e a defesa da escola pública. Mas por outro lado as reivindicações concretas eram classicamente econômicas: impedir a redução dos postos laborais e conseguir a devolução de 20% do salário. Este caráter dual potencializou o conflito. O componente político (que implicava, contudo, a muito “material” aspiração de impedir o fechamento das turmas e oficinas) integrou a pais e estudantes ao protesto e liberou as energias mais idealistas dos docentes. E o componente econômico permitiu mobilizar ao conjunto dos trabalhadores da educação, incluindo aqueles muito pouco dados ao idealismo ou politicamente indiferentes (PETRUCCELLI, 2005, p. 53).

O início do ano letivo, previsto para 10 de março de 1997, inicia com uma greve docente de duas semanas. Ao contrário da estratégia utilizada no ano anterior, de iniciar a greve gradualmente, esse ano a Associação de Trabalhadores da Educação (ATEN¹⁰⁴)

¹⁰³ A zona desfavorável é um termo que designa um adicional salarial de alguns servidores estatais que trabalham e vivem em determinadas zonas do país consideradas mais difíceis para sobreviver, com custo de vida mais elevado etc., como é o caso da zona patagônica.

¹⁰⁴ “Durante a segunda metade da década de 1990 ATEN estava – e segue estando hoje- afiliada a CTA, e se constituiu como um sindicato poderoso no espectro provincial, fortemente contestatário às medidas educativas implementadas nesses anos. Contava em 1997 com aproximadamente 8.000 afiliados, mais da metade do total de trabalhadores da educação na província. A seccional capital, usualmente chamada ATEN Capital é a mais importante do total das 20 delegações em toda a província, e contava com mais ou menos 3.000 afiliados. Lhe seguiam em importância as seccionais de Zapala e Cutral Có, com mais ou menos 1.800 delegados entre ambas cidades [...] Reunia e reúne docentes de colégios primários e secundários privados e estadual, além de todo o pessoal não docente (porteiros, administrativos, técnicos, guardas etc.). É, como indica seu nome, um sindicato de trabalhadores da educação em um sentido global. Talvez pelo conteúdo ideológico diverso de seus dirigentes e pelo alto grau de ativismo, ATEN é reconhecida como um sindicato plural onde primava a discussão interna mediante práticas assembleiarias. Daniel Zapata, docente de historia em colégios secundários de

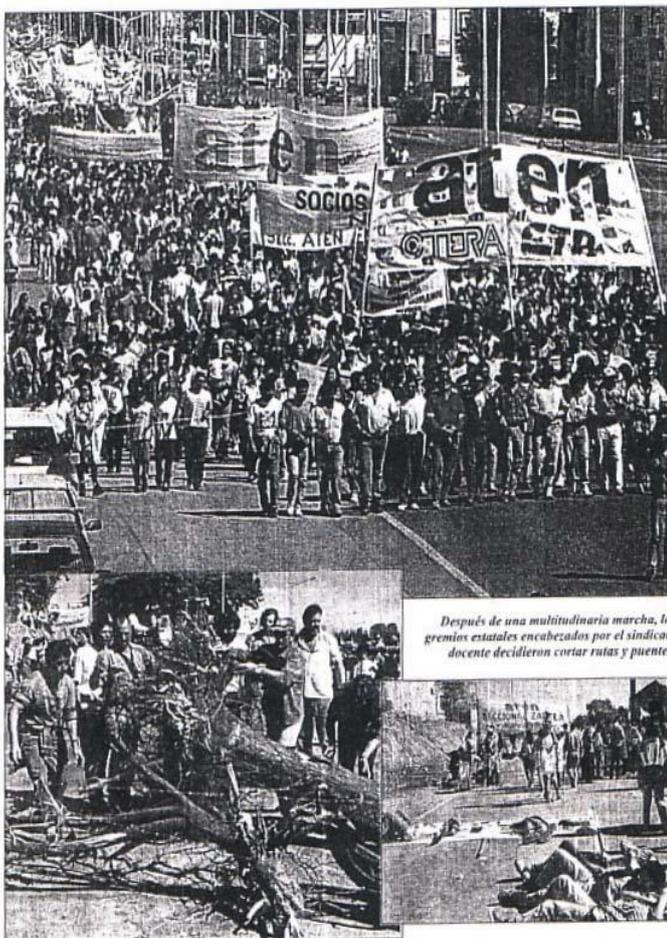
adotou a estratégia de iniciar o ano com uma postura de enfrentamento clara, ainda que sem se arriscar a uma greve por tempo indeterminado. A proposta de uma paralização entre os dias 10 e 24 de março, surgida na seccional de Zapala, obteve um acatamento entre 70% e 90% nas outras seccionais e conseguiu mobilizar 3.500 pessoas na capital Neuquén. O plano de luta aprovado tinha uma dupla finalidade, a restituição dos 20% da zona desfavorável e a retrocedência do conjunto de reformas neoliberais que promovia a lumpemproletarização (desemprego), a precarização do trabalho docente e o sucateamento da educação pública.

Neuquén e delegado de nível médio de ATEN em 1997, comenta a dinâmica política interna: 'No conjunto dos docentes existe um ativismo muito mais importante que no restante dos sindicatos docentes do país. Aqui na capital andaríamos naquele momento em uns 500 ou 600 ativistas, ou seja, compamheiros que tem desenvolvimento político de distintas tendências. É um grêmio que resolve através de assembleias, é um grêmio em que não existe nenhuma condução que se pode estar mais de dois mandatos consecutivos, ou seja se renova permanentemente. Existe muita oposição, muita discussão, muito debate e geralmente te existido uma sorte de conduta sindical. Ainda dentro dos opositores mais decididos a condução, há uma disciplina. a luta se da permanentemente mas nas medidas de conjunto, todos se disciplinam gremialmente" (ARTESE, 2009, p. 126).

Muy grave: los gremios tomaron dos rutas y puentes en Neuquén

● Después de una manifestación que reunió a más de 10.000 personas, los estatales cortaron la Ruta 22 y la Ruta 7, Neuquén permanecía anoche aislada de Río Negro. ● La extrema medida causó un sinnúmero de problemas a la gente, y perjuicios a empresas transportistas de pasajeros y cargas. ● Anoche había fracasado una reunión de negociación entre representantes del gobierno neuquino y de los gremios estatales. ● La Justicia Federal intimó a dejar sin efecto el corte de rutas. Hasta anoche, no había ordenado ningún tipo de acción directa a las fuerzas de seguridad.

Páginas 2 a 4



Después de una multitudinaria marcha, los gremios estatales encabezados por el sindicato docente decidieron cortar rutas y puentes.



Decretó ayer Menem la privatización del Correo

Página 42



Duhalde pudo dominar la dura crisis de su Policía

Página 44

Figura 09 – Capa do jornal La Mañana del Sur (25/03/1997).

Contudo, é interessante perceber que, ao contrário da maioria das mobilizações sociais que tendem a iniciar suas ações com um “clima” empolgante, disposição e crença na possibilidade da vitória, para logo depois ir esfriando os ânimos, instalando a descrença, o desgaste etc., em Neuquén o “clima” inicial era bastante apático e desanimador, com pouquíssimas pessoas participando das marchas e muitos demonstrando apatia e descrença com a luta que não apontava para nenhuma conquista

mínima, os descontos anteriores pelos dias de paralização demonstrava isso. Ninguém poderia prever o que estava por vir: um duro e prolongado combate contra o estado.

Aos poucos os docentes souberam aquecer os ânimos e com uma determinada militância, acompanhadas de muitas discussões, nem sempre amistosas, fortaleceram as convicções, angariaram e estimularam novos companheiros de trabalho a se mobilizarem para contestar com mais força a regularização neoliberal da educação. Logo após a primeira semana de paralização, o governo já havia alertado que cortaria o ponto da semana paralisada. Foi nesse momento que os docentes resolveram, então, vender um pouco mais cara essa “derrota”, pois muitos dos que se encontravam indecisos, após a intransigência de Sapag em não receber os docentes para um dialogo e a truculência do desconto dos dias parados, entraram de vez na luta, reforçando sua organização e combatividade. A ATEN soube traçar um plano de luta que contava com uma forte campanha propagandística, o capital comunicacional emitia algumas declarações dos seus dirigentes sindicais, assim como uma intensa “propaganda militante”, na qual docentes, pais e alunos envolvidos na luta recorriam os bairros das cidades distribuindo panfletos, realizavam assembleias nas escolas conscientizando sobre a necessidade de lutar contra as reformas educacionais, explicando e apresentando os riscos que tal regularização oferecia para o futuro de uma educação pública e de qualidade etc. O fortalecimento da contestação social foi garantido e de uma luta docente transformou-se em uma luta contra o neoliberalismo e sua política de privatização dos serviços públicos (PETRUCCELLI, 2005).

A estratégia da burocracia governamental consistiu em fazer-se de surda, ignorando qualquer possibilidade de negociação com os docentes, reprimindo os grevistas com descontos dos dias parados e com a realização de uma verdadeira ofensiva psicológica através do capital comunicacional, deslegitimando a greve docente, acusando-a de possuir motivações políticas e influências da esquerda tradicional etc. Em diversas oportunidades, a rádio LU 5 emitia os discursos de Sapag: “Houve uma reação desmensurada com 14 dias de greve. Não conheço nenhum grêmio no mundo que comece com 14 dias ou com uma paralização por tempo indeterminado, senão que se começa, para negociar, com um dia de greve; no dia seguinte se negocia. Mas isso, evidentemente, tem conotações políticas [...] é uma espécie de extorsão [...] dia não trabalhado, dia cobrado”, afirmava o governador . Os jornais impressos veiculavam diversos outros discursos (expressão do bloco dominante) com o mesmo teor

ideologêmico, buscando mais uma vez produzir e reproduzir uma corrente de opinião, predominantemente, contrária à greve docente:

“Os que estão [em greve] são os professores e alguns **ideólogos de esquerda** que querem de qualquer forma a **desordem**. Que vão trabalhar! Os professores dessa província estão ganhando o terceiro melhor salário do país, e possuem as melhores escolas, então **não vejo razão para essa paralisação**, porque só querem realizar uma **extorsão política**” (Sapag, La Mañana de Sur, 13/03/97).

“A paralisação da ATEN é uma **paralisação política convocada pelo egoísmo**, e a única coisa que fazem é **prejudicar as mesmas crianças** que de maneira tão **hipócrita** dizem defendê-los” (Susana Decibe, ministra da educação, La Mañana del Sur, 21/03/97).

“Estamos surpreendidos pela **incapacidade dos dirigentes** desse protesto, e se veem **superados pelos partidos de esquerda que se infiltraram**, como sempre para fazer explodir a paz social (Juventude MPN-Neuquén, La Mañana del Sur, 02/04/97).

Tais alegações são expressão da consciência fetichizada que só consegue enxergar política nas instituições burguesas, tais como o partido político, que visam a conquista do poder, através das disputas eleitorais, dos conchavos políticos, da picaretagem, do clientelismo e diversas outras práticas espúrias que caracterizam tais disputas. Além disso, tem a pretensão de deslegitimar a greve acusando-a de possuir motivações partidárias (disputa pelo poder) que visam exclusivamente à conquista de espaços institucionais no poder para enfraquecer o governo de Sapag e não necessariamente, uma luta pela melhoria da educação pública etc. Assim sendo, os docentes estariam lutando muito mais por interesses específicos de determinados grupos (a oposição política) do que por interesses coletivos (educação pública de qualidade) e com isso pretendia-se confirmar e reforçar a corrente de opinião lançada pela ministra da educação e veiculada pelo capital comunicacional: “uma paralisação política e hipócrita, convocada pelo egoísmo”.

Já a acusação de serem influenciados pelas ideias da esquerda (socialismo, marxismo, luta de classes, revolução etc.) tem um ingrediente negativo, visto que tais ideias se fundamentam em um imaginário coletivo que apontam para a existência dos comunistas como inimigos “imaginários”, que atentam contra a ordem social, sendo perigosos e suas pretensões obscuras. Aqui começa a surgir um ingrediente que passaria a compor a estratégia do bloco dominante para criminalizar a contestação social e legitimar a violência da repressão: a invenção do “inimigo imaginário”, que mais adiante discutiremos. A burocracia governamental dificilmente assumiria a existência de uma oposição coletiva contra seu governo e por isso construiu ideologemas que desvirtuam tal oposição, alegando que se trata da ação de um grupo menor, com

interesses particulares e manipulados por ideias e indivíduos perigosos (de esquerda, forasteiros etc.).

Diante da intransigência, arrogância e soberba de Felipe Sapag, que, além de não receber os grevistas para um diálogo, apresentava no capital comunicacional discursos com tom bem provocativo e desqualificando a greve, a ATEN endureceu suas medidas decretando greve por tempo indeterminado e convocando o conjunto dos contestadores sociais (pais, estudantes e apoiadores) a realizar diversas manifestações e marchas.

No dia 24 de março, aproximadamente 10.000 contestadores sociais, seguindo o exemplo dos piqueteiros, bloquearam novamente a estrada nacional 22, na altura da ponte Neuquén-Cipolletti e a estrada provincial 7 que liga as cidades de Neuquén e Centenário. Somente a partir dessa ação é que a burocracia estatal (governador e uma comissão de legisladores) inicia um diálogo com vistas a ensaiar uma possível negociação que, no entanto, não dura três dias, pois o velho caudilho unilateralmente suspende as negociações e judicializa a contestação social, solicitando para o ministro do interior (Carlos Corach) o envio da gendarmeria para desocupar a estrada 22 e deixando tudo “nas mãos da justiça”. Ao invés de negociação, os contestadores sociais receberam a repressão violenta, algo que a ingenuidade de alguns docentes e sindicalistas não permitiram acreditar que ocorreria (PETRUCCELLI, 2005; BONIFACIO, 2011). Foram surpreendidos, pois

providos de um carro hidrante, apetrechados com capacetes, escudos e cassetetes – o que lhes dava um aspecto de besouros – apoiados por uma coluna armada com lança gases e balas de borracha, e protegidos por uma retaguarda provida de fuzis FAL com munição de guerra e cães schnauser, os gendarmes iniciaram o desalojo da estrada. A primeira fila se topou de frente com os manifestantes, que os esperavam de pé e com braços cruzados. Atrás desses milhares de grevistas, pais e estudantes esperavam sentados entonando o hino nacional, que foi substituído por um poderoso *o povo unido jamás será vencido*, quando os primeiros disparos começaram a soar e a fumaça dos gases cobriu toda a estrada. As colunas de manifestantes, localizadas uma em frente de cada ponte, se dispersaram, como estava previsto, a número um ao Colégio Piaget e a outra até o Colégio Santa Teresa, onde os manifestantes em retirada conseguiram refúgio e assim como os afetados pelos gases lacrimogênicos, um cuidado rudimentar. A retirada, considerando as circunstâncias, foi relativamente ordenada” [...] “Em 10 minutos a gendarmeria cumpriu sua tarefa. As forças repressivas não pouparam gás lacrimogênio, balas de borracha, pauladas e jatos de uma mistura de água, gás e uma tintura. Quinze pessoas feridas foi o resultado do enfrentamento” [...] “O episódio mais grave se registrou quando os docentes já haviam despejado a calçada. Um jovem de 23 anos foi golpeado pelos gendarmes e fuzilado por uma bala de borracha no rosto. Gravemente ferido e sangrando foi carregado até a ambulância e levado ao hospital, onde se constatou que tinha um traumatismo craniano e uma ferida aberta na orelha direita. Outros

seis civis, entre eles um jornalista, foram atendidos com ferida e sintomas de intoxicação. A enorme quantidade de gases lançados pelos gendarmes afetou aos moradores do bairro Sapere próximo a região, cujas residências se viram cobertas de fumaça, que afetou particularmente às crianças e bebês”. “A organização dos docentes e a postura de não oferecer resistência impediu que os feridos se multiplicassem” (PETRUCCELLI, 2005, p. 84-85).

A inflexibilidade e despotismo da burocracia governamental, ao contrário do que se esperava, que com o cancelamento das negociações e o envio da repressão violenta, conseguiria esmagar a contestação social, o que realmente ocorreu foi o contrário, pois longe de ficarem amedrontados, os contestadores sociais encontraram forças, com apoio de outros setores, grupos e classes sociais que se somaram à contestação social, para contestarem com mais firmeza a regularização neoliberal. Quase de imediato, docentes de diversas regiões da província foram às ruas e marcharam massivamente repudiando a violência da repressão e, na mesma tarde do dia 27 de março, realizou-se uma assembleia na capital Neuquén, com o intuito de seguir com os planos de luta. Nesse momento, a contestação social se estende para o conjunto da população neuquina, bem como a ampla cobertura da repressão realizada pelo capital comunicacional, contribuiria, uma vez mais, para a nacionalização da contestação social.

Sapag passaria a ser pressionado por vários lados, grupos e classes sociais. A oposição política acusava seu governo de incapaz de lidar com a contestação social e responsabilizava o governo nacional por exportar a contestação social para todo o país, as instituições representantes da burguesia (comercial, industrial, agrária etc.) e sua burocracia auxiliar começavam a apresentar suas queixas e prejuízos com o bloqueio das estradas, exigindo o restabelecimento imediato da ordem e, assim como várias outras classes sociais, insistia em apontar os métodos utilizados (auto-organização e ação direta sem respeito às instituições burguesas; piquetes bloqueando estradas etc.) como sendo anticonstitucionais e, portanto, ilegais. O capital comunicacional, através das suas empresas capitalistas de comunicação, cumpria seu papel produzindo e reproduzindo o discurso do poder, que além de exigir soluções imediatas, condenava os métodos piqueteiros, e através desses buscavam construir uma corrente de opinião dominante, que exigia soluções e o fim imediato do conflito:

“O bloqueio de estrada é um **atropelo da cidadania**. Não se pode **prejudicar com o protesto** a outros setores como o que representamos, que brinda mão de obra e ocupação a numerosas pessoas da região” (Miguel Miguel, presidente da Câmara de Fruticultores Integrados, Río Negro, 26/03/97).

“A medida **prejudica a toda comunidade** porque estão **infringindo direitos elementares consagrados na constituição**, como é a livre circulação, e **pedimos ao governo que se restitua** o marco jurídico de convivência lógica” (Associação de Comércio, Indústria, Produç. e Afins de Neuquén, La Mañana del Sur, 27/03/97).

“[A medida de força impulsada por ATEN] é **muito grave** para a Província de Río Negro, a raiz dos prejuízos econômicos gerados” (Roberto de Bariazarra, ministro de governo de Río Negro, La Mañana del Sur, 27/03/97).

“Estamos na presença de um **fato absolutamente ilegal** ... com o agravante de que não existem outras vias de acesso para escoação da produção frutífera, altamente perecível” (Miguel Miguel, presidente da Câmara de Fruticultores Integrados, 27/03/97, Río Negro, 26/03/97).

“Não pode ser que bloqueiem a estrada, **isso tem que acabar** porque não se pode usar isso como **metodologia na qual ninguém põe freio** [...] O **governo deveria realizar uma severa advertência** para evitar os bloqueios de estrada [...] Essa modalidade está se convertendo em uma ferramenta de protesto de fácil utilização [...] A reiteração dessas medidas fornecem **elementos para um clima de desordem social que acreditamos que é necessário evitar**” (Miguel Miguel, presidente da Câmara de Fruticultores Integrados, 27/03/97, Río Negro, 27/03/97).

“O dilema que colocou o bloqueio de estradas não foi apenas muito importante porque causou **graves perdas econômicas**, senão porque evidenciou algo **muito perigoso para a saúde da democracia**: que se institua como prática **habitual o método de bloqueio de estradas nacionais** cada vez que um setor determinado tenha um problema, não é um detalhe senão toda a questão” (Rubén Boggi, jornalista, La Mañana del Sur, 30/03/97).

“**ATEN é um partido trotskista que está utilizando a metodologia do foquismo** que consiste em gerar um conflito em um lugar, não deixar nenhuma porta para resolvê-lo e quando explode e aparece um morto estender o conflito para o resto do país” (Eduardo Amadeo, secretário do desenvolvimento social, Página 12, 16/04/97).

“O bloqueio da estrada 22 em Plaza Huincul e Cutral-Có **atenta contra os direitos constitucionais de livre circulação, liberdade de trabalho e abastecimento** dos quase 30 mil habitantes da zona norte de neuquina” (Aldo Vivas, presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Produção de Chos Malal, La Mañana del Sur, 17/04/97).

Em parte o governo via sua postura debilitando com o crescimento da pressão. Setores do partido justicialista atribuía o fracasso da negociação para ambas as partes e acusava o grêmio da responsabilidade pela exportação do conflito para o restante do país. Isso demonstra apenas uma das visíveis pressões a que o governo de Sapag possivelmente estava submetido. No plano provincial, deputados opositores (FREPASO, UCR, MPN blanco e independente) solicitaram uma sessão especial para a semana seguinte com o objetivo de aprovarem um projeto de lei que restituiria a todos os servidores estatais os 40% da zona desfavorável. Em resposta, Sapag ameaçava vetar tal projeto caso fosse aprovado. Setores da intelectualidade religiosa local (padres,

pastores e outros sacerdotes) das principais religiões locais (católica, batista, metodista etc.) iniciavam um jejum coletivo contra o “clima de medo e violência” gerado pelo governo.

Contudo, Sapag ainda contava com duas “cartas na manga” a serem lançadas contra os grevistas: desconto dos dias trabalhados e o chamado a conciliação obrigatória. O objetivo da primeira cartada era quebrar economicamente o movimento grevista, atacando os salários dos docentes mobilizados. Nesse objetivo Sapag demonstrava firmeza, como demonstrava ao não pagar nenhum servidor das 240 escolas “rebeldes” que se negaram a enviar para o conselho provincial de educação a lista com os nomes dos servidores grevistas. Além disso, convocou os punteros do MPN a recorrerem diversas escolas, quebrando os cadeados e pondo os refeitórios das mesmas para funcionarem sob a cínica alegação que, ao contrário dos grevistas, o governador não deixaria as crianças passarem fome. O segundo e duro golpe veio com o chamado a conciliação obrigatória. Alguns relatos demonstram também que muitos grevistas receberam ligações ameaçadoras: “para o bem de vocês é melhor que voltem a trabalhar” (La Mañana del Sur, 03/04/97), assim como foram registrados casos de apedrejamento de algumas residências de alguns dirigentes docentes da capital neuquina (Clarín e Río Negro, 03/04/97).

Conforme destaca Bonifacio (2011), as estratégias de Sapag chegaram a desmoralizar os docentes, mas, ainda assim, não foi suficiente, como pretendia o governador, para que recuassem diante da conciliação obrigatória. Mais uma vez “o tiro sairia pela culatra”, já que

no dia 09 de abril o grêmio convocou os docentes a marcharem pelas estradas de toda a província. Simultaneamente à marcha em Neuquén, se realizaram concentrações e “caminhadas” sobre as estradas em várias localidades da província: Cutral-Có e Plaza Huinul, Centenario, Rincón de los Sauces, Zapata, Senillosa, Piedra de Aguila, Las Lajas, Chos Malal, San Martín de los Andes e Junín de los Andes [...] A partir desse momento se abriria uma janela de oportunidade política em Cutral-Có e Plaza Huinul, a caminhada terminaria em bloqueio de estradas e a demanda docente se veria ultrapassada pela demanda dos desempregados. A menos de um ano da pueblada a história voltaria a se repetir [...] (BONIFACIO, 2011, p. 167).

Inicialmente, o que havia sido deliberado na assembleia convocada pelos docentes, foi que realizariam passeatas pelas estradas, pois a proposta de cortar novamente a estrada 22 foi desestimulada, visto que as ameaças judiciais contra a ATEN e sua licença para representar os docentes fora ameaçada com o não cumprimento da conciliação obrigatória, e mais uma medida fora dos marcos da

legalidade colocava em risco a institucionalidade sindical¹⁰⁵. Nessas circunstâncias, começa a aparecer posições distintas sobre a metodologia a ser adotada na luta e nasce a *Coordenadoria dos Pais* que assume a responsabilidade de levar adiante o bloqueio das estradas. Tal posicionamento gera divisões entre os docentes que optam por não apoiar o bloqueio, mesmo com muitos se mantendo na estrada por conta própria e não seguindo uma decisão sindical. Muitos sindicalistas em vão começavam a desestimular os pais em manterem o bloqueio.

Seguindo as análises de Bonifacio (2011), podemos identificar quatro grupos no interior do piquete que bloqueava a estrada no dia 09 de abril de 1997. Eram eles: 1- Os docentes que se mantiveram por conta própria; 2- A Coordenadoria dos Pais; 3- Os estudantes secundários; 4- Os desempregados (ex-sindicalistas, punteros do MPN e do PJ, militantes de partidos de esquerda e um grupo de jovens – os fogoneros). Os docentes, apesar de muitos se manterem no piquete mesmo com o repúdio dos demais em relação ao recuo sindical, já não eram uma força social expressiva no seu interior. Na verdade, dava-se início à tendência de desinstitucionalização da contestação social.

A coordenadoria dos pais foi composta por aqueles que em solidariedade atenderam a convocação dos docentes nas assembleias, conversas e panfletagem pelos bairros. Esses, que com o passar da luta foi crescendo em número, ali se encontravam para lutar pelo futuro da educação pública, pelo futuro de seus filhos. Eram compostos por indivíduos pertencentes às classes desprivilegiadas: lumpemproletários (trabalhadores por conta própria, desempregados, ex-operários da YPF), docentes na qualidade de pais, pequenos comerciantes etc. Muitos deles já possuíam alguma espécie de militância política partidária em partidos comunistas, bem como em outros partidos

¹⁰⁵ Mais uma vez podemos apontar e reforçar nossa crítica acerca do caráter burguês das lutas sindicais. Tal caráter se revela no fato dessas lutas serem, essencialmente, lutas heterogeridas (alienadas). Tanto no sentido de apontar que a luta operária/docente etc. não é gerida pelos operários/docentes etc., mas sim pelos dirigentes sindicais, quanto no sentido da própria luta sindical e suas ações estarem submetidas aos marcos legais institucionais, próprios das formas de regularização das relações sociais capitalistas (com pouquíssima margem para manobras distintas), logo formas de regularização burguesas. Dessa maneira, as lutas sindicais são lutas limitadas pelos interesses concretos que se encontram por detrás dessas instituições burguesas. E pouco ou quase nada importa se essas instituições são dirigidas, nesse ou naquele mandato, por militantes com vínculos com a ideias e práticas da esquerda tradicional (leninistas, trotskistas, maoístas etc.), como era o caso da ATEN que era dirigida por militantes trotskistas naquele contexto e isso não garantiu a radicalização das lutas sociais, pelo contrário, o que tal instituição fez foi sair da luta. Ironizando o trotskismo da ATEN, Petruccelli afirma: “como organização, a atitude da ATEN (ao se retirar do bloqueio) se assemelhou mais com uma fuga encoberta, do que uma articulação semiclandestina de medida de força” (2005, p. 106 – parênteses nossos).

(peronistas, radicalistas etc.). De uma forma ou de outra, já estavam acostumados com algum tipo de enfrentamento e mobilização política que, até certo ponto, auxiliava na organização da contestação social. Entraram em atrito com a ATEN, uma vez que compreendiam as razões de sua retirada dos piquetes, mas não aceitava sua posterior falta de apoio material. No fundo, o caráter dirigente das instituições sindicais não permitia aceita-los de forma orgânica no interior da organização da contestação. Foram responsáveis por apoiar, nas primeiras assembleias realizadas nos piquetes, a unificação das demandas dos docentes com a do lumpemproletariado (desempregados).

Os estudantes secundaristas se organizavam em torno dos centros estudantis, se encontravam em um número expressivo de aproximadamente 500 estudantes e foram responsáveis por encabeçar a primeira manifestação convocada essencialmente por eles, desde o início da contestação docente (La Mañana del Sur, 03/04/97).

Entre os desempregados, haviam ex-dirigentes sindicais (ATE/CTA), punteros, muitos dos quais se encontravam no piquete expressando os interesses partidários e contrários ao desenvolvimento da contestação social, da solidariedade entre os contestadores etc. (MPN, partidos de esquerda, PJ)¹⁰⁶ Os fogoneros eram representados por um grupo entre 50 e 70 jovens lumpemproletários (a juventude sem estudo e sem trabalho), residentes dos bairros pobres, próximos à estrada 22, que se posicionaram no primeiro piquete. Se autodenominavam *fogoneros* e não mais piqueteiros, pois esses eram acusados de traírem os contestadores sociais na primeira pueblada de 1996. No fundo, mesmo havendo casos individuais de cooptação, a generalização dessa corrente de opinião acerca dos piqueteiros como traidores, compõe o leque de medidas propagandísticas do bloco dominante, cujo objetivo é desqualificar os contestadores sociais, apontando-os como traidores, corruptos etc. Sobre os rumores de traição da parte dos piqueteiros na primeira pueblada de Cutral-Có e Plaza Huincul (1996), Bonifacio (2011) aponta que

a comissão de piqueteiros, devido à desconfiança em relação aos políticos, tratou de organizar e distribuir a ajuda social, fundamentalmente bolsas de alimentos e subsídios. Esta bem intencionada ação fez cair sobre as

¹⁰⁶ Foi constatado por diversos contestadores sociais que a postura dos punteros nos piquetes era funcional aos interesses do governador Felipe Sapag. Em várias entrevistas, realizadas por José Luis Bonifácio (2011), diversos contestadores sociais confirmavam isso: “Os punteros estava sempre tratando de romper e dividir a gente. E a soltar coisas como ‘[...] os docentes se borraram, os docentes nos deixaram sozinhos’ [...]” “E aqui não tem que se meter os zurdos (canhotos - termo depreciativo para se referir aos comunistas). lam e tagarelavam, gritavam” (Silvia, 06/03/08); “Tínhamos os punteros do MPN dizendo: aqui os docentes não estão, nos traíram, se foram! Usaram de toda essa manobra com os fogoneros. Os fogoneros tinham essa tônica” (Mariela, 29/03/08).

comissões de trabalho dos piqueteiros uma grande carga de trabalho social para o qual não estavam preparados. Ao mesmo tempo não tiveram as condições de aprofundar a politização das necessidades desde a perspectiva dos direitos sociais e sua reivindicação, o que poderia ter fortalecido o processo de organização popular. Eles se encarregaram de formar listas de pessoas com necessidades de trabalho e também de distribuir planos sociais e alimentos. Em um contexto de insuficientes recursos para uma multidão com necessidades, a comissão de piqueteiros apareceu como o referente material e simbólico da escassez. Não passou muito tempo para que os piqueteiros mesmos se convertessem em objetos de reclamações populares e, portanto também fossem marcados pelas mesmas suspeitas de corrupção que pesam sobre os políticos. A criminalização do protesto social e a perseguição de algumas lideranças piqueteiras [...] formou parte das táticas utilizadas para amedrontar os piqueteiros. Logo após semanas do levantamento do bloqueio, as ameaças e as perseguições foram parte de suas vidas cotidianas [...] Em síntese, a crença firmemente estendida acerca da traição dos piqueteiros possui componentes reais e uma importante carga de meias verdades e falsas histórias, que surgiram dos próprios moradores vítimas de necessidades insatisfeitas e inclusive de políticos mal intencionados. A transmissão cara a cara e os meios de comunicação se encarregaram de instalar acriticamente uma realidade que, assentada sobre bases reais, foi sendo criada em versões onde os piqueteiros parecem como pessoas que: ‘se enriqueceram’, ‘estão no poder’, ‘possuem negócios’ etc. Essa crença vem acompanhada de uma tentativa em buscar soluções individuais, na qual reafirma o clientelismo, e uma apatia pela política em geral. A reprodução das relações de dominação existentes antes da pueblada foi recomposta e o rumor de ‘traição dos piqueteiros’ termina sendo funcional aos grupos de poder” (BONIFACIO, 2011, p. 160- 161).

Os fogoneros se somaram à constestação social atendendo ao pedido da comissão de pais que vinha recorrendo os bairros da região, solicitando apoio da comunidade na manutenção e fortalecimento dos piquetes (Río Negro, 12/04/97). Como afirmava um dos fogoneros: “Viemos pelos professores, ainda que somos analfabetos ... eu só tenho a sétima série e outros nunca estudaram” (Río Negro, 15/04/97). Esses jovens lumpemproletários modificariam a dinâmica dos piquetes, adicionando grandes doses de radicalidade em suas ações que contrariavam algumas pretensões da comissão de pais e dos docentes, como por exemplo, a de não oferecer resistência no caso de uma nova repressão estatal. Quanto a essa preocupação, os fogoneros estavam dispostos a resistir aos gendarmes, independente de sua quantidade, independente de suas armas e independentes da opinião dos demais. Sem dúvida, estavam em uma posição de rebeldia com grande carga sentimental e encontraram nos piquetes e no enfrentamento com as forças militares uma oportunidade de realizar algo mais digno do que viver na miséria cotidiana dos bairros lumpemproletários e proletários. Vale lembrar que os enfrentamentos com as forças repressivas do estado faziam parte da cotidianidade da

juventude lumpemproletária nos bairros pobres de diversas cidades argentinas, como veremos mais adiante¹⁰⁷.

Contrariando, novamente, a perspectiva leninista acerca da postura política reacionária do lumpemproletariado, os fogoneros demonstraram uma postura política radical consciente, não se tratou de uma ação espasmódica, antes compulsiva que consciente (THOMPSON, 1998). Apesar da sua condição de classe marginalizada, da sua escassíssima formação cultural escolar e de suas duras e violentas experiências de sobrevivência, tais jovens apresentavam uma consciência política um tanto quanto avançada, principalmente a de ter uma grande desconfiança em relação à política partidária e seus políticos profissionais. Em uma entrevista, cedia ao jornal *La Mañana del Sur*, é possível extrair um pouco do seu posicionamento político e do seu desprezo pela representatividade vertical, típica das instituições (burguesas) burocráticas:

Jornalista: A quem culpam pelo que está ocorrendo?

Fogoneros: Ao governo (respondem em coro).

Jornalista: Pensam que é justo o que fazem?

Fogoneros: Os fogoneros estão realizando uma manifestação justa, por algo razoável, não por idiotices. Aqui se pede trabalho, nada mais que isso.

Jornalista: Vocês acreditam que são heróis?

Fogoneros: Não (em coro). Não nos sentimos heróis. Somos cidadãos iguais a qualquer outro. Simplesmente não acreditamos mais. Não temos líderes, porque não queremos ter líderes.

Jornalista: Vocês se consideram representantes da desesperança e do descontentamento do povo?

Fogoneros: Não, não representamos nada, nem as outras províncias. O que estamos fazendo é defender um povoado e temos visto que outros povoados estão nos apoiando (*La Mañana del Sur*, 15/04/97).

¹⁰⁷ “Sem dúvida, a oposição à polícia constitui um dos elementos centrais da ‘narrativa’ identitária das jovens gerações. Essa oposição à presença e ação da polícia remete à uma experiência comum de perseguição e rechaço que sofre grande parte da população jovem argentina, sobre tudo, a proveniente dos setores populares e das classes mais baixas (proletariado precarizado, lumpemproletariado etc.). Esse tema tem origem na última ditadura militar, mas encontra uma forte continuidade nos anos da democracia, da mão do sistema repressivo institucional, encarnado pelas sempre inquietantes forças policiais (provinciais e federal). Não esqueçamos que, desde 1983 em diante, os jovens tem sido e continuam sendo as vítimas privilegiadas do disciplinamento policial nos bairros, ou na saída de bailes, através do *gatillo fácil* e da repressão. Em consequência, o rechaço à polícia, uma das instituições mais questionadas das últimas décadas, possibilita uma identificação de base entre os jovens, mas além da diversidade das origens sociais ou dos círculos de pertencimento: uma experiência que, por meio de diferentes linguagens, tende a por descoberto e a denunciar a estigmatização da juventude como ‘classe perigosa’, no limite, encarnação da ‘classe sobranete’ no marco de uma sociedade excludente” (SVAMPA, 2010, p. 178 – parênteses nossos).



Figura 10: Os fogueiros de Cutral-Có, abril de 1997.

O posicionamento dos fogueiros no primeiro piquete não era casual, estavam ali para fazer frente ao avanço dos gendarmes, *somos los que hacemos el aguante* (os que fazem a resistência). Sua postura radical encontrava pouco eco entre os docentes, pais e os burocratas sindicais. O diálogo entre esses grupos sociais foi problemático, visto que existia uma incompreensão de ambas as partes a respeito do que deveria ser feito ou não, de que forma, com que ferramentas etc. Os fogueiros não compreendiam, já naquela altura do enfrentamento, tamanha preocupação dos outros grupos com a questão da legalidade, com a excessiva preocupação e medo da repressão. Em relação a essa, constantemente zombavam os professores e pais, como aponta Petrucelli (2005), em uma das entrevistas realizadas com os fogueiros nos piquetes: “Os professores passaram o dia discutindo para que lado irão vazar”, afirmou um deles sorrindo.

A incompatibilidade das preocupações, interesses e perspectivas dificultava a realização de uma ação conjunta entre os demais e os fogueiros. A burocracia sindical não sabia lidar com esses, pois era viciada no formato das lutas sindicais, na relação entre dirigentes/dirigidos na busca por negociações etc. Já os fogueiros não tinham disposição para negociar com o estado, senão no enfrentamento físico direto com seus aparatos repressivos, sem preocupações com maiores delongas tático-estratégicas (sinais de uma consciência ainda limitada), valorizavam os companheiros pela coragem e disposição em lutar coletivamente, a decidir por eles mesmos, e não o respeito e consideração pelo cargo que ocupa e a sensatez dos seus discursos etc. Além disso, existia outro elemento que dificultava bastante a articulação entre esses grupos. Trata-se

do histórico preconceito da esquerda tradicional (leninismo, trotskismo, stalinismo etc.) em relação ao lumpemproletariado, à classe marginal do capitalismo, notório na postura e discurso de muitos dirigentes da ATEN:

os fogoneros também foram tratados de forma um tanto desdenhosa de “marginais”, por alguns dirigentes incluindo Liliana Obregón (burocrata da ATEN). Em um momento em que a excitação pareceu chegar ao ápice, uma professora tomou o megafone e pediu: “os docentes, nos reunimos aqui, os estudantes, por favor, voltem para suas casas ... e os ‘indigentes’ ... façam o que quiserem”. A inflexibilidade do grupo duro – determinada fortemente por sua condição de “não ter nada a perder”, situação muito distinta da dos docentes -, sua persistente desconfiança com os políticos, os sindicalistas, e as lideranças em geral, tanto como seu temor constante da traição e o uso de códigos linguísticos e de conduta diferenciados, pôs travas a uma aproximação [...] Enquanto para a maioria dos dirigentes (sindicais) o bloqueio constituía uma ação isolada, levada a cabo por grupos de “marginais” e “lumpens” descontrolados em um marco de anarquia (PETRUCCELLI, 2005, p. 113- parênteses).

Às 18hs00min, do dia 10 de abril/1996, os contestadores sociais seriam notificados pelo estado que deveriam levantar os piquetes que bloqueavam as estradas no prazo máximo de 05hs00min. A ordem foi emitida pelo juiz Oscar Temi e entregue pelo Juizado Federal de Neuquén, com a presença de quatro gendarmes e do comandante da gendarmeria, Oscar Galli, que explicou aos contestadores:

“Existe uma ordem da justiça e nós temos que fazer cumprir. Sabemos que se trata de uma reclamação justa, porém estão bloqueando uma estrada nacional e isso **constitui um delito**” (Río Negro, 11/04/97).

No momento em que os contestadores sociais foram comunicados do prazo para levantamento dos piquetes, diversos jornais estavam no local e registraram a presença de diversos contestadores sociais (os fogoneros) encapuzados e armados de pau, pedra, bombas molotov, mas, como “bons jornalistas”, inventaram que os contestadores sociais também estavam armados com armas de grosso calibre e, nos dias seguintes, seriam comparados com os palestinos da *Intifada*¹⁰⁸, alimentando a especulação acerca da existência de grupos externos infiltrados na contestação social, de indivíduos desviados, bêbados, desejosos de violência, provocadores, inconsequentes, perigosos etc. (ARTESE, 2009, 2013; KLACHKO, 2007; LA MAÑANA DEL SUR, 1997, RÍO NEGRO, 1997). Essa era a corrente de opinião que, através do capital comunicacional, pretendia tornar-se predominante e com isso colaborar com a repressão iminente,

¹⁰⁸ Resistência palestina contra as forças de ocupação israelenses na Faixa de Gaza e Cisjordânia (territórios palestinos).

tornando-a justificável (inclusive com o uso de armas de fogo) e necessária, visto que enfrentaria “inimigos (imaginários) armados, forasteiros, perigosos etc.”:

“Um dos piquetes está composto por **pessoas não vinculadas ao conflito docente**, algumas das **quais não pertencem à nossa província**. Tem se constatado que tal grupo está **fortemente armado com bombas molotov e armas de grosso calibre**. Este grupo tem tomado uma **atitude provocadora, incitando ao enfrentamento aberto, com o evidente objetivo de gerar uma desordem institucional grave**” (Carlos Silva, ministro de governo, La Mañana del Sur, 12/04/97).

“**Os fogoneros se movem cômodos em uma anarquia** que está diretamente relacionada com essa região. **Não possuem medo e assustam. Com pedras, paus e estilingues se animam a qualquer loucura: não conhecem limites**” (Jornalista, Río Negro, 12/04/97).

Ao contrário da Primeira Pueblada (1996) em que sua massividade e heterogeneidade impossibilitou o avanço da repressão, em abril de 1997 não havia disposição nem do governo provincial, nem do governo nacional em permitir que outra forte contestação social, utilizando do bloqueio de estradas como metodologia de luta, pudesse constituir-se como ferramenta fundamental para contestar as regularizações estatais. Desse modo, na madrugada do dia 12 de abril/1997, às 5hs50min

quatrocentos gendarmes avançam com uma escavadeira e um caminhão hidrante sobre a estrada nacional 22 em direção aos piquetes [...] os gendarmes atacam com gás lacrimogênio, balas de borracha e cães. E os fogoneros e a população lhes devolvem pedras, bombas molotov e pedras incendiadas de gasolina. Durante os quarenta e cinco minutos iniciais os gendarmes despejam os quatro primeiros piquetes dispostos em uns mil e quinhentos metros e chegam à torre da YPF, principal acesso a Plaza Huincul. No meio de uma coluna da gendarmeria que avança sobre os manifestantes, o juiz Temis dá as ordens desde um veículo fortemente protegido [...] Os primeiros piquetes cedem, porém na região urbanizada de Plaza Huincul resistem a pedradas e ocorre combates corpo à corpo. Centenas de jovens que chegam desde as ruas laterais atiram pedras nos policiais e gendarmes. Também há algumas bombas molotov e tiros. A estrada 22 fica limpa de barricadas e repleta de cartuchos de gás. Policiais golpeiam os detidos, inclusive às crianças, e também atiram pedras nos manifestantes. Alguns políticos são detidos. Se aproximam alguns deputados para falar com o juiz e os gendarmes disparam. Às 08 da manhã haviam desalojado a estrada, porém a gendarmeria avança até Cutral-Có e sai da estrada, onde lhe correspondia atuar por ser território nacional, para penetrar no bairro carente das ‘Quinientas Viviendas’, atirando gás, lacrimogênio, balas de borracha etc. na direção das casas. Isto enfurece os moradores que saem para as ruas a enfrenta-los” (KLACHKO, 2002, p. 189).

Conforme aponta Artese (2013), o desalojo nunca foi completo, pois assim que os gendarmes desocupavam um trecho da estrada, os fogoneros os contornavam e novamente instalavam as barricadas com pneus incendiados e os apedrejavam pelas costas. E a partir do momento que as notícias sobre o que acontecia na estrada chegaram às cidades próximas, espontaneamente diversas pessoas passaram a se direcionar para a

estrada e saíram em defesa dos contestadores contra a repressão estatal. Aproximadamente 500 pessoas cercaram a gendarmeria na altura do aeroporto e mantiveram a estrada bloqueada com pneus queimados. Com o passar dos minutos concentraram-se mais ou menos 10 mil pessoas nesse bloqueio, o que obrigou o juiz a deslocar os gendarmes dali. Durante o operativo nos bairros pobres próximos à estrada, a polícia provincial fere, às 09hs30 min, Teresa Rodríguez fatalmente. Uma jovem de 24 anos, pedagoga desempregada, que trabalhava como empregada doméstica e era mãe de 03 crianças. Por volta de 12hs00, com suas munições esgotadas quase completamente, a gendarmeria se desloca da região, superada por mais ou menos 15 mil manifestantes que a faz recuar 08 km dali.

Nos próximos dias, a luta de classes se manifestaria no plano cultural, através da corrente de opinião que o capital comunicacional insistiria em veicular nos discursos jornalísticos, buscando torná-la hegemônica. Agora, tanto para justificar a repressão violenta, criminalizando a contestação social, apontando os contestadores sociais como delinquentes (atores de um conjunto de delitos), inconsequentes, os responsáveis pela violência, subversivos estrangeiros, guerrilheiros etc. quanto para ofuscar a responsabilidade das forças repressivas diante do assassinato de Teresa Rodríguez, chegando até mesmo a responsabilizar uma entidade metafísica (a crise), quanto na invenção de um inimigo imaginário, através da falácia do *rebrote subversivo* (reemergência subversiva) e da existência de franco-atiradores etc. (La Mañana del Sur, 13/04/97). O discurso falacioso sobre a existência de franco-atiradores (inimigo imaginário) será reiterado em diversos outros movimentos de contestação social posteriores¹⁰⁹ (ARTESE, 2009, 2013). Seleccionamos alguns trechos de discursos¹¹⁰,

¹⁰⁹ “A Gendarmeria não utilizou armas de fogo para reprimir em Corrientes, as mortes foram causadas por **grupos de provocadores infiltrados e por franco-atiradores que dispararam** desde os edifícios próximos à ponte [...] Os que estão absolutamente identificados são o Grupo Pátria Livre, Venceremos e Quebracho, e alguns grupos que se definem com certas afinidades com eles. Conhecemos a existência de grupos violentos, provocadores que estão misturados com os manifestantes que protestam legitimamente” (Federico Storani, ministro do interior, Corrientes, Clarín, 18/12/99); “[...] os gendarmes foram recebidos a tiros desde o acostamento da estrada. A partir dali se iniciaram uma série de ações com troca de tiros de armas de fogo entre os gendarmes e **um grupo de franco-atiradores que atirava com armas pesadas. Isso está totalmente comprovado.** Durante duas horas **os franco-atiradores atiraram** com armas de fogo contra a gendarmeria, que respondeu com balas de borracha e gás, e depois de receber autorização do ministério do interior, com armas de fogo” (Abel Cornejo, juiz federal, Salta, Página 12, 18/06/2001).

¹¹⁰ Para esse episódio – A Segunda Pueblada de Cutral-Có e Plaza Huincul – analisamos 290 discursos, extraídos de 05 jornais argentinos (nacionais e provinciais).

veiculados pelo capital comunicacional, entre 13 e 16 de abril, dias posteriores à brutal repressão, com o intuito de ilustrar essa análise:

“[A responsabilidade sobre os fatos são dos] **ativistas de esquerda** que chegaram **armados na província** e da inflexibilidade de suas exigências por parte dos docentes” (Sapag, governador, Página 12, 13/04/97).

“O governo tem a obrigação de garantir o direito de greve. Porém terá que ver como se faz em cada caso. Porque **não é colocando em perigo a vida dos habitantes, bloqueando estradas, ocupando violentamente os espaços públicos**, queimando pneus, que se faz um protesto” (Carlos Corach, ministro do interior, Página 12, 13/04/97).

“O objetivo oficial é assumir a preservação da ordem e da paz pública. **Repudiamos o exercício da violência**. Foram os menores do secundário quem bloquearam a estrada. **Os gendarmes não utilizam armas com bala de chumbo**” (Carlos Corach, ministro do interior, Página 12, 13/04/97).

“O ministro Corach esclarece que a bala que matou a Teresa Rodríguez **não veio das armas que usa a Gendarmeria. Nem tampouco, segundo informou Sapag, da polícia provincial**. A pergunta surge inevitavelmente: uma morte em uma província argentina. Sob que jurisdição está?” (Gabriel Saidon, jornalista, Clarín, 13/04/97).

“Gendarmes e policiais generalizaram o lançamento de gás até o interior da cidade, onde se registraram numerosas detenções, muitos menores de idade. Os presos foram golpeados e levados em camionetes sem identificação. **Nas ruas dos centros e bairros se registraram alguns confrontos, nos quais se escutaram alguns disparos com armas de fogo provenientes dos manifestantes**. Alguns jornalistas foram atingidos pela ação repressiva” (La Mañana del Sur, 13/04/97).

“**As balas de calibre 32 não são usadas pela Gendarmeria nem pela polícia da província de Neuquén**. Segundo os dados que temos recolhido, não foi utilizado durante a repressão esse tipo de projétil, e, portanto **se descarta que a polícia provincial esteja envolvida neste problema**” (Carlos Silva, ministro do governo, La Mañana del Sur, 14/04/97).

“A **crise** em Neuquén já **produziu uma morte**” (Capa do Jornal Clarín, 13/04/97 – dia posterior à repressão estatal que assassinou Teresa Rodríguez).



Figura 11: A capa do Jornal Clarín, no dia posterior ao assassinato de Teresa Rodríguez, pelos aparatos repressivos do estado (Neuquén, 12/04/97).

“**Existem grupos se rearmando no âmbito da subversão**, realizando **exercícios pré-revolucionários**. São **grupos que tem atuado em outra época** e que **agora estão se rearmando no âmbito da subversão**. **É preciso perguntar se foram eles quem mataram Teresa Rodríguez**” [...] (Carlos Menem, presidente da república, Página 12, 16/04/97).

“**Houve grupos armados com bomba molotov e armas de grosso calibre, que não estão vinculados ao conflito docente**” (Carlos Silva, ministro do governo, educação e justiça de Neuquén, Clarín, 14/04/97).

“**Houve grupos subversivos** que atuaram ativamente **aproveitando** uma situação dura, de falta de trabalho, de pobreza em Cutral-Có e Plaza Huincul. Onde existe uns 30% de desempregados, em sua maioria jovens” (Sapag, governador, La Nación, 17/04/97).

“**Os encapuzados e as bombas molotov** me provocavam a maligna **recordação da guerrilha**. E o discurso do presidente Carlos Menem, acusando **os manifestantes de práticas subversivas**, me fazia recordar a trágica retórica das juntas” (Rodolfo Terragno, presidente da União Cívica Radical, Río Negro, 17/04/97).

A brutal repressão contra a Segunda Pueblada, em Cutral-Có e Plaza Huincul, representou um ponto de inflexão na postura do bloco dominante, diante da contestação social à regularização neoliberal. Com a impossibilidade de fazer retroceder a regularização da acumulação integral e suas consequências para os grupos e classes desprivilegiadas (abandono social, precarização, lumpemproletarização, miséria etc.), assim como com a expansão da contestação social para várias regiões do país e com o crescimento de sua intensidade e capacidade organizativa, o estado neoliberal argentino se apresentaria daí por diante, sem muita maquiagem, como um verdadeiro estado-centauro, isto é, um estado brutal, semifascista, que responderia à contestação das classes desprivilegiadas com repressão violentíssima, criminalização e judicialização -

entre o final da década de 1990 e o ano de 2004 mais de quatro mil contestadores sociais foram processados¹¹¹.

Apesar da oposição política (provincial e nacional) ter tirado proveito da situação para enfraquecer o poder de Sapag, apresentando-o como ineficaz para a resolução dos problemas sociais provinciais, alegando sua responsabilidade pela exportação da contestação social para outras províncias etc., enquanto aquele acusava o governo nacional pela responsabilidade na privatização da YPF e suas consequências para a província, se esquecendo que seu partido (MPN) foi, desde o primeiro momento, cúmplice da privatização etc., em relação à contestação social se aliavam e atuavam em bloco¹¹², trabalhando na construção de uma corrente de opinião hegemônica sobre a contestação social e a violência (repressão) da mesma. A partir da segunda pueblada em Cutral-Có e Plaza Huincul (1997), tal corrente de opinião seria veiculada por diversas empresas capitalistas de comunicação, através de discursos jornalísticos ideológicos, que, além de acusar os contestadores de violentos e delinquentes, passava também a defender a tese da existência de “inimigos imaginários” externos e infiltrados nos movimentos de contestação social, responsáveis pela violência e interessados na subversão da ordem social.

¹¹¹ “No âmbito urbano, a política de judicialização e criminalização do protesto social iniciou-se com os primeiros bloqueios de estrada (piquetes) puebladas no Sul argentino e Norte do país (1996-1997). Ditas formas de protesto gerariam, desde o ponto de vista constitucional, um conflito de direitos entre o direito a contestar e o direito a circular. Desde o começo, o poder judicial havia dado mostra cabal de sua rejeição a estas novas formas de protesto, ao estabelecer juízos muito questionáveis, pronunciando-se sem maior reflexão em favor do direito de livre circulação. Em consequência, os bloqueios de estrada começaram a ser tratados prioritariamente como um assunto penal, através da aplicação das figuras previstas pelo código penal, particularmente em seu artigo 194, referido à obstrução das vias públicas. Isto se expressaria de maneira paradigmática em certas províncias do interior, de tradição feudal, como Salta, onde as distintas ordens do poder estatal vem demonstrando uma franca hostilidade e disciplinamento do protesto piqueteiro, através da redução da nova ‘questão social’, que tem como protagonistas os desempregados, a uma ‘questão penal’ ” (SVAMPA e PANDOFILI, 2004 p. 286-287)..

¹¹² Conforme aponta Viana, “Essas distinções no interior dos blocos sociais não devem, no entanto, ser superestimadas. O bloco social, no fundo, especialmente quando se vê ameaçado ou seus interesses comprometidos, se unifica. Essa divisão ocorre no interior de uma unidade, ou seja, no aspecto geral e fundamental, há concordância, a discordância ocorre nos detalhes, estratégias, táticas, interesses particulares no interior dos interesses de classes que apontam para a reprodução ou transformação da sociedade. Essas distinções podem ser denominadas alas e cada bloco social tem mais de uma ala, embora uma seja sempre hegemônica. A existência e dinâmica dessas alas são comandadas pela luta de classes e suas derivações: interesses, formas de consciência, processos psíquicos coletivos, disputas políticas, partidos políticos, etc., de acordo com a dinâmica do modo de produção, especialmente os regimes de acumulação e conjunturas políticas” (VIANA, 2015c, p. 09-10).

CONFLICTO SOCIAL EN EL SUR

ENTREVISTA AL MINISTRO DEL INTERIOR

Rebrote subversivo: Corach justificó la preocupación oficial

“Esta película ya la vimos”, dijo al analizar los incidentes en Neuquén y la Capital • Pero aclaró que esta interpretación “no tiene nada que ver con la que hacían los criminales del Proceso”

VICENTE MULEIRO
WALTER CURIA

El ministro del Interior, Carlos Corach, justificó la descripción que hizo el Gobierno sobre los episodios del fin de semana pasado en Neuquén y la Capital Federal y no dudó en calificarlos como “subversivos”. “Esta película ya la vimos”, dijo.

En una entrevista con Clarín, Corach se mostró molesto cuando se le preguntó sobre el empleo y el alcance del término “subversión”. “El empleo que hace el Gobierno es técnico. No tiene nada que ver con (la que hacían) los criminales del Proceso. Nadie habló de eso”, explicó.

El ministro rechazó cualquier contacto entre los episodios de Neuquén y los déficit sociales del modelo económico. Cuando se lo vinculó, Corach respondió: “Pero ustedes quieren justificar la violencia?”

Lo que sigue son los tramos principales del reportaje.

—¿Cuáles son los elementos concretos que hacen que el Gobierno hable de rebrote subversivo?

—Si me permite, creo que hay un error en el abordaje de su pregunta en torno al tema. Yo le voy a describir la realidad. Zona Central-Có-Plaza Huincul: enfrenta-

“Subversión es atacar el orden en el estado de derecho”, trató de explicar el ministro Corach

miento con las fuerzas de seguridad; corte de rutas; ataques con bombas molotov; disparos de armas de fuego; incendio de comisarías; asalto de comercios; intimidación de la población; cese del gobierno de la ciudad; encapuchados controlando la circulación de mercaderías en la zona. Esta es la realidad, usted puede bautizarla como quiera.

—Pero la palabra subversión mantiene en nuestro país una sonoridad inquietante, trágica.

—Por eso es que los argentinos tenemos que estar más que nunca sensibilizados ante cualquier forma de violencia. El contenido que tiene la violencia en la Argentina nos hace doblemente responsables: en el marco del estado de derecho toda la sociedad debe levantarse para aislar a los violentos, sus ideólogos, y condenarlos expresamente. Ahora, ¿cuál es el contenido fi-



EXPLICACIONES. El ministro Corach, en su despacho, al explicar por qué cree que existe un rebrote subversivo.

nal de su pregunta? ¿Que no es suficiente esta violencia para señalar que hay un ataque al orden jurídico? La historia del mundo está plagada de ejemplos de que aquellos que pensaban que la violencia había que tolerarla porque era pequeña o que el autoritarismo había que tolerarlo porque no era importante, se acordaron cuando era muy tarde. Hace dos años que venimos advirtiendo la gimnasia del grupo Quebracho. ¿Cuál fue la respuesta? Nos acusaron de autoritarios. Nosotros estamos usando la palabra en el estricto sentido técnico que tiene: subversión es atacar el orden en el estado de derecho.

—Ministro, el Gobierno parece interesado en discutir la etimología de la palabra subversión. Pero uno no puede evitar relacionar el término con el pasado y con la muerte del que era calificado como subversivo.

—Eso no tiene nada que ver. Nadie habló de eso. Es una extrapolación absolutamente fuera de contexto. A mí la palabra subversión me inquieta como a usted. ¿Qué relación puede haber entre lo que nosotros estamos señalando con claridad con los criminales del Proceso que asesinaron a mansalva? Yo le digo que no tiene nada que ver. El Gobierno usa la palabra subversivo sin que conlleve ninguna referencia a la actividad criminal del Proceso.

—Usted habló de ideólogos de la violencia. Las imágenes de Neuquén mostraron a jóvenes casi marginales...

—No, no. Esas son las víctimas. Los ideólogos son los que justifican el accionar de Quebracho. Escuché a un abogado, a Puigjané desde la cárcel, diciendo que el MTP nunca fue violento. Le voy a dar otro ejemplo: ¿cómo interpreta usted que uno de los símbolos de los derechos humanos

como fue en su oportunidad la señora de Bonafini se presente con su abogado y felicite a la gente que ha cortado las rutas, los felicite y diga que son un ejemplo para la sociedad?

—¿Debemos interpretar que son los ideólogos, los subversivos?

—Mire, no le voy a responder esa pregunta. Usted está insistiendo en un asunto semántico. Yo califico la actitud de esta gente como de gran irresponsabilidad. Esta película ya la vimos; ¿cuántos chicos jóvenes fueron atraídos hacia la violencia? Por otra parte, critican la actitud de las fuerzas de seguridad. ¿De qué brutal represión de la Gendarmería hablan? ¿Hubo un solo rasguño que haya sufrido frente a la Gendarmería? ¿Pero no se hace un análisis objetivo y se dice que actuaron con prudencia? ¿Dentro de la ley, bajo las órdenes

Figura 12 – Jornal Clarín, 16/04/97.

A *invenção do inimigo imaginário* é produto da luta de classes e essas são perpassadas pelas lutas culturais, nas quais muitas vezes o real e o racional são abolidos e substituídos por explicações falaciosas, cujo objetivo é velar a realidade social, impedir o avanço da consciência social para além dos “limites intransponíveis da consciência burguesa” (MARX, 1985). Não é do interesse do bloco dominante, que a consciência seja acessada; a consciência da exploração, da opressão, dominação, dos antagonismos sociais, da necessidade de lutas emancipatórias, de um *aguante coletivo* etc. Fundamentalmente por conta desse objetivo, é que na sociedade contemporânea, marcada pelo avanço da ciência e tecnologia, ainda predomina no imaginário coletivo diversas formas de mitos e mistificações sobre a realidade concreta (VIANA, 2007e). Por conseguinte, surgem algumas questões e suas respostas podem ser esclarecedoras para o nosso trabalho, pois uma vez que se trata de uma invenção (construção), devemos questionar: quem produz inimigos imaginários? Que grupos e classes sociais tendem a se tornarem inimigos imaginários? Em que contextos históricos os inimigo imaginários sofrem reação da coletividade? Que papéis cumprem na reprodução da sociedade capitalista nos contextos históricos que emergem?

A classe dominante ou em vias de se tornar dominante, como foi o caso da burguesia no início do século XIX, é a classe social que mais inventa inimigos imaginários, como já apontava Marx:

somente em nome dos direitos gerais da sociedade pode uma classe especial reivindicar para si a dominação geral. Para a tomada de assalt desta posição emancipadora e, portanto, para a exploração política de todas as esferas da sociedade no interesse de sua própria esfera, não bastam apenas a energia revolucionária o orgulho espiritual. Para que coincida a revolução de um povo e a emancipação de uma classe especial da sociedade civil, para que um estamento seja reconhecido com o estamento de toda a sociedade, é necessário, ao contrário, que todas as falhas da sociedade se concentrem numa outra classe, que um determinado estamento seja o estamento do repúdio geral, que seja a soma da limitação geral; é necessário que uma esfera social particular seja considerada como o crime notório de toda a sociedade, de tal modo que a libertação desta esfera apareça como a autolibertação total. Para que um estamento seja *par excellence* o estamento da libertação, é necessário, inversamente, que o outro estamento seja o estamento declarado da subjugação. O significado negativo geral da nobreza e do clero franceses condicionou o significado positivo geral da classe primeiramente delimitadora e contraposta, a burguesia (MARX, 1978, p. 11).

Observa-se que para os interesses da classe em ascensão, contra os interesses da classe dominante decadente (nobreza), apenas essa se apresentava como inimiga da sociedade. No entanto, esse argumento carregava grandes cargas ideológicas, visto que para outras classes sociais exploradas (camponeses, artesãos etc.) não era a nobreza a

inimiga a ser combatida, senão a própria burguesia ascendente, pois a destruição da nobreza não alterava nada na condição das classes exploradas. “Isto traduz, em suma, que a burguesia assumiu a posição de representante geral do ‘terceiro estado’, transformando a nobreza e o clero em inimigos imaginários” (VIANA, 2007e, p. 99). Aqui temos um exemplo de como uma classe ascendente, em determinado contexto, necessitou inventar inimigos imaginários para alcançar seus interesses particulares, mas que devem ser travestidos de interesses de toda a sociedade, exceto os de tais inimigos.

Com a consolidação da burguesia como classe dominante, quer dizer com a consolidação do capitalismo, consolida-se um novo ciclo de luta de classes e nesse a burguesia procura garantir a reprodução e manutenção da sociedade capitalista e para isso necessita barrar as forças contestadoras (por exemplo, o lumpemproletariado na Argentina contemporânea) e, principalmente, as forças radicais e revolucionárias (o proletariado em diversas experiências históricas no mundo) que desejam reformar ou revolucionar o modo de vida burguês. Para isso a burguesia conta com a repressão e a ideologia.

Nesse sentido, tanto a classe dominante quanto as classes desprivilegiadas possuem inimigos, porém no caso da primeira o inimigo é imaginário, visto que a burguesia não costuma direcionar seu discurso contra a classe social¹¹³, seja o proletariado, seja o lumpemproletariado ou outro grupo/classe contestadora, mas sim para “os elementos externos infiltrados” na classe ou nos movimentos de contestação social do grupo/classe. E como os inimigos imaginários, no caso argentino, foram inventados em contextos de crise social, que são marcados pelo medo e a insegurança, a burguesia, através das suas classes auxiliares (intelectualidade e burocracia fundamentalmente), procura impedir que as classes exploradas conheçam as verdadeiras razões das crises, isto é, a luta de classes que marca as relações sociais capitalistas, ocultando essencialmente sua responsabilidade na crise social. Por isso, o bloco dominante simula que seu ataque é contra inimigos imaginários universais (subversivos, forasteiros, guerrilheiros, terroristas etc.) e não contra os verdadeiros inimigos, formados pelos grupos (pais, estudantes, docentes) e classes desprivilegiadas (lumpemproletariado e seu grupo etário juvenil – os fogoneros).

¹¹³ A burguesia não pode, devido à sua pertença de classe, revelar a realidade dos antagonismos sociais (classes exploradoras vs classes exploradas), pelo contrário, deve ofuscar tal realidade e de diversas maneiras.

O bloco dominante não poderia demonstrar que seus inimigos reais eram os contestadores sociais (docentes, pais, estudantes, desempregados, jovens lúmpens) de forma geral, principalmente os setores mais radicalizados do lumpemproletariado, mas sim o grupo constituído pelos elementos forasteiros, estranhos à cultura local, infiltrados, subversivos (militantes de esquerda, guerrilheiros, terroristas etc.) e perigosos, isto é, os inimigos imaginários que, portanto são merecedores da repressão, que se torna urgente devido à ameaça que tais grupos representam.

A partir da Segunda Pueblada de Cutral-Có e Plaza Huincul (1997), o bloco dominante inventou diversos inimigos imaginários, que foram reproduzidos no capital comunicacional, buscando construir um consenso social em torno da necessidade e legitimidade da repressão estatal contra a contestação social, travestida de repressão contra a subversão etc.:

“Quando existe gente afetando o direito dos demais, se está diante da reemergência subversiva, porque estão contra as regras do jogo democrático. Aquele que bloqueia uma estrada, encapuzado, está fora da lei. Mais do que preocupado, temos que estar alerta para o retorno de uma atividade subversiva” (Alberto Kohan, secretário geral da presidência, La Mañana del Sur, 20/04/97).

“Os manifestantes de Cutral-Có desenvolveram um acionar subversivo. Esse é o objetivo e não é exagero. Eu te pergunto como você denomina um bloqueio de estrada, o enfrentamento com as forças de segurança, as bombas molotov, os disparos de arma de fogo, incêndios de veículos, assalto a comércios. Se isso não implica subverter a ordem do direito e a ordem pública, não sei que nome dá” (Carlos Corach, ministro do interior, Página 12, 18/04/97).

“Existe grupos se rearmando no âmbito da subversão, realizando exercícios pré-revolucionários. São grupos que tem atuado em outras épocas e que agora estão se rearmando no âmbito da subversão. Trata-se de movimentos que atuaram na subversão há alguns anos e que estão ressurgindo” (Menem, presidente da nação, Página 12, 16/04/97).

Os inimigos imaginários tendem a serem compostos pelos setores marginais, contestadores, grupos sociais oprimidos ou, em alguns casos, distintos racialmente, etnicamente, culturalmente etc., e tais setores são vinculados com a culpabilidade, periculosidade, inconfidência e exotismo. Todas essas vinculações estiveram presentes nos discursos jornalísticos. Os contestadores sociais – apresentados como pequenos grupos perigosos, armados, forasteiros, exercitando a guerrilha, a prática revolucionária etc. - eram acusados de serem responsáveis por ampliar os problemas da Província ao bloquearem estradas, colocavam em risco à vida dos demais habitantes, ocupando violentamente os espaços públicos, de usarem armas de fogo etc.; foram apresentados como perigosos (subversivos, armados, guerrilheiros, revolucionários, antidemocráticos

etc.); a ideia de inconfidência remeteu à existência de grupos sociais que foram inimigos no passado, como, por exemplo, os guerrilheiros que através da luta armada tentavam derrubar a ditadura burguesa e terrorista de 1976-1983, e deixaram profundas marcas no imaginário coletivo argentino, assim como a recorrência ao maniqueísmo; o exotismo se fez presente através da acusação de elementos estrangeiros infiltrados, desconhecidos etc. Dessa maneira, constata-se que os discursos jornalísticos objetivaram reforçar a invenção de inimigos imaginários, inventados, especialmente, pela burocracia (estatal, partidária e governamental).

Portanto, é importante compreendermos que a fonte produtora dos inimigos potenciais é a luta de classes que, em momentos de radicalização, são transformados em inimigos imaginários, porém, “convém reiterar que embora a invenção do inimigo imaginário seja produto da classe dominante e de seus representantes intelectuais e políticos, sua invenção pressupõe uma base social, um grupo social adepto de preconceitos e de sentimentos coletivos negativos (VIANA, 2007e, p. 103). Nesse sentido, diversos temores de fantasmas ideológicos, herdados da última ditadura burguesa, foram recuperados pelo bloco dominante sem nenhum escrúpulo, com o objetivo de amedrontar a população, afastá-la dos contestadores sociais e criminalizá-los:

a revitalização desses *fantasmas ideológicos* tem sentido, pois ao tentar instalar o medo sobre a população e mantê-la à margem do conflito e, conseqüentemente, gerar um isolamento sobre os manifestantes. Um exemplo paradigmático foi dado pelo governador Sapag ao entrelaçar as ideias de violência-comunismo-caos instaladas nos anos em que imperava a Doutrina de Segurança Nacional. “na segunda-feira passada [14 de abril] junto com a paralização e protestos registramos mais de 200 chamados anunciando bombas em supermercados, comércios e bancos com o objetivo de semear o terror. Isso não é ação dos professores nem do povo de Cutral-Có. Ou alguém acredita que a chegada de Bonafini à província é uma causalidade? Os ultraesquerdistas foram se concentrando na localidade e tem aproveitado esta situação armados com bombas molotov e armas de grosso calibre” – Río Negro, 18/04/97 (ARTESE, 2013, p. 68).

Para compreendermos a dinâmica da luta cultural, expressa nos discursos jornalísticos veiculados pelo capital comunicacional, durante os dias em que ocorreu a Segunda Pueblada de Cutral-Có e Plaza Huincul, consultamos 05 jornais – Clarín, La Nación, Página 12 (nacionais) e La Mañana del Sur e Río Negro (provinciais) -, dos quais extraímos 290 discursos/declarações de diversos indivíduos, pertencentes a vários grupos (desconhecidos, vizinhos, docentes, contestadores sociais) e/ou classes e frações de classes sociais (intelectualidade, burocracia governamental, burocracia estadual,

burocracia sindical/partidária, burocracia privada) que foram publicados entre os dias 09 de março e 29 de abril de 1997.

Além da análise do conteúdo dos discursos veiculados pelo capital comunicacional, acreditamos que seja importante conhecer também quem discursa através do capital comunicacional, qual classe social detém a hegemonia dos discursos jornalísticos. Por isso, também selecionamos os discursos pelos seus agentes concretos, quer dizer pela classe/fração de classe social de quem discursa, pelo espaço que tais classes sociais recebem ou deixam de receber do capital comunicacional para expressar seus discursos etc. Na tabela abaixo, apresentamos nossos resultados:

Figura 13 – As classes/grupos sociais e a porcentagem dos seus discursos no capital comunicacional

Classes Sociais	Quantidade de discursos	Porcentagem
Burocracia governamental	109	37,5%
Burocracia estatutária e civil	102	35,1%
Intelectualidade	40	13,7%
Lumpemproletariado e classes subalternas	14	4,8%
Outras classes não identificadas	25	8,6%
Total	290	100%

Fonte: Elaboração própria sobre a base de dados extraídas dos jornais Clarín, La Nación, Página 12, La Mañana del Sur e Río Negro, entre os meses de março e abril de 1997.

A realidade expressa por essas porcentagens nos leva à compreensão de que o discurso da burguesia, não apenas em um contexto de radicalização da luta de classes, sempre é hegemônico no capital comunicacional, uma vez que o discurso da classe

social cuja missão histórica no capitalismo é a de torná-lo regular, isto é o discurso da burocracia (72,6%), expressa os interesses da burguesia. E isso ocorre porque a burocracia é uma classe auxiliar da burguesia, uma classe determinada, e que por estar sob a hegemonia burguesa e compartilhando seus interesses, acaba por representá-los. Enquanto os discursos das classes e grupos explorados que se mobilizaram para contestar a regularização neoliberal, ficaram à margem da veiculação do capital comunicacional, como, por exemplo, dos contestadores sociais (7,9%). É possível perceber também que os discursos de outras classes auxiliares da burguesia, tal como a intelectualidade (advogados, jornalistas, padres, pastores e outros sacerdotes etc.) são relativamente bem recebidos pelo capital comunicacional e ocupam uma porcentagem importante (10,6%). Aproximadamente 8,6% dos discursos veiculados pelo capital comunicacional nesse período, não foi possível identificar a classe social que os pronunciaram. Porém, está mais do que claro que o discurso do capital comunicacional é o discurso da classe dominante, emitidos pelas demais classes auxiliares que compõe o bloco dominante e estão sob sua hegemonia. É a burguesia quem detém o poder de produzir e reproduzir uma corrente de opinião predominante e que seja expressão dos seus interesses de classe. Não é à toa que o discurso da burguesia predominou absoluto no capital comunicacional (86,8%).

Em outros episódios de contestação social à regularização neoliberal, que se expandiram para diversas províncias argentinas, confirmou-se a mesma tendência na dinâmica da luta de classes: radicalização da contestação social/discurso jornalístico ideológico/criminalização da contestação social/repressão estatal/judicialização dos contestadores sociais. A contestação social veio acompanhada de repressão estatal brutal (veja tabela 04) e do discurso jornalístico criminalizador e inventor de diversos inimigos imaginários: provocadores infiltrados, franco-atiradores, ativistas de esquerda ultra-radicais na Província de Corrientes (1999)¹¹⁴; delinquentes violentos, revolucionários, gangues armadas financiadas pelo narcotráfico, guerrilheiros na

¹¹⁴ “Com todas as luzes ficou evidente a participação de ativistas de esquerda envolvidos no Quebracho e na Frente da Resistência, que foram rechaçados pelos cidadãos que viram em sua ação uma atitude desproporcionada” (Jorjue Requena, jornalista, La Nación, 14/12/99), “Acreditamos que toda forma violenta de protesto, que cerceia direitos privados e públicos, não podem encontrar no resto da sociedade organizada espaço de justificação” (Comissão Justiça e Paz do arcebispado de Resistencia, El Norte, 16/12/99), “Conhecemos a existência de grupos violentos, provocadores que estão misturados com os manifestantes que legitimamente protestavam” (Federico Storani, ministro do interior, Clarín, 18/12/1999).

Província de Salta (1999-2001)¹¹⁵ etc. O bloco dominante, através das empresas capitalistas de comunicação, deu a tônica ideológica que semearia o território para a repressão estatal conta a contestação social da regularização neoliberal em toda Argentina (ARTESE, 2013). No entanto, nesse trabalho, optamos por analisar essa dinâmica apenas em dois movimentos de contestação social, em que a postura política do lumpemproletariado atingiu níveis elevados de radicalidade. Para isso escolhemos a província de Neuquén (1996-1997), onde nasce o movimento piqueteiro (essencialmente composto pelo lumpemproletariado), e na província de Buenos Aires (2001-2002), onde os métodos piqueteiros (bloqueios/piquetes de estradas e avenidas, assembleias, auto-organização, ação direta e enfrentamentos com os aparatos repressivos etc.) adquirem um caráter permanente e nacional. Portanto, a partir de agora nossa análise estará voltada para a dinâmica da luta de classes na região da Grande Buenos Aires/GBA (Conurbano Bonaerense), especialmente para o episódio que ficou conhecido como o *Massacre de Avellaneda* (26/06/2002).

3.2 – As Organizações Piqueteiras da Grande Buenos Aires

O ano de 1997 expressou significativamente a consolidação de uma nova dinâmica da luta de classes na Argentina. Os movimentos de contestação social, seus métodos, sua forma organizativa, seus sujeitos contestadores etc. marcaria essa nova dinâmica da luta de classes, que se estenderia para diversas províncias do país. Não queremos dizer com isso que as tradicionais modalidades de lutas institucionais (especialmente as greves sindicais) foram suprimidas, mas tão somente que essas perderam a centralidade que possuíam no início da década de 1990 e, em parte, isso foi consequência da intensidade do processo de lumpemproletarização ocorrido no país, do caráter regularizador neoliberal exercido pelas grandes centrais sindicais e, fundamentalmente, pela radicalização da postura política de setores do lumpemproletariado argentino, muitas vezes formados por ex-proletários da YPF, assim

¹¹⁵ “A cidade foi testemunha de episódios que pareciam um ensaio de guerra pré-revolucionária, onde ativistas doutrinados e treinados exploraram um estado de insatisfação social que vem de longa data”. Já padecemos, em um tempo não muito distante, de ficar a mercê de guangues armadas de um ou outro signo” (Eduardo Sângari, prefeito de Tartagal, *El Tribuno*, 14/11/2001), “Os atos de violência dos últimos tempos podem ser comparados com a época em que existiam guerrilhas. Estamos escutando novamente esse canto das sereias que existiu no passado, onde algumas pessoas convenceram a muitos nesses anos que usando armas iam poder resolver as injustiças e os problemas políticos do país” (Enrique Mathov, secretário da Segurança do Interior, *El Tribuno*, 19/06/2001).

como aqueles oriundos dos principais cinturões industriais do país, ex-servidores estatais etc., que em boa medida possuíam alguma trajetória de militância operária, comunitária e sindical, mas que passavam a atuar também de forma autônoma em relação às instituições burocráticas:

até meados de 1997, em síntese, havia emergido uma nova onda de lutas sociais nas províncias. Essas lutas sociais provinciais, tanto nas modalidades de greves e mobilizações como de bloqueio de estradas e puebladas, continuariam durante os anos vindouros. Recordemos, por exemplo, os novos bloqueios e puebladas impulsionados pelos desempregados de Mosconi e Tartagal em dezembro de 1999, maio e novembro de 2000 e junho de 2001 e as greves, mobilizações, bloqueios de estradas e enfrentamento com a gendarmeira [realizado] por [servidores] municipais, docentes, servidores dos hospitais de Tucumán em agosto e setembro de 1999. Ainda mais: ambas modalidades tenderiam a fundir-se em várias ocasiões, como naquela do *Correntinazo* de junho-dezembro de 1999, onde as greves e mobilizações dos [servidores] municipais, docentes, e [servidores] judiciais em protesto por pagamento de salários atrasados e reincorporação de companheiros despedidos confluiu em uma pueblada de novo tipo (a *praça da resistência correntina*: o acampamento durante meses de milhares de manifestantes na praça central da cidade) e em novos bloqueios de estradas (entre eles, o corte da ponte Corrientes-Resistencia, desalojado pela gendarmeria com um saldo de dois mortos) [...] (BONNET, 2008, p. 372-373).

Além disso, esse mesmo ano marca a chegada dos bloqueios de estradas no território lumpemproletarizado do conurbano bonaerense, ex-cinturão industrial que contorna Buenos Aires. A influência dos bloqueios de estradas realizados, principalmente pelo lumpemproletariado, nas províncias do interior influenciou profundamente o nascimento de diversos movimentos de desempregados na região. Conforme aponta Vitullo,

os acontecimentos da história piqueteira de 1996 e 1997 foram reconhecidos pelas distintas agrupações como etapas fundacionais deste movimento que, lembremos, nos primeiros anos revestia um caráter instável e fragmentário: as lutas costumavam ser parciais e dispersas, as mobilizações eram por reivindicações de setores específicos, davam-se de maneira descontínua e, sobretudo, não conseguiam se cristalizar ou se traduzir em organizações permanentes e de caráter nacional. O reconhecimento às “puebladas” de Cutral-Có e Plaza Huinca e Mosconi/Tartagal vê-se refletido também nos nomes de muitas agrupações piqueteiras (VITULLO, 2008, p. 113).

O movimento piqueteiro, como bem demonstra a vigorosa análise realizada por Svampa e Pereyra (2009; 2005), nunca foi um todo homogêneo, pelo contrário, sempre esteve atravessado por diferentes tradições organizativas e perspectivas políticas distintas, assim como possuiu uma dupla vertente. Por um lado, o movimento de contestação social que nasce nas províncias petroleiras do sul e norte do país, inicialmente conformado por uma heterogeneidade (multisetorial) de grupos sociais (docentes, estudantes, pais de alunos, pequenos comerciantes etc.) duramente golpeados

pela regularização neoliberal e pelo lumpemproletariado que se expande com esse processo, principalmente com a privatização da empresa petrolífera YPF.

Essa primeira vertente foi marcada pelo caráter repentino, massivo e intenso do processo de marginalização da divisão social do trabalho de milhares de operários, em uma região que girava ao redor dessas empresas e da economia movimentada por ela. A segunda vertente remete às ações e organizações lumpemproletárias de caráter territoriais, que emergem a partir da década de 1970 no conurbano bonaerense, como resultado de um lento e profundo processo de transformações no mundo operário, marcados pela desindustrialização e deslocamento industrial, por um intenso processo de lumpemproletarização e empobrecimento crescente de sua população, assim como pela expansão das estruturas partidárias e suas políticas neoliberais assistencialistas e clientelistas.

Em resumo, a gênese do movimento piqueteiro não se relaciona com um único processo. O movimento piqueteiro não é o produto exclusivo dos piquetes e puebladas que sacudiram as distantes províncias argentinas nos últimos anos, porém tampouco brotou naturalmente dos assentamentos originados nos anos 80 na província de Buenos Aires. É a convergência desses dois afluentes o que vai permitir a formação, expansão e ainda a posterior potencialização do movimento piqueteiro. A confluência entre, por um lado, ação disruptiva, dinâmica assembleiária e identidade piqueteira, originária dos piquetes e puebladas do interior do país, e, por outro lado, os modelos de organização e militância territorial, desenvolvidos de maneira paradigmática em determinadas regiões, sobretudo em La Matanza e no eixo sul do conurbano bonaerense (SVAMPA, 2010, p. 242).

Nos primeiros anos da década de 1990, com o processo de privatização de diversas empresas estatais, vários bairros do conurbano bonaerense começaram a se organizar para contestar o aumento das tarifas dos serviços fornecidos pelas empresas – agora - privatizadas (água, energia etc.), assim como o corte do fornecimento dos serviços, devido à inexistência de condições para o pagamento dos mesmos. A partir dessas ações iniciais, ainda que para garantir seus interesses imediatos, setores do lumpemproletariado bonaerense adotariam uma postura política contestadora e contrária à cooptação clientelista. De acordo com Delamata (2004), as primeiras ações coletivas realizadas com o objetivo de satisfazer necessidades imediatas ocorreram no ano de 1996, em alguns bairros lumpemproletarizados, quando milhares de pessoas organizaram sopas coletivas e manifestações que exigiam do município a entrega de pacotes de alimentos e materiais de construção em caráter de urgência. No final de 1997, grupos de lumpemproletários começam a bloquear estradas e avenidas exigindo os planos de trabalho anunciados pelo governo:

as ações originárias corresponderam ao já constituído Movimento de Trabalhadores Desempregados de Florencio Valela que nessa data (final de 1997) realiza o primeiro bloqueio de estrada no distrito e recebe do governo provincial quase mil planos de trabalho, e os desempregados de La Matanza que, com Juan Carlos Alderete a frente da mobilização, obteriam 60 planos depois de ser dispersado do bloqueio com ameaças de repressão – adiantando assim os que seriam os focos zonais de constituição das organizações de desempregados: La Matanza a oeste e a zona sul do conurbano. Porém, a partir desse momento, e, sobretudo a partir do ano 2000, essa configuração do campo de confrontação e da negociação com o governo se padroniza: o bloqueio de estrada, cada vez mais massivo, se generaliza como metodologia de luta e os planos laborais são a resposta que brinda o estado ante as reclamações por postos de trabalho (DELAMATA, 2004, p. 21-22).

Podemos distinguir três principais correntes políticas¹¹⁶ na forma organizacional dos movimentos de desempregados: a) a sindical; b) a político-partidária c) a ação territorial autônoma. Inicialmente os movimentos de desempregados se organizam de forma autônoma, por fora das estruturas burocráticas, pois para tais estruturas o problema do desemprego não era um problema seu, visto que sua função fundamental sempre foi negociar os níveis de exploração capitalista e os desempregados estão à margem da exploração capitalista do trabalho. E, como já afirmamos, diversos setores da burocracia sindical, presentes no interior do bloco progressista, contribuíram decisivamente para a regularização neoliberal e, por conseguinte, com o intenso processo de lumpemproletarização. Por essa razão, alguns burocratas sindicais procuraram inescrupulosamente inventar inimigos imaginários, nos quais lhes cairiam a responsabilidade pelo crescimento do desemprego, abstraindo as tendências da acumulação capitalista e o papel das instituições burguesas (sindicais) na sua reprodução, pois

enquanto G. Martínez (dirigente sindical/CGT) denunciava os trabalhadores bolivianos, paraguaios e brasileiros como culpados pelo aumento do desemprego e a UOCRA organizava uma massiva campanha com cartazes para “que não tirem nosso pão de cada dia”. O chefe dos operários da construção sintonizava dessa maneira com as manobras do governo menemista que, em janeiro de 1994, anunciava o endurecimento de sua política migratória como medida contra o desemprego. E, em seguida, O. Loscano encabeçava uma mobilização de trabalhadores de LyF até as portas de Edesur (a companhia elétrica, controlada pela chilena Chilgener), com os cartazes “chilenos filhos da puta” e “chilenos ladrões” e a queima de um caixão envolto em uma bandeira chilena, e declarava que aos chilenos “abriram as portas sem discriminação alguma e hoje nos faltam o respeito em nossa própria casa” (BONNET, 2008, p. 365).

Conforme aponta Ferreira (2007), a abordagem que os sindicatos conferem ao desemprego é uma abordagem essencialmente reformista, tratando-o como um

¹¹⁶ Para maiores informações Cf. (ALMEYRA, 2004; SVAMPA e PEREYRA, 2009; VITULLO, 2008).

problema individual, setorial ou em todo caso como um problema econômico conjuntural, mas sempre abstraindo as leis da acumulação capitalista, na qual a lumpemproletarização constitui uma de suas alavancas propulsoras. E, por isso, esse autor afirma:

frente a isso os sindicatos não possuem respostas: sua função é a negociação com os capitalistas e as leis de acumulação não são negociáveis, senão que, simplesmente, as aceitam ou não as aceitam, as obedecem ou as combatem. Na medida em que os sindicatos se integram no capitalismo e se convertem em uma extensão do poder do Estado, têm que defender forçosamente uma visão individualista e conjuntural do problema ou bem manter posições demagógicas que, em aparência, questiona o capitalismo, mas que, na prática, são apenas justificações para a inação (FERREIRO, 2007, p. 40).

Contudo, isso não impossibilitou que algumas centrais sindicais buscasse organizar os desempregados, pelo contrário, pois se os desempregados se apresentavam como a força contestadora mais ativa, são eles quem devem ser controlados e sua contestação aproveitada para as disputas eleitorais, canalizada para as instituições burguesas, com suas regras moderadas, submetidas à hegemonia burguesa etc. A primeira agrupação do movimento piqueteiro de caráter sindical e a mais antiga delas foi a *Federación de Tierra e Vivienda* (FTV) e a *Corrente Classista e Combativa* (CCC). Tanto a FTV quanto a CCC nascem no município de La Matanza, como resultado das duríssimas lutas pela legalização das terras ocupadas por diversas famílias lumpemproletárias e contra o despejo estatal nas décadas de 1970/80. A origem de seus militantes e dirigentes possuem muitas semelhanças, visto que geralmente são oriundos das mesmas classes sociais: ex-operários com longa carreira industrial e lumpemproletarizados de longa data, ex-trabalhadores precários com carreiras instáveis, mulheres com escassa participação no mercado de trabalho e jovens com quase nenhum contato com o mercado de trabalho. O município de La Matanza, com quase 1.500.000 habitantes, representou um dos maiores distritos industriais do país e, ao final da década de 1990, passou a representar uma das maiores concentrações lumpemproletárias da Argentina (SVAMPA e PEREYRA, 2009). Em 1996, a FTV funda a primeira Comissão de Desempregados de La Matanza, realizando sopas populares e manifestações em frente ao governo municipal, exigindo ajuda alimentícia, materiais de construção e subsídios estatais. A CCC é uma corrente sindical que mantém vínculos orgânicos com o *Partido Comunista Revolucionário* (PCR), de inspiração maoísta. Foi uma das primeiras correntes sindicais a buscar adeptos entre os desempregados desde 1997 e que veio somando milhares de adeptos em seu seio. Suas normas e métodos para

distribuição dos subsídios que passavam a administrar possuem semelhanças com os métodos dos cabos eleitorais políticos, visto que se caracterizam pela “utilização de um sistema de pontuação para a distribuição de novos auxílios, sendo merecedores da adjudicação às pessoas que registraram maiores índices de comparecimento nas passeatas ou nos cortes de estrada (VITULLO, 2008, p. 145).

A FTV e a CCC comporão, no interior do movimento piqueteiro, uma das alas do bloco progressista¹¹⁷ (reformista), caracterizado pela postura moderada (bloqueios parciais, com vias alternativas para o trânsito de automóveis) e com forte inspiração peronista e inclinação para a institucionalização das lutas nos aparatos estatais, adotando uma postura mais dialógica, negociadora e dependente do estado. Consequentemente, entraram em conflito com outros movimentos piqueteiros que compunham os denominados “grupos duros”, que adotavam posturas mais radicais nos bloqueios de estrada, valorizando a ação direta, com possibilidades de enfrentamento físico contra as forças repressivas etc. (BONNET, 2008; VITULLO, 2008; SVAMPA e PEREYRA, 2009).

Desde os primeiros estudos sobre o movimento piqueteiro, nos parece que nunca foi uma tarefa simples e fácil significar a heterogeneidade das perspectivas políticas que marcaram esse *movimento de movimentos*, especialmente em um contexto de constantes reordenamentos e grandes fracionamentos. No interior do alinhamento político-partidário denominado “radical”, existiram grupos independentes extremamente distintos entre si, tais como Polo Obrero (do Partido Obrero), o Movimento Sem Trabalho Teresa Vive (ligado ao Movimento Socialista dos Trabalhadores), o Movimento Territorial de Liberação (vinculado ao Partido Comunista/PC), Coordenadora de Unidade Barrial (CUBA), Barrios de Pie (Patria Libre) e as

¹¹⁷ Podemos dizer que de forma geral a estratégia de classe do bloco progressista é “apelar para o proletariado, para as classes desprivilegiadas, geralmente usando terminologia específica, como “povo”, “massas”, entre outros, visando se fortalecer, eleitoralmente ou como base de apoio, para conquistar o poder estatal. Dessa estratégia geral, emerge duas formas específicas de concretizá-la, adotadas por suas alas, ou seja, suas divisões internas. Assim, aparentemente o bloco progressista tem uma base popular, mas a sua direção pertence à burocracia e, em menor grau, à intelectualidade (e os indivíduos dessa muitas vezes passam para a burocracia e isso ocorre com relativa facilidade, quando são mais ativistas). Essa aparência tem um elemento real, pois parte da população e das classes desprivilegiadas realmente apoiam tal bloco, seja em processos eleitorais ou outras formas de ação política, embora em número reduzido, o que varia com as conjunturas políticas, processos sociais em geral, tendo épocas no qual isso se torna mais amplo. Outro elemento que deve ser considerado é que a classe de origem de muitos burocratas e intelectuais é o proletariado ou demais classes desprivilegiadas” (VIANA, 2015c, p. 18).

Coordenadoras de Trabalhadores Desempregados, agrupados na Aníbal Verón (VITULLO, 2008; SVAMPA e PEREYRA, 2009).

Os elementos que esses grupos têm em comum reenviam menos a uma matriz única que a um acordo político fundado sobre o diagnóstico da situação argentina e, por onde, a necessidade de desenvolver um plano de luta instalado na confrontação aberta com o governo. Mais difusos são os pontos de encontro no que se refere a um projeto mais amplo como heterogêneas são também as lógicas de intervenção territorial de cada grupo (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 63-64).

O Movimento Teresa Rodríguez/MTR (vinculado ao Movimento Socialista dos trabalhadores, de inspiração trotskista), assentado nas regiões bonaerenses de Florencio Varela, La Matanza, Lanús, San Martín, Avellaneda, Berazategui e Merlo, representou uma das principais organizações territoriais de caráter autônomo, que se autodefinia como um movimento político e social de inspiração guevarista, no qual suas ações e pretensões apontavam para, além do desenvolvimento de um movimento de desempregados e das exigências reivindicativas, a construção de um projeto político mais amplo, tal como o de atingir o poder pela via eleitoral etc. Nessa modalidade organizacional, o movimento de desempregados se encontra claramente submetido às suas orientações políticas, que fundamentalmente objetiva as disputas institucionais e eleitorais burguesas e para isso depende dos subsídios estatais para controlar e manejar o lumpemproletariado (ALMEYRA, 2004; SVAMPA, 2010). Nesse sentido, tais organizações expressavam a ala mais extremista do bloco reformista, com uma linguagem mais radical em torno de uma vaga ideia de socialismo, porém, na prática suas ações (autoritárias) não se diferenciavam muito das organizações mais moderadas e reformistas:

de fato, as organizações dirigidas pelos chamados revolucionários são, por exemplo, tão verticais e ultracentralistas como as peronistas, tem incorporado também punteros e manzanas, passam a lista a seus afiliados para obrigá-los a ir nas manifestações sob pena de não lhes entregarem o pacote de comidas e a subvenção monetária do Plano, que adjudicam e administram da mesma forma que a mais caudilhesca das outras organizações piqueteiras. Naturalmente, ainda que critiquem o governo, dependem do Estado para manter sua clientela exigindo com suas manifestações uma cota maior de Planos Jefes y Jefas de Hogar. Uma solução real ao problema do desemprego, um plano de criação de postos de trabalho, a identificação de onde retirar os fundos para o mesmo e lutar para modificar a estrutura social do país, em particular a posse da terra, ficam em segundo plano. Seu objetivo central é conseguir do governo, pressionando-o com manifestações e ocupações, uma cota maior de poder, no qual as subordina e desprestigia (e beneficia as organizações piqueteiras pro governamentais, como a FTV e a CCC, que são mais numerosas, já que as mesmas obtêm ajudas que as outras não conseguem ou devem lutar por muito tempo para poder alcançar) [...] (ALMEYRA, 2004, p. 138-139).

Por último, temos as organizações de caráter territoriais autônomas que não participam de nenhuma das organizações que se articulam nacionalmente, apesar de em algumas ocasiões realizarem tarefas conjuntas com o Bloco Piqueteiro; e se caracterizam, especialmente, por não participarem de forma alguma de nenhuma disputa político-eleitoral, nem tampouco fornecer apoio partidário, pois priorizam o trabalho local/territorial. Dentre esses, se destacam os Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) da Coordenadoria Aníbal Verón e o Movimento de Trabalhadores Desempregados de La Matanza (MTD LA Matanza). Os MTD da Aníbal Verón estavam organizados em diversas regiões do conurbano bonaerense (Quilmes, Lanús, Almirante Brown, Florencio Varela, Esteban Echeverría, Berisso, Villa Lugano etc.) e seu traço característico é a centralidade dada à organização das ações territoriais comunitárias, com o objetivo de criar laços de solidariedade alternativos à sociabilidade burguesa que auxilie a construção de espaço de contrapoder capitalista. É importante destacar que tais organizações se viram bastante influenciadas pela experiência zapatista em Chiapas (México, 1994), pelo *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST-Brasil) e por alguns ideólogos da esquerda autonomista com influências pós-estruturalistas (Antonio Negri e John Holloway).

O MTD La Matanza é uma organização com uma característica particular, talvez a única organização piqueteira que se recusou completamente a se relacionar com o estado, através do recebimento de planos sociais, pacotes de alimentos, subempregos (contraprestação laboral) etc., por considerar que esse tipo de política assistencialista desviava a luta do seu foco fundamental, isto é, a exigência de trabalho digno, bem como destruía os laços de solidariedade que iam sendo gestado no processo de luta e auto-organização. Seu dirigente, Toty Flores, ainda aponta que as políticas assistencialistas, por serem mínguas, cumprem um papel estratégico para o bloco dominante, visto que são responsáveis por destruir laços de solidariedade e reforçar a postura individualista que compromete a luta, fragmentando, dividindo os companheiros, minando a solidariedade:

vejam que é terrível porque tem que gerenciar a miséria, te dão vinte postos para duzentos companheiros, vocês têm que eleger os vinte e o culpado para o vizinho acabará sendo você. Ocorreu isso, quase se matam. Existe companheiros que pareceu que estavam esperando que o outro vá embora pra ver se poderia entrar nas cotas dos planos sociais. Tudo isso rompe a construção daquilo que nós acreditamos que seja a reconstrução dos laços solidários, ao contrário, é a expressão mais terrível do individualismo (FLORES, 2005, p. 73).

A postura desse MTD tem muito a ver com a consciência política de seu principal militante e fundador (Toty Flores), pois esse foi um ex-operário (metalúrgico e torneiro) que participou ativamente no movimento operário e nessa experiência pode perceber o caráter conservador e autoritário dos sindicatos e partidos políticos¹¹⁸. Sobre os primeiros, constatava:

em uma das fábricas [que trabalhei] fui delegado, em outras cumpri o papel de organizador, mas sem estar no sindicato porque era bastante complicado. O sindicato metalúrgico era muito repressivo. Do interior se via tudo bem organizado, com sindicatos poderosos. Porém, na prática tudo isso não era verdade. A decepção foi muito grande. Tinha mais repúdio à burocracia sindical que à patronal, porque eram os traidores de nossa gente. Assim, desde sempre houve muito ódio contra os grêmios estruturados. As negociações se faziam nas costas dos trabalhadores, se assediavam os tipos honestos com o que poderíamos estar de acordo ou não, mas que lutavam [...] É muito interessante que os desempregados possam se filiar a CTA, porém não existe nenhuma política nesse aspecto [do desemprego]. Tivemos algumas sopas populares na zona onde supostamente iriam nos apoiar, mas por distintas razões nos deixaram de lado. Por isso, não temos muitas expectativas com o sindicalismo, na realidade não temos expectativas com ninguém, tampouco com os partidos políticos. Aprendemos que temos que resolver os problemas a partir de nós mesmos, com autonomia, com iniciativa (FLORES, 2005, p. 69-70).

Para esse MTD, as principais ferramentas para atingir a “transformação social” são o cooperativismo e a autogestão¹¹⁹. Para isso ele contava com o desenvolvimento de microempreendimentos, que necessita do apoio de grupos de “afinidade ideológica” compostos, em sua maioria, por estudantes universitários que fornecem cursos e conteúdos da carreira de Trabalho Social, Sociologia, cursos de Informática da Universidade de Buenos Aires etc., padaria comunitária, serigrafia, gráficas, formação

¹¹⁸ Vale destacar que quase há uma década essa já não é a concepção que Toty Flores tem em relação às instituições burguesas tal como o partido político e o estado. Para esse, assim como para outros tantos ex-dirigentes piqueteiros, após o refluxo das lutas sociais, o movimento de desocupados lhes deram grande visibilidade e força política para chegar ao poder do estado, passando de liderança lumpemproletária à burocracia governamental (foi deputado entre 2007-2011) e à burocracia partidária (fundou em 2012 o partido político Movimento Social pela República/MSP).

¹¹⁹ Nesse caso, o significado do termo autogestão difere radicalmente do utilizado por nós que é sinônimo de comunismo, livre associação de produtores. No caso do MTD de La Matanza, trata-se de uma autogestão, exercida pelo lumpemproletariado, para garantir minimamente melhores condições de sobrevivência, através do trabalho cooperativo, em um território intensamente lumpemproletarizado, como é o município de La Matanza. E, nesse sentido, demonstra os limites materiais e concretos para o lumpemproletariado se autodeterminar como classe, pois estando marginalizado da divisão social do trabalho, esse só pode contribuir com a transformação social aliando-se ao proletariado revolucionário, ou seja, para transformar a realidade social, depende da emergência do movimento revolucionário do proletariado. O que não significa que suas lutas só devam se desenvolver com a emergência das lutas proletárias, mas sim que essas devem se desenvolver sem perder de vista esse horizonte revolucionário, condição para a abolição do lumpemproletariado enquanto classe, condição para o fim do seu modo de vida marcado pela miséria, ou seja, condição para atingir seu interesse histórico fundamental.

cultural escolar para crianças nos moldes da educação popular e outras ações mais. Claro que por conta da sua particular compreensão política, apesar de algumas ações conjuntas com outros movimentos piqueteiros, o MTD de La Matanza se distancia das demais organizações piqueteiras.

Em geral, as características comuns a todos os movimentos piqueteiros, desde as práticas assembleiárias até as práticas de auto-organização, são herdeiras das práticas culturais do movimento operário do início do século XX, em especial da sua corrente anarcosindicalista, assim como da tradição mais recente (1960/1970) do sindicalismo classista e de base (SVAMPA e PEREYRA, 2009).

A partir do ano de 1997, a piqueteria lumpemproletária se expande para inúmeras províncias argentinas, tornando-se, já no ano de 2000, um fenômeno consolidado nacionalmente e em quase todo o conurbano bonaerense. Nesse momento, os bloqueios de estradas e avenidas realizados de forma espontânea, especialmente, por desempregados, mas também por diversos outros grupos e frações de classes, deixavam de ser um fenômeno restrito às províncias do interior e passavam a representar a principal estratégia e modalidade de resistência e contestação à regularização neoliberal em todo o país.

E agora, principalmente na região metropolitana da capital federal, em que os piqueteiros passariam a exigir trabalho e subsídios estatais para o lumpemproletariado tocar diversas atividades comunitárias (refeitórios, hortas comunitárias, padarias, fabricação de tijolos, construção de moradias, postos de primeiros socorros, centros de educação popular etc.) com o objetivo de fazer frente à fome e toda condição insalubre que caracteriza a vida em um território intensamente lumpemproletarizado. Esse conjunto de atividades, juntamente com a tarefa de militar, pressionando o estado com os piquetes e bloqueios de estradas para exigir subsídios, promoveria um conjunto de relações sociais marcadas pelo trabalho coletivo, pela solidariedade, pela substituição da estigmatização e autoculpabilização que carrega essa classe social, pelo sentimento positivo de pertencer a um coletivo, pela dignidade do trabalho auto-organizado, pela resistência e enfrentamento coletivo para garantir a sobrevivência, pela esperança em atingir a dignidade através da luta, pelo avanço da consciência etc. Nesse sentido, a liberdade e dignidade, para alguns setores do lumpemproletariado bonaerense, conformado pelos piqueteiros, estavam na militância em prol do bairro, na luta pela dignidade, contra a exploração e opressão:

nós desempregados deixamos de ficar calados, estamos insatisfeitos e por isso bloqueamos as estradas. Os piqueteiros utilizam os alambrados e tudo que pode ser utilizado para sustentar o bloqueio. Em diferentes marchas, em diversos lugares nos últimos tempos nessa Buenos Aires, os vice-reis [alusão aos poderosos/bloco dominante- LB] não querem nos ouvir nem ver o que está acontecendo [...] Afora seus despachos [da burocracia- LB], nas estradas argentinas os piqueteiros bloqueiam as estradas. Em uma gigantesca imagem de desesperança e miséria. Eles [a burocracia - LB] só escutam a si mesmos. Os vice-reis seguem em silêncio diante da desesperança dos desempregados. Os piqueteiros gritam: viva à luta. Nos acusam de sermos piqueteiros organizados, de que nos pagam para bloquear as estradas, que existem forças políticas que nos dirigem. Não podem e não querem entender que a miséria neoliberal, a globalização é que nos excluem. Que mais vale lutar do que ajoelhar e deixar nos extinguir. Sonham, os piqueteiros, que o petítorio será aceito e haverá justiça, que nossas crianças terão materiais e computadores para melhor estudar. Sonham que nossas casas terão energia e que não teremos que pagar a luz. Sonhamos com alimentos em nossas mesas, sonhamos com transporte gratuito, sonhamos que não haverá mais ajustes nos salários, sonhamos com a terra livre e que a razão de nossa gente é nos organizarmos [...] Sonhamos que devemos lutar e bloquear as estradas para que isso se torne possível [...] a história está sendo escrita com as fumaças dos pneus. Reina a corrupção e a barbárie, mas os piqueteiros chegam com o fogo e a fumaça. Estamos ansiosos para que o calor das chamas e o carvão deixem a terra em paz. O mundo já não será mais esse, mas sim algo melhor - Piqueteiros do MTD Solano de Quilmes (ALAVÍO, 2002a, 08min32seg).

Apesar das diferenças políticas existentes entre as diversas modalidades organizacionais dos movimentos piqueteiros, a questão da formação de uma nova identidade perpassou comumente todas as organizações. O discurso piqueteiro, citado acima, nos apresenta algumas questões que, a partir da experiência da auto-organização, da contestação ao neoliberalismo, suas consequências sociais severas etc. geraram um forte sentimento e mentalidade de pertencer a um coletivo, em um contexto profundamente marcado pela erosão dos laços sociais. Estamos falando, especialmente, do fenômeno social que remete à formação de uma nova identidade. A identidade piqueteira se forma a partir da experiência social, marcada pelo “processo de reflexão e observação simultâneas” que afeta a totalidade do universo psíquico. Foi a partir desse fenômeno social, que os piqueteiros passaram a julgar a si mesmos, a partir do julgamento dos outros (ERIKSON, 1987), pois a identidade se forma fundamentada em um “quadro de referências” (GATARRI e ROLNIK, 1996). Nesse sentido, a identidade piqueteira consistiu-se na autoimagem dos piqueteiros, produzida por eles e para eles, mas também pelos outros e para os outros.

É sobre a produção dessa (auto) imagem que gostaríamos de dedicarmos algumas poucas linhas a partir de agora, pois acreditamos que a mesma teve uma determinação importante no reforço da contestação social e do seu processo de

radicalização que, em boa medida, foi resultado das ações das mulheres¹²⁰ e da juventude piqueteira, visto que as primeiras foram essenciais no processo de formação das organizações, em sua administração e em diversas atividades, inclusive nas comissões de segurança dos piquetes, e a segunda, devido à potencialização¹²¹ que a contestação social atingiu com as ações desse grupo etário, que se encontrava em um

¹²⁰ “O vai e vem da estrada aos bairros foi dotando a mulher de um variado protagonismo que inclui funções tradicionalmente ‘femininas’ (o cuidado dos outros), como ‘masculinas’ (a representação): sobre elas repousa tanto o funcionamento de refeitórios e merendeiros e roupeiros comunitários (lugar que forneciam roupas), responsabilidade que se estende em muitos casos também a administração dos planos sociais e ao controle do trabalho comunitário nos bairros. Além disso, são as mulheres as que se encarregam do ‘apoio psicológico’ do grupo, frente a crises familiares, as situações de depressão os problemas de alcoolismo masculino. Em certas organizações (por exemplo, na CCC) também se ocupam das comissões de segurança, durante marchas e bloqueios” (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 164).

¹²¹ Anteriormente já apresentamos alguns elementos que faz com que a juventude (grupo etário) detenha um potencial contestador. Dentre esses elementos, fundamentalmente, se destaca o processo de ressocialização repressivo e coercitivo, que visa enquadrar o jovem no papel do *adulto-padrão*, isto é, aquele que reproduz de forma alienada a sociedade capitalista e a mentalidade burguesa. No caso da juventude lumpemproletária, esse processo de ressocialização é realizado em meio à condições de existência muito precárias e violentas (desemprego, inexistência de projeto de vida e futuro, delinquência, violência policial etc.) que fez com que alguns jovens canalizassem esse descontentamento para a militância social. Conforme aponta Vitullo, “na divisão de tarefas efetuadas entre os integrantes de cada agrupação, quando são criadas as diferentes comissões que se encarregam da segurança, das relações com a imprensa, da biblioteca, dos refeitórios, das oficinas, de organizar atividades para arrecadar fundos, os mais jovens sempre cumprem alguma função importante. Muitos optam por militar nas comissões de segurança, em que canalizam seu espírito de rebeldia e alimentam uma nova mística em seus enfrentamentos com as forças repressivas do Estado. Nos cortes eles podem demonstrar sua coragem e exteriorizar o profundo ódio que sentem pela polícia, única e perversa dimensão para eles visível da estatalidade, a que conhecem a partir das perseguições de que são objeto, levadas a cabo quase diariamente pelos agentes policiais do “mete bala” (gatillo fácil), dos fuzilamentos, da tortura e da permanente discriminação por “portación de cara”. Mas os adolescentes e vinteaneiros não servem apenas de frente de choque para parar a repressão. Vários deles tem alcançado lugares importantes na direção do movimento, protagonizando as instâncias de debate político e tomada de decisões. São muitas as agrupações encabeçadas por militantes com menos de 30 anos, principalmente as independentes, aquelas que rejeitam qualquer relação orgânica com partidos e sindicatos” (2008, p. 131-132). Svampa também destaca que “sem dúvida, a oposição à polícia constitui um dos elementos centrais da ‘narrativa’ identitária das jovens gerações. Essa oposição à presença e ação da polícia remete à uma experiência comum de perseguição e rechaço que sofre grande parte da população jovem argentina, sobre tudo, a proveniente dos setores populares e das classes mais baixas (proletariado precarizado, lumpemproletariado etc.). Esse tema tem origem na última ditadura militar, mas encontra uma forte continuidade nos anos da democracia, da mão do sistema repressivo institucional, encarnado pelas sempre inquietantes forças policiais (provinciais e federais). Não esqueçamos que, desde 1983 em diante, os jovens tem sido e continuam sendo as vítimas privilegiadas do disciplinamento policial nos bairros, ou na saída de bailes, através do *gatillo fácil* e da repressão. Em consequência, o rechaço à polícia, uma das instituições mais questionadas das últimas décadas, possibilita uma identificação de base entre os jovens, mas além da diversidade das origens sociais ou dos círculos de pertencimento: uma experiência que, por meio de diferentes linguagens, tende a por descoberto e a denunciar a estigmatização da juventude como ‘classe perigosa’, no limite, encarnação da ‘classe sobranete’ no marco de uma sociedade excludente” (SVAMPA, 2010, p. 178 – parênteses nossos).

processo de ressocialização extremamente negativo, marcado por uma ressocialização fundamentalmente à margem da divisão social do trabalho e cotidianamente submetida à brutalidade da repressão preventiva nos bairros lumpemproletários . Anteriormente já havíamos apresentado alguns elementos, que faz com que a juventude (grupo etário) detenha um potencial contestador. Dentre esses elementos, fundamentalmente, destaca-se o processo de ressocialização repressivo e coercitivo, que visa enquadrar o jovem no papel do *adulto-padrão*, isto é, aquele que reproduz de forma alienada a sociedade capitalista e a mentalidade burguesa. No caso da juventude lumpemproletária, esse processo de ressocialização é realizado em meio às condições de existência muito precárias e violentas (desemprego, inexistência de projeto de vida e futuro, delinquência, violência policial, uso de drogas etc.) que faz com que alguns jovens canalizem esse descontentamento para a militância política, encarada como signo da dignidade:

a emergência das organizações sociais de desempregados no Conurbano Bonaerense tem favorecido a formação de novas experiências militante, onde adquire relevância central a participação juvenil. Em um contexto de desemprego e questionamento das formas tradicionais de participação e representação política, a importância da presença juvenil nas organizações de desempregados se relaciona com diferentes questões que tem a ver [...] não apenas com o fato de que os jovens possuem uma forte presença nesse tipo de movimentos, senão que, precisamente, a formação dos mesmos tem sido promovida por grupos de jovens militantes que começaram a desenvolver um trabalho territorial a partir da problemática do desemprego. Por outro lado, é precisamente a participação juvenil e a formação de referentes jovens [...] aqueles que aparecem como condição de possibilidade para construir formas novas de conceber e projetar a política (SAINTOUT, 2010, p. 46).

Como já sabemos e apontam diversos estudos, entrevistas realizadas com os próprios piqueteiros, o termo “piqueteiro” aparece pela primeira vez na pueblada de Cutral-Có e Plaza Huincul. Apesar das meias verdades e do oportunismo do bloco dominante em querer transformar o termo em sinônimo de traição e corrupção e da utilização, por parte de alguns setores do lumpemproletariado, do termo fogoneros, foi o termo piqueteiro que adquiriu força expressiva. Daí em diante, principalmente a partir de 1997, todos aqueles que bloqueavam estradas, ruas e pontes foram denominados e reconhecidos, pelo capital comunicacional e pela burocracia, como piqueteiros.



Figura 14– Piquetes bloqueando a estrada nacional 03, em Isidoro Casa Nova, La Matanza, novembro de 2000.

Entre os anos de emergência e massificação dos bloqueios/piquetes de estradas, ruas e avenidas (1996-2000) a luta de classes desenvolveu-se também no campo cultural, no qual o bloco dominante se adiantou para caracterizar o movimento piqueteiro, construindo uma corrente de opinião predominante acerca do movimento piqueteiro e que servisse aos interesses da classe burguesa. Os discursos do bloco dominante apontaram essencialmente para a caracterização negativa e a deslegitimação dos piqueteiros, que eram apresentados como sediciosos, guerrilheiros, delinquentes, violentos etc., no mesmo momento em que a burocracia governamental buscava impedir a expansão da piqueteria para outras regiões. Outro elemento que contribuiu para uma imagem negativa dos piqueteiros foi fornecido pela cultura dominante na sociedade capitalista, que aponta para o processo de estigmatização em torno da figura do marginal, do excluído, das classes perigosas, do *novo lumpemproletariado*. Essa caracterização também se viu reforçada pelos preconceitos que ainda hoje é típico de alguns ideólogos pseudomarxistas acerca do lumpemproletariado e sua suposta essência reacionária e perigosa, associando desemprego à conservadorismo político.

Svampa e Pereyra (2009) apresentam três argumentos importantes que reforçam uma definição negativa da identidade piqueteira. O primeiro é aquele que tende a enxergar na militância social, principalmente aquela que valoriza a ação direta e ocupação dos espaços públicos, um aspecto negativo, como ação de baderneiros, apresentados como responsáveis pela sua condição de marginalizado da divisão social

do trabalho. Nitidamente, esse argumento se fundamenta nas concepções ideológicas da meritocracia burguesa, da responsabilização neoliberal do indivíduo pela sua condição social e outras diversas falácias, tais como as produzidas pelo bolchevismo etc. O segundo argumento é derivado da potente resistência da juventude lumpemproletária para disputar, palmo a palmo, o controle do território com as forças repressivas do estado. “A imagem dos jovens ‘incontroláveis’ que ocupam as estradas penetra esse argumento, desde os recordados fogoneros em Cutral-Có até os encapuzados piqueteiros dos grupos autônomos” (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 171). O terceiro e último argumento consiste naquele que declara ser indigno o recebimento de assistência social pelo estado. A tensão em torno do recebimento de subsídios estatais sempre esteve presente nas discussões em diversas organizações, desde aquelas que apontam o recebimento dos subsídios como fruto das pressões exercidas pela luta piqueteira, até aquelas que consideram a entrega dos subsídios como um atestado que certifica a condição de desempregado e marginalizado. No geral, essas foram as imagens construídas sobre os piqueteiros.

No entanto, a autoimagem piqueteira difere radicalmente das imagens anteriormente apresentadas. A imagem do desempregado recebeu uma reinterpretação a partir da autoimagem construída pelos próprios piqueteiros que, mesmo sendo desempregados, ao se intitular assim, lhes atribuíam outro significado qualitativamente distinto. A identidade piqueteira, sua autoimagem, sempre esteve relacionada à questão da dignidade e orgulho. Alguns jovens piqueteiros, em um bloqueio de estrada no Conurbano Bonaerense, assim explicavam o *ser piqueteiro*:

ser piqueteiro nesse momento é sinônimo de dignidade, é defender aquilo que nos retiraram. Estar aqui na estrada fazendo frente a esse sistema de morte, a essa forma de nos destruir como classe trabalhadora. É sentir-se orgulhoso por defender isso e mostrar para a sociedade que somos dignos, apesar de tamparmos a cara, de dizerem que somos negros e sujos. Temos dignidade e orgulho mais que tudo. Não estamos aqui apenas queimando pneus, mas defendemos ideias, defendemos o que queremos. Estamos cansados de sermos mal tratados, sacaneados – jovem piqueteira (ALAVÍO, 2002, 20min07seg);

todos nós sabemos quem são nossos inimigos e quem os defendem: a polícia, o exército, eles têm seus matadores. E nossos companheiros também têm quem os defendem. Nós os piqueteiros nos defendemos a nós mesmos, defendemos nosso povo que luta por sua dignidade. Nossa melhor recompensa é ver nosso povo feliz, pois já não precisam esperar soluções de cima, a solução e a mudança encontramos nós mesmos, e não em quatro iluminados, lá de cima que se aproveitam de nós – jovem piqueteiro (ALAVÍO, 2002, 26min13seg).

Identificar-se como piqueteiro representava um completo afastamento do estigma e da imagem negativa que o termo desempregado carrega, pois

ainda que seja a falta de trabalho o que reúne a todos, a percepção de sua situação varia notavelmente. Enquanto o desemprego foi assumido individualmente – como uma ‘epidemia que requer respostas individuais – entre os que se reconhecem como piqueteiros a situação muda radicalmente. Em primeiro lugar, ser piqueteiro tem a ver com uma carga estigmatizante muito menor, na medida em que esse deu lugar a um espaço de reconhecimento que cristalizou finalmente no desenvolvimento de organizações. Um dos eixos centrais do efeito desestigmatizante da nova condição deve ser buscado na ação indissociável do nome “piqueteiro”. Frente à passividade – inatividade – do desempregado, o piqueteiro se define por sua condição ativa (mesmo se está se refere à militância e não ao trabalho). Assim, em um primeiro sentido, a atividade piqueteira se expressa na realização de piquetes, de bloqueios, que tem dado lugar a uma simbologia que sustenta a dignidade na luta. Aqui cobram importância também a assembleia como símbolo de deliberação e horizontalidade; o controle do território, uma reapropriação possibilitada pelo bloqueio; pela pueblada o pela insurreição como horizonte dos bloqueios (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 171-172).

A condição de classe marginalizada da divisão social do trabalho tende a gerar nos indivíduos que a ela pertence um sentimento negativo acerca das suas potencialidades, assim como uma autoculpabilização por sua condição de desempregado e uma autoestima baixíssima. Nesse sentido, o trabalho na realização dos bloqueios de estradas (piquetes), na sua manutenção por vários dias, na garantia da segurança dos que se mantêm ali, bem como o trabalho em empreendimentos autogeridos e participação ativa nas assembleias nos bairros contribuem para a construção de um sujeito coletivo e solidário, capaz de gerar alterações nas relações políticas dos bairros, antes marcadas pela dependência da mediação realizada pelos punteros políticos. Toda essa gama de atividades fez com que os subsídios estatais fossem encarados como resultado da luta e da auto-organização, que com os bloqueios e piquetes os arrancavam da burocracia governamental. Dessa maneira, os subsídios estatais foram ressignificados e vistos como resultado de muitas lutas e não concessões estatais.

Independente das posteriores apropriações e cooptações que algumas organizações piqueteiras sofreram, sua emergência e expansão demonstrou, ao contrário das ideologias pseudomarxistas, a potencialidade que o lumpemproletariado tende a adquirir no regime de acumulação integral, ao adotar uma postura política radicalmente contestadora. Existem diversas determinações que ajudam na compreensão da emergência desse movimento radical de contestação do lumpemproletariado no conurbano bonaerense. Uma delas remete, fundamentalmente, aos elementos culturais

da classe operária, suas lutas internas (melhores salários e condições de trabalho, pelo não fechamento de algumas fábricas etc.) e externas à fábrica (pela legalização de seus terrenos, pela assistência dos serviços públicos - água, esgoto, energia, educação, saúde), seus métodos, suas organizações etc. que, através do intenso processo de lumpemproletarização, foram lançados no seio da classe lumpemproletária, contribuindo com essa maior politização.

No conurbano bonaerense, tais elementos culturais remetem à cultura da luta territorial que inicia com as ocupações “ilegais” de terras, drenando e aterrando pântanos, asfaltando ruas, exigindo os serviços públicos e sua melhoria, construindo organizações de vizinhos, redes de fomento, de solidariedade e trabalho etc. É interessante perceber que as organizações piqueteiras nascem, especialmente, nos antigos bairros operários onde toda essa cultura de organização solidária já existia e fora recuperada pelo lumpemproletariado. Porém, o processo de lumpemproletarização que atinge frações e grupos da classe subalterna, principalmente a juventude, levando-os a experimentar uma vida pobre e com escassas oportunidades, também contribuirá para a injeção de elementos culturais que reforça a luta lumpemproletária em algumas regiões do conurbano (SVAMPA e PEREYRA, 2009). Nesse sentido, a postura política contestadora do lumpemproletariado, no regime de acumulação integral, tem como determinação fundamental a expansão e intensificação da lumpemproletarização, que faz com que “os novos contingentes que passam a somar as fileiras do lumpemproletariado levam, através de alguns indivíduos, elementos culturais diferenciados e experiências de luta que contribuem com uma maior politização do mesmo” (VIANA, 2014b, p. 23). Apesar do uso de uma linguagem que consideramos problemática (capital simbólico e capital militante) e dos limites de sua análise, especialmente a não percepção da enorme distância que separa a cultura marxista da cultura leninista, enxergando apenas a aparência de suas semelhanças, Benclowicz (2013) também reconhece a importância dos elementos culturais, que o processo de lumpemproletarização injeta no seio do movimento lumpemproletário e de suas contribuições para a adoção de uma postura política mais contestadora e radical. No conurbano bonaerense,

os piqueteiros, portanto, nascem ali onde já tinha havido um processo de construção da consciência e da identidade superior ao resto dos trabalhadores peronistas mas que se tem realizado a partir de uma politização geral e de fortes sentimentos coletivos de solidariedade e esforços de auto-organização

resultante de décadas e que tem dado base à singularidade do movimento operário e popular argentino (ALMEYRA, 2004, p. 135).

O proletariado bonaerense em luta paralisava a produção, bloqueavam o acesso ao chão da fábrica, realizavam piquetes nas ruas dos bairros que davam acesso aos portões das fábricas, mantendo a entrada bloqueada e a produção paralisada, impedindo a entrada dos fura-greves e dos *krumiros* (operários contratados urgentemente para substituir os grevistas). Com o intenso processo de lumpemproletarização ocorrido no regime de acumulação integral argentino, essa cultura de luta chegou ao lumpemproletariado (majoritariamente ex-operários) que impossibilitados de bloquear a produção de capital, bloquearam a circulação e distribuição de mercadorias, assim como a mobilidade e transporte necessário à sociabilidade burguesa. Em linhas gerais, passaram a comprometer a livre circulação do capital e, conseqüentemente, seu processo de acumulação. Para isso, tiveram que enfrentar o poder da burguesia, que se expressa no poder estatal; disputando o controle territorial das estradas, pontes e avenidas; reagindo de forma violenta à violência da sociabilidade capitalista regularizada pelo estado neoliberal; enfrentando as normas e regras (leis) burguesas; sobrepondo o direito à sobrevivência, à vida e trabalho “digno” ao direito à “livre circulação” (ALMEYRA, 2004).

A partir daí a piqueteria lumpemproletária, seguida da de outras classes e grupos sociais, se espalhou por quase todo o conurbano bonaerense. De acordo com o *Centro de Estudios Nueva Mayoría* (2003), a evolução geral dos bloqueios de estradas e avenidas progrediu da seguinte maneira: em 1997, foram realizados 23 bloqueios. Em 1998, 09; em 1999, 82; em 2000, 119; em 2001, 452 e em 2002, 587 bloqueios. Apenas na capital federal, os bloqueios passaram de 11 no ano de 1997 para 299 no ano de 2002.

A expansão e consolidação do movimento piqueteiro ocorreu em uma conjuntura marcada por uma profunda crise de acumulação, expressa em uma dificuldade cada vez maior da burocracia governamental em sustentar a regularização neoliberal, responsável pela expansão e radicalização da luta de classes em todo o território nacional.

Deteremos-nos um pouco no desenvolvimento dessa crise de acumulação, para posteriormente voltarmos nossa análise à contribuição da mesma para a generalização da contestação social radical em todo o território argentino e, conseqüentemente, para o

aprofundamento da própria crise de acumulação e seus efeitos políticos e, fundamentalmente, repressivos.

3.2.1. – Crise de Acumulação e Contestação Social Generalizada

Acompanhando as análises de Salvia (2009), após duas décadas de regularização neoliberal, a Argentina conheceria a primeira crise da acumulação integral. A acumulação capitalista (subordinada) argentina fundamentou-se no disciplinamento da força de trabalho como garantia de sua inserção na competição capitalista mundial, através da abertura comercial e da regularização financeira estatal, mediante a criação do regime de convertibilidade monetária. Sabemos que a capacidade de um país em se manter competitivo no mercado mundial resulta essencialmente de sua maior capacidade de exploração da força de trabalho, e visando esse propósito é que a convertibilidade foi desenvolvida, ou seja, para impulsionar a capacidade de exploração da força de trabalho (para limites absurdos), tornando o país competitivo internacionalmente.

A convertibilidade resultou efetiva para o aumento da exploração mediante o aumento da produtividade e intensidade do trabalho. Entre 1990 e 1998, o produto por trabalhador (sobre o que influi tanto as mudanças na produtividade e intensidade do trabalho) aumentou uns 71,5%. A magnitude desse aumento foi tal que reduziu a brecha internacional de produtividade, tomando como indicador a redução da brecha de produtividade industrial a respeito dos Estados Unidos, que concentrava a quarta parte da produção mundial. Ao mesmo tempo, ao contrário da prédica da burguesia industrial, em relação aos salários por produtividade, os salários se mantiveram relativamente estancados desde 1993 (SALVIA, 2009, p. 192).

Contudo, a partir da segunda metade da década de 1990, a capacidade competitiva da produção argentina começava a deteriorar-se com o aumento da brecha de sua produtividade no mercado internacional. Desde meados de 1995, os ritmos de aumento da produtividade vinham caindo e a brecha de produtividade internacional se alargando, o que implicava no predomínio de mecanismos de produção de mais-valor absoluto e queda salarial. A partir de 1997, esse quadro deteriora-se ainda mais com a sucessão de desvalorizações no sudeste asiático, Rússia e Brasil no ano de 1999 (PIVA, 2007; BELTRÁN, 2014). Diante desse quadro, que apontava para uma nítida crise de acumulação capitalista, a luta de classes ganhava impulso, tanto nos conflitos intraburgueses, responsáveis por promover uma fissura no interior do bloco dominante, quanto nos conflitos com a força de trabalho, que se encontrava ameaçada com novas depreciações, fundamentalmente como consequência da intensificação do processo de

lumpemproletarização, que também lançou o lumpemproletariado no centro da luta de classes.

Diversos estudos apontaram que, em linhas gerais, a depreciação salarial afetou os setores mais fragilizados da classe trabalhadora. Segundo o INDEC, por exemplo, o salário dos trabalhadores não registrados caiu aproximadamente 6,5% entre 1997 e 2001; no setor industrial, em 2001, os salários do proletariado se encontravam 9,7% menor que o salário de 1994. Essa depreciação salarial, como já se espera no capitalismo, se deu, fundamentalmente, por conta da eliminação de aproximadamente 245 mil postos de trabalho entre os anos de 1999-2001, correspondendo a 2,3% do total da força de trabalho ocupada. Esse processo de expansão do lumpemproletariado pode ser verificado nos seguintes números: Entre 1998 e 2001, a indigência passou de 6,9% a 12,2%, a pobreza de 25,9% foi para 35,4% da população total e a força de trabalho desocupada cresceu 47,6% (INDEC).

A disputa intraburguesa para acessar uma maior parte da *renda estatal*¹²² foi a forma encontrada por frações da burguesia para tentar amenizar para si os efeitos da crise de acumulação, já que esses afetavam de forma diferenciada as diversas frações existentes¹²³. Recebendo o maior impacto dessa crise de acumulação, a burguesia industrial buscava amenizar esses impactos mediante a redução salarial da força de trabalho industrial e da construção que, entre 1999-2001, reduziu, respectivamente, 7,7% e 16,4%. Não obstante, essa ofensiva contra os salários do proletariado não foi suficiente para recuperar a capacidade produtiva para competir nos mercados internacionais, nem tampouco para recuperar as taxas de lucro. Por isso, a burguesia industrial procurava interferir politicamente na repartição da renda estatal, buscando

¹²² “A renda estatal é dividida entre o conjunto de gastos que este deve fazer sustentando a imensa burocracia permanente (aparato repressivo, aparato jurídico, etc.) e provisória (burocracia governamental) e a das instituições estatais, além dos bens materiais para o seu funcionamento, as políticas de assistência social, etc. Por conseguinte, o aparato estatal está envolvido na dinâmica capitalista e suas políticas dependem da sua arrecadação e dos seus gastos, envolvidos em inúmeras pressões e processos, que o forçam a realizar o cálculo mercantil e a reforçar esse processo de mercantilização. É por isso que há uma disputa no interior do aparato estatal em relação ao que deve ser gasto e o bloco dominante pode desenvolver inúmeros conflitos internos devido a isso. A corrupção, por exemplo, drena parte da renda estatal e, obviamente, é defendida por seus beneficiários. Da mesma forma, a pressão da classe capitalista e seus representantes diretos no bloco dominante ocorre em favor de uma distribuição da renda estatal que sirva aos seus interesses” (VIANA, 2015d, p. 21-22).

¹²³ Segundo informações do INDEC, entre o terceiro trimestre de 1998 e terceiro trimestre de 1999, a produção industrial e a atividade de construção caíram 8,7% e 10,4% respectivamente, enquanto o setor de serviços caiu em menor medida uns 2,2% e o setor financeiro cresceu moderadamente (Clarín, 17/12/1999).

reconstituir melhores condições de acumulação, em conflito com as demais frações burguesas dos serviços e das finanças (PUCCIARELLI, 2014).

A partir da segunda metade de 1999, os conflitos intraburgueses tenderam a um maior acirramento. Após a eleição presidencial do governo da *Aliança*, apareceu na cena pública uma aliança de frações burguesas assentadas na produção e que foram significativamente afetadas pela crise de acumulação que se iniciara em 1998. O *Grupo Produtivo*, como ficou conhecida a união dessas frações burguesas, composto pela União Industrial Argentina (UIA), Câmara Argentina da Construção (CAC) e as Confederações Rurais Argentinas (CRA) defendia mudanças na orientação econômica geral da regularização estatal, que era focalizada especialmente no setor de serviços e finanças.

Com o aprofundamento da crise no ano de 2001, o grupo produtivo procurou canalizar o apoio de setores da burocracia sindical cegeteana, do proletariado e do lumpemproletariado, incorporando algumas de suas demandas (estímulo à produção industrial, subsídios para os desempregados etc.) na agenda política do grupo. Dessa maneira, essa aliança burguesa tentou angariar o apoio político de outras classes sociais, apresentando seus interesses particulares como expressão dos interesses de diversas outras classes sociais em conjunto (SALVIA, 2009; BELTRÁN, 2014). Dessa maneira, visavam à construção de um consenso em torno de suas pretensões nas disputas intraburguesas, isto é “compensar as deficiências de competitividade mediante a canalização de um fluxo de recursos até a esfera da produção, sob a forma de subsídios estatais” (SALVIA, 2009, p. 197).

O cenário no qual o conflito intraburguês se desenvolveu abalizava-se pela inserção da economia argentina nos mercados internacionais, no qual a dilatação da brecha internacional de produtividade, somada à valorização do peso (dólar) em relação às outras moedas, deteriorava a capacidade da produção argentina em concorrer nos mercados internacionais. Tal cenário ainda se via agravado com a reversão do fluxo de capitais para os países imperialistas, com a dificuldade cada vez maior de acessar os créditos externos e com a queda da inversão estrangeira direta. O conflito intraburguês se desenrolava dentro de condições limitadoras do seu próprio desenvolvimento (BONNET, 2008; SALVIA, 2009).

A situação da Argentina, tanto interna quanto externa era extremamente delicada e ameaçadora. Internamente com o crescimento da recessão (baixa na produtividade,

desemprego, redução salarial e do consumo, queda na taxa de lucro, falências, redução de investimentos etc.) e externamente, principalmente pelo fato da economia argentina depender de uma ampliação perene do crédito externo para cobrir os déficits fiscal e comercial, que era frequentemente tomado emprestado pelo estado argentino em altíssimas proporções e profundamente subordinado aos organismos neoimperialistas internacionais e aos seus interesses financeiros, que se apresentavam através de taxas de juros extremamente altas e em constante elevação.

Dessa maneira, as dificuldades estatais para regularizar a acumulação integral eram cada vez maiores, com condições de riscos concretos para decretar *default* (calote), o que na linguagem da burguesia financeira internacional, seria avaliado como *risco país* (BONNET, 2008; PUCCIARELLI, 2014). No final do ano de 2000, essa situação atingia seu ponto máximo, obrigando o estado a aceitar empréstimos externos com taxas de juros cada vez maiores, chegando a duplicar de um mês para outro, o que empurrava o estado para uma situação insustentável no tempo e evidenciava uma nítida possibilidade de paralização dos pagamentos.

Diante dessa ameaça, os organismos neoimperialistas internacionais, especialmente o FMI, BM, BID, realizaram novas concessões extraordinárias de créditos com vistas a afastar a ameaça do calote da dívida externa. Essa medida regularizadora, chamada de *Blindagem financeira*, tinha como objetivo garantir o pagamento da dívida externa até o ano de 2001 e permitir a continuidade do envio de títulos estatais ao mercado financeiro, algo que só se concretizaria através do crescimento acelerado da produção e da competitividade. No entanto, essa era uma exigência que para se realizar exigiria tempo, algo que a Argentina não possuía e por isso o alívio gerado pela blindagem foi brevíssimo, visto que já nos primeiros meses de 2001 seus efeitos positivos se demonstravam esgotados (BONNET, 2008).

Após o fracasso da blindagem financeira e de diversas outras medidas de ajustes, a economia argentina e as contas fiscais seguiam se deteriorando e comprometendo a capacidade do país em competir nos mercados mundiais, pois sua produtividade estancava-se. Concretamente, as políticas econômicas estatais adotadas até então, apresentava uma *contradição entre suas formas de reativação da produção econômica e as necessidades da manutenção do fluxo de divisas até a economia argentina, que pressionavam a implementação de medidas recessivas*. Tais medidas propendiam regularizar a situação fiscal, no entanto dificultavam a reativação econômica, assim

como agravava a capacidade estatal de absorção de maiores rendas/recursos, impedindo a redução do déficit fiscal, que, pelo contrário, tendia a expandir com o passar dos meses. O país ingressava numa bola de neve de dificuldades que impossibilitava o retorno da acumulação em condições de competição internacional, que após a aprovação de medidas, atrás de medidas regularizadoras que não surtiam grandes alterações no ciclo recessivo econômico e nas contas fiscais.

A ineficácia da regularização estatal e a dificuldade de financiamento externo afetava negativamente a economia que em março de 2001 registrou uma queda na produção industrial de 4,5%, seguido de novas quedas em abril (1,7%), maio (2,8%) em relação aos mesmos meses do ano de 2000. Em consequência dessas quedas de produtividade a arrecadação impositiva caiu 12,9% em março e 9,1% em abril. Os déficits fiscais gerados nesses três meses superaram uns três milhões por conta da queda da arrecadação e do aumento dos juros das dívidas. No segundo trimestre do ano de 2001, em relação a 2000, a produção industrial sofre uma queda de 5,8%. Dessa forma, “a reativação se dissolvia no ar e se agigantava o fantasma do default como final da convertibilidade” (SALVIA, 2009, p. 213).

Em um quadro marcado por profundos entraves para a recuperação econômica e fiscal, o bloco dominante fissurava com a diminuição do apoio da burguesia industrial e agrária. A primeira passava a exigir a complementação das medidas aduaneiras com medidas tarifárias de fixação de preços, referenciadas nos impostos para importação, a implementação de medidas de recuperação da competitividade, ao mesmo tempo em que brindava apoio a incorporação do euro à convertibilidade etc. Já a burguesia agroindustrial exigia a redução de impostos sobre suas atividades. Diante de tantos entraves, Cavallo (*superministro da economia*¹²⁴) lança um pacote de medidas regularizadoras¹²⁵, na qual a mais importante foi a *lei de déficit zero*, cujo propósito era

¹²⁴ A nomeação de Domingo Cavallo como superministro marcava o retorno dos superpoderes outorgado à figura do ministro da economia, um verdadeiro tecnocrata com atribuições presidenciais que, em conjunção com a burguesia financeira e a burocracia internacional neoimperialista, dominaram a cena durante quase toda a hegemonia menemista (PUCCIARELLI. 2014).

¹²⁵ Conforme aponta Bonnet, “Cavallo anunciou inicialmente uma série de medidas confusas e contraditórias, que se apresentou como um programa heterodoxo de recuperação econômica. Os chamados ‘planos de competitividade’ – quer dizer, subsídios aos exportadores – e a ‘ampliação da convertibilidade’ – a incorporação do euro à convertibilidade, que implicava por sua vez um período de junção com um tipo de câmbio desvalorizado para esses mesmos exportadores – foram os mais importantes. Contudo, muitas dessas medidas não chegariam a ser implementadas, e Cavallo retomaria em seguida à senda dos ajustes permanentes – um novo imposto ao cheque em maio, um corte orçamentário em junho e, finalmente, a denominada ‘lei de déficit zero’ em julho – e negociaria uma

a redução dos gastos estatais, seja ela do tamanho que for necessário para garantir o pagamento das dívidas com os recursos da arrecadação impositiva, o que implicaria redução do quadro de servidores estatais, redução salarial, redução da aposentadoria, dos orçamentos provinciais, dos subsídios (planos sociais) ao lumpemproletariado etc.

Tal pacote representou uma tentativa extrema por desenvolver uma forma eficiente de tornar regular os interesses do capital, em uma conjuntura marcada por uma forte tendência em converter a Argentina no epicentro da primeira grande crise da acumulação integral. Da mesma maneira como a maioria das formas de regularização do capital, especialmente em momentos de crise de acumulação, essa procurava enfiar “goela abaixo” os custos de tais regularizações às classes exploradas, subalternas, marginais e outras desprivilegiadas da sociedade argentina¹²⁶, custe o que custar. Essa medida regularizadora garantia o retorno de uma maior base de apoio ao bloco dominante, que a encarava como uma medida necessária diante de uma concreta possibilidade da suspensão do pagamento das dívidas externas e de prejuízos e dificuldades ainda maiores para garantir minimamente seus interesses de classes.

Essa decisão inaugurava um novo conflito político, uma nova confrontação destinada a definir que setor social (classe social) deveria pagar o custo principal do inevitável plano de redução de gastos estatais que permitissem passar da crise fiscal recorrente ao equilíbrio fiscal permanente, que dizer, déficit zero. Uma luta que se converteu na cara visível e, por sua vez, no prelúdio de uma discussão ainda mais transcendente que iria dominando o panorama político nacional durante os próximos meses. Que setor social (classe social) devia pagar os maiores custos por manter o esquema monetário vigente ou diante de uma eventual desvalorização associada a uma reformulação unilateral ou negociada da dívida e da crise? (PUCCIARELLI, 2014, p. 173 – parênteses nossos).

A lei de déficit zero representou uma confissão de que o bloco dominante não conseguiria superar seus problemas fiscais mediante uma reativação da produção e se via coagido pelos interesses do capital, que são hegemônicos no interior desse bloco, a

ampla reestruturação da dívida externa – o chamado ‘megacanje’, uma massiva troca de títulos de dívida que colocava novamente em evidência a iminência da crise financeira. Essa lei de déficit zero, uma medida destinada a demonstrar disciplinamento fiscal diante dos credores externos, seria particularmente relevante nesse contexto” (2008, p. 383).

¹²⁶ Isso pode ser demonstrado na postura da tecnocracia governamental, representada pela figura do superministro Cavallo, diante das pressões de setores da burocracia opositora (principalmente da Frepaso) que ameaçava não apoiar um novo ajuste e romper definitivamente com a coalizão governante, caso o ajuste não incluísse a elevação de impostos para as classes sociais que obtiveram lucros extraordinários, ao longo da primeira década neoliberal, reduzindo assim os impactos sobre as classes desprivilegiadas. Sua resposta, em claro e altíssimo tom, demonstrava suas vísceras neoliberais, conservadoras e essencialmente burguesas: “de maneira alguma, isso nunca ocorrerá enquanto eu for ministro, porque isso significaria mudar as regras do jogo” (PUCCIARELLI, 2014). O que revela que a regra essencial do jogo capitalista é a exploração de uma minoria (dominante) sobre uma maioria (dominada), sua inversão ameaça a continuidade do próprio jogo.

realiza-lo através do ajuste fiscal, não podendo sequer se preocupar com os custos e com a contestação social, que concretamente tal ajuste geraria (SALVIA, 2009; PUCCIARELLI, 2014).

Essa nova medida de regularização contribuiu decisivamente para a chegada de uma maré contestação social generalizada, que levaria ao desmoronamento da convertibilidade. Entre maio e agosto de 2001, diversas classes e grupos sociais, afetados pela regularização das contas fiscais, deram início a uma nova fase da contestação social, que atingiria seu pico máximo na contestação social generalizada, ocorrida nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, no episódio conhecido como a *Batalha da Praça de Maio*.

Em meados de junho de 2001, uma prolongada greve, seguida de mobilizações e bloqueios das pistas de aterrissagem, realizada por funcionários das Aerolíneas Argentinas, foi somada com bloqueios de estradas realizados por produtores rurais (produtores de maçã de Neuquén e produtores de erva mate de Misiones), assim como piquetes de desempregados no interior do país e a quinta greve geral convocada pela CGT-Moyano, com o apoio da CTA e CCC. Contudo, a maior ameaça viria de setores do lumpemproletariado organizado (movimento piqueteiro), que decisivamente impulsionaria a nova onda de contestação social, com forte tendência a generalizar-se por todo o território nacional. No final desse mesmo mês, o movimento piqueteiro unificado organizaria a primeira *Assembleia Nacional de Organizações Territoriais, Sociais e de Desempregados*, na qual diversas organizações piqueteiras construíram um plano de luta escalonado, com bloqueios previstos para as principais cidades do país, buscando atingir seu principal objetivo:

organizar a resistência civil contra o ajuste. Assistiram (a assembleia) uns dois mil delegados de todas as províncias: quase todos desempregados, mas também desalojados do Bajo Flores (bairro pobre da zona sul de Buenos Aires), administradores de refeitórios escolares, aposentados, docentes bonaerenses e da Universidade de Buenos Aires, trabalhadores em conflito com Aerolíneas Argentinas, vizinhos autoconvocados e produtores agrários. Debateram durante todo o dia e combinaram a exposição de uma imensa gama de experiências quase desconhecidas de resistência que vinha se desenvolvendo em todo o país com a discussão e aprovação de um ambicioso plano de luta de caráter nacional e novas formas de organização territorial. Sob o lema “a desobediência civil está em marcha”, ao final das deliberações votou-se um plano progressivo de bloqueios de ruas simultâneos em cinquenta cidades do país a desenvolver-se durante três instâncias de lutas de vários dias de duração distribuídas ao longo do seguinte mês (PUCCIARELLI, 2014, p. 205-206 – parênteses nossos).

O plano acordado no primeiro *Congresso Piqueteiro* continha uma dupla jornada de bloqueios de estradas, durante um e dois dias inteiros, nas primeiras semanas de julho. Ao longo da última semana, somaram-se aos bloqueios uma paralização realizada pela CTA que, nos próximos dias, juntamente com a CGT, decretaram a sexta greve geral, seguida por mais manifestações e bloqueios de estradas. O lumpemproletariado deu continuidade ao seu plano escalonado de lutas, com outras três jornadas de bloqueios de estradas, de 24, 48 e 72 horas, ao longo da última semana de julho e das primeiras semanas de agosto. Tais jornadas terminaram com uma massiva mobilização na praça de maio. Docentes e alunos de vários níveis somaram-se a essas lutas, decretando uma prolongada greve acompanhada de aulas públicas e marchas. Os servidores públicos de outros setores estatais também se somariam a essas lutas (BONNET, 2008).

A emergência dessa nova onda de contestação social que crescia perigosamente já não podia ser ignorada. O bloco dominante, com toda sua disposição em levar adiante tais ajustes antissociais, voltou a criminalizar a contestação social, buscando, mais uma vez através do capital comunicacional, construir uma corrente de opinião hegemônica que associava as lutas sociais com a violência, ilegalidade e com a figura de inimigos imaginários. Quando as deliberações da Assembleia Piqueteira tornaram-se pública, a burocracia governamental, através do subsecretario e porta voz presidencial, Juan Pablo Baylac, de imediato se pronunciou afirmando que o governo não aceitaria os bloqueios como forma de contestação social, mas tão somente como atos sediciosos e, portanto, amplamente combatido pelas forças da lei, quer dizer, pela repressão estatal: “os juízes deverão atuar, as províncias deverão pedir ajuda e, se for necessário, a força pública deverá resolver a transitabilidade das estradas” (Página 12, 28/07/2001).

Com argumentos afinados com esse mesmo discurso criminalizador e ameaçador, o ministério do trabalho intimou a burocracia dirigente das principais centrais sindicais, que atuavam em conjunto com o movimento piqueteiro, a afastar-se dos seus planos de luta com bloqueios de estradas, sob pena, pelo não cumprimento dessa intimação, de perder seu registro por atuar fora da legalidade institucional, à margem da lei:

“Após a tentativa falida, de Patricia Bullrich, em convencer as lideranças piqueteiras, ontem o governo buscou pressionar por diversas vias, tentando reduzir o apoio aos 54 bloqueios de estradas anunciados para a próxima terça-feira, que **ameaçam em transformar em um caos** as principais vias de comunicação do país. Ontem Bullrich questionou a decisão dos piqueteiros instalar ‘como uma metodologia de ação política’ o bloqueio de estradas. Em seguida, intimou a Associação de Trabalhadores do Estado, a CTA, e os caminhoneiros de Hugo Moyano, a

desistirem de aplicar essa metodologia como modalidade de protesto, **penalizada por lei**. A ministra responsabilizará esses sindicatos, por qualquer **violação a essa intimação**, sob a advertência das **sanções previstas por lei** (uma poderia ser a retirada de seu registro para funcionar) e **sob pena das ações penais por danos e prejuízos que poderia corresponder por ‘afetar a vida, a segurança, a saúde e a propriedade da população’**” (Ministra do Trabalho, Clarín, 28/07/2001).

“O subsecretario de comunicação, Juan Pablo Baylac, voltou a acusar duramente os organizadores dos bloqueios, a quem acusou de ser **‘dirigentes políticos’** que tem uma **‘vocação mais próxima da violência que da paz’**, e assegurou que diante do protesto **‘haverá que aplicar a lei’** e a **força pública deverá ‘resolver’ a transitalidade das estradas**” (Clarín, 28/07/2001).

“Ontem, o ex-presidente Raúl Alfonsín se mostrou contrário aos piquetes: assinalou que **os bloqueios de estradas devem ser ‘freitados pelo estado’** e **acusou os ‘setores ultras’** de serem seus promotores [...] **Deus queira que não ocorra qualquer episódio que tenhamos que lamentar [...]** **Existem setores ultras que estão muito por detrás de tudo isso**, além de outros dirigentes sindicais, que tem outras características, disse” (La Nación, 27/07/2001).

“O dirigente e deputado (do partido) Ação pela República José Luis Fernández se mostrou contrário à medida e **considerou que o governo deve utilizar toda a força necessária para evitar que se cometam delitos**. Também explicou que **se tivessem utilizado a força pública em oportunidades anteriores, os piqueteiros pensariam duas vezes antes de bloquear as estradas**” (La Nación, 27/07/2001).

Os trechos de diversos discursos pronunciados por agentes do bloco dominante, tais como ministros, secretários, dirigentes partidários, ex-presidentes etc., deixavam transparecer o objetivo de relacionar a contestação social legítima com atos ilegais, seus organizadores como dirigentes políticos interessados em tirar proveito partidário, radicais de esquerda (ultras, anarquistas etc.) simpatizantes da violência e do caos, que ameaça a vida e propriedade da população e, por isso, são merecedores da repressão estatal (toda força necessária, pensariam duas vezes), assim como deixava transparecer o tom ameaçador de uma possível repressão brutal (episódio que lamentar).

O governo, acurrado pela resistência, colocou em ação todos os seus mecanismos de pressão discursiva (capital comunicacional) e repressiva: havia tentado isolar a resistência dos trabalhadores públicos descarregando sobre seus supostos privilégios a responsabilidade da crise, isolar os bloqueios de estradas dos desempregados ameaçando reprimir se não permitissem a circulação de veículos etc. (BONNET, 2008, p. 385).

Uma das estratégias do bloco dominante, como temos percebido em inúmeros contextos de radicalização da contestação social e de repressão estatal violenta, é a de construir uma corrente de opinião que apresente os contestadores sociais como um mal social, que deve ser combativo urgentemente. Para isso, defendiam de forma extremamente seletiva a aplicação rigorosa das leis e da repressão estatal, algo que para as classes que compunham o bloco dominante não se aplicava da mesma forma, como bem ressaltou a liderança piqueteira da CCC, Carlos Alderete, ao afirmar que “falamos de

direitos de todos, mas não dos nossos. Se aqui se fala de ilegalidade, falemos de todas as coisas ilegais que ocorrem no país e que não investigam” (Clarín, 28/07/2001).

Nos meses de julho e agosto de 2001, a contestação social atingira níveis de enfrentamento sem precedentes na década anterior. No final de julho, após o movimento piqueteiro refutar a corrente de opinião criada pelo bloco dominante e reproduzida pelo capital comunicacional, que acusava de delito e criminalizava a contestação social piqueteira, seus planos e métodos de contestar, diversas organizações piqueteiras, tanto nacionais quanto regionais, começavam a difundir em suas conferências de imprensa, as principais características da iminente mobilização/contestação social e seu batismo de fogo, isto é, uma ampla rede de mobilização, com bloqueios de ruas, estradas e pontes, com o objetivo de paralisar as atividades das 54 cidades mais importantes do país. Tais mobilizações seriam sustentadas por uma quantidade massiva de pessoas, pois com tamanha expressividade popular acreditavam que conseguiriam diminuir a brutalidade da repressão, já anunciadas por diversos burocratas governamentais. A partir desse momento, o movimento piqueteiro se convertia na maior ameaça à continuidade da regularização neoliberal argentina.

[...] o movimento piqueteiro, por detrás de sua indiscutível massividade e extensão, estava por gerar um transcendente câmbio qualitativo: a transformação dos excluídos e de mais de dois milhões de novos e velhos desempregados (o lumpemproletariado) distribuídos em todo o território nacional em um novo sujeito social que desempenharia um papel relevante no desenvolvimento futuro, tanto na luta social como no colapso da estrutura política e institucional do país. De fato, o êxito foi tão significativo que surpreendeu e superou as expectativas dos próprios organizadores. Sob o lema “Bloqueamos as estradas porque as fábricas desaparecem” e “Estamos construindo a esperança e a transformação”, uma multidão participou das distintas modalidades de protesto, tanto em Buenos Aires como na maioria das cidades importantes do país. A surpreendente presença, em diversos espaços públicos, de dezenas de milhares de trabalhadores, marginalizados e invisibilizados, reclamando a restituição de créditos perdidos e os trabalhos engolidos pelo furacão neoliberal produziu uma indisfarçável surpresa que se refletia em sugestivos titulares de quase todos os meios de comunicação [...] Ao longo de vinte e quatro horas, haviam participado em todo o país por volta de vinte mil pessoas em mais de duzentos protestos que se desenvolveram com modalidades, traços e reivindicações específicas diferentes, mas que se mantiveram unificadas nas expressões das três grandes demandas comuns: liberdade para todos os detidos por lutas sociais, preservação dos planos sociais e derrogação das políticas de ajustes (PUCCIARELLI, 2014, p. 207-208 – parênteses nossos).

Entre final de agosto e início de dezembro, o nível de conflitividade social reduziu-se momentaneamente, no entanto o descontentamento e a contestação social promoveram um forte e negativo impacto eleitoral nas eleições de outubro, através de um movimento generalizado de recusa da democracia representativa, da burocracia

governamental e partidária, suas instituições e formas sociais etc. O abstencionismo que desde algumas eleições passadas já vinha crescendo, atingiu a marca de 26,3%, somados votos em branco e nulos atingiram 21,1%. A contestação das formas de regularização burguesas foi generalizada, apesar do crescimento do apoio aos partidos da esquerda tradicional bolchevique, as eleições deixaram de ser um momento de esperança, de novos rumos políticos, novas escolhas etc. para se converterem em um momento de grande demonstração de insatisfação e bronca, daí o nome voto bronca para referir-se a essa recusa generalizada dessa forma de regularização social. Os resultados das eleições parlamentares antecipava o posterior *Que se vayan todos, que no quede ni uno solo!* de dezembro de 2001 e a expressiva perda de credibilidade das instituições burguesas e suas formas de regularização política.

Em uma conjuntura (1999-2001) caracterizada por um aprofundamento sem precedentes da crise de acumulação, o produto interno sofreu uma depressão de 7,5%, somente nesse último ano sua queda foi de 3,8%; a utilização da capacidade produtiva do país não ultrapassava a média de 65,5% em 2001, contra 74,5% em 1995; a retração da inversão foi de 44,8% e a formação bruta de capital fixo reduziu 32,2%; a taxa de desemprego (processo de lumpemproletarização) em outubro de 2001 chegou no recorde de 18,3% e a de subemprego (processo de lumpemproletarização) cresceu progressivamente até atingir os 16,3% no mesmo período; o dinheiro circulante reduziu-se a 35% e os depósitos a 27%; os índices da bolsa de valores caíram 33,4 pontos. Na balança de pagamentos tudo isso refletia em significativos déficits, que chegou a atingir um número recorde de 20 mil milhões, o equivalente a 15% do PIB (BONNET, 2008).

Esse aprofundamento da crise coagia a burocracia governamental a ampliar o ajuste neoliberal, contudo o FMI recusava novos empréstimos, visto que não confiava na capacidade das formas de regularização do governo da aliança. Diante dessa situação o sistema financeiro entrou em colapso com uma massiva fuga dos depósitos bancários e de dólares. Os saques bancários, realizados tanto em pesos quanto em dólares, no valor aproximado de 18.4000 milhões, juntamente com a imensa fuga de dólares ao estrangeiro, realizada pela burguesia internacional, no valor de 15.000 milhões no ano de 2001, secaram as contas bancárias. Em reação a essa fuga, a burocracia governamental promoveu uma extraordinária expropriação das contas bancárias, perdendo definitivamente sua base de apoio, dando início ao fim da convertibilidade e

da corrida do peso. Todo esse processo determinou a generalização da contestação social:

mais de um milhão e meio de pequenos clientes titulares de depósitos inferiores a 25.000 milhões [...] ficou impossibilitado em dispor de seu dinheiro. A brutal iliquidez gerada pela medida aprofundou a contração do consumo, afetando particularmente aos pequenos comerciantes que operam com dinheiro, e aprofundou a precariedade dos trabalhadores em negro, que recebem seus salários em dinheiro. Essa medida dispararia em grande medida a mobilização dos denominados “setores médios”, dos clientes diretamente expropriados e do restante dos grupos indiretamente prejudicados pela brutal liquidez reinante, desde começo de dezembro. Já durante a primeira semana de dezembro multiplicaram o mal estar e os protestos dos clientes que vinham aos bancos. No dia 11 e 12 sucederam numerosas mobilizações de trabalhadores, de estudantes, de pequenos comerciantes, de clientes dos bancos e de vizinhos, acompanhados pelos bloqueios de estradas dos desempregados e os primeiros apagões e panelaços na Capital, Grande Buenos Aires, Rosario e outras cidades do interior. No dia 13, a CTA e ambas CGT lançaram a sétima greve geral, que acaso tenha sido a mais massiva registrada durante o período, com uma adesão muito ampla de empregados públicos reclamando seus salários atrasados e os desempregados reclamando subsídios em numerosas cidades do interior (Córdoba, Rosario, Mar del Plata, Neuquén, San Juan, Tucumán, Mendoza). E nesse mesmo dia 13 registrou-se um primeiro saque, frustrado, a um supermercado de Godoy Cruz, Mendoza. No dia 14 a CTA, através da Frente Nacional Contra a Pobreza, iniciou um consulta popular em favor de um seguro desemprego e formação generalizada, que se prolongaria até o dia 17 e somaria 3.1000.000 adesões, ainda que seria ultrapassada pela dinâmica das lutas sociais. Uma organização de desempregados saquearia, no dia 15 de dezembro, o Carrefour de Avellaneda, na Grande Buenos Aires, e os saques se estenderiam a outros grandes supermercados de Mendoza, Rosario, Concordia etc. No dia 17 os comerciantes e vizinhos da Capital e Buenos Aires se manifestaram bloqueando ruas e no dia 18 se repetiram os saques a supermercados da Grande Buenos Aires e de outras cidades do interior (BONNET, 2008, p. 387-388).

Na passagem acima, o autor nos fornece vários componentes que também estariam presentes na contestação social generalizada, ocorrida nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. Um desses componentes foi a generalização dos saques¹²⁷ à propriedade privada em diversas cidades do país. Desde o dia 14 de dezembro, nas cidades de Rosario (Santa Fe) e de Concordia (Entre Ríos) diversos setores do lumpemproletariado passaram a se concentrar em frente dos supermercados exigindo a distribuição de alimentos. O não atendimento dessa exigência os levou a forçar e arrombar as portas, dando início aos saques de alimentos. Nos próximos dias de dezembro, os saques a armazéns e supermercados se generalizariam por onze províncias argentinas (CARRERA e COTARELO, 2003):

¹²⁷ Para maiores informações sobre a dinâmica dos saques, suas múltiplas determinações, as classes e grupos sociais envolvidos etc. na Argentina, dezembro de 2001 Cf. (AUYERO, 2007) e (CARRERA e COTARELO, 2003).

as províncias de Santa Fe, Entre Ríos e Mendoza, e os distritos de Avellaneda e Quilmes na província de Buenos Aires foram os primeiros lugares a experimentar os levantes: centenas de pessoas bloqueando os caminhos, pedindo publicamente alimentos e, ao final, saqueando negócios e mercados. Porém, logo a violência se estendeu ao sul, ao centro e ao norte do país, até chegar a muito povoada e urbanizada província de Córdoba, e estendendo-se com rapidez, ainda que de maneira desigual, por toda a Província de Buenos Aires (AUYERO, 2007, p. 103-104).

Com a generalização dos bloqueios de estradas, dos saques e enfrentamentos com as forças policiais, da violência policial e dos proprietários em defesa da propriedade privada, assim como da morte de dezenas de pessoas, acompanhadas do ferimento e prisão de centenas de outras mais em todo o país¹²⁸, De la Rúa decreta as 21hs00 do dia 19 de dezembro, o estado de sítio, isto é, suspende todas as garantias constitucionais. Contudo, ao contrário do que se espera de tal decreto, quer dizer o temor às práticas terroristas estatais e, conseqüentemente, o abandono das ruas, tal medida promoveu a intensificação da contestação social. Em cadeia nacional, o presidente mal havia concluído seu discurso e os ruídos originados pelos panelaços se multiplicaram por diversos bairros portenhos. Em Buenos Aires, uma multidão de pessoas/vizinhos, em distintos bairros, saiu às ruas com panelas nas mãos, aos gritos de *Qué boludos, qué boludos, el estado de sítio, se lo meten en el culo!*¹²⁹, e passou a se dirigir ao Congresso, Obelisco e à Praça de Maio, deixando para trás um rastro de pequenos incêndios pelas ruas e de destruição de diversos símbolos da exploração e opressão capitalista (bancos estrangeiros, MacDonalds, carros oficiais, prédios públicos etc.) exigindo a renúncia de todos os burocratas governamentais (*Que se vayan todos!*). Iniciava-se, assim, a contestação social generalizada.

Na madrugada do dia 19 de dezembro a repressão à contestação generalizada é realizada pelas tropas da polícia federal que procura afastar, com o lançamento de milhares de bombas de gases lacrimogênio, a multidão composta por diversas classes sociais das ruas próximas aos prédios do poder e evitar a destruição do patrimônio público e privado.

¹²⁸ De acordo com o Centro de Estudios Nueva Mayoría, o governo de De la Rúa enfrentou 865 saques com 4500 trabalhadores precarizados e lumpemproletários presos, 553 feridos e 29 mortos, 172 policiais feridos e nenhum morto. Dessa forma, evidencia-se que tais saques foram mais numerosos que os promovidos no ano de 1989, no governo de Alfonsín, e implicaram em enfrentamentos mais violentos.

¹²⁹ Adaptando para o português poderíamos traduzir para algo como: “Que cusões, que cusões, estado de sítio seus butões”!

Em uma situação extremamente delicada e perigosa, na madrugada do dia 20 de dezembro, o presidente De la Rúa buscava evitar o cumprimento da *Lei de Segurança Interna* que apontava, como passo prévio à declaração do estado de sítio, o uso das forças armadas para o restabelecimento da ordem burguesa, caso as forças de segurança interna se encontrassem incapacitadas para fazê-lo. O governo não recorreu às forças armadas ciente dos custos que o uso do exército e marinha na repressão à contestação social poderia gerar¹³⁰. Contudo, a não recorrência às forças armadas não evitou a repressão encarniçada. Na manhã do dia 20 de dezembro, a polícia federal em conjunto com a gendarmeria, colocou em prática um operativo repressivo de gigantesca brutalidade contra uma heterogeneidade de manifestantes que se aglutinavam em frente à Praça de Maio. A multidão era composta por militantes de partidos de esquerda, organizações de direitos humanos, organizações antirepressivas, organizações piqueteiras e membros de outras classes e frações de classes duramente golpeadas pela regularização neoliberal.

Ao contrário do que afirmava o ministro do interior, a repressão não apenas buscou desocupar a praça, mas sim realizou uma verdadeira caçada sangrenta aos contestadores sociais que resistiram com paus, pedras, calçadas (*adoquines*) e barricadas nas ruas do centro (CANELO, 2014). Operativos similares resultaram no assassinato (fuzilamento) de aproximadamente 40 pessoas nas províncias de Buenos Aires, Córdoba, Corrientes, Entre Ríos, Santa Fe e Tucumán (CELS, 2003). “Não houve comando unificado, houve vingança”, foi o que declarou dias depois um alto burocrata das forças de segurança nacional (Página 12, 22/12/2001). Pela noite, um novo panelaço ocorre, mas dessa vez para comemorar a renúncia do presidente Fernando De la Rúa.

3.2.2 – O Massacre de Avellaneda (GBA, 2002) – Violência Insurgente e o Complô para a Tomada do Poder

Em um lapso de 08 dias após a renúncia, a presidência da república foi ocupada sucessivamente por três dirigentes justicialistas – Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saa

¹³⁰ Burocratas do alto escalão das forças armadas já alertavam para o risco da utilização das mesmas na repressão contra a contestação social generalizada, pois o “exército não tem balas de borracha, nem escudos, nem cassetete, nem jalecos antibalas. Se nos colocamos diante de uma turba com pedras, que faremos? Atiramos com FAL (fuzil de assalto, considerado uma arma leve e extremamente mortífera, utilizada pelas forças armadas contemporâneas desde 1970)? É uma resposta desproporcional” (La Nación, 20/12/2001 – parênteses nossos).

e Eduardo Camaño. A assembleia legislativa aprovou a nomeação de Eduardo Duhalde para conduzir o governo de transição, a partir de primeiro de janeiro de 2002. Sua principal medida política, tomada no dia 06 de janeiro, foi encerrar a convertibilidade. Tal medida ocasionou uma desvalorização do peso de mais de 300% em pouquíssimos dias. Para as classes desprivilegiadas tal forma regularizadora expressou mais uma expropriação indireta de suas rendas e uma nova expansão do modo de vida lumpemproletário na Argentina.

Desse modo, começou a tomar forma um novo modelo de acumulação que expressou mudanças nos preços relativos favoráveis à produção e exportação de bens. Esse modelo tem como marca de origem uma forte deterioração das condições de vida das classes subalternas expressadas nos mais elevados índices de pobreza, indigência e desemprego (lumpemproletarização) da história argentina. Ao mesmo tempo se aprofundou o processo de concentração e centralização de capital que teve lugar no contexto de crises, porém manifestando mudanças nas relações de forças entre as frações da classe dominante (VARESI, 2012, p. 09-10 – parênteses nossos).

A contestação social se fez presente desde os primeiros dias do governo interino de Eduardo Duhalde e tendeu a intensificar seus níveis de radicalidade, visto que as medidas regularizadoras estatais ampliavam o perverso estrangulamento social de uma gama imensa de classes e frações de classes desprivilegiadas, que viviam à margem da divisão social do trabalho ou que foram lançadas a ela, a partir das novas medidas regularizadoras. Os subalternos, o proletariado precarizado e o lumpemproletariado foram as classes e suas frações de classes que majoritariamente (um pouco mais de 50% do total de contestadores sociais) sustentaram essa nova etapa do ciclo de contestação social que acompanhou a regularização neoliberal argentina desde seu início.

O primeiro mês desse governo registrou uma quantidade expressiva de atos de contestação social (555), que até então só ficaria atrás da quantidade ocorrida na contestação social generalizada de dezembro de 2001 (713). Em uma intensidade e quantidade menor, os atos de contestação social mantiveram-se nos meses seguintes, porém seguindo um período de expansão (janeiro/maio), acompanhado de um período de redução da contestação social (junho/dezembro) e de maior isolamento da luta piqueteira (COTARELO, 2005).

É possível conjecturar que a decisão governamental de endurecer ainda mais a repressão ao movimento piqueteiro deu-se, em parte, aproveitando esse contexto de redução dos níveis de contestação social e isolamento dos setores do lumpemproletariado bonaerense mais radicalizado, assim como pela necessidade de

regularizar a produção de capital, que exigia a recuperação da credibilidade do bloco dominante e da burguesia financeira internacional e seus organismos de financiamento, e isso dependia fundamentalmente de medidas eficazes, tomada pelo governo para eliminar definitivamente o movimento piqueteiro, seus bloqueios de estradas e outros de seus métodos ameaçadores da sociabilidade capitalista.

Os discursos do bloco dominante transmitidos pelo capital comunicacional apontavam para a confirmação dessa conjectura e expressavam os sinais desse bloco em relação às suas pretensões, especialmente diante da contestação social piqueteira. A possibilidade de recorrer à repressão violenta para evitar os bloqueios piqueteiros transparecia.

“o presidente Duhalde considerou ontem que **“a conflitividade social na Argentina está baixando de forma abrupta”** e que **“o pior da crise já passou”**. **“Existe uma tranquilidade na população que é um valor que temos que preservar”**, assinalou. Duhalde citou o caso dos piqueteiros: **“o conflito vai amenizando na medida em que os planos sociais vão se incorporando aos setores mais desfavorecidos. Os planos sociais estão se aperfeiçoando”**, agregou. Contudo, advertiu que o governo não tolerará novos bloqueios massivos dos acessos à Capital Federal. **“Não podem ocorrer mais, temos que seguir pondo ordem”**, disse em uma conferência de imprensa na Casa Rosada” (Clarín, 18/06/2002).

“BUSCAM FREIAR BLOQUEIOS DE PONTES – O governo quer evitar que os piqueteiros voltem a bloquear os acessos à capital. Também impulsiona um reforço da presença policial na cidade. Preocupa o incremento do delito no interior bonaerense” (Chamada de notícia, Clarín, 19/06/2002).

“Ontem o governo nacional deu sinais de que **não vai permanecer inativo se as organizações de desempregados e piqueteiros procuram bloquear de forma simultânea todos os acessos à Capital Federal**. No mesmo tom com os ditos do secretário de Segurança, Juan José Alvarez, de que **“não vai permitir” que isso ocorra**, ontem foram convocados altos funcionários a uma reunião que teve como lugar a Casa de Governo, onde se analisou a questão” (Clarín, 19/06/2002).

O discurso do bloco dominante, expresso especialmente pela burocracia governamental, apresenta alguns elementos importantes para compreendermos a repressão estatal que estava por vir no dia 26 de junho de 2002. Em primeiro lugar, é importante destacar que não é do interesse do bloco dominante revelar a realidade social concreta, pelo contrário, essa deve ser camuflada por discursos ideológicos, tais como esse que busca transparecer que a conflitividade social se reduzira, que o pior momento da crise já passou e que, portanto chegara o momento da população se tranquilizar. Inclusive, a suposta tranquilidade da população, que pode ser encarada como passividade diante das regularizações estatais e suas consequências nefastas, foi um valor a ser supostamente defendido pelo bloco dominante.

Além disso, as políticas paliativas eram apresentadas como uma ação estatal em busca da resolução dos problemas sociais que afetam as classes desprivilegiadas, algo que, como já vimos anteriormente, esteve longe de resolver os interesses imediatos do lumpemproletariado, pelo contrário, servia como mais uma ferramenta de controle social, cooptação, fragmentação etc. No fundo, o que está implícito nesses discursos ideológicos é que o estado vinha buscando resolver os problemas dos menos favorecidos, com o aperfeiçoamento dos planos sociais, e que a contestação social piqueteira não mais se justificaria em um momento de calma social, pois “em momentos de confusão (os bloqueios) podiam ser admitidos. Porém, agora não tem que agravar os problemas sociais com ações violentas. Tem que por ordem”, afirmava Duhalde.

Com isso, o bloco dominante buscava construir uma corrente de opinião que apresentava o movimento piqueteiro como inimigo da ordem social, agitadores e simpatizantes da violência, que buscavam fundamentalmente perturbar a ordem social. Sendo assim, ou o movimento piqueteiro aceitava as escassas migalhas concedidas pelos planos sociais, mantendo-se na extrema miséria lumpemproletária, ou lhe restaria somente a repressão violenta, caso voltasse a por em prática *os métodos piqueteiros*. Em síntese, a ideia central era que a ordem deveria sobrepor-se aos caos piqueteiro e sua violência. De forma ideológica, a luta contraviolência da regularização neoliberal era apresentada como uma prática violenta que agravava os problemas sociais. Como se o movimento piqueteiro fosse ele mesmo responsável pelo agravamento de sua própria condição social. Nos discursos ideológicos do bloco dominante veiculados pelo capital comunicacional, reinava a prática da inversão da realidade.

Também nos chama a atenção a forma como a chamada da notícia foi construída, pois a necessidade de reforçar a presença policial nas ruas se “justifica” pelo aumento do delito no conurbano bonaerense. Assim, a repressão preventiva em território piqueteiro era disfarçada de políticas de segurança social, pois tal discurso deixava transparecer que o território bonaerense é um território caracterizado pelo crime e que, portanto, exige maior policiamento e controle social, além de reforçar a corrente de opinião que associa a figura do piqueteiro à figura do delinquente. Definitivamente, o que o bloco dominante buscava era por fim ao movimento piqueteiro e para que isso se justificasse era necessário legitimar a repressão violenta, criminalizando a pobreza e os

autores da contestação social piqueteira. O Massacre de Avellaneda foi orquestrado e efetuado nesse cenário.

Esses discursos foram pronunciados durante uma reunião no dia 18 de junho de 2002, na Casa de Governo, onde estiveram presentes o chefe de gabinete Alfredo Atanasof, a ministra do trabalho Graciela Camaño, o ministro da justiça Jorge Vanossi, o secretário de segurança Juan José Álvarez, os chefes da polícia federal, da gendarmeria e da prefectura e outros integrantes do bloco dominante. O assunto fundamental a ser tratado nessa reunião era a marcha dos planos sociais e a questão da segurança interna. Nesse dia foi apresentado um plano repressivo que se iniciava com o aumento de 60% do número de policiais nas ruas, com o objetivo de reforçar tanto a repressão preventiva, quanto a repressão contrainsurgente. Juntamente com esse aumento do número de policiais, também foi informado que a gendarmeria e a prefectura atuariam em conjunto “dedicando a controlar as ferrovias e pontes de acesso à cidade” (Clarín, 19/06/2002).

Em relação a essa segunda modalidade repressiva, a burocracia (governamental e estatal) deixava clara sua disposição em acabar com a contestação social e os bloqueios de estradas. No fundo, essa representava a maior ameaça à estabilidade política e suas formas de regularização, fundamentadas na ampliação dos ajustes antissociais. Por conseguinte, a maior tarefa imposta à burocracia governamental era a de encontrar uma maneira de enterrar a contestação social de uma vez por todas, já que nos primeiros cinco meses de governo ocorreram aproximadamente 11 mil mobilizações, segundo informações fornecidas pela secretaria de segurança.

O governo de Duhalde nasceu em meio às pressões de setores do bloco dominante e dos organismos internacionais de financiamento que exigiam uma postura mais dura com o movimento piqueteiro e, acenando para esses setores, seu secretário de segurança Juan José Álvarez, declarava guerra aos bloqueios simultâneos aos acessos da capital federal, afirmando que tais práticas seriam encaradas pelo governo como “uma ação bélica”, e assim seriam respondidas pelas forças estatais.

Em meio a esse cenário que apontava para uma maior criminalização e repressão violenta ao movimento piqueteiro, o *Bloco Piqueteiro Nacional*, composto por diversas organizações, em conjunto com a Coordenadora de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón, que reunia quase 20 organizações piqueteiras da zona sul e oeste do conurbano bonaerense, não recuaram com seus métodos de contestação social. Pelo

contrário, anunciaram uma mobilização que incluía bloqueios de diversas pontes de acesso à capital federal, para o dia 26 de junho de 2002. Dia do Massacre de Avellaneda. As organizações com forte tendência à institucionalização e posturas mais moderadas, tais como FTV e CCC, se recusaram a participar da mobilização por não concordarem com os planos de luta contra o governo de Duhalde, com o qual mantinha constante diálogo e negociação.

A mobilização massiva com mais de 20 mil militantes piqueteiros, convocada pelo bloco piqueteiro para o dia 26 de junho, exigia do estado cinco pontos: 1- O pagamento dos planos de empregos que para muitos desempregados estavam atrasados há vários meses; 2- O aumento dos subsídios de 150 pesos para 300 pesos; 3- A implementação de um plano de alimentação a ser gerido pelos próprios piqueteiros; 4- Investimentos nas escolas e postos de saúde dos bairros; 5- Liberdade e recuo nos processos judiciais contra os contestadores sociais e o fim da repressão.

Por mais que no interior do bloco piqueteiro não havia sido realizado nenhuma sistematização mais concreta a respeito dos riscos de uma repressão violenta à jornada de mobilização na ponte pueyrredón, a percepção de muitos apontavam para uma mudança significativa na relação entre piqueteiros, burocratas estatais e punteros políticos, desde a chegada de Duhalde a presidência interina da república. Diversos jovens que compunham as comissões de segurança nos piquetes já alertavam para o risco da situação ficar feia, pois muitos prefeitos dos municípios do conurbano haviam retomado o controle sobre a assistência social e se mostravam dispostos a disputar palmo a palmo com os piqueteiros o controle sobre a entrega dos subsídios nos bairros. A partir daí as ações repressivas tornaram-se variadas e imprevisíveis.

Em seis meses de governo interino as forças repressivas vinham ampliando suas brutalidades, ameaças e intimações amedrontadoras contra os piqueteiros. No dia 10 de janeiro, ao voltar de uma manifestação na ponte pueyrredón, o desempregado Luis Salazar é interceptado por dois desconhecidos, no qual um deles lhe empurra uma pistola no estômago e diz: “Viu como é fácil? Se te acertamos aqui ninguém vê”. No dia 22 de janeiro um carro com vidros fumês e sem placa se aproxima de Nicolás Lista, dirigente da Coordenadora de Desocupados de Lanús, e exhibe uma metralhadora o ameaçando de morte. No dia 24 de janeiro Nina Peloso, dirigente do Movimento Independente de Jubilados e Pensionados (MIJP), é perseguida por seis carros que disparam diversos tiros para cima para amedrontar os militantes desse movimento e a

sequestram durante dois dias, ameaçando arrebebtá-la se seguir perturbando. No dia 25 de janeiro, a polícia federal reprime violentamente o primeiro panelaço contra o governo de Duhalde, deixando um saldo de 30 prisões, dezenas de feridos por pauladas e balas de borracha e dois jovens militantes torturados e levados no interior de um taxi. Na madrugada do dia 06 de fevereiro de 2002, um bloqueio realizado por um MTD do município Esteban Echeverría, em exigência de planos de emprego e alimentos para refeitórios populares, foi atravessado por um Ford Falcon conduzido por Jorge Bogado, um velho puntero político, ex-policial com estreitos vínculos com políticos locais, inclusive ligados à última ditadura burguesa e suas práticas terroristas, que sacou sua pistola 09 mm e efetuou vários disparos à queima roupa que assassinaram Javier Barrionuevo, um piqueteiro de 31 anos de idade. Em frente à prefeitura de Lanús atiraram contra uma mobilização, ameaçando e intimidando diversos manifestantes. No início de junho, em uma mobilização no município de Presidente Perón uma patota (organização criminosa no qual a burocracia faz uso para reprimir seus opositores e contestadores) armada do partido justicialista se demonstrou bem disposta a enfrentar e agredir os piqueteiros. No dia 22 de fevereiro, outra patota composta por 150 membros de torcidas organizadas (*barra bravas*), agride com paus e correntes aos vizinhos que realizavam um panelaço contra o prefeito do município de Merlo (responsável por inúmeras violações contra os direitos humanos). Esse ataque violento ocorreu na praça principal e não poupou mulheres e crianças. No mesmo dia, em Ituzaingó (município da zona oeste do conurbano bonaerense), ocorre uma agressão semelhante a uma assembleia local. Em ambos os episódios a polícia bonaerense promoveu as tradicionais “zonas liberadas”, isto é, se afastou da região para garantir a agressão (PÁGINA 12, 16/06/2002; ANÍBAL VERÓN, 2012). A repressão terrorista que assassina (gatillo fácil) militantes piqueteiros já vinha se consolidando desde as primeiras aparições do movimento piqueteiro, como bem demonstra a tabela a seguir:

Figura 15– Resumo de casos de gatillo fácil na repressão à contestação social na Argentina contemporânea

ata/Local	Vítimas de gatillo fácil	Descrição
12/04/1995 Tierra del Fuego	Víctor Choque	37 anos, operário da construção assassinado pela policial local durante uma mobilização.
12/04/1997 Cutral C6	Teresa Rodríguez	24 anos, empregada doméstica assassinada pela ação da Gendarmería durante uma manifestação docente.
17/12/1999 Ponte que liga as províncias Corrientes e Chaco	Mauro Ojeda e Francisco Escobar	18 anos, desempregado e 25 anos, cartonero. Ambos assassinados à queima roupa pela Gendarmería na ocupação da ponte Manuel Belgrano.
09/05/2000 Puebladas em General Mosconi e Tartagal – Província de Salta	Orlando Justiniano e Matías Gómez	21 anos e 18 anos respectivamente. Ambos assassinados pela polícia provincial.
10/11/2000 General Mosconi e Tartagal – Província de Salta	Aníbal Verón	37 anos, motorista da empresa de transporte Atahualpa. Assassinado com um tiro no rosto pela Gendarmería, durante o bloqueio da estrada 34.
Junho de 2001 General Mosconi e Tartagal	Oscar Barrios e Carlos Santillán	17 anos e 27 anos respectivamente. Ambos desempregados (piqueteiros) e assassinados pela polícia provincial em um bloqueio de estrada.
19 e 20/12/2001 Diversas cidades do país	37 pessoas assassinadas	Contestação social generalizada em diversas cidades do país com epicentro na Capital Federal (Buenos Aires) que caracterizou uma profunda crise institucional ¹³¹ .
06/02/2002 Cidade de El Jagüel	Javier Barrionuevo	31 anos, desempregado e militante de um Movimento de Trabalhadores Desempregados – MTD. Assassinado no bloqueio da estrada 205.
26/06/2002 Grande Buenos Aires	Darío Santillán e Maximiliano Kosteki	21 anos e 22 anos respectivamente. Ambos militantes de organizações piqueteiras e executados sumariamente pela polícia de Buenos Aires durante uma intensa repressão promovida por diversas forças policiais no Massacre de Avellaneda.

¹³¹ Para acessar a lista completa dos nomes das pessoas assassinadas nessa contestação generalizada Cf. (KOROL e LONGO, 2009).

Fonte: KOROL, Claudia & LONGO, Roxana. *Criminalización de los movimientos sociales en Argentina – Informe general*. IN: KOROL, Claudia (org.) *Criminalización de la pobreza y de la protesta social*. Buenos Aires: El colectivo, America libre, 2009.

É importante destacar que a mobilização convocada para o dia 26 de junho de 2002 foi resultado de inúmeras tentativas fracassadas do movimento piqueteiro em buscar uma negociação com o governo, que desde que assumiu a presidência se negava a recebê-los para um diálogo sobre suas necessidades, exigências etc. Diante de uma somatória de tentativas falidas, o movimento piqueteiro entendeu que a única maneira de pressionar o governo e garantir sua atenção era com uma demonstração de força mediante um massivo bloqueio da circulação do fluxo de capital e da força de trabalho, em todos os principais acessos à capital federal. O enfrentamento se apresentava como a única solução digna para os piqueteiros que se afundavam cada vez mais na miséria social. As informações do INDEC disponibilizadas no mês de junho de 2002 revelava aquilo que os piqueteiros sentiam cotidianamente na pele, pois, segundo tais informações, existia no país mais de 06 milhões de desempregados e subempregados, 18.219.000 milhões de pobres, cifra que representava mais da metade população nacional, que também se encontrava por debaixo da linha da pobreza. Desse total, 7.777 milhões são indigentes (ARTESE, 2009; MTD ANÍBAL VERÓN, 2012, CLARÍN, 09/06/2002).

As declarações que circulavam pelo capital comunicacional, após tornar pública a intenção do bloco piqueteiro em promover uma mobilização na Ponte Pueyrredon, no dia 26 de junho de 2002, não deixavam dúvidas acerca da intenção do bloco dominante em tornar ilegítima, assim como de reprimir violentamente tal mobilização:

“O chefe de gabinete, Alfredo Atanasof, reiterou que existe a decisão de utilizar **‘todos os mecanismos para fazer cumprir a lei’** e **evitar que a capital fique isolada**, diante da qual os piqueteiros ratificaram a medida e disseram que manteriam os bloqueios sobre as pontes que dão entrada a cidade [...] Atanasof qualificou a decisão de bloquear esses pontos como **‘um ato irracional’**. Disse, inclusive, **não saber ‘que fins perseguem os dirigentes’** e considerou que sua metodologia não faz mais que **‘contribuir com o caos’**” (Página 12, 25/06/2002).

“Em uma eventual situação de **caos absoluto**, naturalmente se pensa que alguém terá que **por ordem**. Então a hipótese leva a pensar que os militares argentinos seguramente estão pensando nessa hipótese. Se eu fosse (o chefe do exército, Ricardo) Brinzoni, por mais que quisesse que não houvesse nenhuma perturbação, **minha obrigação profissional seria ter o plano B** (Página 12, 15/06/2002).

“A questão dos piquetes e do possível bloqueio simultâneo aos acessos da cidade é **uma das maiores preocupações do governo em relação ao conflito social**, que já registrou mais de 11 mil manifestações nos primeiros cinco meses do ano, segundo dados da Secretaria de Segurança

revelados ontem por Clarín. Alvarez advertiu que se bloqueiam todos os acessos ao mesmo tempo será encarado pelo governo como **uma ação bélica**” (Clarín, 19/06/2002).

“O MASSACRE ANUNCIADO – um juiz da nação antecipava a esse cronista, há 72 horas, que **se preparava uma violenta repressão contra os piqueteiros na Ponte Pueyrredón**. Fiquem de olho – disse o magistrado – **vão meter bala**. O magistrado sabia pelo pessoal de segurança com quem estava em contato devido as suas funções” (Página 12, 27/06/2002).

Como já foi dito anteriormente, a perspectiva do bloco dominante não tem interesse em revelar a realidade concreta, mas tão somente contribuir para a construção de uma corrente de opinião contrária à contestação social piqueteira. Com esse intuito é que podemos perceber a finalidade do discurso ideológico e por isso o ato de bloquear os acessos à capital federal é apresentado como algo que não possui uma razão de ser, um ato irracional. No entanto, sabemos que tais discursos simplificam, ofuscam e escondem a realidade concreta, isto é, o processo de lumpemproletarização que lançou milhares de pessoas à condição de classe marginal, tendo como objetivo fundamental disciplinar a força de trabalho, impor condições extremamente precárias de trabalho, baratear a força de trabalho, em suma, alavancar a acumulação integral de capital. E qualquer movimento que se apresente como obstáculo a esse processo precisa ser anulado, ilegitimado e reprimido.

Porém, como a realidade concreta não pode ser percebida tal como ela é, o bloco dominante busca apresentar a realidade de forma invertida e de vítima da acumulação integral o movimento piqueteiro é transformado em um movimento violento e ilegítimo, que não possui outra finalidade (a dignidade da luta contra a miséria, por exemplo) que não seja a de perturbar a ordem social, promover o caos. A forma como isso é construído fundamenta-se em afirmações simplórias sem muita reflexão, tal como a de afirmar que os dirigentes piqueteiros não possuem outros objetivos que não o de promover o caos. Dessa maneira, constrói-se uma polaridade entre “nós” (os defensores da ordem) e “eles” (os promotores do caos) e, a partir do momento, em que esses discursos convertem-se em correntes de opinião hegemônicas, o bloco dominante torna a repressão necessária e legítima.

Outra característica que se apresenta em tais discursos é a de buscar construir um consenso em torno da ideia acerca de que a repressão poderia ser evitada pelos contestadores sociais, visto que o governo vinha fornecendo diversas demonstrações de que não permitiria mais os métodos piqueteiros. Mas, como já está claro, tudo isso é feito ocultando outras determinações, tais como a falta de diálogo e resolução concreta

para o problema da fome, insalubridade, desnutrição infantil, desemprego, indigência e todas as diversas mazelas sociais que golpeiam duramente o lumpemproletariado argentino. Nesse sentido, a luta digna contra todas essas mazelas é ocultada e transformada em meros atos de perturbação social sem outra finalidade que não a construção do caos. Assim, os discursos do bloco dominante preparavam o terreno para a construção do consenso em torno da repressão violenta que já estava sendo planejada.

Apesar dos discursos ameaçadores (verdadeiras declarações de guerra naquele contexto) do bloco dominante veiculados pelo capital comunicacional, o Bloco Piqueteiro Nacional seguiu com seus planos de mobilização e contestação para o dia 26 de junho de 2006, tendo como objetivo fundamental dar uma demonstração de força sitiando a capital federal. Desde as 11hs00min, piqueteiros das organizações que compunham o Bloco Piqueteiro Nacional se concentraram nos locais de acesso que comunicam Avellaneda com a capital federal. A jornada de mobilizações contava com o bloqueio de cinco pontes, na qual o bloqueio da Ponte Pueyrredón estava sob responsabilidade da Coordenadora Aníbal Verón, e por isso ali se encontravam um número maior de piqueteiros dessa Coordenadora que é expressiva na zona sul do conurbano bonaerense. Desde mais cedo iniciava os bloqueios de diversas outras pontes que ligavam a capital à zona sul do conurbano (Pueyrredón, Alsina e La Noria), assim como os acessos que ligavam à zona oeste e norte (bairro de Liniers, Avenida General Paz e Panamericana). Apenas nos acessos sul da capital federal se mobilizaram aproximadamente 20 mil piqueteiros, objetivando sitiar a cidade de Buenos Aires (Red Eco Alternativo, 2009; ARTESE, 2009, 2013).

Do lado do operativo repressivo, pela primeira vez em um bloqueio de estradas, atuaram em conjunto e de maneira imponente as três forças policiais federais: polícia federal, gendarmeria e prefectura (*Grupo Albatroz*¹³²) e a polícia bonaerense. Mas além da quantidade oficial de policiais que participaram do operativo repressivo, isto é, aproximadamente 2 mil efetivos das distintas forças policiais, o número exato era bem maior:

¹³² Trata-se de “uma força de operações policiais, organizada, instruída e equipada para responder rapidamente e eficientemente a uma ampla gama de requerimentos de serviços [...] garantir segurança às pessoas e bens em caso de sabotagem, atentados, distúrbios, ‘explosão’ de lutas sociais, contingências fortuitas ou provocadas [...] restabelecimento e manutenção da ordem pública, garantindo a liberdade de trabalho [...]” (Prefectura Naval Argentina – Autoridad Marítima. Em: http://www.prefecturanaval.gov.ar/web/es/html/inst_servicios9.php).

formaram parte da repressão efetivos que não figuraram nos relatórios oficiais, de uniforme ou vestido de civil, inclusive retirados (aposentados) da polícia convocados antecipadamente. Membros das delegacias 2ª e 3ª de Avellaneda estiveram presentes sem que ficassem registrados nas planilhas oficiais. Sua presença só foi reconhecida pelos chefes policiais diante da evidência televisiva e a denúncia dos manifestantes e advogados. É o caso do oficial subinspetor Vladimir Brezas, registro 37.703, quem de civil perseguiu manifestantes portando sua escopeta marca Batán número 7997, e dos sargentos Carlos Riveros e Ramón Romero, a quem posteriormente foram citados para perícia de suas armas. Todos eles pertencentes à delegacia 2ª de Avellaneda. Também da delegacia 3ª de Dock Sud figurou pessoal extra: o oficial subinspetor Marcelo Fiodomo foi visto no lugar uma vez iniciada a repressão. Outros reforços não foram reconhecidos ainda que ficaram devidamente documentados por investigações jornalísticas: é o caso do pessoal retirado (aposentado) das forças repressivas, como Celestino Robledo, ex-agente Bonaerense, quem atuou como parapolicial e acompanhou seus antigos camaradas de força perseguindo e detendo manifestantes, inclusive portando uma arma regulamentada facilitada por um agente em atividade (MTD ANÍBAL VERÓN, 2012, p. 54 – parênteses nossos).

Por volta das 11hs45min uma coluna de piqueteiros ocupou a descida da Ponte Pueyrredón, bloqueando a estrada e interrompendo o trânsito. Paulatinamente diversas estradas e ruas passaram a ser bloqueadas, causando um enorme congestionamento na região. Outras colunas piqueteiras se aproximavam da ponte chegando de distintos pontos até que a segunda coluna, avançando pela Avenida Mitre, se deparou com uma linha de infantaria comandada pelo comissário Franchiotti a 20 metros da ponte bloqueada. Um grupo de aproximadamente 10 policiais permaneceu no meio da avenida entre duas colunas piqueteiras, contrariando propositalmente ensinamentos básicos da infantaria, tal como o de garantir proteção à retaguarda. A coluna conduzida pela Coordenadora Aníbal Verón, emergida por detrás da linha policial, seguiu em direção ao grupo de policiais até se aproximar a um metro de distância. Estava armada a emboscada policial que levaria adiante, não às ordens de evitar o bloqueio dos acessos à capital, mas sim o verdadeiro plano estatal: eliminar o movimento piqueteiro com uma repressão brutal.

Naquele momento, o movimento piqueteiro não pôde perceber que a manutenção de um reduzido cordão policial no meio de duas gigantescas colunas piqueteiras fazia sim sentido, porém passado alguns dias, ao analisar o ocorrido, compreenderam que estavam diante de uma verdadeira emboscada que necessitava, para dar início ao massacre de avellaneda, somente de algumas provocações policiais, tais como essa de manter uma dezena de policiais no meio de duas grandes colunas:

os meios de comunicação insistiram que esses policiais foram agredidos. Não vou dizer que não, porém, que sentido preventivo tinha esse cordão posto ali?

Observe que paradoxo: uma vez na base (da ponte), nós não subimos na ponte porque sabíamos que havia grande quantidade de tropas da Prefeitura acima. Porém estavam há 200 metros acima, ou seja tínhamos lugar para avançar pela ponte se quiséssemos. Esse espaço nos deixaram aberto, porém puseram um cordão da infantaria sobre Mítre (avenida), aonde não tinha razão de estar. Esse cordão policial adquire sentido somente se quem o ordenou sabia que iam ficar no meio de duas colunas de manifestantes, a nossa e a do Bloco. E isso eles sabiam mais que nós. Então, essa atitude da infantaria, desde o ponto de vista dos que buscavam provocar, não foi um erro. Certeza que não. Até agora falamos dos indícios que mostram como montaram as condições para reprimir. Primeiro, que nos deixaram chegar até a base da ponte. Segundo, que o cordão da infantaria estava localizado em um lugar absurdo, no meio de onde iam confluir duas colunas de manifestantes. O terceiro elemento é quem dirige os policiais desse cordão. Quando a coluna do bloco chega, parte do cordão da infantaria começa a se retirar. Porém Franchiotti, com Itaka (escopeta) na mão, insiste aos seus subordinados para que fiquem, que resistam ali. É muito clara essa imagem nos vídeos: como na cabeça de alguns canas existia algum sentido, tenderam a correr para a calçada. Franchiotti se mantém ordenando a outros canas do cordão para que permaneçam onde estavam. Alí se dão os primeiros atritos, o que se vê bem nas filmagens da tv são empurrões y bastonadas, até que fazem soar os primeiros gases e tiros de escopeta. Era o lugar mais inteligente para montar uma provocação. Estavam todas as câmeras de televisão e, como eram poucos nesse cordão da infantaria, ficaram facilmente como vítimas - Declaração de militantes piqueteiros (MTD ANÍBAL VERÓN, 2012, p. 61-62).



Figura 16– Cordão policial mantido no meio de duas colunas piqueteiras sob ordens do comissário Franchiotti.

Assim que as forças repressivas obtiveram o que desejavam, isto é, a reação piqueteira¹³³ às provocações armadas, iniciou-se o massacre de avellaneda. Diversas

¹³³ Durante o calor emocional do eminente enfrentamento entre piqueteiros e forças repressivas, que armaram uma emboscada com atitudes provocativas, uma piqueteira cai na emboscada ao agarrar a jaqueta do comissário Franchiotti (responsável pela emboscada) e lhe dar um puxão. A partir desse momento inicia-se a repressão brutal, que toma forma de uma caçada violenta e assassina pelas ruas, estações, sedes de agrupamentos políticos de esquerda etc.

filmagens e documentários realizados por vários meios alternativos de comunicação apresentam claramente como se deu essa selvageria repressiva que não mediu esforços para fuzilar, espancar e torturar centenas de piqueteiros (ALAVÍO, 2002a; ESCOBAR e FINVARB, 2007).



Figura 17– Início da caçada repressiva que resultaria no Massacre de Avellaneda.



Figura 18– Sargento Carlos Leiva à paisana, atirando com arma de fogo contra militantes piqueteiros.

Ao iniciar a repressão com bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e tiros com armas de fogo, os piqueteiros se dispersaram e iniciaram a retirada da região, ficando impossibilitados de levar adiante os planos de bloquear os cinco pontos de acesso à capital federal. No entanto, a repressão não se deteve, pelo contrário, pois, a

partir daí, iniciava-se uma verdadeira caçada aos piqueteiros pelas avenidas e ruas próximas a Ponte Pueyrredón, marcadas por uma perseguição policial acompanhada de uma grande quantidade de disparos efetuados pelas forças repressivas, vindos de todos os lados, inclusive de francoatiradores postados em alguns prédios da região. Partes expressivas desses disparos equivaliam a disparos com armas de fogo e uma das provas mais contundentes do uso constante de tais armas, além dos feridos e mortos, foram os inúmeros registros (fotos e filmagens) da constante preocupação de diversos policiais em resgatarem seus cartuchos de chumbo no asfalto para não deixarem provas. Os documentários que registraram esses momentos demonstram a magnitude da violência repressiva estatal utilizada no massacre de avellaneda (ALAVÍO, 2002a; ESCOBAR e FINVARB, 2007).

Mario Pérez, ao que tudo indica, foi o primeiro piqueteiro a receber o impacto de uma arma de fogo nas duas pernas, ao longo da avenida avellaneda. Logo em seguida, Aurora Cividino, membro da Assembleia de San Telmo, também foi baleada pelas costas, tendo o fêmur esquerdo fraturado e outra bala alojada na coxa direita. Cem metros à frente de onde Aurora foi baleada, aproximadamente 200 piqueteiros faziam frente, com paus e pedras lançadas por estilingues, ao avanço das tropas bonaerenses e da prefectura com o objetivo de retardar o avanço repressivo e melhor organizar a retirada. Entre os piqueteiros que resistiam ao avanço das tropas encontrava-se Maximiliano Kosteki, Miguel Ángel e Carlos Romeo em frente ao supermercado Carrefour. Um tiro de escopeta atinge o três piqueteiros e feri fatalmente Maxi Kosteki, deixando os demais feridos nas pernas e ombros. As imagens transmitidas pelo canal de notícias Crónica TV mostra o momento exato em que Maxi é fuzilado no peito, eram 12hs42min, isto é, haviam passado 40 minutos do início da repressão e as tropas davam sinais de que a repressão estava longe de terminar. Socorrido por alguns companheiros Maxi foi levado até a estação avellaneda (MTD ANÍBAL VERÓN, 2012).

Aproximadamente a 20 quadras da Ponte Pueyrredón, na Avenida Pavón, Juan Arredondo é atingido por dois tiros, um nas nádegas e outro no tornozelo. Impossibilitado de seguir fugindo, acabou capturado e levado para a 1ª delegacia de Avellaneda, na qual ficou por aproximadamente 04hs00min perdendo sangue até ser transferido para um hospital. Não era a primeira vez que Juan havia sido baleado por participar de uma contestação social, visto que há alguns meses atrás teve seu pulmão perfurado por uma bala de 09 milímetros disparada por um agente penitenciário em um

protesto realizado pelo MTD de Lanús contra o atraso no pagamento dos subsídios sociais.

Logo após iniciada a repressão, as tropas que se encontravam na Avenida Mitre também dispararam diversas vezes com armas de fogo contra os piqueteiros. Uma das primeiras vítimas foi Leonardo Torales, de 17 anos, que teve seu pulmão perfurado por uma bala. Leticia Vasarhelyi, uma médica que costumava acompanhar as manifestações piqueteiras para prestar os primeiros socorros às vítimas da repressão, ao auxiliar o jovem também foi atingida por balas de borracha. Leonardo permaneceu 35 dias internato na UTI. As forças repressivas que atuavam nessa avenida eram coordenadas pelo sargento aposentado da polícia bonaerense, Carlos Leiva, que foi flagrado à paisana, atirando com arma de fogo contra militantes piqueteiros por diversas fotos e filmagens realizadas pelos próprios piqueteiros e por profissionais de meios alternativos de comunicação (ALAVÍO, 2002a; MTD ANÍBAL VERÓN, 2012).

As forças repressivas coordenadas por Carlos Leiva foi responsável por perseguir, com camionetes e outros carros patrulhas, diversos grupos de piqueteiros por várias quadras até a Praça Alsina. Nesse percurso um coletivo foi incendiado em uma localidade onde já não existiam manifestantes, o que nos leva a crer que suas tropas o fizeram com o intuito de criminalizar o movimento piqueteiro e justificar a violência repressiva. As tropas de Leiva e ele próprio foram responsáveis por atirar com arma de fogo contra diversos piqueteiros, as imagens desses recolhendo cartuchos vermelhos, próprios de arma de fogo, no asfalto confirmam os disparos com o intuito de ferir gravemente e matar. Sergio Insaualde foi uma das vítimas dos disparos efetuados por Leiva, que atravessaram sua bochecha direita. Héctor Alvarez foi outra vítima dessas tropas, ao ser baleado no lado direito do peito e, ao final do dia, foi internato em uma UTI. Fugindo da selvagem perseguição comandada por Carlos Leiva pela Avenida Mitre, aproximadamente 50 militantes piqueteiros buscaram refúgio na sede do Partido Comunista, localizado na Rua Brandsen, número 1.200. Contudo, algumas camionetes dirigidas pelas tropas de Leiva chegaram ao local e arrombaram a porta de entrada da sede com diversos tiros que feriram os militantes que tentavam reforçar a porta com seus próprios corpos para impossibilitar o ingresso dos repressores. Após diversos disparos a porta foi arrombada (imagem registrada por Pablo Piovano, do jornal Página 12) e a sede invadida pelas forças repressivas que, no seu interior, seguiram disparando contra os piqueteiros. Uma das vítimas foi Mariano Benítez que ao demorar em seguir a

ordem repressiva de deitar no chão com as mãos na nuca, recebeu um disparo de bala de borracha na cabeça quando buscava um lugar no piso cheio de militantes já rendidos, o que lhe causou uma enorme queimadura e ferida, sendo levado desmaiado para o hospital. As casas vizinhas à sede também foram invadidas e seus moradores ficaram sob a mira das escopetas policiais. A repressão na sede do Partido Comunista só não foi maior porque os deputados Luis Zamora e Vilma Ripoll expulsaram aos gritos e empurrões os policiais para fora da sede, que fugiram em suas camionetes recebendo pedradas dos piqueteiros que se aproximaram do local para reforçar a resistência.

Do lado de fora da estação avellaneda se aproximava as tropas comandas pelo comissário Franchiotti que permanentemente disparavam com armas de fogo (pistolas e escopetas) contra os piqueteiros que escapavam pela Avenida Pavón. A 60 metros da estação, o fotógrafo Sergio Kowalewski procurou dialogar com o comissário Franchiotti, objetivando freiar a brutalidade do operativo repressivo: “Parem, não estão vendo que as pessoas estão indo embora? Parem, pois vão promover um massacre”, advertiu severamente a Franchiotti, que lhe retrucou, “vejam o que me fizeram”, mostrando um arranhão no pescoço, porém Sergio insistia, “mas vocês promoverão um massacre, não estão vendo que eles estão com paus e pedras e vocês com ferro (arma)?”. Outro policial se aproximou para defender Franchiotti e lhe advertiu: “Se não gosta, vá para o outro lado”, deixando subentendido que poderiam atirar em Sergio também.

As duas vítimas fatais da selvageria policial foram Maximiliano Kosteki e Darío Santillán, dois jovens e aguerridos militantes piqueteiros¹³⁴. Após ser fuzilado no estômago, Maxi foi levado ainda vivo por alguns companheiros até a Estação Avellaneda onde agonizou até a morte. Na intenção de auxiliá-lo e chamar uma ambulância Hector Fernández se manteve na estação. Logo depois chegou Darío Santillán, que ao saber da existência de um companheiro (que ainda não o conhecia) ferido na estação, regressou para ajuda-lo. Ali se encontravam diversos piqueteiros que assustados com a magnitude da repressão buscavam se proteger das tentativas de fuzilamento policial. Darío, apesar de sua juventude, possuía uma significativa

¹³⁴ “Ambos militavam em distintos MTD da zona sul do conurbano bonaerense, agrupados na Coordenadora Aníbal Verón, ainda que não se conhecessem mutuamente. Santillán tinha uma reconhecida militância no MTD de Almirante Brown e logo de Lanús, e trabalhava em uma “construtora” comunitária fazendo tijolos de cimento. Kosteki se incorporou na mesma organização dois meses antes dos fatos, estudava desenho e pintura e trabalhava em uma horta comunitária dependente do MTD de Guernica, município de Presidente Perón” (ARTESE, 2013, p. 139).

experiência militante e por isso aconselhava os demais a fugirem e insistia em ficar para socorrer Maxi. Aos gritos dizia: “Vão, corram, fujam. Eu fico, mas vocês saiam, saiam”. Muitos saíram e conseguiram subir no primeiro trem que partia. Logo em seguida se escutam disparos efetuados contra a estação avellaneda, era o início do plano estatal que consistia em simular um enfrentamento entre distintos grupos piqueteiros, o que reforçava a corrente de opinião que os relacionava à delinquência e violência. Darío se manteve agachado ao lado do corpo de Kosteki, conferindo seus pulsos, quando ingressam à estação o cabo Acosta e o comissário Franchiotti com o intuito claro de assassinar alguns piqueteiros, nesse caso Darío Santillán é quem foi fuzilado, para logo depois retirá-los da estação com a explicação de que se “mataram entre eles”:

Darío percorreu cinco metros desde que se levantou e buscou a saída até que lhe atiraram com escopeta pelas costas. Havia atravessado as portas que dividem o hall do pátio da estação; havia passado também por Franchiotti, que em sua corrida atrás de outro rapaz demorou pegando outros cartuchos no bolso do seu casaco. Acosta havia empreendido a perseguição seguindo seus passos. O cabo e o comissário levavam munição de guerra (prova disso foi a preocupação em resgatar seus cartuchos no chão, registrada em diversas ocasiões, durante toda a caçada repressiva) e os dois ficaram na linha de tiro quando Darío caiu ferido de morte. Ao escutar um novo estampido e dirigir o olhar, Sergio Kowalewski viu apontando, em primeiro lugar, o comissário. Pepe Mateos, fotógrafo do jornal Clarín, quem segundos antes havia retratado o ingresso dos policiais no Hall, não teve ângulo suficiente para ver o momento em que se efetuou o disparo. Caminhou até o pátio quando escutou a detonação e então viu Darío caído tentando seus últimos movimentos [...] os policiais se aproximaram do corpo agonizante: “a polícia o tratou de uma forma brutal. Os policiais o pegavam e diziam ‘pare’, o chutavam. O comissário, que eu não sabia quem era também estava quando o levaram para fora. Vi uma selvageria na forma em que trataram Santillán (MTD ANÍBAL VERÓN, 2012, p. 79-80 – parênteses nossos).

Outros 30 militantes piqueteiros foram feridos por armas de fogo pelas costas enquanto buscavam fugir e resistir à selvageria repressiva, aproximadamente 160 militantes foram feridos com balas de borrachas. Levando em conta que diversos deles foram atingidos por armas de fogo em regiões vitais, tais como peito e cabeça, o número de mortos poderia ter ultrapassado mais de 15 piqueteiros. Deve-se levar em conta, como ressaltou o MTD Aníbal Verón, que o número de militantes feridos foi muito maior que o apresentado, pois diversos deles, temendo represália e torturas, não recorreram aos hospitais para serem atendidos. Quase 200 pessoas foram detidas, acusadas de atentarem contra o patrimônio público e privado, acusadas de praticarem atentados e de resistência à autoridade. Outros tantos militantes que foram detidos pela repressão denunciaram a prática de torturas físicas e psicológicas, incluindo a simulação de fuzilamentos, e outros tipos de violência, tal como serem amontoados em celas

superlotadas, com mulheres grávidas e outras pessoas dependentes de medicação, que eram negadas pelos policiais etc. (ARTESE, 2009).



Figura 19, 20 e 21– Imagens do fuzilamento de Darío Santillán na Estação Avellaneda, com destaque para os responsáveis (Acosta e Franchiotti) e a utilização de cartuchos vermelho (arma de fogo)¹³⁵.

No dia seguinte o bloco dominante iniciava a tarefa de “reconstruir” ideologicamente o massacre de avellaneda com vistas a reforçar a corrente de opinião produzida pelas forças repressivas e reproduzidas por esse bloco social. Tal

¹³⁵ Momento em que o cabo Acosta (13) e o comissário Franchiotti (14) ingressam na Estação Avellaneda, minutos antes do fuzilamento de Darío Santillán. No piso encontra-se Maximiliano Kosteki fuzilado e Darío Santillán levantando e buscando escapar dos policiais que o assassinaria segundos depois. Na última imagem (15), temos Darío Santillán já fuzilado, agonizando no pátio da Estação Avellaneda. Em destaque o cartucho vermelho, próprio de munição de fogo, utilizado para fuzilar Santillán a 05 metros de distância.

corrente de opinião, que buscava tornar-se hegemônica, relacionava os piqueteiros à delinquência, vandalismo e outros atos violentos, bem como os associava com diversos inimigos imaginários, tais como subversivos de esquerda, guerrilheiros estrangeiros, traficantes de drogas, terroristas, revolucionários, comunistas etc. Tudo isso com o objetivo de formar um consenso em torno da necessidade de reprimi-los, inclusive violentamente.



Los incidentes en el hospital. Aún hay piqueteros internados

Un manifestante en grave estado

Ocho personas continúan internadas hoy en el Hospital Fiorito de Avellaneda como consecuencia de los episodios de violencia registrados el miércoles en esa localidad bonaerense, y una de ellas permanecía en "estado crítico". Voceros del centro asistencial confirmaron que aún no fueron dados de alta los ocho pacientes que permanecen alojados desde el hospital, cuando ingresaron heridos a raíz del violento enfrentamiento entre policías y piqueteros en la zona del Puente Pueyrredón.

Entre los internados, cinco de ellos fueron asistidos por tener heridas de bala y dos se encuentran en la sala de terapia intensiva luego de haber sido intervenidos quirúrgicamente, aunque se indicó que "están evolucionando".

Además, las fuentes explicaron que tres de los internados "presentan heridas en tórax, compatibles con heridas de armas de fuego", en tanto otros dos recibieron disparos de armas de fuego en los miembros inferiores.

Se agregó que las edades de los heridos son "de entre 23 y 50 años", y se puntualizó que "de los 17 primeros en ingresar, cuatro eran mujeres".

El resto de los manifestantes que fueron atendidos en el hospital, luego dados de alta, presentaron heridas producidas por golpes de punta, signos de asfixia, heridas cortantes, quemaduras, hiperextensión articular, traumatismos y escoriaciones.

También fue atendido en ese hospital el comisario Alfredo Franchetti, quien fue herido en el rostro por un manifestante que actualmente se encuentra detenido.

TRAS EL SANGRIENTO PIQUETE

El Gobierno denunció un plan que busca derrocar a Duhalde

Lo dijo el ministro del Interior que aseguró que hay "elementos" de prueba. Llamado a la paz

El ministro del Interior, Jorge Matzkin, denunció ayer que el Gobierno nacional tiene "elementos" que le permiten suponer que los incidentes de Avellaneda formaron parte de un "plan de lucha organizado" que apunta a "reemplazar a la fórmula del consenso".

"Los lamentables hechos no constituyen un hecho aislado y, en este sentido, el Gobierno tiene elementos que le permiten suponer que estamos frente a acciones preconcertadas: un plan de lucha organizado y sistemático que busca reemplazar a la fórmula del consenso", puntualizó Matzkin.

El ministro del Interior hizo estas declaraciones en la Casa de Gobierno en el mismo momento en que se iniciaba la marcha de organizaciones piqueteras en repudio por la muerte de dos manifestantes en Avellaneda (ver página 5).

El Gobierno tiene elementos que le permiten suponer que estamos frente a acciones preconcertadas: un plan de lucha organizado y sistemático que busca reemplazar a la fórmula del consenso", puntualizó Matzkin

El Gobierno, en tanto, sostuvo que utilizará "todos los medios a su alcance para seguir garantizando la paz entre los argentinos", tras advertir sobre la existencia de un plan de lucha "organizado y sistemático" que pretende amenazar y reemplazar la democracia.

Tras los graves incidentes del miércoles, que dejaron como saldo 2 muertos y 90 heridos, la administración Duhalde salió ayer a advertir sobre posibles nuevos hechos de violencia y denunció la existencia de un plan "organizado y sistemático" para desestabilizar la democracia.

RECLAMO PRESIDENCIAL

En ese sentido, el presidente Eduardo Duhalde suplicó "una orden terminante"

para que se acalen los incidentes registrados entre policías y piqueteros en las adyacencias del Puente Pueyrredón, y exhortó a "saber cuanto antes quién está detrás de esto".

Durante la jornada de ayer el Ejecutivo Nacional envió a los gobernadores provinciales un informe sobre las "acciones que presumiblemente se pueden desarrollar en el ámbito de sus jurisdicciones", y también de las acciones que lleva adelante el Ministerio de Justicia, que está reuniendo antecedentes para llevar a los tribunales.

Duhalde, quien permaneció toda la jornada en Olivos, instruyó a todos los ministros para que se reúnan a la Presidencia del Tesoro elementos que sirvan para "respaldar la denuncia contra los violentos", según indicó una fuente oficial, quien precisó que el primer mandatario decidió "seguir personalmente" el tema.

El Presidente recibió durante la mañana informes de inteligencia así como los alcances del operativo de seguridad adoptado en los accesos a la capital federal.

Por la tarde, en el ministerio del Interior, Matzkin, el ministro de Justicia, Jorge Vassallo y el secretario de Seguridad Interior, Juan José Álvarez, analizaron declaraciones públicas de las últimas semanas de los dirigentes piqueteros.

También se analizó en detalle las conclusiones de un congreso de piqueteros que se realizó el pasado 22 y 23 de junio en Avellaneda, en el polideportivo Gaica, en el que se habrían hecho afirmaciones muy comprometedoras en cuanto a la incitación a la violencia.

Con estos elemen-

tos, el Gobierno entabló una demanda ante los tribunales, que legitime el accionar del miércoles de las fuerzas de seguridad, ya que "por primera vez no tuvimos con quien hablar", según comentó el vocero oficial.

En ese tenor, el jefe de Gabinete, Alfredo Alanasof, manifestó el pesar del Gobierno por los sucesos, al indicar que "lamenta con mucho dolor las muertes" en los incidentes, "lamenta tantos heridos y también lamenta los hechos vandálicos registrados en la ciudad de Avellaneda".



El ministro Matzkin

Hablan de "profesionales organizados"

El Gobierno nacional sostiene la teoría de que la violencia que terminó con dos muertos, heridos y destrozos en Avellaneda está sostenida por "profesionales organizados", lo cual amerita una "profunda investigación" para conocer su origen y eventuales vinculaciones nacionales e incluso internacionales.

Así lo aseguraron ayer diferentes fuentes oficiales, que le atribuyeron a un grupo de las organizaciones piqueteras la proyección de "un plan de acción progresivo, con un gran final en la capital federal para el 15 de julio".

Sobre este plan, que corresponde a la resolución de la asamblea de piqueteros que se concretó el fin de semana pasado en la localidad bonaerense de Avellaneda, el Gobierno de Eduardo Duhalde advierte que detrás hay una organización "superior".

En tanto, varios funcionarios con desdén en la Casa Rosada no descartaron que las balas que dieron muerte ayer a dos jóvenes piqueteros pertenecieran a la Policía bonaerense, y al respecto señalaron que "todo está siendo investigado".

"Hubo armas policiales que fueron robadas, de manera que no se puede afirmar de qué armas salieron los disparos y quiénes los ejecutaron", indicó una de las fuentes consultadas.

TODO PREPARADO

El secretario general de la Presidencia, Aníbal Fernández, consideró que en el marco de la protesta que se desarrolló en el Puente Pueyrredón estaba todo "preparado" para que "sucediera lo que sucedió".

Figura 22– Nota do Jornal O Dia, dois dias após o Massacre de Avellaneda (28/06/2002).

Desde os primeiros instantes após o massacre de avellaneda, as forças policiais produziram um discurso ideológico visando fundamentalmente ocultar a realidade do acionar massacrante das forças repressivas, transferindo a responsabilidade pelas mortes aos próprios piqueteiros: os duros, delinquentes, violentos etc. Para essas ocasiões serviam essas constantes referências negativas aos piqueteiros, quer dizer a construção de uma corrente de opinião que insistentemente os relaciona à violência facilitada a

aceitação de discursos ideologêmicos criminalizadores da contestação social piqueteira, seus métodos violentos e perigosos, seus grupos delinquentes etc.

No dia 27 de junho de 2002, a totalidade das empresas capitalistas de comunicação reproduziu o discurso infame do comissário Franchiotti, responsável por coordenar o operativo que resultou no Massacre de Avellaneda e autor do disparo que assassinou Darío Santillán. Vejamos seu discurso e quanta canalhice:

“Na estação, **lugar que nós nunca entramos** [...] Nós **só portamos gases e balas de borracha** [...] A gente que estava dentro da estação nos reclamava. Tinha entrado um grupo muito importante, se **sentiam disparos de arma de fogo em direção a um dos trens que passava**. A gente que estava ai e que pudemos fazer contato e estabelecer um dialogo **nos comentava que haviam disparado para o trem, que havia tiroteios ali dentro** ... Ficaram alguns grupos, por isso atiramos alguns gases. Os gases entraram na estação, ai tivemos que sair e tiramos um montão de gente que nos pedia auxílio porque havia mulheres com crianças, grávidas e outros que estavam tirados no piso e tivemos que retirá-los para o lado da Pavón ... para evitar que pudesse lhes acontecer algo. (Então) **eu vejo um dos piqueteiros que acontece que termina sendo esse rapaz Santillán. Lhe pergunto o que havia acontecido, ele retirou o pano que tinha no rosto e me disse que haviam dado um tiro em suas costas**. Lhe digo: ‘Consegue levantar? Vou te levar ao hospital. Tenta levantar, tenta, lhe disse’. Tentei levantá-lo sozinho e não consegui, era bastante pesado. Então recorri ao auxílio de outros policiais” (MTD ANÍBAL VERÓN, 2012).

Tal discurso é o primeiro de diversos outros discursos capciosos, fundamentados em inverdades que buscaram ocultar a realidade (o fuzilamento policial) e confundir a sociedade. Nesse sentido, até ser desmascarado pelas evidências de outras provas e fontes que surgiram 48 horas após o massacre, o capital comunicacional agiu com o objetivo claro de transferir toda a responsabilidade pela violência aos próprios piqueteiros, ou melhor, aos inimigos imaginários que se construíram com o intuito de camuflar uma ofensiva de classe, apresentado-a como uma ofensiva contra grupos infiltrados perigosos, os “verdadeiros responsáveis pelos episódios de violência” etc. As primeiras explicações do bloco dominante para o massacre era que “os piqueteiros haviam se matado entre eles”, que “havam grupos infiltrados organizados, armados e violentos” (inimigo imaginário). Nos discursos jornalísticos essa posição ideológica se reforçava com a apresentação seletiva e parcial da realidade que reproduzia o cinismo degenerado do discurso de Franchiotti, que insistia em apresentar os piqueteiros como armados e violentos, da existência de grupos infiltrados etc.:

“Os piqueteiros que estão **dispostos a resistir estão avançando contra a polícia**, estão **avançando contra a polícia** nesse momento” (Azul TV, 26/06/2002).

“**HÁ DISPAROS DE ARMAS DE FOGO**” (chamada do noticiário), “o certo é que a região ficou cheia de **automóveis destruídos com a passagem dos manifestantes furiosos e à polícia não restou nenhuma margem de ação**”, “havia muitos piqueteiros que estavam **com pedras**,

que estavam com estilingues, dispostos a levar à cabo o enfrentamento” (Azul TV, 26/06/2002).

“A polícia estava com uma equipe antidistúrbios e foi tremendamente agredida e isso está claramente visto na televisão” (Juan José Álvarez, America TV, 26/06/2002).

“o governo da província de Buenos Aires assegura que os piqueteiros foram responsáveis pelos incidentes e que portavam armas de grosso calibre como escopetas” (Azul TV, 26/06/2002)

O GOVERNO GARANTE QUE FORAM INFILTRADOS - Sob suspeita dois grupos piqueteiros [...] **DOIS MORTOS NO ENFRENTAMENTO DE PIQUETEIROS COM A POLÍCIA – Grupos radicalizados de esquerda** destruíram negócios e queimaram automóveis e coletivos : “O chefe do operativo de segurança na ponte, comissário **Alfredo Franchiotti**, assegurou que suas forças não portavam projéteis de chumbo e acusou os piqueteiros de disparar com armas de fogo [...] Essa gente vinha com toda a intenção de lutar conosco ... Com paus, armada, com panos cobrindo suas caras. **Não digo que se tratava de um exército, porém é gente que vinha combater, logo assinalou o comissário Franchiotti**” (La Nación, 27/06/2002).

CAOS DEBAIXO DA PONTE – “Enrique Pini, um vizinho de Avellaneda que se apresentou para declarar após o ocorrido, relatou a La Nación que viu **como dois piqueteiros carregavam armas de fogo pela estrada durante sua fuga**” [...] Um coletivo que passava pelo lugar denunciou na 1ª Delegacia de Avellaneda que outro grupo de encapuzados o assaltou com escopetas Itaka e pistolas automáticas pouco antes do enfrentamento. Logo incendiaram o coletivo com bombas molotov. O relato foi difundido pelo chefe do operativo, que tinha uma ferida no olho esquerdo. **Um piqueteiro o golpeou selvagemmente pelas costas** enquanto declarava à imprensa no hospital fiorito, para onde tinha sido levada as vítimas” (La Nación, 27/

DO PIQUETE À TRAGÉDIA – “Era de supor que as tensões que desatam os atos ilícitos como os bloqueios de caminho por organizações de piqueteiros iam provocar algum dia um trágico saldo como o produzido ontem em Avellaneda [...] O mecanismo de protesto dos piqueteiros, lamentavelmente se estendeu de ponta a ponta o território nacional viola preceitos constitucionais, tais como os que garantem os direitos de trabalhar e transitar livremente por nosso solo, à margem de ocasionar severos prejuízos econômicos ao impedir a passagem de distintos meios de transporte de passageiros e de carga, que não podem chegar a tempo a seus destinos. Se a isso se acrescenta que **quem organiza os piquetes vão armados, no mínimo com paus e outros objetos contundentes, não é necessário abundar em detalhes para conceber essas manifestações como autênticos atos de violência**” (La Nación, 27/06/2002).

SE SABIA QUE OS PIQUETEIROS TINHAM ARMAS – “O governo bonaerense, por sua parte, acredita que os atos de violência protagonizados pela polícia provincial e os piqueteros “foram preparados por **grupos de infiltrados para semear o caos no país**” (La Nación, 28/06/2002).

“[...] os pescadores em rios revoltosos que **aspiram conduzir o conflito social** com uma **dose maior de violência**. É provável que à luz dos fatos sucedidos ontem, **esse último grupo (os duros, violentos) tenha tido uma maior participação** [...] Não se deve descartar que esse nível de desordem e rebeldia tenha sido gerados pelas diferenças suscitadas em distintas agrupações que convocaram os atos de protesta ontem, frente à advertência oficial de que as forças de segurança não permitiria os bloqueios de caminhos” (La Nación, 27/06/2002).

Os primeiros discursos veiculados no capital comunicacional são objetivos e enfáticos no momento em que informam seletivamente o que está ocorrendo na Ponte

Pueyrredón: os piqueteiros **dispostos a resistir avançam contra** a polícia, **estão avançando contra** a polícia (violentos); o certo é que na passagem dos piqueteiros houve muita destruição (violência e delinquência); há armas de fogo (dos piqueteiros?); armados com estilingue e pedras dispostos ao enfrentamento (violentos); a polícia foi tremendamente agredida (piqueteros violentos, polícia passiva); responsáveis pelos incidentes e fortemente armados (reforça a tendência de que estão armados e, portanto são violentos); já se sabia da preparação piqueteira para uma **luta armada** e seu **cronograma de hostilidades**. Percebe-se que no discurso jornalístico os piqueteiros são sempre os agentes da ação violenta, enquanto a polícia apenas sofre seu acionar.

No plano estatal era assim mesmo que as coisas deveriam parecer, isto é, uma pequena quantidade de policiais cercados por uma multidão de piqueteiros agressivos. Porém, estando no local dos acontecimentos os jornalistas sabiam quem realmente portavam armas de fogo e disparavam contra os piqueteiros, isto é, a força repressiva, mas ao noticiar a realidade com a chamada “**HÁ DISPAROS COM ARMAS DE FOGO**”; **SE SABIA QUE OS PIQUETEIROS TINHAM ARMAS** acompanhada de discursos que informam sobre a violência piqueteira, permite transparecer a informação segundo a qual os piqueteiros são os possíveis responsáveis pelos disparos, já que são eles os violentos. Dessa maneira, vai se construindo uma corrente de opinião que acredita de fato que são os piqueteiros (duros) os responsáveis pela violência em Avellaneda e, por outro lado, livram o aparato repressivo estatal da responsabilidade pelos seus crimes terroristas (torturas, simulacros de fuzilamento, ameaças de morte, fuzilamentos, assassinatos etc.).

Os discursos dos jornais impressos reiteravam essa mesma versão dos acontecimentos e acrescentavam enfaticamente a presença de inimigos imaginários na mobilização, responsáveis por elevar o grau de violência contra as forças repressivas estatais: **O GOVERNO GARANTE QUE FORAM INFILTRADOS** e as suspeitas, como não poderia deixar de ser, são dois grupos piqueteiros (os duros e violentos) com posturas **radicalizadas de esquerda**, o que no pensamento axiológico se apresenta como algo extremamente negativo e ameaçador. O caráter ideológico dos discursos é flagrante e se apoia em mentiras deliberadas, tais como a de portar armas de fogo e dizer que não as portava, tal como fez Franchiotti, que ainda insistia em dizer que os disparos viam dos piqueteiros, que se demonstravam **dispostos a combater**.

Diversos outros discursos ideologêmicos foram veiculados no capital comunicacional buscando explicar as mortes de Darío e Maxi desvinculadas do acionar repressivo estatal. Quantitativamente¹³⁶ e qualitativamente tais discursos expressaram os interesses hegemônicos no interior do bloco dominante e se manifestaram através do pronunciamento de diversos burocratas que, uma vez mais, se fundamentava no suposto *caráter vandálico e delitivo* das organizações piqueteiras para criminalizá-las e responsabilizá-las pelos assassinatos, apresentados como fruto de uma *richa interna* (ARTESE, 2013):

“Houve casos, como o que denunciou o motorista de um coletivo, de homens que levavam **bombas molotov, escopetas e armas. Que não são parte dos que habitualmente se manifestam**” (Juan José Álvarez, Secretário de Segurança, La Nación, 27/06/2002).

“**Os piqueteiros se mataram entre eles**” (Felipe Solá, governador de Buenos Aires, Página 12, 30/06/2002).

“**A metodología utilizada por alguns grupos não encontra justificativa e se torna perigosa. A estratégia de bloquear as estradas e ruas de maneira sistemática supõe uma violência intrínseca** que gera reações nos setores da população diretamente afetada por seus operativos. Mas, aliás, é notório o acionar, no marco de grandes colunas de manifestantes pacíficos, de **grupos minoritários** –geralmente atuam **com os rostos cobertos e armados**, pelo menos **com paus e pedras**- que **sustentam uma atitude de beligerância e promovem, em determinadas circunstâncias, uma alta voltagem de violência**” (Raúl Kraiselburd, diretor do Jornal, El Día, 28/06/2002).

O que está claro é que o bloco dominante não tem nenhum compromisso com a verdade, mas sim com seus interesses de classes que para serem garantidos nessa conjuntura, dependia do fim da contestação social piqueteira e isso é o que mais importava e justificava a fórmula: repressão violenta, discurso ideológico/invenção de inimigos imaginários e outras inverdades grotescas. O discurso do secretário de segurança oculta uma verdade para apresentar uma inverdade, pois os homens que foram vistos na mobilização com bombas molotov, escopetas e armas, e que incendiaram o coletivo eram policiais travestidos de piqueteiros, com o claro objetivo de criminalizar as ações piqueteiras, inventando um inimigo imaginário potencial para transferir a responsabilidade pelas mortes e outras brutalidades que o operativo repressivo seguramente geraria.

¹³⁶ Aqui me refiro a um total de 69 discursos veiculados pelos jornais Clarín, La Nación, Página 12 e El Día entre os dias 15/06/2002 e 03/08/2002. Desse total de 69, 54 discursos continha algum tipo de caracterização dos contestadores sociais e seus métodos de contestação, dos quais 31 (57,4%) foram pronunciados por algumas frações de classe da burocracia (governamental, estatal/partidária).

A afirmação objetiva do governador de Buenos Aires e de outros burocratas governamentais, de que os piqueteiros se mataram entre eles, apenas demonstra a vileza utilizada para criminalizar a qualquer custo os contestadores radicais, pois o que não faltava para os piqueteiros, caso a disposição fosse para fuzilar alguém, eram alvos policiais de todas as cores e por todos os lados para apontar. E com certeza teríamos Franchiotti, Carlos Leiva e Acosta como vítima da suposta violência de piqueteiros armados e não Darío e Maxi.

A maneira como o operativo repressivo realmente procedeu e a forma como o bloco dominante o apresentou, através do trabalho conjunto no interior do capital comunicacional, demonstrava que havia um planejamento prévio, uma forma determinada para proceder: reprimir brutalmente com uma imensa quantidade de forças policiais, inclusive à paisana, autorizada a atirar para matar, construir uma corrente de opinião que confunda a sociedade e a faça acreditar na existência da violência piqueteira e, posteriormente, responsabilizar o movimento piqueteiro (os grupos radicalizados e duros) pelas mortes ocorridas. Para isso, setores do bloco dominante em conjunto (capital comunicacional, burocracia, intelectualidade etc.) e as forças repressivas precisaram agir de forma extremamente planejada e com diversas ações criminosas.

Vários indícios apontam para a existência de uma planificação com vistas a ampliar a magnitude e brutalidade repressiva, assim como transferir as responsabilidades para determinados setores piqueteiros (os duros e violentos, com agentes externos infiltrados) etc.: a) a existência de policiais à paisana, não identificados como força repressiva e por isso ampliando a potencialidade da repressão e da situação de vulnerabilidade dos manifestantes. Vários policiais e suas armas não figuraram nos registros oficiais, contrariando as normativas de segurança; b) Denúncias da existência de uma patrulha policial que destruía diversos vidros de carros, para posteriormente acusar o movimento piqueteiro, assim como a suspeita de que policiais vestidos de piqueteiros teriam incendiado um coletivo durante a mobilização; c) A existência de policiais vestidos como piqueteiros infiltrados na manifestação portando armas (as mesmas utilizadas pela polícia, para que não tenhamos mais nenhuma dúvida – pistolas 09 mm e escopetas/itakas) e atirando, tudo isso com o intuito de confundir a população e transferir a responsabilidade das mortes aos próprios piqueteiros e suas disputas (violentas) internas. Patrícia Walsh, deputada da cidade de Buenos Aires (MST), afirmou ter visto um homem “vestido de piqueteiro conversando de forma familiar com

(policiais) uniformizados” (Página 12, 11/07/2002); d) Denúncias de policiais à paisana em ação conjunta com outros fardados, em automóveis sem placas detendo manifestantes, invadindo residências e prendendo diversas pessoas; e) Prática de torturas e simulacro de fuzilamentos nas delegacias; f) Diversas ameaças foram realizadas contra amigos e familiares das vítimas fuziladas em Avellaneda, assim como do advogado Claudio Pandolfi da CORREPI – Coordenadora Contra a Repressão Policial e Institucional - e do fotógrafo Sergio Kowalewski, responsável pelas fotos dos policiais atirando contra Santillán na estação de Avellaneda; g) Inúmeros policiais foram registrados capturando seus cartuchos de chumbo no asfalto para não deixar provas do uso de armas de fogo etc. (ANÍBAL VERÓN, 2012; ARTESE, 2009, 2013).

A segunda parte do plano estatal era a de reproduzir os discursos ideológicos no capital comunicacional, com vistas a garantir a construção de uma corrente de opinião hegemônica em torno da versão oficial: “os piqueteiros se mataram entre eles”; “os piqueteiros são violentos, delinquentes, grupos exóticos (infiltrados) e usam armas de fogo” etc. Segundo Laura Vales, jornalista do Página 12, durante todo o dia 27 de junho de 2006 “houve uma pressão muito forte para que comunicasse a realidade de que os piqueteiros haviam se matado entre eles, uma pressão desde o governo de Duhalde, muito forte para que saísse isso” (ESCOBAR e FINVARB, 2007, 25min53seg). Sem dúvida, foram essas as notícias que a maioria dos jornais nacionais veiculara no dia 27 de junho, como demonstramos acima.

Os discursos veiculados pelo capital comunicacional e que são expressão do bloco dominante carregam implícita e explicitamente a informação segundo a qual alguns setores piqueteiros constituem um grupo social violento, constituído por elementos externos infiltrados (guerrilheiros e traficantes de outros países), preparados para uma luta armada, dispostos a derrubar os poderes constituídos (revolucionários comunistas) e implantarem o caos. Dessa maneira se constrói inimigos imaginários que legitimam a repressão, visto que passam a representar uma ameaça a toda sociedade. De militantes lumpemproletários que lutam contra a regularização da vida miserável se tornam perigosos inimigos, muitas vezes estrangeiros, da nação.

Nesse sentido, reafirmamos que não existe repressão estatal eficaz sem posicionamentos ideológicos eficazes do capital comunicacional (Red Eco Alternativo, 2009). Contudo, naquela circunstância específica, na qual os acontecimentos eram registrados por diversas pessoas não vinculadas ao capital

comunicacional, inclusive jornalistas independentes, o bloco dominante não conseguiu promover a corrente de opinião que apontavam os piqueteiros como os responsáveis pelas ondas de violência e pelas mortes, pois no dia 28/06/2002 centenas de jornalistas e fotógrafos independentes que cobriram o operativo repressivo contra o movimento piqueteiro, disponibilizariam as imagens (fotos e filmagens) do envolvimento da polícia nos atos de violência e nas mortes dos dois piqueteiros e, conseqüentemente, de toda a sinistra armadilha estatal.

Sem sombra de dúvidas, a maior demonstração dos estreitos e inescrupulosos vínculos existentes entre discurso jornalístico (ideologêmico), burguesia e poder estatal na Argentina foi fornecida pelo posicionamento mesquinho do Jornal Clarín, diante dos episódios de imensa brutalidade repressiva como o que resultou no Massacre de Avellaneda. No momento em que Franchiotti e dois de seus homens ingressaram na estação Avellaneda e fuzilaram Darío Santillán pelas costas, estavam presentes no hall da estação o fotógrafo independente Sergio Kowalewski e o fotógrafo do Jornal Clarín Jose Mateos. Ambos registraram, em uma seqüência de fotos, o momento em que Darío foi fuzilado. Desde as 18hs00min do dia 26 de junho a seqüência de fotos registradas por Jorge Mateos estava à disposição da equipe de redação do Jornal Clarín que, como se soube posteriormente, optou por não publicá-las. Pelo contrário, demonstrou concretamente o quanto de cinismo e sicofantia o discurso do capital comunicacional pode comportar para garantir o poder burguês. A forma como foi construído o editorial do dia 27 de junho de 2002 é prova cabal disso. Em sua capa, destacado em letras maiúsculas e negrito, trazia a seguinte manchete:

“A CRISE CAUSOU 2 NOVAS MORTES – Não se sabe ainda quem disparou contra os piqueteiros” (Clarín, 27/06/2002).

Em outros títulos e seus respectivos discursos pode-se ler:

Outra vez a violência [...] UMA ESCALADA DE VIOLÊNCIA QUE TORNA MAIS FRÁGIL A DEMOCRACIA – “De fato o grande responsável é o Estado, através do Governo nacional e nesse caso também do Governo bonaerense. **Porque é o Estado que deve assegurar o cumprimento da lei e a vigência das garantias para os cidadãos.** Nesse caso, estamos frente a um **estado ineficiente para controlar os grupos violentos e antidemocráticos** [...]” (Clarín, 27/06/2002).

Outra vez a violência [...] CENAS DE VIOLÊNCIA E MORTE EM AVELLANEDA, À MARGEM DO RIACHULEO – A Aníbal Verón, o setor dos piqueteiros duros “O movimento – que usa o nome do piqueteiro morto em Tartagal, Salta, em novembro de 2000 – iniciou seus protestos há um ano e meio; e se envolve no setor piqueteiro mais radicalizado” (Clarín, 27/06/2002).

Outra vez a violência [...] HOUVE DOIS MORTOS E MAIS DE VINTE FERIDOS – “Até bem tarde da noite **não havia informações sobre as circunstâncias em que se produziram as mortes**. Só se sabe que os dois jovens morreram por impactos de bala, na estação de trem de Avellaneda” (Clarín, 27/06/2002).

A CRISE, A VIOLÊNCIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS – “Segundo a informação disponível até o momento, durante o dia de ontem não se desenvolveram somente as ações habituais dos piqueteiros, senão também **atos de vandalismo, delitos comuns e agressões à pessoas**. Os protagonistas desses atos podem ter sido pessoas pertencentes aos grupos piqueteiros ou outros cujo objetivo era criar o caos com fins basicamente políticos [...] **Por uma parte, o desenvolvimento ou consolidação de grupos cujo propósito e metodologia excedem largamente ao dos piqueteiros**. De fato, na maioria dos piquetes e em suas mobilizações participam mulheres e crianças, enquanto ontem umas e outras estavam ausentes e **algumas colunas estavam encabeçadas por pessoas providas de paus, o que demonstra uma disposição ao enfrentamento**. Quer dizer que, a violência pode ter sido, mais que uma consequência das tensões criadas nesse tipo de situações ou de um mal proceder policial, **um ato buscado**” (Clarín, 27/06/2002).



Figura 23– Capa da edição do jornal Clarín do dia 27 de junho de 2002, um dia após o Massacre de Avellaneda.

O conjunto discursivo, que compôs as matérias veiculadas pelo Clarín sobre o massacre de Avellaneda, não deixa margens para dúvidas quanto aos propósitos fundamentais da edição do dia 27 de junho de 2002: ocultar a realidade do Massacre de Avellaneda, ludibriar a opinião dos leitores e forçar uma corrente de opinião favorável ao poder. Começando pelo título canalha de sua manchete na capa, que não era lá uma grande novidade uma vez que na edição de 13 de abril de 1997 também havia responsabilizado uma entidade metafísica (a crise) pela morte de Teresa Rodríguez em

Cutral-Có, está clara a intenção de ocultar a realidade da brutalidade repressiva estatal com um discurso metafísico que apresenta a crise como a responsável pelas mortes. Ora bolas, quem de fato apertou o gatilho (extremamente fácil) das armas de fogo/escopetas durante toda a repressão estatal? Quem realmente se encontrava armado no interior da estação Avellaneda no momento em que Jose Mateos (fotógrafo do Clarín) capturou a sequência de fotos do fuzilamento de Darío Santillán? Por que razões tais sequências de fotos foram ocultadas na primeira edição sobre o Massacre de Avellaneda, visto que o Clarín já as possuía desde as 18hs00min do dia 26 de junho? Outras perguntas também são instigantes: Por que razões o Clarín enviou seus jornalistas somente após o término do operativo repressivo, quando só existiam as manchas de sangue na estação? Não estaríamos diante de uma renúncia explícita em cobrir acontecimentos extremamente relevantes para a sociedade?

A verdade é que o jornal Clarín deliberadamente ocultou a responsabilidade da repressão policial pelas mortes dos dois piqueteiros e insinuou, durante todos os discursos veiculados naquela edição, que o movimento piqueteiro, especialmente os setores apresentados como duros, mais radicalizados, violentos e antidemocráticos, eram os responsáveis pela escalada de violência. A forma como o Clarín realizou esse processo de criminalização contou com a estratégia discursiva de implicitamente afastar a responsabilidade pelas mortes do aparato policial, alegando ser a crise a responsável pelas mesmas, deixando “livre” para interpretações (*não se sabe ainda quem disparou; só se sabe que os dois jovens morreram por impactos de bala*), e, ao mesmo tempo, fornecendo explicitamente elementos que induzam a uma interpretação extremamente parcial de que foram os próprios piqueteiros, que por isso eram constantemente apresentados como *violentos e antidemocráticos, a Aníbal Verón – o setor dos piqueteiros duros, setor piqueteiro mais radicalizado, caóticos, vândalos, delinquentes, agressores, armados e dispostos ao enfrentamento* (e outras inúmeras caracterizações negativas, apresentadas sistematicamente pelo capital comunicacional), e que de forma deliberada tais setores buscavam a morte de alguns piqueteiros para poder tirar proveito político dessa situação.

Até mesmo algumas agrupações piqueteiras, com postura mais conservadora, moderada e em constantes negociações com o governo de Duhalde, apresentavam discursos criminalizadores das organizações piqueteiras mais combativas e com tendências anticapitalistas:

Capciosamente D'Elía (dirigente da organização piqueteira moderada FTV) expressou que “nós sempre reclamamos em paz e jamais temos tampado a cara” (diário *Clarín*, 28-06-02). Logo aderiu à hipótese do oficialismo, abonando as versões sobre uma intenção insurrecional e criminalizando diretamente as agrupações identificadas com ideologias de esquerda: “existe um setor da esquerda que desde alguns meses acredita ser o eleito para conduzir a revolução na Argentina e tem como objetivo derrubar Duhalde” (*Clarín*, 2-07-02); e “existe infiltração ideológica” (*El Día*, 1-07-02), remetendo ao grupo Quebracho. Este tipo de apreciações, também efetuadas nos episódios anteriores, aprofundaram a brecha existente entre os piqueteiros considerados “combativos” e as agrupações de de D'Elía e Alderete. Suas interpretações foram registradas no documentário “La crisis causó 2 nuevas muertes” de Patricio Escobar e Damián Finvarb, que faz alusão ao titular do diário *Clarín* do dia 27 de junho. Ali expôs com maior eloquência sua caracterização dos fatos ao considerar que os integrantes do Bloco Piqueteiro “combinaram con o governo de Duhalde uma repressão de baixa intensidade, ou seja ‘nós vamos ao bloqueio, vocês atiram alguns gases contranós e nós vamos embora” Ao governo lhe serve porque pode demonstrar em Washington que tem autoridade para dissolver o conflito social, e aos dirigentes isso lhes servia porque lhes permite se colocarem no centro da cena política e dizer que era um governo repressor, autoritária, e que eles eram os verdadeiros piqueteiros. Era um negócio para ambos. Por que? Porque necessitavam de mortos (ARTESE, 2013, p. 141).

Discursos criminalizadores semelhantes foram veiculados por outras empresas capitalistas de comunicação, oferecendo outra explicação ideológica, segundo a qual o massacre de avellaneda foi resultado de uma ação insurrecional sistematicamente organizada para a derrubada do governo e tomada do poder, recorrendo novamente à figura de um dos inimigos imaginários inventados (o subversivo terrorista de esquerda) em períodos prévios da história argentina:

“As ações de Avellaneda não constituem um ato isolado senão **resultado de ações elaboradas** que constituem um **plano de luta organizado e sistemático**, que pode chegar a **ameaçar e substituir a fórmula do consenso que a maioria dos argentinos tem escolhido**. Tem quem prefere a linguagem da violência” (Jorge Matzkin, ministro do interior, *La Nación*, 27/06/2002).

“Nós já conhecíamos há 20 dias que ia acontecer alguma coisa com essa característica, porque sabíamos, por tudo que comentavam, que se organizavam no dia 22 e 23 no estádio Gatica em Domínico uma assembleia piqueteira em que se discutiria **as ações a seguir, nessa assembleia se falou de luta armada**, nessa assembleia se definiu o que eles **chamam de plano de luta** que não é outra coisa senão um **cronograma de hostilidades**” (Aníbal Fernandez, secretário geral da presidência, *TV América*, 26/06/2002).

“Por detrás dos grupos piqueteiros operam **setores de ultraesquerda que buscam questionar a vigência da democracia**. Esses setores estão interessados em convencer a gente que **a democracia é incompatível com a justiça social e com uma política social alternativa** (Carlos Vila, subsecretário da Segurança Interior, *La Nación*, 01/07/2002).

“Os dolorosos enfrentamentos que tem sido registrado nesses últimos dias como consequência dos distúrbios causados por **grupos piqueteros – muito deles com rosto cobertos, como nos tristes tempos da subversão terroristas** devem encontrar uma imediata resposta na consciência moral dos argentinos (...) tendente a modificar a raiz dos **hábitos de violência que estão se instalando no campo do protesto social**” (Bartolomé Mitre, diretor de *La Nación*, 28/06/2002).

“As mais altas fontes do governo asseguram que as primeiras averiguações das forças policiais e de inteligência apontam as agrupações piqueteiras **Corrente Aníbal Verón** e **Movimento Teresa Rodríguez**. E dentro dessas, **estariam identificados ativistas vinculados com o representante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Javier Calderón, entre outros grupos revolucionários**” (La Nación, 28/06/2002).

“Ontem o Governo de Duhalde pediu à justiça que **investigue um suposto complô destinado a derrubar ‘os poderes constituídos’**, ao apresentar os elementos de prova reunidos logo depois dos enfrentamentos que antes de ontem causaram duas mortes durante uma marcha piqueteira [...] O governo teme na verdade que a violência se recrudescera depois que, antes de ontem, na Ponte Pueyrredón, na cidade de Avellaneda, **se produziram dois mortos entre os piqueteiros, durante enfrentamentos com as forças de segurança**” (La Nación, 28/06/2002).

A recorrência a inimigos imaginários é uma tendência concreta em períodos de radicalização da luta de classes, pois nesses períodos o bloco dominante deve reprimir o avanço radical da contestação social, pois do contrário não consegue garantir a reprodução das condições necessárias para a acumulação capitalista. Contudo, a repressão violenta não deve se apresentar nua e crua à sociedade, principalmente para evitar maiores adesões e apoio aos movimentos de contestação social, assim como evitar a transparência da realidade concreta da luta de classes, que é deslocada para uma guerra maniqueísta entre os que querem manter a ordem e os que querem criar desordem. E para isso servem os inimigos imaginários, isto é, para camuflar a brutal ofensiva de classe, apresentando-a como uma ofensiva legítima contra inimigos violentos e perigosos que atentam contra a sociedade e seus valores como um todo. Dessa maneira, os contestadores mais radicais são transformados pelo bloco dominante em diversos inimigos imaginários da sociedade e o papel do capital comunicacional é o de tornar tais discursos criminalizadores correntes de opinião predominantes na sociedade e capazes de criarem um consenso que legitime a brutalidade da violência de classes, travestida de repressão contra inimigos sociais (imaginários).

O crescente processo de criminalização dos movimentos de contestação piqueteira e dos seus métodos de lutas exprime a face penal contrainsurgente do estado neoliberal argentino e de sua determinação em tornar regular a dinâmica da acumulação integral na contemporaneidade. Para isso, ele precisa criminalizar o lumpemproletariado, considerado como uma classe social perigosa, porém travestida de inimigos imaginários, e seus movimentos de contestação da regularização neoliberal e suas perversas consequências, responsáveis por sua vida miserável à margem da divisão social do trabalho. Além disso, a emergência de lutas sociais com tendências cada vez maiores à radicalização pressiona o estado e obstaculiza cada vez mais o processo de

acumulaçã. Nesse sentido, na contemporaneidade, o processo de lumpemproletarização se apresenta como uma alavanca da acumulação, mas também da contestação social radical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, esse trabalho representa um esforço investigativo que nos permitiu avançar na compreensão da complexa dinâmica que envolve o regime de acumulação integral, principalmente sobre sua forma estatal de regularização das relações sociais (o neoliberalismo), com destaque para as tendências que adquirem sua repressão estatal, principalmente a voltada contra o lumpemproletariado. Especificamente, buscamos compreender as singularidades dessa dinâmica na Argentina contemporânea a partir da emergência de um movimento lumpemproletário de contestação (movimento piqueteiro) das consequências geradas pelas regularizações neoliberais, sobretudo, a contestação do intenso processo de lumpemproletarização e do modo de vida lumpemproletário, e da brutal repressão estatal (contrainssurgente) contrária ao avanço desse movimento.

Para conseguirmos explicar essa dinâmica e suas tendências, recorreremos ao método dialético e à teoria marxista das classes sociais e seus enfrentamentos. A utilização desse referencial teórico-metodológico, presente tanto nos trabalhos originais de Marx (e Engels), mas também em importantes contribuições contemporâneas, especialmente nas produções teóricas do marxista Nildo Viana, foi de extrema importância porque nos possibilitaram visualizar os agentes sociais contemporâneos concretos envolvidos na nova dinâmica da luta de classes (os blocos sociais e suas classes), seus interesses, assim como as alianças necessárias para atingi-los e suas oposições/enfrentamentos àquilo que lhes contrariam. Dessa maneira, buscamos compreender a crise do regime de acumulação conjugado, uma vez que o regime de acumulação integral consiste na alternativa capitalista a tal crise e, portanto, apresenta *formas sociais* (estado, ideologia, política repressiva etc.) que lhes são próprias e necessárias para sua reprodução. Posteriormente, procuramos respostas para algumas questões fundamentais para esse trabalho e que nos acompanharam durante toda a investigação doutoral: *Para que se torne regular, que medidas, custos e condições sociais o regime de acumulação integral impõe às classes exploradas e desprivilegiadas? De que maneira o bloco dominante vem lidando com o lumpemproletariado e os riscos individuais e políticos gerados por suas ações (mendicância, roubo, tráfico de drogas, ocupação de terras, prédios urbanos, espaços*

públicos etc.), em busca de seus interesses imediatos, e pela postura política contestadora e, conseqüentemente, ameaçadora que essa classe tende a adquirir nesse período histórico?

Para que o estado neoliberal (argentino) cumpra sua determinação fundamental de tornar regular as relações sociais capitalistas, exigidas pela acumulação integral, ele precisa recrudescer sua face penal contrainsurgente. Isso ocorre porque a integralidade do processo de acumulação se firma na exploração e opressão integral das classes exploradas e desprivilegiadas da sociedade, mas que por sua vez, buscam contestar, através de diversas maneiras, essa regularização social.

No caso do lumpemproletariado argentino, essa classe social buscou garantir seus interesses imediatos de todas as formas possíveis, e as possibilidades eram escassas e integralmente insalubres. Desde a clássica cooptação política em troca de migalhas (bolsa de alimentos, medicamentos, bebida e drogas etc.), passando pela prática de diversos delitos (especialmente juvenis) até a emergência das organizações de desempregados, o lumpemproletariado buscou seus interesses imediatos e construiu alianças e oposições com outras classes sociais. Nesse sentido, percebemos que a intensidade do processo de lumpemproletarização, e todas as condições materiais que impelem o lumpemproletariado a buscar seus interesses imediatos, precisam ser acompanhadas de perto por esse recrudesimento penal e contrainsurgente, próprio das tendências repressivas contemporâneas típicas da acumulação integral de capital, como demonstramos no capítulo 01 (EUA e continente europeu).

Buscando melhor compreender a dinâmica da luta de classes que envolveu o lumpemproletariado e outras de suas classes sociais inimigas na Argentina, tratamos de trabalhar com o conceito de *blocos sociais*. As diversas mutações pelas quais o capitalismo tem sofrido ao longo dos últimos dois séculos, principalmente a amplitude e complexidade adquirida pela divisão social do trabalho fizeram com que a luta de classes, que nesse período era mais cristalina e fundamentalmente travada entre burguesia e proletariado, se apresentasse de maneira menos transparente e, portanto, com maiores dificuldades para sua compreensão, principalmente no plano conjuntural e em períodos de radicalização da luta de classes, tal como o revolucionário. Dessa forma, o conceito de blocos sociais nos ajuda a pensarmos a luta de classes sem cairmos na dicotomia entre classes isoladas (burguesia e proletariado), mas também nas suas relações, alianças, posicionamentos, oposições, aproximações/distanciamentos,

antagonismos etc. (VIANA, 2015c). Através do conceito de *bloco dominante* conseguimos compreender a complexidade da dinâmica da luta de classes entre o lumpemproletariado e outras classes desprivilegiadas contra o bloco dominante e sua pretensão em tornar regularizar a acumulação integral na Argentina, que se fundamentou, especialmente, em um intenso processo de lumpemproletarização capaz de disciplinar a força de trabalho e impor um “mundo de exploração sem limites”.

No entanto, como já afirmamos, o processo de lumpemproletarização não alavancou apenas a acumulação integral, mas sim, também, a contestação social em todo o território nacional. A emergência de um vigoroso movimento lumpemproletário de contestação social, inclusive com alguns setores com tendências anticapitalistas, detentor de métodos e ações extremamente radicais (piquetes e bloqueios de estradas, ação direta, prática assembleiaria, enfrentamento direto com as forças repressivas etc.) enterra definitivamente a ideologia leninista segundo a qual o lumpemproletariado é uma classe essencialmente conservadora e reacionária que não serve aos propósitos da transformação social, pois na Argentina contemporânea, sem sombra de dúvidas, tal classe social adquiriu uma potencialidade contestadora radical e por isso tornou-se a principal classe inimiga do bloco dominante, composto pelas forças e indivíduos conscientemente organizados para auxiliar o capital (determinados burocratas, intelectuais etc.). Diante da resistência lumpemproletária à acumulação integral argentina, o bloco dominante precisou encontrar estratégias que freiasse o avanço da mobilização e da contestação social piqueteira. Os ingredientes foram básicos: criminalização, repressão brutal e discurso/representação (jornalística) ideológica.

Referências Bibliográficas

ALAVÍO, Grupo. *El rostro de la dignidade – memoria del MTD de Solano*. Buenos Aires, 2002. 1 dvd de vídeo (58 min.).

_____. *Crónicas de libertad [organizando la resistencia] – jornada del 26 de junio de 2002 en el Puente Pueyrredon*. Buenos Aires, 2002a. 1 dvd de vídeo (47 min.).

ALES, Cecilia et al. *Los círculos de la violencia policial. Estadísticas y casos de la región metropolitana de Buenos Aires*. Buenos Aires: CELS, 2009.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *La construcción de representaciones sociales en torno protesta social y a la represión institucional. Seis estudios de caso entre los años 1996 y 2002*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009. 355 p.

_____. *Cortes de ruta y represión – la justificación ideológica de la violencia política entre 1996-2002*. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

AUYERO, Javier. *La política de los pobres – las prácticas clientelistas del peronismo*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2001.

_____. *La zona gris – violencia colectiva y política partidaria en la Argentina Contemporânea*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores, 2007.

AVI, Lewis e KLEIN, Naomi. *The take – occupy, resist, produce*. Canadá, 2004. 1 dvd de video (1:27:05 hs).

AZPIAZU, Daniel e BASUALDO, Eduardo. *Las privatizaciones en Argentina. Genesis, desarrollo y principales impactos estructurales*. Buenos Aires: FLACSO, 2004.

AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. *Privatizaciones, rentas de privilegio, subordinación estatal y acumulación del capital en Argentina contemporánea*. Em: Rede de Bibliotecas virtuais de Ciências Sociais de América Latina e o Caribe da Rede de Centros Membros do CLACSO, Dezembro de 2002 (http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/flacso/no3_PrivatizacionesArgentinas90CTA.pdf) Acessado em: 20/09/2015.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BASUALDO, Eduardo. *Concentración y centralización del capital en la Argentina durante la década del noventa*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes Ediciones, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. *Esquecer Foucault*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

BECK, Ulrich. *Una Europa Alemana*. Buenos Aires: Paidós, 2012.

BELTRÁN, Gastón. *El empresariado argentino frente a la crisis. Alianzas, conflictos y alternativas de salida en la etapa final de la convertibilidad*. Em: PUCCIARELLI, Alfredo e CASTELLANI, Ana (Orgs.). *Los años de la Alianza – la crisis del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2014.

BENCLOWICZ, José Daniel. *Estado de malestar y tradiciones de lucha – genealogía del movimiento piquetero de Tartagal-Mosconi 1930-2001*. Buenos Aires: Biblos, 2013.

BERNARDO, João. *Estudantes e trabalhadores no maio de 68*. Colóquio Internacional Maio 68. Instituto Franco-Português, Abril, 2008.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Maio-junho de 1968 na França – o epicentro de uma crise de hegemonia (parte I)*. Revista Mediações. V. 12, n. 02, jul./dez. de 2004.

BONIFACIO, José Luis. *Protesta y organización – los trabajadores desocupados en la provincia de Neuquén*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2011.

BONNET, Alberto. *La hegemonia menemista – el neoconservadurismo en Argentina, 1989-2001*. Buenos Aires: Prometeo, 2011.

BORON, Atilio. *La selva y la polis – reflexiones en torno a la teoría política del zapatismo*. Revista do Observatorio Social de América Latina. Junho de 2001. Em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal4/debates.pdf> Acessado em 27/01/2016.

BOTTOMORE, Tom. *Críticos da sociedade – o pensamento radical na América do Norte*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo. *Pannekoek, marxismo e organização*. Em: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo (orgs.). *A questão da organização em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

BRAGA, Lisandro. *Acumulação integral e mais-violência na contemporaneidade*. Revista Enfrentamento, número 07, jul./dez. 2009.

_____. *Neoliberalismo e criminalização do lumpemproletariado nos EUA*. Revista Educação e Mudança. Número 23, ano 2010.

_____. *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

_____. *A intelectualidade como classe auxiliar da burguesia*. Revista Despierta – revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento. Número 01, ano 01, de janeiro a junho de 2014.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *A pulsão plebeia – trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda, 2015.

BRANDÃO, Helena. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRINTON, Maurice. *Paris: maio de 68*. São Paulo: Conrad Livros, 2003.

BUCCIARELLI, Mario. *El estado neuquino – Fortalezas y debilidades de una modalidad de intervención*. Em: FAVARO, Orieta (org.). *Neuquén – la construcción de un orden estatal*. Neuquén: Universidad Nacional de Comahue, 1999.

CANAVESE, Alfredo. *Convertibilidad en Argentina – funcionamiento de una caja de conversión anclada al dólar*. Jornadas “Relaciones económicas entre la unión europea y el mercosur”. Valência, Espanha, 13 e 14 de junho de 2001.

CANELO, Paula. *El gobierno de la Alianza y las fuerzas armadas. El comportamiento militar frente a la crisis de 2001*. Em: PUCCIARELLI, Alfredo e CASTELLANI, Ana (Orgs.). *Los años de la Alianza – la crisis del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2014.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

CARRERA, Nicolás, PODESTÁ, Jorge e COTARELO, María. *Las estructuras económico sociales concretas que constituyen la formación económica de la Argentina*. Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 18, 1999.

CARRERA, Nicolás e COTARELO, María Celia. *La insurrección espontánea. Argentina diciembre de 2001 – descripción, periodización, conceptualización*. Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 43, 2003.

CARRERA, Nicolás. *La lucha de los obreros y de los pobres en la Argentina del capital financiero*. Em: VILLANUEVA, Ernesto e MASSETI, Astor. Buenos Aires: Prometeo libros, 2007.

CARRERA, Nicolás, CAVALLERI, Stella & MURRUNI, Marina. *La superpoblación relativa en Argentina actual: un ejercicio de medición*. Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 13, 2010.

CARTER, Tom. *A imensa população carcerária dos EUA cresce sem parar*. Em: <http://www.wsws.org/pt/2006/dec2006/por4-d19.shtml> Acessado em: 15/07/2014.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CIAFARDINI, Mariano. *Delito urbano en la Argentina – las verdaderas causas y las acciones posibles*. Buenos Aires: Ariel, 2006.

CIEZA, Daniel. *La dimensión laboral del genocidio en la Argentina*. Revista de Estudios Sobre Genocidio. Número 03, novembro de 2009.

_____. “*Subversión industrial*” y estigmatización de los sindicalistas en la última dictadura cívico-militar. Exposição para as Jornadas de Carreira de Ciências da Comunicação 2012 “Comunicación y Derechos Humanos” Homenaje a Eduardo Luis Duhalde Facultad de Ciencias Sociales . Universidade de Buenos Aires 31 de outubro, 1 e 2 de novembro de 2012.

_____. *Gran empresa y represión. Antecedentes y consecuencias de la represión en el ámbito laboral durante la última dictadura cívico militar*. Em: http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2011/10/mesa_1/cieza_mesa_1.pdf Acessado em: 08/08/2015.

CORNAGLIA, Ricardo. *Riesgo laboral, la otra guerra sucia*. Em: <http://xleysaludlaboral.org.ar/2012/07/licencia-patronal-para-matar-le-monde-julio-04/> Acessado em: 17/09/2015.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso – o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

CORREPI – Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional. *Distintos gobiernos, la misma represión*. Revista El Antirrepresivo. Novembro de 2010.

_____. *Leyes antiterroristas*. Revista El Antirrepresivo. Outubro de 2011.

_____. *La fuerza de la represión para profundizar el modelo de explotación*. Revista El antirrepresivo. Novembro de 2011a.

COTARELO, María Célia. *El motín de Santiago del Estero: Argentina, diciembre de 1993*. Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 19, 1999.

_____. *Aproximación al análisis de los sujetos emergentes en la crisis de 2001-2002 en Argentina*. Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 56, 2005.

DARGOLTZ, Raúl. *El Santiagueñazo – gestación y crônica de una poblada argentina*. Buenos Aires: Ediciones ryr, 2011.

DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzito – escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Página aberta, 1993.

_____. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

DAVIS, Angela. *Racismo mascarado – reflexões sobre o complexo industrial prisional*.

DAY, Susie et al. (orgs.). *O gulag americano*. Em: Lisboa: Edições dinossauro, 2001.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho – estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DINATALE, Martín. *El festival de la pobreza – el uso político de planes sociales en la Argentina*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

DELAMATA, Gabriela. *Los barrios desbordados – las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

DONAIRE, Ricardo. *Diferentes fracciones sociales encubiertas bajo la categoría ocupacional “trabajadores por cuenta propia”*. Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 08, 2004.

EDITORES da Monthly Review. *Prisões e execuções – o modelo americano (uma introdução histórica)*. Em: DAY, Susie et al. (orgs.). *O gulag americano*. Lisboa: Edições dinossauro, 2001.

ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. Lisboa: Presença, 1975.

ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ESCOBAR, Patrício e FINVARB, Damián. *La crisis causó 2 nuevas muertes – los médios de comunicación em la Massacre de Avellaneda*. Buenos Aires, 2007. 1 dvd de vídeo (85 min.).

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2013.

FARINETTI, Marina. *Violencia e risa contra la política en el Santiagueñoazo*. Revista de Apuntes de Investigación. Número 06, ano 2000.

FERREIRO, Roi. *La lucha de clases en Argentina – entre la revolución proletaria y la recuperación burguesa*. Florianópolis: Editora barba ruiva, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007.

FLORES, Héctor Toty. *Movimiento de trabajadores desocupados de La Matanza*. Em: FLORES, Héctor Toty (org.). *De la culpa a la autogestión – un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

FROMM, Erich. *Meu encontro com Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

GANS, Herbert. *The war against the poor - the underclass and antipoverty policy*. New York: Basic books, 1995.

GARLAND, David. *A cultura do controle – crime o ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GATTARRI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GUERRERO, Alejandro. *La federal – la trama policial detrás del delito, la inseguridad y el miedo*. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.

GOULART, Débora Cristina. *Movimento dos trabalhadores sem-tetos e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil*. Lutas Sociais, São Paulo, número 29, jul./dez. 2012.

GRUPO, Alavio. *Crónicas de libertad - organizando la resistencia*. Buenos Aires, 2002. 1 dvd de vídeo (47 min.).

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Classes perigosas – banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

HARVEY, David. *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HINKELAMMERT, Franz J. *O credo econômico da comissão trilateral*. Em: ASSMANN, Hugo (org.). *A trilateral – nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1979.

HIRSCH, J. *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

JENSEN, Karl. *A luta operária e os limites do autonomismo*. Revista Marxismo e Autogestão. Ano 01, número 02, jul./dez. 2014.

JESPERS, Raf. *A construção da Europa da repressão*. Em: HOUBEN, Henri et al. (orgs.). *Europa sem máscara*. Lisboa: Edições dinossauro, 2002.

JINKINGS, Isabella. *Sob o domínio do medo – controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo*. 2007. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2007, 287 p.

KESSLER, Gabriel. *Sociologia del delito amateur*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

KLACHKO, Paula. *A conflitividade social na Argentina dos anos 90: el caso de las localidades petroleras de Cutral-Có y Plaza Huincul (1996-1997)*. Rede de bibliotecas virtuais da CLACSO, 2002. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20110111071547/7klachko.pdf>

_____. *Las formas de organización emergentes del ciclo de rebelión delos '90 en la Argentina*. Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 67, 2007.

KOROL, Claudia & LONGO, Roxana. *Criminalización de los movimientos sociales en Argentina – Informe general*. IN: KOROL, Claudia (org.) *Criminalización de la pobreza y de la protesta social*. Buenos Aires: El colectivo, America libre, 2009.

KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MAIA, L. *As classes sociais em O Capital*. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2011.

MANDOSIO, Jean-Marc. *A longevidade de uma impostura: Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MARTICORENA, Clara. *Precariedad laboal y caída salarial – el mercado de trabajo en la Argentina post convertibilidad*. Em: <http://www.aset.org.ar/congresos/7/02008.pdf>
Acessado em: 26/08/2015.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *Para a crítica da filosofia do direito de Hegel*. Covilhã: Lusofia, 2008.

_____. *O 18 brumário*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *As lutas de classes na França – de 1848-1850*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. *O capital*, Vol. 01. São Paulo: Nova cultural, 1985.

_____. *O capital*, Vol. 02. São Paulo: Nova cultural, 1985a.

_____. *Para a crítica da economia política – salário, preço e Lucro; o rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril cultural, 1982.

_____. *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Revista Temas de Ciências Humanas, número 02, 1978.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. México: Siglo Veintiuno, 1985b.

MARX, K. e ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. São Paulo: Global editora, 1979.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora centauro, 1984.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

_____. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MENDONÇA, José Carlos. *Além de partidos e sindicatos – organização política em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MERKLEN, Denis. *Pobres ciudadanos – las classes populares em la era democrática (Argentina, 1983-2003)*. Buenos Aires: Gorla, 2005.

_____. *Viver en los márgenes: la lógica del cazador – notas sobre sociabilidade y cultura en los asentamientos del Gran Buenos Aires hacia fines de los 90*. Em: SVAMPA, Maristella (org.). *Desde abajo – la transformación de las identidades sociales*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2009.

MILIBAND, R. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

_____. *O estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

MINUJIN, Alberto & KESSLER, Gabriel. *La nueva pobreza en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1995.

MINUJIN, Alberto & ANGUIA, Eduardo. *La classe media – seducida y abandonada*. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

ANÍBAL VERÓN, Mtd. *Darío y Maxi – dignidad piquetera*. Buenos Aires: El colectivo, 2012.

MURRAY, Charles. *Losing Ground*. New York: Basic books, 2008.

NEWMAN, Diego Alvarez. *Hegemonía, disciplinamento y control laboral. Estudio sobre el dispositivo de la implicación de la fuerza de trabajo a partir de las tecnologías manageriales de poder*. 2014. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014, 292 p.

NOVICK, Marta. *Nuevas tecnologías de gestión y acción sindical – métodos japoneses de producción en la industria argentina*. Estudos do Trabalho. Número 01, janeiro-junho de 1991, Buenos Aires.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ÓRIO, Mateus. *A ampliação da produção de bens de consumo e as mudanças nos processos de trabalho*. Em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/a_ampliacao.pdf Acessado em 01/01/2016.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes editores, 2012.

PALERMO, Hernán. *Cadenas de oro negro en el esplendor y ocaso de YPF*. Buenos Aires: Anfropofagia, 2012.

PALMIERI, Gustavo et al. *Políticas de seguridad, violencia policial y desafíos institucionales em un escenario volátil*. Buenos Aires: CELS, 2008.

PALOMINO, Héctor. *Los sindicatos en la Argentina contemporánea*. Revista Nueva Sociedad. Número 169, setembro-outubro de 2000.

PANNEKOEK, Anton. *El sindicalismo*. Em: MATTICK Paul et al. *Los consejos obreros y la cuestión sindical*. Madrid: Castellote, 1977.

_____. *Partidos, sindicatos e conselhos operários*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

_____. *O sindicalismo*. Em: <https://www.marxists.org/portugues/pannekoek/1936/mes/sindicalismo.htm> Acessado em: 09/02/2014.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PINTO, João Alberto. *França: lutas sociais anticapitalistas no maio de 1968*. Revista Espaço Acadêmico. Número 85, junho de 2008.

PIVA, Adrián. *Algunas hipótesis sobre la relación entre modo de acumulación y hegemonía débil en Argentina (1999-2001)*. Em: VILLANUEVA, Ernesto e MASSETI, Astor. *Movimientos sociales y acción colectiva en la Argentina hoy*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

POGREBINSCHI, T. *O enigma do político – Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

Programa de Investigação sobre o Movimento da Sociedade Argentina. Em: <http://www.pimsa.secyt.gov.ar/> Acessado em: 25/03/2013.

PUCCIARELLI, Alfredo. *Crisis sobre crisis – la ley de déficit cero, golpe de mercado, retorno a la ultraortodoxia, crisis política y comienzo de la resistencia popular*. Em: Pucciarelli, Alfredo e Castellani, Ana (Orgs.). *Los años de la Alianza – la crisis del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2014.

ROCCHIO, Darío. *El lado oscuro de la gendarmería “progressista”*. Revista La Maza, Cidade Autônoma de Buenos Aires, número 28, outubro de 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. São Paulo: Abril cultural, 1987.

SAINTOUT, Florencia. *Jóvenes y política: los limites de la aparente aporia*. Em: Saintout, Florencia (org.). *Jóvenes argentinos: pensar lo político*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2010.

SALVIA, Sebastián. *Estado y conflicto interburgués en Argentina – la crisis de la convertibilidad (1999-2001)*. Em: Bonnet, Alberto e Piva, Adrián. *Argentina en pedazos – luchas sociales y conflictos interburgueses en la crisis de la convertibilidad*. Buenos Aires: Continente, 2009.

SIDICARO, Ricardo. *Los tres peronismos – Estado e poder econômico*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2010.

SILVER, Beverly. *Forças do trabalho – movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOLANAS, Pino. *La próxima estación – reconstruir el tren para todos*. Buenos Aires, 2008. 1 dvd de vídeo (115 min.).

SOUSA, Janice. *Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas*. Perspectiva. Florianópolis, v. 02, no. 02, jul./dez. 2004.

SOUZA, Davisson. *Sindicalismo e desempregados: um estudo comparativo das centrais sindicais do Brasil e Argentina (1990-2002)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

STANDING, Guy. *O precariado – a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SUÁREZ, Ana Lourdes & ARCE, Carolina. *Condiciones de vida en el conurbano bonaerense*. Em: ROFMAN, Adriana. *Sociedad y territorio en el conurbano bonaerense*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010.

SVAMPA, Maristella e PANDOLFI, Claudio. *Las vías de la criminalización de la protesta en Argentina*. Revista Debates. Año V, número 14, maio-agosto de 2004.

SVAMPA, Maristella e PEREYRA, Sebastián. *Entre La ruta y el barrio – la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

_____. *La política de los movimientos piqueteros*. Em: SCHUSTER, Federico et al. (orgs.). *Tomar la palavra – estudios sobre protesta social y acción colectiva en la Argentina contemporânea*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2005.

_____. *La sociedad excluyente – la Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus, 2010.

THOMAS, Jean Baptiste. *Ce n'est qu'un début, continuons le combat!*. Em: VIGNA, X. et al (orgs.). *Cuando obreiros y estudiantes desafiaron al poder*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2008.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VAN DIIJK, Teun. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VARELA, Paula. *Territorios de sujetos peligrosos*. Em: <http://www.ips.org.ar/wp-content/uploads/2011/03/Territorios-de-sujetos-peligrosos.pdf> Acessado em: 03/11/2015.

VARESI, Gastón Ángel. *Hegemonía y acumulación en el gobierno de Duhalde (2002-2003)*. V Jornadas de Sociología da Universidade Nacional de La Plata, 5 a 7 de dezembro de 2012.

VERDÚ, María del Carmen. *Represión en democracia – de la “primavera alfonsinista” al “gobierno de los derechos humanos”*. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

_____. *Violencia, estado de clase y represión*. Em: WACQUANT, Loïc et al (orgs.). *Tiempos violentos – barbárie y decadencia civilizatoria*. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Herramienta, 2014.

VIANA, Nildo. *Universo psíquico e reprodução do capital*. Em: QUINET, Antônio et al. (orgs.). *Psicanálise, capitalismo e cotidiano*. Goiânia: Edições Germinal, 1996.

_____. *Estado, democracia e cidadania – a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. *Estado, democracia e cidadania – a dinâmica da política institucional no capitalismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rizoma editorial, 2015d.

_____. *A dinâmica da violência juvenil*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

_____. *Escritos metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007.

_____. *Luta cultural e propaganda revolucionária*. Revista Enfrentamento. Ano 02, número 03, jul./dez. de 2007a.

_____. *A consciência da história – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007b.

_____. *Para além da crítica dos meios de comunicação*. Em: MARQUES, Edmilson et al (Orgs.). *Indústria cultural e cultura mercantil*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007c.

_____. *Os valores na sociedade moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007d.

_____. *A invenção do inimigo imaginário*. Revista Antítese. Número 04, outubro de 2007e.

_____. *Breve história do neoliberalismo*. Revista Enfrentamento. Ano 03, número 05, jul./dez. de 2008.

_____. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru, SP: EDUSC, 2008a.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e letras, 2009.

_____. *Juventude e identidade*. Revista Estudos. Goiânia, volume 36, n. ½, jan./fev. de 2009a .

_____. *Modernidade e pós-modernidade*. Revista Enfrentamento. Ano 04, número 06, jan./jun. 2009b.

____. *Linguagem, discurso e poder – ensaios sobre linguagem e sociedade*. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2009c.

____. *Anton Pannekoek e a questão sindical*. Em: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo(orgs.). *A questão da organização em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

____. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

____. *Regime de acumulação, gerações e juventude*. Revista Espaço Acadêmico. Número 129, fevereiro de 2012a.

____. *As representações da violência no discurso jornalístico*. Revista Comunicação e Política. Volume 31, número 02, 2013.

____. *Foucault: os intelectuais e o poder*. Em: BRAGA, Lisandro e MARQUES, Edmilson. *Intelectualidade e luta de classes*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013a.

____. *Os movimentos sociais durante o capitalismo oligopolista transnacional*. Revista Café com Sociologia. Volume 03, número 03, Set./dez. de 2014.

____. *Os efeitos do contemporâneo*. Revista Despierta, volume 01, número 01, 2014a.

____. *Capitalismo e desemprego – o lumpemproletariado na dinâmica da acumulação integral*. Em: SOUZA, Davisson (org.). *Desemprego, subemprego e protestos sociais no Brasil*. São Paulo: Unifesp, 2014b.

____. *Juventude e sociedade – ensaios sobre a condição juvenil*. São Paulo: Giostri, 2015.

____. *Os movimentos sociais – teoria e história*. Florianópolis: Bookess, 2015a.

____. *As representações cotidianas e as correntes de opinião*. Revista Espaço Livre. Volume 10, número 19, jan./jun./2015b.

____. *Blocos sociais e luta de classes*. Revista Enfrentamento. Ano 10, número 17, jan./jul. 2015c.

VIGNA, Xavier. *Las huelgas obreras de mayo-junio de 1968*. Em: VIGNA, Xavier et al (orgs.). *Cuando obreros y estudiantes desafiaron al poder*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2008.

VITULLO, Gabriel. *Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea*. Porto Alegre: Editora sulina, 2008.

WACQUANT, Löïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *Os condenados da cidade – estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2005.

_____. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

YAGUELLO, Marina. *Introdução da obra Marxismo e filosofia da linguagem*. Em: BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.